



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Botânica de ossos:**

O funcionamento clandestino da casa de Petrópolis

BEATRIZ BIANCA TEIXEIRA CAETANO

BRASÍLIA  
2025

BEATRIZ BIANCA TEIXEIRA CAETANO

**Botânica de ossos:**

O funcionamento clandestino da casa de Petrópolis

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Ideias, Historiografia e Teoria.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria.

BRASÍLIA  
2025

BEATRIZ BIANCA TEIXEIRA CAETANO

**Botânica de ossos:**

O funcionamento clandestino da casa de Petrópolis

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Ideias, Historiografia e Teoria.  
Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria (Orientador)

Universidade de Brasília

Prof. Dr<sup>a</sup>. Priscila Carlos Brandão

Universidade Federal de Minas Gerais

Dr<sup>a</sup>. Caroline Murta Lemos

Universidade Federal de São Paulo

BRASÍLIA  
2025

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília, o lugar de acolhida dos meus sonhos. Agradeço, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em História, por ter aceitado que esta pesquisa fosse realizada, assim como à Capes, pelo financiamento sem o qual este trabalho não teria sido possível.

Ao Daniel Faria, mais uma vez, pela respeitosa orientação, pelas leituras cuidadosas e pelo seu conhecimento generoso e sempre instigante.

Às professoras Caroline Bauer e Mariana Joffily, pela leitura atenta e pelas contribuições rigorosas na banca de qualificação, que foram decisivas para o aprimoramento desta pesquisa.

À professora Priscila Carlos Brandão e à doutora Caroline Murta Lemos, por aceitarem compor a banca de defesa, honrando este momento final com interlocução qualificada e revisões primorosas.

Ao professor Shajara Neehilan Bensusan, pelas derivadas derridianas.

À Isabel Cristina Leite, pelas trocas. Ainda espero, ansiosamente, ler a biografia da Inês.

Ao grupo de pesquisa que se reúne aos sábados, parceiros de copo e de lábia, pela companhia e pelas leituras dos meus rascunhos.

Aos arquivistas do Arquivo Nacional, do Arquivo do Superior Tribunal Militar, da Comissão de Anistia e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, pelo atendimento prestativo e atencioso.

À professora Ione de Fátima Oliveira (*in memoriam*), pelo auxílio fundamental na graduação em História, quando o assunto era ditadura militar.

Agradeço, especialmente, à minha mãe, Berenice, pelo seu carinho, pelo cuidado e por ter compartilhado comigo suas memórias.

Às minhas irmãs, Fábia, Bruna e Júlia, pela confiança que sempre depositaram em mim e por fazerem de meus anseios uma certa coragem.

Ao Antônio, ao Paulo e às amizades do caminho, pela longa jornada.

À Inês Etienne Romeu, pela insistência.

Ao Mariano Joaquim da Silva, ao Carlos Alberto Soares de Freitas, ao Antônio Joaquim de Souza Machado, ao Walter Ribeiro Novaes, ao Paulo de Tarso Celestino da Silva, à Heleny Telles Ferreira Guariba, ao Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, pelo retorno.

## RESUMO

Esta dissertação analisa o funcionamento da casa de Petrópolis, mais conhecida como Casa da Morte, como aparelho clandestino de repressão e como espaço assombrado pela presença espectral dos desaparecidos políticos. Partindo da figura do desaparecido como estorvo temporal e espacial, cuja morte é indefinidamente adiada e cujo luto permanece inacabado, investigo como o dispositivo do desaparecimento forçado, operado pelo Estado ditatorial brasileiro, desarticula as fronteiras entre vida e morte, passado e presente, familiar e infamiliar. Inspirada na noção de espectralidade de Jacques Derrida e em debates sobre desaparecimento, memória, violência de Estado e espacialidade, a pesquisa busca compreender a lógica de funcionamento do centro clandestino de Petrópolis. O percurso analítico desdobra-se em três camadas. Na clandestina, detenho-me em examinar o desaparecimento forçado como categoria específica de violência de Estado, em oposição à equiparação automática entre desaparecido e morte, e em sua dimensão de arma de guerra contrainsurgente; além disso, destrincho o centro de Petrópolis como engrenagem da máquina desaparecedora. Na visível, associada à estrutura, à finalidade e à inserção institucional do aparelho no sistema repressivo, evidencio uma unidade repressiva altamente planejada e organizada, sob comando do Centro de Informações do Exército e integrada, funcional e logicamente, à estrutura formal repressiva. Na invisível, realizo a reconstituição do caminho percorrido até a localização do centro clandestino e a publicização da denúncia de Inês Etienne Romeu, em 1981, bem como da ampla disseminação de seu relato testemunhal pela imprensa à época e, por fim, das operações de ocultação do caso, coordenadas pelos serviços de informação. Com isso, procura-se apresentar o centro clandestino como uma unidade repressiva altamente planejada e organizada; longe de ser improvisado, ele respondia a manuais de instrução de guerra contrarrevolucionária e funcionava como base de sigilo operacional, assegurando a confidencialidade e a compartimentação da missão a que se destinava.

**Palavras-chave:** Casa da Morte; Centro clandestino de Petrópolis; Órgão repressivo; Inês Etienne Romeu; Espectrologia.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the functioning of the Petrópolis house, better known as the House of Death, as a clandestine apparatus of repression and as a space haunted by the spectral presence of political opponents subjected to enforced disappearance. Taking the disappeared person as a temporal and spatial encumbrance, whose death is indefinitely deferred and whose mourning remains unfinished, I examine how the apparatus of enforced disappearance, operated by the Brazilian dictatorial state, dismantles the boundaries between life and death, past and present, the familiar and the uncanny. Drawing on Jacques Derrida's notion of spectrality and on debates on disappearance, memory, state violence, and spatiality, the study seeks to grasp the operational logic of the Petrópolis clandestine center. The analytical path unfolds in three layers. In the clandestine layer, I examine enforced disappearance as a specific category of state violence, opposing the automatic equation of disappearance with death, and as a weapon of counterinsurgent warfare; I also unpack the Petrópolis center as a cog in the machinery of disappearance. In the visible layer, linked to the structure, purpose, and institutional insertion of this apparatus within the repressive system, I show a highly planned and organized repressive unit, commanded by the Army Information Center and integrated, functionally and logically, into the formal repressive structure. In the invisible layer, I reconstruct the path that led to the identification of the clandestine center and to the public disclosure of Inês Etienne Romeu's denunciation in 1981, as well as the wide circulation of her testimonial account in the press at the time and, finally, the concealment operations coordinated by the intelligence services. In doing so, the dissertation presents the clandestine center as a highly planned and organized repressive unit. Far from improvised, it followed counterrevolutionary war instruction manuals and served as a base of operational secrecy, ensuring confidentiality and the compartmentalization of the mission for which it was intended.

**Keywords:** House of Death; Petrópolis clandestine center; Repressive apparatus; Inês Etienne Romeu; Hauntology.

## LISTA DE SIGLAS

- ABI** – Associação Brasileira de Imprensa
- AC/SNI** – Agência Central do Serviço Nacional de Informações
- APML** – Ação Popular Marxista-Leninista
- ARJ/SNI** – Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações
- BPE** – Batalhão de Polícia do Exército
- CBA** – Comitê Brasileiro pela Anistia
- Cenimar** – Centro de Informações da Marinha
- CEV-RJ** – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro
- CIE** – Centro de Informações do Exército
- CIEX** – Centro de Informações do Exterior
- CISA** – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
- CNV** – Comissão Nacional da Verdade
- COLINA** – Comando de Libertação Nacional
- D2** – Divisão de Informação do Gabinete do Ministro da Guerra
- DOI-Codi** – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
- DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social
- DSI/MJ** – Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça
- DSN** – Doutrina de Segurança Nacional
- E2** – Segunda Seção de Informações das áreas militares
- ID-4** – Infantaria Divisória-4 da 4<sup>a</sup> Região Militar
- IPM** – Inquérito Policial Militar
- LSN** – Lei de Segurança Nacional
- MAC** – Movimento Anticomunista
- MR-8** – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
- OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil
- Oban** – Operação Bandeirante
- PC** – Partido Comunista
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PCBR** – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
- PE** – Polícia do Exército
- PIC** – Pelotão de Investigações Criminais

**Polop** – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

**SISSEGIN** – Sistema Nacional de Segurança Interna

**SNI** – Serviço Nacional de Informações

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**VAR-Palmares** – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

**VPR** – Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO, OU O HÓSPED</b> .....	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A CAMADA CLANDESTINA</b> .....	<b>22</b>
1.1 O desaparecido .....	22
1.2 A arma.....	30
1.3 A testemunha: Inês Etienne Romeu.....	46
<b>CAPÍTULO 2 – A CAMADA VISÍVEL</b> .....	<b>57</b>
2.1 O relatório .....	57
2.2 As declarações .....	65
2.3 O aparelho .....	80
<b>CAPÍTULO 3 – A CAMADA INVISÍVEL</b> .....	<b>108</b>
3.1 O retorno .....	108
3.2 A ocultação.....	125
3.3 A casa assombrada.....	138
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>149</b>

## INTRODUÇÃO, OU O HÓSPED

*“Doce brisa, esses véos de nevoeiros  
 Vem me descortinar,  
 Vem sob um céo sereno e entre altos montes  
 Petropolis mostrar.”*  
 (Taunay, 1862, p. 123).

Já parecendo um tanto fora de si, o dono da casa esconde-se atrás de uma coluna, agacha-se sob o muro coberto de heras e questiona: “Ora, senhor, que absurda essa pergunta, vinda de um jornalista? Onde o senhor está querendo chegar?”. Ao que um dos repórteres insiste: “Na verdade, companheiro. E com relação aos fenômenos paranormais, Shakespeare dizia que existem mais mistérios entre o céu e a Terra do que nossa vã filosofia possa imaginar. Por que o senhor modificou os cômodos?”.

Assustado com a possibilidade de ser fotografado, o homem volta para casa e tranca a porta. Depois, fica a olhar, por entre a cortina do andar superior, os repórteres entrarem no carro e descerem as ladeiras da rua Arthur Barbosa. O taxista logo dá a partida.<sup>1</sup> Talvez tenha sentido que ali não era um bom lugar para se demorar. Dizia-se que a serra de Caxambu, apesar da visão encantadora que oferecia da cidade, trazia maus fluidos aos seus visitantes.

Pois bem, uma conjuração logo no início. Começo pelo real amplificado, no limite borrado entre o mundo cotidiano e o mundo das assombrações. Começo aqui para, desde já, apresentar o estranho hóspede, residente da casa, e construir o paradigma que guia esta investigação. A abertura acima é uma cena que condensa, define e evoca, em poucas palavras, a realidade na qual o processo de desaparecimento forçado e seu produto, o desaparecido, existem. Uma realidade de quebras e paradoxos, convulsiva, que tremula entre a presença e a ausência.

Ocorrida em 2012, a visita de dois repórteres do Jornal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) tinha um objetivo claro: publicar uma reportagem sobre o antigo aparelho clandestino. A motivação era o decreto assinado pelo prefeito de Petrópolis, Paulo Mustrengi, que declarava o imóvel de utilidade pública para desapropriação e criação de um memorial. Estampava a capa da revista a seguinte chamada, em tom sensacionalista: “Repórteres da ABI devassam o sinistro casarão onde agentes da ditadura mataram e esquartejaram dezenas de presos”.<sup>2</sup> A intenção inicial dos jornalistas era atravessar o batente da porta, conhecer os

<sup>1</sup> CASA DA MORTE, o mais brutal centro de terror da ditadura. Jornal da ABI, Rio de Janeiro, n. 382, p. 3-10, setembro 2012.

<sup>2</sup> *Ibid.*

cômodos e as modificações realizadas desde 1971, e saber o porquê de seu dono à época, Renato Firmento de Noronha, ainda resistir a se mudar da propriedade. Entretanto, a permissão para entrar na casa e fotografá-la foi negada, e o processo de desapropriação, iniciado à época, decepcionantemente não se concretizou devido à falta de recursos do município e ao aporte necessário dos governos estadual e federal.<sup>3</sup>

No entanto, o que interessa, a título inicial, é a conjuração do outro hóspede, incomum, que insiste em ocupar os aposentos. Alguém que habita, quem sabe, não somente o porão, onde estava guardada a tão preciosa coleção de carros antigos de Renato de Noronha, mas também os corredores, os vãos, os cantos, algo que se senta à mesa, esconde-se nas gavetas ou mesmo descansa, esticado, embaixo de uma cama vazia.

Ninguém saía vivo da casa de Petrópolis, nas palavras de Doutor Teixeira, codinome do então major Rubens Paim Sampaio.<sup>4</sup> A ordem executada pelos agentes repressivos era obter e confeccionar informações sobre o prisioneiro o mais rápido possível, por meio de sessões contínuas de tortura, tentar fazê-lo aceitar ser um agente duplo e, se isso não fosse possível, deveriam matá-lo. “Não interessa ter líderes presos, todos os ‘cabeças’ vão ser mortos, depois do interrogatório”,<sup>5</sup> assim disse Orlando de Souza Rangel, codinome Doutor Pepe, a Inês Etienne Romeu, única sobrevivente do aparelho repressivo. Mas as pessoas presas na casa não saíam mortas. Saíam desaparecidas, se é que saíram. Porque não há o corpo, porque estamos tratando de uma morte incerta e mal inscrita – uma morte que nunca chega – é que essa figura limítrofe aparece, contorce o tempo, ronda e persiste nos aposentos de uma residência.

O desaparecido, com sua morte sempre adiada e seu luto jamais completo, é um verdadeiro estorvo temporal. Ao acrescentar seu traço anacrônico no mundo, ele fratura a experiência temporal homogênea e cronológica. Isso porque esse ser possui a singularidade de estar entre duas dimensões ao mesmo tempo – entre a presença e a ausência, o material e o imaterial, o vivo e o morto, o presente e o passado. É um ser que representa a ausência de uma

<sup>3</sup> REMÍGIO, Marcelo. Sem verba, desapropriação da Casa da Morte não saiu do papel. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 jul. 2016. Disponível em: [<sup>4</sup> LOBO, Amílcar. \*A hora do lobo, a hora do carneiro\*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989, p. 37.](https://oglobo.globo.com/politica/sem-verba-desapropriacao-da-casa-da-morte-nao-saiu-do-papel,-19634637#:~:text=Sem%20verba%2C%20desapropriação%20da%20Casa%20da%20Morte%20não%20saiu%20do%20papel,-Aparelho%20da%20repressão&text=O%20município%20calcula%20que%20será,utilidade%20pública%2C%20mas%20em%202003. Acesso em: 20 dez. 2024.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>5</sup> Relatório redigido por Inês Etienne Romeu com seu testemunho. Posteriormente, em 1979, tal documento foi entregue à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Belo Horizonte: Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal; Rio de Janeiro: Fundo Comissão Nacional da Verdade, 18 set. 1971. BR RJANRIO CNV.0, VDH.00092000593201436.

pessoa em vida e, simultaneamente, a lacuna de uma morte, devido à falta do corpo. Trata-se de um produto que surge de um crime complexo, que visa ao apagamento de seus rastros, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, deixa marcas profundas nos familiares e na sociedade brasileira contemporânea. Estamos tratando de uma categoria de violência praticada no passado, mas que se repete, demanda e persiste no presente: seja pelo impedimento imposto pelos agentes ditoriais de encontrar os corpos, seja pela busca contínua dos familiares pelos remanescentes humanos de seus entes,<sup>6</sup> ou ainda pelo legado autoritário da ditadura militar no Brasil contemporâneo que, por meio das forças de segurança pública – estaduais e federais –, se expressa na recorrência do crime de fazer desaparecer os corpos de pessoas negras nas periferias das grandes cidades brasileiras.<sup>7</sup>

Justamente devido ao caráter limítrofe e anacrônico, o desaparecido aproxima-se do espectral. É verdade que, para Jacques Derrida, a sincronização do tempo de modo geral é algo impossível. O tempo sempre está correndo contra si, sempre deslocado.<sup>8</sup> No desdobramento do pensamento derridiano, nos deparamos com a ideia de que nunca há presença plena, pois, inscrita em seu âmago, está a voz do ausente.<sup>9</sup> Uma voz estranha, chegando de outro lugar. E que, a cada vez, *retorna* para nos lembrar que é impossível haver presença sem seu avesso. Ele é um habitante do paroxo. É precisamente por não estar que ele nos interpela, pois produz, por causa e a despeito de sua ausência, uma presença. Ele nos convida a perceber a torção e a duplicidade das coisas, apontando para o espaço nebuloso onde as aporias se instalam – o tempo em que a morte chega cedo demais, mas também tarde demais; o tempo em que ela demora, insiste.

Nessa senda, o filósofo sustenta que a aparição fantasmática, irrompendo do passado em pleno presente, instaura um regime de temporalidade que perturba e assola todo encadeamento coeso do tempo. Ele seria a pura coisa da anacronia, aquilo que faz com que o presente seja não contemporâneo a si. Isso porque “um espectro é sempre um retornante. Não

<sup>6</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 185.

<sup>7</sup> As ausências estudadas por Maíra de Deus Brito não dizem respeito somente a corpos negros, mas também à falta de assistência às famílias que perderam algum de seus membros e a políticas públicas efetivas voltadas para a juventude negra. Cf. BRITO, Maíra de Deus. *Não, ele não está*. Curitiba: Appris Editora, 2018.

<sup>8</sup> DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Tradução de Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>9</sup> O gesto desconstrutivo sobre a presença metafísica figura em uma obra precoce de Derrida, se considerarmos sua “virada” espectral ocorrida na década de 1990. Na sua análise acerca do debate travado entre Fedro e Sócrates, Derrida aponta para a presença fantasmática do discípulo, Platão, a quem foi deferido o dever de escrever o diálogo do mestre. Cf. DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005, p. 21-29.

se tem meios de controlar suas idas e vindas porque ele *começa por retornar*".<sup>10</sup> Começa por retornar – ele está antes de nós, nos antecede inteiramente e vem ao nosso alcance. Deseja ser ouvido? Ele impõe uma disfunção no presente, colocando em questão o passado como algo inacabado, instável, jamais fixo. É isso que faz o fantasma do rei Hamlet quando emerge da fria névoa: retorna noite após noite, incessantemente, convocando seu filho a restituir uma ordem perdida, a fazer justiça por sua morte, provocada pelas mãos de Cláudio, o usurpador do trono.

É interessante notar que essa peça trágica, coincidentemente citada pelos repórteres na entrada da casa e também analisada por Derrida, se inicia com uma pergunta que toca precisamente na indeterminação de como alguma coisa se apresenta.<sup>11</sup> À espera do segundo sentinela que guarda a muralha de Elsinore, Bernardo, temendo o retorno do fantasma, indaga ao escuro: "Quem está lá?" ("Who's there?").<sup>12</sup> Com a pergunta, ele tenta estabilizar a aparição, pede uma abertura para vê-lo, mas o silencioso fantasma se esvanece, envolvendo-se nas camadas de uma noite próxima ao fim. O canto do galo o faz desaparecer. Inquietante e obstinada questão – soando bem mais como uma conjuração de um mau presságio –, que também foi encenada no endereço de Petrópolis em 2012, no momento em que os repórteres se aproximavam da casa e Renato de Noronha formulou a tão familiar e habitual pergunta: "Quem são vocês?".<sup>13</sup>

Na fronteira onde reside o fantasma, nesse entre-lugar sem conciliação, justapondo presença e ausência, presente e passado, é onde surge a lógica do espectro: o próprio Derrida diz que ele é "esse elemento que não é nem vivo nem morto, nem presente nem ausente, ele espectraliza".<sup>14</sup> Berber Bevernage, ao aproximar-se da figura do desaparecido, também segue os passos derridianos para concluir que o processo de desaparecimento de uma pessoa implica uma figuração peculiar de temporalidade, afetando a percepção de um tempo unívoco, sucessivo e inteiramente coeso, ou seja, o modo predominante com que a historiografia moderna lida com o passado e o presente.<sup>15</sup> Esse ser espectraliza – ele *vem chegando*. Ele é algo ou alguma coisa que fica cindida entre aqui e acolá, que reforça essa temporalidade

<sup>10</sup> DERRIDA, Jacques. *Op. cit.*, 1994, p. 27. [Grifos no original].

<sup>11</sup> Para uma leitura acerca da natureza indeterminada do espectro. Cf. PRENDERGAST, Christopher. Derrida's Hamlet. *SubStance*, v. 34, n. 1, issue 106, 2005, p. 44-7.

<sup>12</sup> SHAKESPEARE, William. Hamlet. In: *Grandes obras de Shakespeare*: volumes 1, 2 e 3. Tradução de Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, p. 166.

<sup>13</sup> CASA DA MORTE [...]. *Op. cit.*, p. 4-5.

<sup>14</sup> DERRIDA, Jacques. *Op. cit.*, 1994, p. 89.

<sup>15</sup> BEVERNAGE, Berber. *History, memory and state-sponsored violence*. New York/London: Routledge, 2011, p. 23-45.

impossível. Mas também, respeitando a lógica do contratempo, antecipa-se ao que talvez um dia ocorra: o encontro final, em que a morte enfim se encontra com a própria morte. Não poderia ser a casa de Petrópolis um desses lugares infranqueáveis, uma fronteira habitada por fantasmas?

As contradições intrínsecas do ser desaparecido e do processo que o produziu também reconfiguram o espaço em que tal violência teve lugar. Pamela Colombo e Estela Schindel mostram que o espaço, longe de ser pano de fundo neutro, converte-se numa dimensão relacional em que a violência se inscreve e, ao mesmo tempo, é reconfigurada.<sup>16</sup> Ele é, simultaneamente, ambiente e meio: a violência alimenta o espaço, e o espaço devolve novas formas de operar essa violência.<sup>17</sup> Embora não modifique o espaço de modo explícito – uma vez que o processo que origina o ser desaparecido é caracterizado pela clandestinidade e evita deixar traços visíveis de sua própria existência –, a latência do ato de fazer desaparecer se entrelaça ao lugar e transforma a maneira como tais espaços são vistos, sentidos e interpretados. Nesse sentido, o espaço não se reduz ao pano de fundo onde os acontecimentos são encenados, como se fosse algo vazio e dado, que nada diz.<sup>18</sup>

Um exemplo dessa tese é pensar em como a equipe de agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), responsáveis pela instalação e funcionamento do aparelho de Petrópolis, adaptou e manipulou o próprio espaço de uma casa erguida no ponto alto da cidade, num “lugar calmo, tranquilo e despercebido”,<sup>19</sup> em um instrumento de tortura afinado ao terror: enquanto esteve sequestrada em Petrópolis, Inês era obrigada a cozinhar nua para seus torturadores. Imagino pratos, talheres e copos acumulados, sujos, sobre a pia, denotando de modo atroz a repetição dos dias. As peças do mobiliário, perfeitamente dispostas na sala e nos quartos, acentuavam a significação adicional da violência.<sup>20</sup> A face familiar das coisas cedia lugar ao terror, e adensava-se a atmosfera assombrosa de Caxambu. Se a dimensão espacial da casa pode ser relacionada à instrumentalização da tortura – uma das armas e condições manipuladas pelo poder ditatorial para destruir os presos –,<sup>21</sup> resta a questão: de que

<sup>16</sup> COLOMBO, Pamela; SCHINDEL, Estela. Introduction: the multi-layered memories of space. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Space and the memories of violence: landscapes of erasure, disappearance and exception*. London: Palgrave Macmillan Memory Studies, 2014. p. 1-14.

<sup>17</sup> *Ibid.*

<sup>18</sup> LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 41-45.

<sup>19</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. Depoimento de Paulo Malhães. Rio de Janeiro: CEV-RIO, 2014, p. 17.

<sup>20</sup> HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014, p. 43.

<sup>21</sup> CHAUÍ, Marilena. A tortura como impossibilidade da política. In: ELOYSA, Branca (org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: depoimentos e debates*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987, p. 33.

modo um método repressivo voltado a esconder, apagar, silenciar e devastar, sem deixar traços visíveis de sua passagem, inscreve-se no espaço? Que efeito o desaparecido, e o ato de fazê-lo desaparecer, de produzi-lo, exerce sobre a casa?

Esconder corpos e apagar seus traços reconfiguram o vínculo entre o espaço e os sujeitos: é um ato que se situa no espaço e produz efeitos – mais propriamente, em como o espaço é percebido, concebido e vivido. Ou seja, o desaparecido se espacializa e afeta não somente o tempo, mas também a terra dos vivos. O pai de Hamlet não aparece, justamente, encriptado na muralha de Elsinore? Não seria a Europa o lugar onde ronda o espectro do comunismo, como na abertura do manifesto de Marx e Engels? A ausência denuncia a presença posta num lugar. Salto do velho continente de volta para Petrópolis: quando questionado pelos repórteres sobre a razão de sua persistência em permanecer na casa desde 1979, quando a adquiriu, mesmo tendo ciência dos acontecimentos terríveis do passado daquele local, Renato de Noronha replicou em um tom impaciente:

“[...] Esta casa está situada longe do centro, em um lugar de difícil acesso, que impossibilitaria visitas mais frequentes. Então por que não compram uma casa no centro de Petrópolis e fazem dela um centro de memória contra a tortura no Município? Ou então, inauguram [sic] uma placa, uma praça, uma rua, para lembrar esse lugar?”

“Sim, mas aí não seria a mesma coisa, o senhor não acha? [...]”<sup>22</sup>

O espaço importa, seja no que concerne à política de memorialização do lugar em que ocorreram graves violações aos direitos humanos; ou, tema mais preeminente aqui, no que se relaciona ao local em que o espectro acossa, manifestando-se precisamente onde eventos traumáticos ocorreram, alterando a percepção e a experiência de dado espaço. O evento traumático distorce a percepção do tempo e do espaço, uma vez que uma de suas peculiaridades é a fragmentação da experiência humana diante da realidade, transformando o espaço, nesse quadro, numa versão assimétrica de si mesmo.<sup>23</sup> As distinções colapsam, sobretudo a que aparta o então do agora, e a distância entre o aqui e o ali contrai-se. O que era familiar e reconhecível torna-se deslocado e de difícil apreensão; vê-se abalado pelas subversões do acontecimento impossível que, no entanto, aconteceu. Inacessível, mas

<sup>22</sup> CASA DA MORTE [...]. *Op. cit.*, p. 5.

<sup>23</sup> No sentido mais freudiano do termo, na perspectiva psicanalítica, o trauma é um evento além dos limites da percepção, do sem-forma. Não se consegue processá-lo e superá-lo conscientemente, pois ele permanece enquanto uma cicatriz alojada nos limites da representação. Cf. SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Editora Escuta, 2000, p. 84. Na perspectiva cultural, destacam-se a impossibilidade de narrar e os esforços empreendidos pela reconciliação amnésica para apreender o trauma. Cf. FELMAN, Shoshana. *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*. Tradução de Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014, p. 115-116.

profundamente enraizado no ambiente, o trauma subjaz ao local: os significados anteriormente designados a ele são modificados, já que a violência permanece incrustada no terreno e o passado nunca se esvai completamente, mantendo-se como uma presença assombrosa ou um *revenant* sintomático.<sup>24</sup> Para citar apenas um breve exemplo, Silvana Mandolessi diagnosticou esse sintoma em locais onde funcionavam centros clandestinos de tortura na última ditadura argentina. Outrora parte do tecido cotidiano, como escolas, residências e edifícios públicos, espaços comuns foram contaminados pelo terror, instrumentalizados como aparelhos repressivos e transformados em símbolos do segredo e do medo.<sup>25</sup> O espaço familiar foi subvertido pela alteridade traumática, pois o que era lar ou instituição de ensino, por exemplo, converteu-se em cenário que instilou terror no corpo social, sobretudo nas pessoas que moravam próximas a tais locais.<sup>26</sup>

As sensações de desorientação e deslocamento fazem com que a fria arquitetura de um prédio assuma uma qualidade perturbadora: algo que pensávamos conhecer como íntimo e confortável funde-se ao seu oposto, o estranho e perturbador. Essa transformação do espaço em algo estranho remete diretamente ao infamiliar freudiano.<sup>27</sup> O elemento infamiliar (*unheimlich*) sempre está no lado de dentro. A própria palavra familiar (*heimlich*) carrega em seu oposto uma reverberação ambígua: “infamiliar”. Por um lado, há na expressão algo que conhecemos como íntimo; por outro, algo que percebemos como desconhecido, inquietante, enquanto algo silenciado e oculto de nós. Ora, o prefixo *un-* procede à reduplicação dessa ambivalência, conservando-a e evocando-a em simultâneo.

Para Freud, tal elemento produz-se justamente naquilo que pertence ao mais íntimo, ao que é relativo ao lar, ao confortável e ao conhecido, permanecendo escondido da vista alheia. A maior inquietação produz-se em nós justamente por ser esse íntimo-secreto, o aparente oposto de *unheimlich*, não o sendo em realidade. O próprio núcleo da palavra — *heim* — traduz-se do alemão para o português como casa. A famosa frase de Marguerite Duras torna-

<sup>24</sup> ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011, p. 349-350 e p. 361

<sup>25</sup> MANDOLESSI, Silvana. Haunted houses, horror literature and space of memory in post-dictatorship Argentine literature. In: COLOMBO, Pamela; SCHINDEL, Estela (Orgs.). *Op. cit.*, 2014, p. 150-161.

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> Nas traduções para a língua portuguesa, há diferentes palavras que buscam encontrar um termo que bem traduza o difícil sentido do *unheimlich* freudiano: estranho, sinistro, inquietante, ominoso, incômodo; ou ainda locuções como “inquietante estranheza” e “estranheza familiar”. Para esta investigação, faço preferência por trabalhar com a tradução de “infamiliar”, cunhada por Ernani Chaves e Pedro Tavares, precisamente porque esse termo alude aos sentidos de familiar, de segurança, de ambiente doméstico e, nessa extensão, de casa. Cf. FREUD, Sigmund. *O infamiliar [Das unheimliche]*. Edição bilíngue. Tradução Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares. São Paulo: Editora Autêntica, 2019.

se, aqui, pertinente: “é numa casa que a gente se sente só. Não do lado de fora, mas dentro”.<sup>28</sup> De repente, a coisa improvável vem à tona: as fronteiras entre o banal e o oculto são borradadas com sua presença, e o espaço funde-se em uma paisagem perturbadora – familiar, mas outra – que dá lugar ao assombro.

As figuras espetrais, portanto, assombram não somente o tempo, desajustando os ponteiros do relógio e fazendo com que ele fique fora dos eixos (“The time is out of joint”), tal como proferiu o atormentado príncipe dinamarquês no palco do teatro. Para além do tempo decomposto e desconexo, o espectro também acossa o espaço, distorce cartografias e transforma profundamente a “textura espacial” por onde ronda.<sup>29</sup> O assombro diz respeito, então, a uma crise de espaço e de tempo. Poderíamos igualmente dizer “o espaço está fora dos eixos”, ao denotar a sensação de perda e infamiliaridade que exala da topografia assombrada.<sup>30</sup> A partir dessa concepção espacial, Colombo propõe uma interessante divisão para se pensar os espaços acossados em sua densidade volumétrica: o espaço do desaparecimento seria constituído de múltiplas camadas – a clandestina, ligada à técnica e ao procedimento de fazer desaparecer; a visível, ligada à ocupação militar material; e, por fim, a invisível, que se refere ao lugar onde os corpos desaparecidos poderiam estar, mas, em vez disso, persistem, rondam e insistem como espectros.<sup>31</sup>

Levando em consideração essa forma de ver, seria possível deslindar o procedimento desaparecedor pertencente à modulação clandestina, visualizar a fachada impassível da casa e, de saída, sentir a presença do morador ausente, que vive no hiato espaço-temporal à espera da morte, ainda que distanciado dela mesma. De acordo com Shajara Neehilan Bensusan, o espectro redefine nosso campo de visibilidade, mas não no sentido de olhar mais longe ou através de outro ângulo, para além daquilo que conhecemos e pertence ao mundo sensível; ao contrário, convida-nos a olhar para *baixo* da presença, para o que se esconde *sob* o tempo presente, fazendo-nos perceber que a própria condição do visível está enraizada no ausente que o sustenta.<sup>32</sup>

Nesse cenário, a superfície terrestre, onde está alicerçada a casa, a parte que se vê, interage com a outra parcela, mais profunda, a qual, apesar disso, afeta quem pisa na camada

<sup>28</sup> DURAS, Marguerite. *Escrever*. Tradução Rubens Figueiredo. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 13.

<sup>29</sup> COLOMBO, Pamela. La desaparición en vertical: imaginarios geográficos y violencia de Estado. In: GATTI, Gabriel (Org.). *Desapariciones*. Usos locales, circulaciones globales. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 2017, p. 252.

<sup>30</sup> PILE, Steve. *Real cities: modernity, space and the phantasmagorias of city life*. London: Sage. 2005, p. 132.

<sup>31</sup> COLOMBO, Pamela. *Op. cit.*, 2017, p. 252-253.

<sup>32</sup> BENSUSAN, Hilan. *Memory assemblages: spectral realism and the logic of addition*. London: Bloomsbury Academy, 2024, p. 10-11.

exterior. Uma botânica de ossos rompe a superfície do jardim – e ali faz sombra. Longe da imagem romântica e de sua relação com a serenidade burguesa, da natureza domesticada e do belo,<sup>33</sup> o jardim de Petrópolis é um lugar perturbado pela sua terra, onde os tempos se entrelaçam.

Doutor Carneiro, codinome de Amílcar Lobo, tenente-médico e torturador que serviu no aparelho clandestino, pensava que a varanda da casa, com sua ampla vista para o jardim, seria um refúgio, fora das incômodas quatro paredes. Estava enganado. Ao ver Doutor Teixeira, sentado no sofá, sacar uma pistola de dentro do casaco e assassinar Victor Papandreu com um único tiro, Carneiro levantou-se em um pulo. Fugiu para a varanda, enquanto Papandreu permaneceu na poltrona, em frente à lareira. “Fiquei olhando para uma grande árvore que existia no jardim. Sampaio se aproximou e em tom de troça, acrescentou: [...] Ninguém sai com vida daqui. Disse isto a você na primeira vez que esteve aqui, já esqueceu?”<sup>34</sup> Seria aquela árvore, observada por Lobo, um prenúncio do que estava por vir?

A casa é um desses lugares por onde o ser errante desliza e toma lugar, habita e demora. Imagem primordial do abrigo e do amparo, é o lugar do resguardo das memórias de infância, da intimidade e dos tesouros antigos. Mas a casa se inverte quando o morador estranho se agita. Emerge das profundezas do porão aquilo que foi lançado ao irracional e ao segredo.<sup>35</sup> Ele sobe os degraus da escada, demanda nosso reconhecimento. Os móveis estremecem com uma vibração sem forma sob a sua presença. Casas, afinal, são uma espécie de canto do mundo onde também se acomodam a solidão e a dor, onde residem nossos piores pesadelos.<sup>36</sup> Em poucas palavras: acredito que a casa de Petrópolis está assombrada, e esse é um dos efeitos da violência do desaparecimento sobre ela.

A partir desse paradigma espectral, formulo o problema central desta pesquisa: compreender o que foi e como operou o centro clandestino de Petrópolis. Da ideia de dispositivo do desaparecimento, avanço para a análise da instalação, da estrutura e da finalidade do aparelho no arcabouço repressivo e, em seguida, para sua operacionalização posterior, responsável por ocultá-lo. Na interconexão desses elementos, busco entender segundo qual lógica se ergueu o aparelho clandestino de Petrópolis.

\*\*\*

<sup>33</sup> HUYSEN, Andreas. *Op. cit.*, p. 83, 88 e 90.

<sup>34</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 37-38.

<sup>35</sup> BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1972, p. 31.

<sup>36</sup> LOPES, Denilson. *Nós, os mortos: melancolia e neo-barroco*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1999, p. 20.

A essas relações possíveis entre o desaparecido e o espectral, porém, já se poderia fazer uma primeira objeção: fantasmas não existem. Poderíamos facilmente nos deixar conduzir pela alusão de que esse hóspede espectral faria parte de uma dimensão inventada, absurda, como pontuou o antigo proprietário da casa. Pior: um falseamento da realidade, algo que teria escapado dos filmes de Hitchcock ou de Kubrick. Essa objeção se ancora, de acordo com as construções históricas e políticas específicas da modernidade ocidental, na compreensão de que o único caminho da morte é o nada absoluto.<sup>37</sup> Outra abordagem, diferentemente da pura negação, seria entender o espectral como algo concebido pela mente humana para dar conta de uma situação profundamente traumática – mas que, de qualquer forma, jamais escaparia do reino do irreal. O espectro seria, então, nesses termos, uma figura concebida para dar sentido à nossa realidade, já sem sentido algum após o acontecimento do desaparecimento.

Uma terceira posição, que me parece mais condizente com os caminhos enfrentados nesta pesquisa, diz respeito à compreensão de que há múltiplos modos de existência, como propõe Vinciane Despret. Em vez da posição binária entre o ser real e o irreal, a autora defende a concepção de que uma versão não anula a outra; somam-se e se complementam numa concepção limiar.<sup>38</sup> Esse é um compromisso delicado, que abarca as dimensões epistemológica e ética, no qual se suspende a descrença para permitir que a presença seja sentida como real e externa, num processo de fabricação conjunta em que, em resposta a um apelo ou solicitação, o vivo responde ao morto. Essa perspectiva permite uma experiência na qual o que é imaginado é sentido como algo real e dotado de exterioridade, e não apenas como algo vindo de uma mente fantasiosa.<sup>39</sup> Dizer que algo é “real”, então, depende do registro de verdade apropriado a ele: o fantasma é real em seu próprio regime, como um ser que age e afeta a nossa vida, a vida daqueles que ficaram vivos.

De fato, o sujeito desaparecido é uma figura que remete à ideia de ruptura das regras, normas e expectativas. Isso porque o desaparecido e o processo pelo qual ele foi criado – o fazer desaparecer – são produtores daquilo que Gabriel Gatti nomeou como o colapso do sentido. O processo implica o despedaçamento da linguagem e da identidade das pessoas

<sup>37</sup> DESPRET, Vinciane. *Our grateful dead: stories of those left behind*. Tradução de Stephen Muecke. Minneapolis: Minnesota University Press, 2021, p. 4-5.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 81.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 6-7.

desaparecidas, separando nomes e histórias de seus corpos.<sup>40</sup> Uma condição violenta que os transforma, assim, em figuras ambíguas e sombrias, aproximando-os do território associado aos fantasmas. Por se tratar de um acontecimento não imediatamente assimilável – se é que alguma vez o será – e por não se deixar capturar por um único tipo de linguagem, opera-se a passagem do “literal” para o “figurativo” fantasmático.<sup>41</sup>

Compreender o espectro como outra linguagem possível diante do acontecimento traumático do desaparecimento não é uma acepção incorreta. Contudo, para evitar confusões adiante, gostaria de sublinhar desde já um traço fundamental do ente espectral: sua constante mutação. Um dos grandes problemas de pensar a figura espectral – e junto a ela – se dá na medida em que estamos diante de algo que carece de inteligibilidade. É difícil, senão impossível, delineá-lo em um conceito, dizer o que, de fato, o espectro é. Sem forma e sem corpo, ele é uma espécie de figura que não se deixa confinar, que continuamente se transforma ao vagar no lusco-fusco. Derrida complica essa noção ao afirmar que o espectro não é “nem substância, nem essência, nem existência”<sup>42</sup>; ele é “alguma coisa, justamente [...]”<sup>43</sup>. Um indecidível, então. E, apesar dessa dificuldade de tratá-lo em termos de *ser* alguma coisa, é preciso evitar entendê-lo como algo pígio ou insignificante, mesmo que sem tangibilidade.

Ao desafiar a própria noção de uma presença pura, isolada e incorruptível – que poderia, por exemplo, ser plenamente desvendada pelo impulso científico –, o fantasma aponta para o sombreamento das coisas do mundo, que não estão imunes a serem acossadas. O espectral, desse modo, *age* tal qual uma adição assimétrica e perturbadora: ele *transforma* a realidade que é tida como evidente, *modifica* o que estava lá antes de sua aparição, *contesta* o que é concebido como real.<sup>44</sup> De volta ao palco shakespeariano, Hamlet assim respondeu ao companheiro de vigília, quando questionado sobre a natureza da estranha aparição noturna: “Pois como estranho demo-lhe acolhida! Há mais coisas, Horácio, em céus e terras, do que sonhou nossa filosofia”<sup>45</sup>.

Não precisamos assumir a tarefa de caçar fantasmas, acreditar em almas penadas ou escutar o arrastar de correntes pelos corredores da casa de Petrópolis. Devemos, na verdade, reconhecer que o fantasma *espectraliza* o mundo e os vivos, e precisamos assumir

<sup>40</sup> GATTI, Gabriel. *Identidades desaparecidas*: peleas por el sentido en los mundos de la desaparición forzada. Argentina: Prometeo Libros, 2011, p. 61-65.

<sup>41</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Op. cit.*, 2000, p. 87-89.

<sup>42</sup> DERRIDA, Jacques. *Op. cit.*, 1994, p. 11.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>44</sup> BENSUSAN, Hilan. *Op. cit.*, p. 112-114.

<sup>45</sup> SHAKESPEARE, William. *Op. cit.*, p. 220.

formalmente seu potencial disruptivo e analítico diante da indeterminação e do incerto.<sup>46</sup> A tarefa não é enterrá-lo ou exorcizá-lo, mas ouvi-lo e dar-lhe acolhida. Foi Mark Fisher quem bem traduziu essa forma de pensar: “Trata-se de recusar a desistir do fantasma ou – e isso às vezes pode significar a mesma coisa – à recusa do fantasma em desistir de nós”.<sup>47</sup>

Nesse ponto, é interessante notar como tal perspectiva pode ser um potente recurso para pensar os episódios violentos do passado e do presente latino-americano. Um espaço atrelado às diversas formas de violência, que vão desde os genocídios das populações indígenas e a subjugação escravista dos povos africanos até o assassinato e desaparecimento de líderes comunitários, o continente assume uma carga assombrosa em decorrência dessas marcas endêmicas de sua história. Ora, diante de uma América Latina assombrada, a resposta deve ser inevitavelmente espectral. A perspectiva surge como um recurso privilegiado de análise e compreensão, sobretudo quando as descrições realistas e temporalizações unidirecionais da historiografia moderna mostram-se ineficazes para pensar e narrar os passados opressivos, produtores, eles mesmos, de espectros.<sup>48</sup>

Seja para dar conta das complicadas relações entre história, memória e violência, servindo como diapasão para emprestar visibilidade às injustiças não resolvidas ou ignoradas,<sup>49</sup> seja como lente para observar a irrupção intempestiva do passado no presente, ao focalizar as lacunas e os impasses do convulsivo processo de democratização após o regime ditatorial brasileiro,<sup>50</sup> o espectral surge enquanto uma forma privilegiada de pensar a violência e o tempo irresolutos da América Latina. Não que se resuma apenas a um recurso analítico, devido à sua natureza inconstante; mas será principalmente sob essa lente que, daqui em diante, visualizarei o centro clandestino de Petrópolis, ocultado numa casa, e seu hóspede espectral, o ser desaparecido, tanto produzido pelo funcionamento do aparelho quanto por ele modificado e assombrosamente afetado.

<sup>46</sup> BLANCO, María del Pilar; PEEREN, Esther. Introduction: conceptualizing spectralities. In: \_\_\_\_ (org.). *The Spectralities Reader: Ghosts and Haunting in Contemporary Cultural Theory*. New York: Bloomsbury Academic, 2013, p. 6-9.

<sup>47</sup> FISHER, Mark. *Fantasmas da minha vida*: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos. Tradução Guilherme Ziggy. São Paulo: Autonomia Literária, 2022, p. 42.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. *Esboços: História em contextos globais*, Florianópolis, v. 30, n. 55, setembro-dezembro 2023, p. 318-320. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2023.e93507>. Acesso em: 30 abr. 2025.

<sup>49</sup> Juliana Martínez investiga como artistas colombianos recorrem a uma linguagem espectral para responder aos desaparecimentos de ativistas no país, empregando tal perspectiva como modo narrativo para abordar injustiças latino-americanas por meio de representações que evocam a ausência, circularidade, repetição e irresolução. MARTÍNEZ, Juliana. *Haunting without ghosts: spectral realism in Colombian literature, film, and art*. Austin: University of Texas Press, 2020.

<sup>50</sup> FARIA, Daniel. Baderneiros, arruaceiros, guerrilheiros: um acontecimento na transição democrática. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 49-70, janeiro-abril 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942018000100004>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Reconhecer o hóspede é, pois, o primeiro passo para aproximar-se da casa, de sua finalidade e de seu funcionamento no interior do processo desaparecedor. Como as considerações sobre a densidade espectral do ente desaparecido já foram delineadas, cabe agora desvelar e esmiuçar as três camadas nas quais organizei esta investigação, inspirada na formulação de Pamela Colombo.<sup>51</sup>

No primeiro capítulo, dedicado à camada clandestina, trato do desaparecimento forçado: primeiro, como fenômeno singular, resistente à equiparação automática entre desaparecido e morte; depois, como arma de guerra contrainsurgente, planejada e operada segundo a semântica do Terror de Estado. De saída, examino a estrutura da “máquina repressiva”, da qual a casa de Petrópolis fazia parte, e mostro seu funcionamento como mecanismo de conversão de vidas em espectros. Para além das trajetórias clandestinas de alguns militantes ligados à casa, sigo, sobretudo, o percurso de Inês Etienne Romeu, com a finalidade de iluminar as engrenagens operacionais e os métodos do centro clandestino de Petrópolis, aqui analisado como não-lugar e arma desaparecedora.

Já no segundo capítulo, dedicado à camada visível, busco compreender a finalidade e a inserção do centro de Petrópolis no sistema repressivo. Antes de avançar por essa vereda, pondero a exequibilidade do percurso investigativo à luz das fontes: de um lado, o relatório-testemunhal de Inês; de outro, as diversas declarações, muitas vezes incertas ou mentirosas, de agentes da repressão. O capítulo concentra-se nas operações do aparelho em 1971, tomando a confiabilidade do relatório de Inês como eixo e deixando de lado nomes e ações militares que surgem apenas nas falas dos algozes, dada a dubiedade e a inverossimilhança de muitas de suas afirmações.

Na camada invisível, por fim, reconstituo o caminho que levou à localização precisa do centro clandestino de Petrópolis e à publicização da denúncia de Inês, deflagrada nas manchetes de fevereiro de 1981. Analiso detidamente como a imprensa “canonizou” o relato, emoldurando os contornos do centro clandestino no espaço privilegiado de disputa pelo sentido político dos acontecimentos. Em seguida, examino como o aparato de informações acompanhou e respondeu às denúncias e como a cobertura midiática se interrompeu de súbito sob essa vigilância cerrada. No último ato, retorno ao jardim para interrogar, a partir da escavação realizada em 1987, a ausência persistente da casa e a sensação de incompreensão diante dos contínuos movimentos de ocultar, enganar e negar.

<sup>51</sup> COLOMBO, Pamela. *Op. cit.*, 2017, p. 252-253.

O que se segue é uma história quase detetivesca, à procura de pontos de ligação em uma profusão de indícios. Uma investigação que reprisa a diligência dos detetives: primeiro, avalia o cenário e sai às ruas, em busca de reunir as provas à mão e reconstituir o início do processo de um crime, como se pudesse desvendar um mistério que clama por ser resolvido. Une todos os vestígios, coteja-os em suas semelhanças e diferenças para, então, alcançar uma conclusão válida. Mas as circunstâncias que fazem dessas mortes algo incerto e irresoluto transformam essa história. Acima (ou abaixo?) de tudo, essa é uma história de terror, com um fantasma a assombrar seu centro.

Um calafrio percorre o corpo, subindo pelos pés. Na sala, uma algazarra de cadeiras se arrastando. De repente, estamos eu, você e ele, sentados à mesa. O relógio de ponteiros distorcidos bate a primeira hora. Ele nos olha. E não resisto à primeira e tão familiar pergunta: Quem é você?

## CAPÍTULO 1

### A camada clandestina

#### **1.1 O desaparecido**

Eles vêm chegando. E esta abertura talvez seja uma forma devê-los ainda visíveis nas últimas notícias antes da travessia para a casa.

Foi no fim de abril de 1971 que Mariano viu o irmão pela última vez, Arlindo. Era em Recife. Trocaram informações sobre o último Congresso da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), a organização em que os dois militavam. Mariano não tinha tempo para se demorar, o grupo do Rio o chamava de volta. Entre eles, ficou uma sensação incômoda de que aquele encontro era o último.<sup>52</sup>

Carlos também havia estado nesse Congresso. Chegara a Ipanema há poucos dias, e estava arrumando, com o cuidado de quem precisava passar despercebido, uma pensão. Era ali que dormiriam os companheiros recém-chegados de Cuba. Nada poderia chamar atenção da vizinhança. Sérgio Campos o viu por último, em fevereiro, descendo na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, em direção ao ponto de ônibus. Havia combinado de se encontrar no dia seguinte, em frente ao Cinema Ópera. Mas só Sérgio apareceu.<sup>53</sup>

Antônio, do mesmo modo, também não apareceu ao encontro. O ponto havia sido marcado às nove da noite, no Bar Chaplin, em Ipanema. Ele dormira, na véspera, no quarto da pensão que Carlos preparara. Depois disso, ninguém mais o viu.<sup>54</sup>

Na noite de 12 de julho de 1971, quase no escurecer, Walter saiu de casa para encontrar outro militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A esposa o viu partir. O ponto seria nas praias da Barra da Tijuca, onde ele trabalhava como salva-vidas. O que se sabe é que, ainda naquela noite, sua casa foi invadida por policiais à paisana. Eles reviraram tudo. Vasculharam armários, gavetas e olhos de seus filhos. No dia seguinte, Walter não voltou.<sup>55</sup>

Mais cedo, no mesmo dia, prenderam Paulo e Heleny. Ele voltava de Cuba. Ela, recém-libertada do Presídio Tiradentes. Foram presos juntos no Rio. As versões divergem, o que há

<sup>52</sup> CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.). *Desaparecidos políticos*: prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: CBA RJ/Edições Opção, 1979, p. 172-3.

<sup>53</sup> CHACEL, Cristina. *Seu amigo esteve aqui*: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012, p. 10-12.

<sup>54</sup> CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.) *Op. cit.*, p. 164-5.

<sup>55</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. v. 3, p. 647.

são lembranças vagas: companheiros que os teriam visto na frente de hotéis e de bares, caminhando juntos.<sup>56</sup>

O caso de Aluízio é diferente. O último lugar onde o viram não foi uma esquina, nem uma praia, nem um quarto de pensão. Foi no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, em São Paulo, vindo de Petrópolis. Um preso, Altino Dantas, que estava numa cela vizinha, ouviu quando Aluízio foi levado pelo corredor estreito até a sala principal do prédio. Naquela madrugada não incomum do DOI, os gritos se prolongaram até o amanhecer. E então, enfim, veio o silêncio.<sup>57</sup>

Uma vez que a casa de Petrópolis foi desdobrada como um espaço assombrado, um território onde o desaparecido ronda sem corpo, chega o momento de entendê-los mais detidamente. Antes de ali chegarem, porém, é preciso seguir os passos dos militantes que vagaram pela cidade em estado de suspensão, sobretudo os de Inês. Fragmentados, seus rostos se desfazem; frágeis e momentâneos, suas presenças vão se dissipando. Defendo a ideia de que o processo de desaparecimento começa antes da captura pela máquina repressiva: no mundo da clandestinidade, o espectro já está em formação, rondando nas intermitências da vida interrompida.

É a partir desses vestígios, desses últimos vislumbres que se ilustram e se aprofundam os fundamentos do argumento segundo o qual a equiparação automática de desaparecimento com morte constitui uma confusão fatal. Essa confusão, além de ser pouquíssimo proveitosa analiticamente, aplana tanto a singularidade e a potência desse estado de ser quanto faz perder de vista a especificidade da operacionalização da arma de guerra que o produz. Gatti é enfático no que concerne a tal diferença. Para ele, nem mesmo no sentido etimológico da palavra, o verbo desaparecer e o termo que designa aquele que sofre a ação – desaparecido – associam o destino final à morte, mas a um lugar e a situações incertas e informes, quase inapreensíveis.<sup>58</sup> Na língua portuguesa, podem ser elencadas as seguintes definições para o verbo: deixar de estar visível, sumir, esconder-se, afastar-se, dissipar-se, entre outras.<sup>59</sup> Concordo com o autor na relevância da marcação da diferença, nesse estar entre dois mundos: nem vivo, nem propriamente morto. Ainda assim, apesar dessa distinção marcante, a relação entre o desaparecido e a morte parece ter-se tornado uma certeza. Hoje, partimos do princípio

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 542-3.

<sup>57</sup> CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.) *Op. cit.*, p. 181-183.

<sup>58</sup>GATTI, Gabriel. El desaparecido vivo. In: BUSCHMANN, Albrecht; SOUTO, Luz. (Orgs.). *Decir desaparecido(s): formas e ideologías de la narración de la ausencia forzada*. Berlim: Lit Verlag, 2019, p. 19-30.

<sup>59</sup> *DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

de que, apesar da ocultação de suas ossadas, os desaparecidos políticos da ditadura estão mortos.

A bem da verdade, essa rápida associação não é inteiramente descabida, nem se deve ao acaso ou a um descuido. Por vezes, nos deparamos com notícias de que algum desaparecido político foi identificado, a partir da análise especializada de seus remanescentes humanos, ou com mudanças em suas certidões de óbito, que reconhecem e comprovam a causa da morte como decorrente de ações violentas perpetradas pelo Estado brasileiro. Um caso ilustrativo é a recente identificação do paradeiro da ossada de Aluízio Palhano na vala clandestina do cemitério de Perus, em São Paulo – uma das pessoas que figura nas cenas das últimas notícias sobre aqueles que foram transferidos, ainda que por poucas horas, para a casa de Petrópolis em maio de 1971.<sup>60</sup> Diga-se de passagem, ações como essas foram possibilitadas tanto pelas iniciativas de suas famílias e de entidades de direitos humanos quanto pelas informações reunidas graças aos exímios trabalhos encabeçados pelos pesquisadores das diversas comissões da verdade. Ao longo do tempo, a definição de “desaparecido” foi ganhando novos contornos por meio de um processo complexo, articulado entre marcos legais de organismos internacionais e reivindicações políticas protagonizadas por entidades civis. No Brasil, a expressão “desaparecidos políticos” terminou por consolidar-se como referência às vítimas fatais da ditadura, reforçando a ideia de que o sujeito desaparecido é, afinal, um morto, mesmo quando as circunstâncias de seu desaparecimento e o paradeiro do corpo permaneçam não elucidados pelo Estado.<sup>61</sup>

Fato é que nem sempre essa associação foi tão imediata ou inequívoca. É preciso ter em mente que as próprias noções iniciais de “desaparecido” e “desaparecimento” foram construídas pelas famílias dos desaparecidos ao longo das buscas por informações sobre seus paradeiros, tendo como eixo condutor encontrá-los em vida e, se isso já não fosse mais possível, ao menos ter acesso ao corpo ou saber que destino lhes havia sido dado.<sup>62</sup> Essa noção começou a ser forjada no cotidiano, a partir da busca por respostas: famílias enviavam cartas a agentes repressivos, insistiam em visitas a delegacias e prisões, reuniam-se em pequenos grupos para trocar informações. Ela também foi construída sob a esperança do

<sup>60</sup> DAL PIVA, Juliana; COUTINHO, Mateus. Comissão de Mortos e Desaparecidos identifica nova ossada de opositor no cemitério de Perus. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/comissao-de-mortos-desaparecidos-identifica-nova-ossada-de-opositor-no-cemiterio-de-perus-23276899>. Acesso em: 15 out. 2025.

<sup>61</sup> FRANCO, Paula. *A verdade pública se constrói no caminho*: as comissões da verdade brasileiras como projeto originado da interação entre Estado e a sociedade civil. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 151-152.

possível retorno. Ou seja, no contexto brasileiro, antes de sua reconfiguração pelo direito internacional e de sua conversão em categoria legal – frequentemente associada à “morte” para fins de reparação – o termo “desaparecido” materializava a luta das famílias para nomear um crime sem corpo e sem confissão, quando os desaparecidos eram considerados oficialmente “foragidos” pelo Estado.<sup>63</sup>

O pai de Carlos o esperou. Ele se recusava a mudar de apartamento. “Não, o Beto tem a chave da porta”, dizia. Sua mãe mantinha o quarto arrumado, exatamente como o filho o deixara no Natal de 1970. Uma casa mantida intocada à espera de sua chegada. Em mais um dia de buscas, em junho de 1971, um dos irmãos de Carlos o viu em um cartaz de procurados, pregado na parede de uma delegacia no estado do Rio. Sobre a fotografia do seu rosto, um “xis” em vermelho. Para seus irmãos, a fotografia era suficiente para convencê-los da morte, depois de meses de procura. Já para seus pais, não.<sup>64</sup>

Não que o caso de Carlos, exemplificado acima, deva ser tomado como representativo de todas as diferentes manifestações acerca da concepção inicial do fenômeno do desaparecimento e da figura do desaparecido; ainda assim, é relevante notar que, embora a morte pudesse ser pressuposta entre alguns familiares – seja por alguma informação que ao menos aludisse a ela –, permanecia a angústia da interrogação diante de sua nebulosa morte. Na entrevista publicada na revista *IstoÉ*, em 1978, na qual seus irmãos narravam as intermináveis buscas por evidências ou informações verdadeiras sobre as circunstâncias do sequestro e sobre o destino do corpo, o termo utilizado por eles ainda era “desaparecido”, e não “morto”.<sup>65</sup> Portanto, mesmo com uma tênue pressuposição da morte, mantinha-se firme a fronteira que diferenciava ambas as noções.

Em artigo recentemente publicado, o sociólogo Camilo Vicente Ovalle complementa a análise de Gatti sobre o desaparecido como categoria específica, ao demonstrar que essa noção foi alicerçada em três dimensões distintas, cuja articulação balizou a construção histórica do conceito de desaparecimento: o *fenômeno* enquanto experiência social, como parte de um vocabulário mobilizado pelas famílias para compreender o ocorrido e reivindicar justiça; como *arma de guerra*, relacionada à técnica de violência instrumentalizada pelo Estado ditatorial para aniquilar e aterrorizar dissidentes políticos; e, por fim, enquanto *delito*, inscrito no campo jurídico e nos marcos legais internacionais – dimensão que mais tarde

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 149-150.

<sup>64</sup> REVISTA ISTOÉ, n. 92, 27 de setembro de 1978, p. 31-32.

<sup>65</sup> *Ibid.*

consolidou uma tipologia desse sujeito, permitindo o enquadramento do crime e a possibilidade de punição.<sup>66</sup>

Apesar da forte carga jurídica que embasa o conceito contemporâneo de desaparecimento, Ovalle sustenta que ele é, em última instância, eminentemente histórico, e não meramente nominal.<sup>67</sup> Isto é, está profundamente ancorado em processos sociais e políticos específicos que se desdobraram ao longo do tempo, o que o torna não um conceito fixo, mas em constante transformação e adaptação, de modo a continuar abrangendo as múltiplas formas pelas quais o desaparecimento se manifestou (e se manifesta) em diferentes contextos. Mais do que um modelo ideal a ser aplicado indiscriminadamente, trata-se de um conceito dotado de reflexibilidade: ele percorre diversos itinerários no Cone Sul e no continente europeu, operando sobre tensões e diferenças para tornar inteligível um fenômeno eminentemente histórico.<sup>68</sup>

Veja que, para além da dimensão lexicográfica, o termo “desaparecimento/desaparecido” agora remete a um conceito em constante construção, servindo para apreender o fenômeno em suas múltiplas dimensões e implicações. É particularmente relevante notar, nesse ponto, a introdução da dimensão da arma de guerra, que ultrapassa e adensa a explicação lexical proposta por Gatti. Soma-se a isso uma modificação sintática na função da partícula “se”, que, antes, atuava como indeterminador do sujeito do verbo “desaparecer” no exemplo acima: não mais se esconde, se dissipa ou se afasta; agora, alguém é escondido, é dissipado, é afastado por um agente específico. Não se trata de um acidente ou de uma ação espontânea, mas da referência a um ato planejado, deliberado, perpetrado por agentes que ocultam, eliminam e fazem desaparecer corpos de modo sistemático, segundo a lógica de uma técnica de guerra contrainsurgente empregada durante a ditadura militar brasileira.

Há de se precisar a dimensão da arma de guerra: a prática do desaparecimento como técnica de repressão teve origem na doutrina contrarrevolucionária desenvolvida pelas forças militares francesas, cujas estratégias foram forjadas nas experiências coloniais da Indochina e da Argélia. Essas táticas, voltadas à neutralização de resistências e ao controle psicológico da população, encontraram aplicação prática inicial na Guatemala dos anos 1960, com a criação da Polícia Judiciária e a atuação de esquadrões da morte locais. Mais tarde, foram aperfeiçoadas durante a Guerra do Vietnã, quando os Estados Unidos incorporaram técnicas

<sup>66</sup> VICENTE OVALLE, Camilo. Desapariciones: concepto, historia y experiencia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 17, p. 1-27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v17.2178>. Acesso em: 14 fev. 2025.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 9-10.

<sup>68</sup> *Ibid.*

de guerra psicológica e contrainsurgência. Tal instrumento também guarda paralelos com as práticas da Alemanha nazista, que sequestrava opositores em territórios ocupados.<sup>69</sup> Esse conjunto de estratégias consolidou-se nas ditaduras militares da América Latina, particularmente no Cone Sul, como modalidade de terrorismo de Estado. Implementada para garantir as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a prática consistia em sequestros ilegais realizados por forças estatais, como as polícias e as Forças Armadas, que negavam qualquer responsabilidade pelos crimes praticados.

É importante destacar que a característica fundamental do desaparecimento forçado reside justamente em seu caráter clandestino e negado, marcando uma violência que não se assume e que suprime não apenas o corpo da vítima, mas também seus rastros e sua existência legal. Para Enrique Serra Padrós, o desaparecimento, enquanto modalidade repressiva, pode ser considerado o estágio mais avançado da política de Terror de Estado, pois representa uma ação estatal ilegal em sua forma extrema.<sup>70</sup> Trata-se de uma modalidade que cria, ainda, uma situação singular: a localização e o destino do sujeito desaparecido são desconhecidos pela sociedade e pelas famílias, enquanto o Estado e os agentes da repressão negam ou distorcem os fatos. Um de seus objetivos é semear a incerteza entre aqueles conectados ao desaparecido, desestabilizar a sociedade como um todo e ocultar a escala das ações repressivas clandestinas.<sup>71</sup>

No Cone Sul, embora com variações e diferenças importantes em cada país, o desaparecimento passou a ser sistematicamente utilizado como instrumento de repressão a partir da década de 1970. No Brasil, tal arma ganhou força a partir de 1971 – ano particularmente relevante para esta investigação –, na escalada e na expansão do funcionamento do aparato repressivo. A aplicação do método seguia uma estrutura bem definida: sequestro, condução a centros de detenção, prisão ilegal, tortura, extermínio das vítimas e, por fim, o apagamento dos rastros de todo o processo.<sup>72</sup> Esse apagamento dos rastros não era apenas um efeito posterior; dependia, também, de uma engrenagem informacional e operacional progressivamente organizada.

<sup>69</sup> MANDOLESSI, Silvana. Anacronismos históricos, potenciales políticos: la memoria transnacional de la desaparición en Latinoamérica. *Memoria Y Narración. Revista De Estudios Sobre El Pasado Conflictivo De Sociedades Y Culturas contemporáneas*, n. 1, 2018, p. 20-21. DOI: <https://doi.org/10.5617/myn.6020>. Acesso em: 19 out. 2024.

<sup>70</sup> PADRÓS, Enrique Serra. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, PR, v. 10, p. 7-8, 1º semestre 2007. DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v0i0.1229>. Acesso em: 18 jul. 2024.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 11-12.

<sup>72</sup> *Ibid.*

O ano de 1971 foi um marco decisivo na consolidação do aparato repressivo e informacional da ditadura brasileira, na medida em que assinalou a passagem de uma repressão ainda relativamente assistemática para um sistema progressivamente institucionalizado, centralizado e profissionalizado.<sup>73</sup> Nesse período, o regime ditatorial estruturou uma máquina burocrática permanente de controle, fundamentada tanto na tortura operacional quanto no sigilo informacional. Nesse horizonte, por exemplo, operacionalizou-se o Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN), articulando um comando unificado entre Forças Armadas e polícias estaduais – incluindo os Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – para uma atuação coordenada na chamada “guerra interna” contra o inimigo comum. O CIE afirmou-se, no interior desse rearranjo robusto, como o órgão de informações com maior efetivo e com dedicação mais direta ao enfrentamento da luta armada.<sup>74</sup> Funcionava como um dos centros nervosos da repressão política: coordenava atividades operacionais; a esse comando, os DOI-CODI<sup>75</sup> por vezes se subordinavam – ou, conforme a dinâmica institucional, se complementavam e até se sobreponham. Essa centralidade do CIE era reforçada, ainda, pela manutenção de diversas unidades espalhadas pelo país, com relativa independência dos comandos regionais, aumentando sua agilidade e seu grau de reserva; e, de modo particularmente significativo, pela existência de equipes de oficiais treinados para o combate de rua e corpo a corpo, especializadas em desarticular alvos da oposição.<sup>76</sup>

Nesse cenário de centralização e aprimoramento do sigilo informacional, era nos centros clandestinos que essa política de extermínio assumia sua forma mais exemplar: lugares onde pessoas deixavam de existir, como se tudo não passasse de um vazio, como se nada tivesse acontecido. A utilização desses espaços permitia ao Estado manter uma fachada de legalidade. Ao mesmo tempo, expandia o aparato repressivo com a anexação de estruturas fora do organograma formal, operando nos meandros do sistema e, paradoxalmente, também à sua margem. Janaína Teles define os centros clandestinos como parte de um mecanismo ainda mais insondável da repressão, representando o “[...] aspecto mais invisível, obscuro e desconhecido do funcionamento dos órgãos de informação e segurança interna daquele

<sup>73</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 38-37.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 68-69.

<sup>75</sup> O DOI-CODI foi um dos principais órgãos operacionais de repressão política e segurança interna da ditadura militar brasileira. Seu sistema dividia-se em duas esferas: o CODI era responsável pelo planejamento e pela coordenação das ações, enquanto o DOI constituía o braço operativo, encarregado de localizar, capturar e interrogar suspeitos. Tratava-se de um órgão híbrido, reunindo, em suas equipes, militares das três Forças Armadas e agentes das polícias civil, militar e federal. Foi formalizado em 1970, nacionalizando o modelo de repressão conjunta iniciado pela OBAN (Operação Bandeirante) em São Paulo.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 94.

período”.<sup>77</sup> Nessa arquitetura do terror, o funcionamento dos serviços de informações militar era peça central na coordenação das ações — mesmo quando executadas por grupos paramilitares clandestinos —, dentro de um sistema de comando centralizado e de divisão hierárquica de tarefas e missões. Essa fórmula clandestina de atuação garantia anonimato e impunidade aos agentes repressivos, gerando uma violência que, ao apagar seus próprios rastros, não apenas eliminava fisicamente os opositores, mas também buscava suprimir qualquer dissidência no projeto ditatorial. Tal violência reverberava, como efeito colateral, na paralisação da resistência, por meio de um medo que se propagava como uma onda pela sociedade.

Diante do exposto, quero chamar a atenção não para a construção *a posteriori*, quando os marcos legais integraram a noção contemporânea de desaparecido, mas para o fenômeno tal como foi vivido e articulado como uma arma de guerra nos primeiros anos da década de 1970, quando o desaparecimento era uma interrogação em aberto. Nesta investigação, importa a marcação da diferença que começava a ser traçada à época da intensa onda repressiva que assolava os grupos da esquerda armada, à medida que a repressão e tal estratégia de guerra, em específico, engoliam militantes no interior da máquina desaparecedora – pois eram esses os esforços iniciais das famílias para dar sentido a um fenômeno que desafiava a categorização rígida entre vida e morte. O desafio, então, é dar um passo para trás e tomar como horizonte analítico o fenômeno do desaparecimento e o vocábulo usado para descrevê-lo no começo da década de 1970, resultante das experiências, das denúncias, das buscas, das formas de compreender aquilo que acontecia, antes de sua definição tomar uma nova espessura nos meandros jurídicos.

A questão, portanto, é focar na apreensão desse fenômeno no momento da operacionalização repressiva, a fim de entender com maior precisão como cada peça do funcionamento da arma de guerra revelava a condição ambígua desse processo e produzia esse ser instável. Esse limbo concentra o foco da análise. Não que o conceito seja irrelevante – ao contrário! Sua precisão recoloca no centro do debate a constelação de estratégias de violência articuladas na arma desaparecedora. O conceito é o ponto de partida para analisar o que vem a seguir. Uma análise focada na diferença, priorizando o desaparecido como categoria distinta do morto, revela, num primeiro plano, o modo singular de funcionamento desse mecanismo.

<sup>77</sup> TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 142. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/publico/2011\\_Janaina de Almeida Teles\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/publico/2011_Janaina de Almeida Teles_VCorr.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024.

Talvez esse seja mais um gesto de responder ao apelo espectral, pois, mesmo diante da negatividade, persiste um traço enigmático e demandante, levando-nos a reinterpretar e revisitar o que parecia tão certo e estabelecido à primeira vista. Sem impor uma palavra final – apesar do que nos impulsiona –, seria, antes, cultivar e saber manejar a indeterminação e a hesitação desses seres, dando continuidade ao relato de modo a sustentar o indecidível no qual se apoiam.<sup>78</sup>

## 1.2 A arma

Em 1970, a VPR, grupo do qual Inês fazia parte, enfrentava um período tenso e arriscado, mas também de novas perspectivas. O Comando da organização buscava reorganizar-se em meio às prisões e mortes de seus militantes, reforçando seu esquema de segurança e sua rigidez disciplinar. Entre as tentativas de conter as desordens e os vazamentos de informações – divulgando internamente, por exemplo, normas que versavam sobre as formas e opções de se desligar do grupo, em vez da deserção –, Lamarca comandou uma área de treinamento no Vale do Ribeira, no interior de São Paulo, com a finalidade de preparar seus membros para deflagrar ações guerrilheiras nas zonas rurais. Ali, isolados, usavam o treinamento para se rearticular e planejar a continuidade da guerrilha, sempre sob a sombra das forças repressivas.<sup>79</sup> Nos meses que antecederam o período de treinamento, a sigla havia deixado de existir, ainda que temporariamente. Anteriormente, em 1969, visando à sobrevivência dos militantes, tanto desse grupo armado quanto dos pertencentes aos quadros do Comando de Libertação Nacional (COLINA), um congresso aprovou a fusão de ambos os grupos – como decisão final, fundou-se outra organização, a VAR-Palmares.<sup>80</sup>

As ações que culminaram no saque ao cofre de Adhemar de Barros, a deserção de Lamarca e o roubo das armas no 4º Regimento de Infantaria em São Paulo, além dos assaltos às agências bancárias, dos sequestros de embaixadores e de voos, resultaram em uma maior fluidez nas táticas do grupo, que visava alocar recursos e militantes para a guerrilha rural.<sup>81</sup>

<sup>78</sup> DESPRET, Vinciane. Pesquisar junto aos mortos. *Campos. Revista de Antropologia*, v. 22, n. 1, 2021, p. 294-295. DOI: <https://doi.org/10.5380/cra.v22i1.80501>. Acesso em: 20 mai. 2025.

<sup>79</sup> ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 86.

<sup>80</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 222-223.

<sup>81</sup> SILVA, Carla Luciana. *A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p. 44-45.

Em meio às diversas prisões e mortes de companheiros de militância, o plano de partir dos centros urbanos para as zonas rurais vinha se concretizando internamente – alguns de seus membros, por exemplo, eram alocados principalmente para trabalhar na agremiação de novos interessados em integrar os quadros do grupo e no reconhecimento das regiões rurais do Nordeste, principalmente em Pernambuco.<sup>82</sup> Muitos desconfiavam da nova estratégia; outros eram abertamente contrários a ela. O fato era que a organização carregava sobre os ombros uma conjuntura de várias quedas e da dissolução do grupo; por isso viam nas áreas de atuação fora das grandes cidades uma das poucas chances de continuar suas ações.

Contudo, em um novo congresso, ocorrido no primeiro semestre de 1970, que consolidou a criação da VAR-Palmares como uma nova organização, sucedeu-se um racha dos membros da VPR, que se recusaram a integrar uma nova sigla, com a intenção de continuar a militar na organização de origem. A antiga VPR foi refundada após sua breve extinção. Embora ambas as organizações compartilhassem o mesmo projeto, que optava pelas ações armadas em zonas rurais, estando umbilicalmente ligadas em relação à criação de um grupo numericamente maior, as diferenças tornavam-se cada vez mais destacadas, culminando no esfacelamento do grupo.<sup>83</sup> A fissura interna explicava-se principalmente pela avaliação do momento oportuno para implementar os atos de guerra.

Marcelo Ridenti classifica a VPR enquanto grupo predominantemente “antiteorista”.<sup>84</sup> Ou seja, um grupo cujo objetivo era evitar o “imobilismo político”, tendo como foco as discussões teóricas sobre a realidade brasileira e acerca da possibilidade de as classes trabalhadoras integrarem os quadros da esquerda guerrilheira. Já no interior da VAR-Palmares, ainda segundo Ridenti, havia certo receio em relação à “propaganda armada” defendida pela sua congênere, a VPR, que se opunha à convicção de que o fruto da revolução brasileira brotaria do próprio desenvolvimento e da publicização das ações armadas junto à sociedade. A VAR-Palmares julgava haver um grande risco de as ações tornarem-se “propaganda de armas por si sós”.<sup>85</sup> Uma preferia avaliar preliminarmente as táticas adequadas, enquanto a outra optava pelo imediatismo da ação.

De outro modo, em vez de convencer a população quanto à legitimidade e à importância de se opor em armas à ditadura e deflagrar a revolução, essas ações apenas a

<sup>82</sup> FERREIRA, Maicon Maurício Vasconcelos. “*Sinistros vermelhos*”: atuação das organizações de luta armada em Pernambuco durante a ditadura (1968-1974). 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021, p. 218-220. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/10094>. Acesso em: 17 fev. 2024.

<sup>83</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Op. cit.*, 1985, p. 248-249.

<sup>84</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 42.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 52-53.

afastariam da ideia. Isso não significava que as ações de guerra fossem julgadas como táticas inoportunas, mas que deveriam ser previamente avaliadas quanto à repercussão entre os trabalhadores urbanos. Questionavam-se, antes, se haveria “apelo político” entre as camadas empobrecidas da sociedade brasileira, que estavam nas fábricas, favelas, hospitais e escolas, em relação aos conflitos armados e às ações de expropriação de empresas americanas e aos sequestros de cônsules e de embaixadores.<sup>86</sup> Todavia, diferentemente do que possa sugerir esse cenário contraditório, devemos evitar avaliar tais discordâncias internas como um debate meramente narcisista ou ilusório sobre a relevância da violência revolucionária; tratava-se, antes, de preocupações reais acerca da possibilidade de desencadear uma revolução socialista diante de uma realidade de opressão e da sobrevivência dos companheiros na clandestinidade, que enfrentavam a eficaz maquinaria da repressão ditatorial.

Apesar da separação de ambas as organizações em decorrência das divergências internas, ainda predominavam os vínculos de companheirismo e amizade entre seus membros. O convívio na preparação e execução de ações armadas conjuntas criou ou reforçou laços afetivos entre seus membros, assim como o compartilhamento de histórias de trajetórias na militância e certo conhecimento sobre o funcionamento dos quadros internos das organizações de esquerda das quais cada um havia participado, sobretudo sobre quem eram seus comandantes e dirigentes.<sup>87</sup> Por exemplo, a ação de expropriação do cofre de Adhemar, que resultou em um montante significativo para sustentar o grupo, contou com a participação de vários membros da antiga VPR e da recém-criada VAR-Palmares. Destaca-se que, enquanto alguns participaram somente do planejamento, outros atuaram diretamente ao dirigir o veículo, instalar bombas para estourar o pesado cofre e depois carregá-lo.

Tais laços e conhecimentos, compartilhados e guardados pelos militantes, foram, posteriormente, utilizados como matéria-prima para extrair e converter em informação aquilo que, em sessões de tortura, alimentava a eficaz máquina repressora. Voltada ao uso imediato ou estratégico, a informação era peça fundamental, guia do planejamento e das ações em campo dos órgãos de repressão.<sup>88</sup> No desenrolar dessa engrenagem, a informação, tomada como dado bruto, era submetida a um rigoroso “ciclo de inteligência”, composto pelas etapas de planejamento, coleta, processamento, análise e disseminação. O produto final desse processo era a inteligência: uma peça de conhecimento analisado e integrado em extensos

<sup>86</sup> SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 222-224.

<sup>87</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Op. cit.*, 1985, p. 15.

<sup>88</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 95-97.

dossiês, prontuários biográficos e organogramas detalhados, pronto para o assessoramento de decisões estratégicas e para o planejamento de operações de campo.<sup>89</sup> Recolher, processar e difundir constituíam etapas concatenadas, julgadas de profunda importância para enfrentar o novo inimigo numa guerra tida por inédita e atípica, a guerra contrarrevolucionária.

Seguindo a semântica da Doutrina de Segurança Nacional – marco das diretrizes presentes na ditadura brasileira, assim como em suas congêneres no Cone Sul –, defendia-se a existência de uma unidade intrínseca à nação, ameaçada por elementos desestabilizadores de ideologia estrangeira e insidiosa, os quais deveriam ser combatidos.<sup>90</sup> Na visão das autoridades militares, o inimigo poderia ser qualquer um e estar em qualquer lugar, disposto a desencadear, em solo brasileiro, uma revolução contra os ditos valores nacionais e, nessa senda, ocidentais. A compilação de dados e informes, convertidos em informação, possui ainda uma aplicação colateral: serve como instrumento para torturar psicologicamente os sequestrados pelas forças militares e policiais. O conhecimento minucioso da vida privada e das redes de afeto do sequestrado era mobilizado como técnica de tortura psicológica, visando à “demolição” do sujeito.

Em relação aos conhecimentos apreendidos sobre os membros da organização armada adjacente, é de interesse analisar o documento proveniente do interrogatório preliminar de João,<sup>91</sup> realizado na Operação Bandeirantes (Oban), nas dependências da Rua Tutóia, em 23 de setembro de 1970:

Que a respeito do esquema financeiro esclarece o seguinte: o dinheiro está descentralizado nas regiões da Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. No início de abril, a organização possuía um total de US 300.000. Esta quantia sofreu as seguintes mutações: US 40.000 caíram na Guanabara, em virtude da prisão de uma aliada de codinome OLGA, isto deu-se em meados de abril. Declarou, outrossim, que segundo informações ventiladas na VAR-PALMARES, a militante da VPR, INES ETIENNE ROMEU (OLGA OU TANIA), oriunda da Colina, costuma visitar seus familiares em Belo Horizonte com frequência.<sup>92</sup>

Militante da VAR-Palmares após a cisão da VPR, João, quando questionado sobre o esquema de funcionamento de ambas as organizações, detalha não apenas a quantidade de dólares que circulavam de forma descentralizada entre os diversos militantes, mas também

<sup>89</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Op. cit.*, 2000, p. 34-36.

<sup>90</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 144-145.

<sup>91</sup> Uma vez que se apresenta a seguir uma informação sensível obtida mediante sessões de torturas, opto por resguardar a identidade dos sujeitos envolvidos, substituindo seus nomes por pseudônimos.

<sup>92</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Interrogatório de João (pseudônimo)*, Operação Bandeirante, DEOPS/SP, setembro de 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70030207.

nomeia as pessoas responsáveis por guardarem o grande montante. Aparentemente, em um primeiro momento, João evita citar o nome de Inês Etienne Romeu a fim de resguardar a sua real identidade; opta por identificá-la apenas pelo seu codinome. Mas as perguntas continuam a ser feitas pelos interrogadores, e João vê-se coagido a respondê-las. Podemos presumir que, a cada vírgula datilografada no documento da transcrição de seu interrogatório, há a presença do agente militar, que lhe pergunta enquanto se utiliza de algum método ou instrumento de tortura sobre seu corpo. A cada vírgula, mais se desenha quem era e o que fazia Inês: há a sua identificação para além do codinome; há a referência ao dinheiro confiado a ela, que remete à ideia de Inês ser vista como uma pessoa de confiança e de grande responsabilidade na organização em que militava; e há, ainda, a indicação de seus deslocamentos para visitar sua família, que deveriam ser realizados com alguma frequência.

A cada vírgula, a cada informação arrancada, a vida de Inês vai sendo colocada cada vez mais em perigo, em suspensão. Pouco a pouco, Inês adentra em um território nebuloso e insólito. Se a clandestinidade a situa previamente numa condição avulsa, impossibilitada de se fixar ou mesmo interagir regularmente com a sua família, a circulação de seus dados na máquina repressora aprofunda essa situação. É que essa arma funcionava como uma tecnologia de controle social que exigia a atualização permanente e incessante de informes – fotografias, endereços, movimentações dos militantes. Ao angariar e difundir esses dados, a máquina repressora buscava produzir uma transparência total da vida dos “subversivos”. O objetivo estratégico consistia em impor o compasso da ação pelas forças contrarrevolucionárias, quebrar a invisibilidade própria da clandestinidade e forçar os militantes a revelar-se, a mover-se, a expor-se.<sup>93</sup> Ou seja, nesse momento do interrogatório, e mesmo antes dele, Inês já está implicada num processo decisivo de impermanência e com seus vínculos de pertença suspensos, sendo obrigada a se deslocar e se esconder incessantemente.

Quanto ao emprego paralelo de uma informação no ato de torturar a vítima, pode-se citar como exemplo o que foi testemunhado por Inês quando esteve presa no centro clandestino de Petrópolis em 1971. Camarão, codinome usado por Antônio Waneir Pinheiro Lima, assim disse a Inês quando esta esteve presa naquele lugar: “Disse-me que ‘Breno’ foi o primeiro ‘terrorista’ que esteve preso naquela casa. [Camarão] é uma espécie de caseiro do local, lá permanecendo durante todo o tempo com outro elemento”<sup>94</sup>

<sup>93</sup> FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. DOI-CODI atualista: O tempo como tecnologia de controle social. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 25, n. 2, 2023, p. 96-97. DOI: 10.5216/rth.v25i2.73946. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/73946>. Acesso em: 8 ago. 2025.

<sup>94</sup> ARQUIVO NACIONAL. Anexo do relatório de Inês Etienne Romeu. *Op. cit.*, 18 set. 1971.

É notável que o agente não identifique Carlos Alberto Soares de Freitas (codinome Breno) pelo seu nome próprio, mas pelo seu codinome adotado na clandestinidade. A princípio, apenas os militantes que se encontravam em “pontos” com ele conheciam e usavam tal codinome, por se tratar daqueles que participavam da mesma organização e, assim, o identificavam internamente. Quando o agente o chama de “Breno”, em um contexto em que Inês está presa e sendo torturada em um dos quartos da casa, não se pretende apenas checar uma informação, a fim de conferir se ela realmente consegue identificar de quem se trata; serve, antes, como um recurso para incutir medo e desmoralizá-la. Mesmo que não explice o nome, identificando-o pelo codinome, a fala do torturador vai ao encontro da própria finalidade da tortura. A fala cumpre a função de aterrorizá-la, ao prever o que aconteceria com ela e, além disso, humilha-la, ao preferir o codinome, que deveria ser compartilhado tão somente nos grupos em que ambas militavam.

Militante da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), do COLINA e, mais tarde, da VAR-Palmares, Carlos havia integrado ambos os grupos conjuntamente com Inês; além disso, eram amigos próximos desde adolescentes em Belo Horizonte.<sup>95</sup> Para financiar a compra de livros, tintas, colas e reprodução de panfletos, os militantes da Polop decidiram abrir um bar em 1963. Os dois amigos eram sócios do lugar, o Bucheco, assim chamado em homenagem a Che Guevara, cujo quadro adornava a entrada. Circularam e conviveram naquele espaço, servindo bebidas e bolinhos fritos ao som de jazz e bossa nova.<sup>96</sup> Anos mais tarde, ocuparam simultaneamente postos proeminentes nos grupos de esquerda pelos quais passaram. Após a cisão, Carlos decidiu-se por continuar a militar na VAR, já sua amiga regressou para a antiga VPR.

Norma Soares de Freitas e Sérgio Soares Xavier Ferreira, respectivamente irmã e primo de Carlos, não conheciam ou usavam o codinome. Na família, seu apelido era Beto – o chamavam assim mesmo quando, sob o véu da clandestinidade, ele apareceu de surpresa no apartamento de sua irmã, em Brasília, para visitar seu sobrinho, que havia nascido há poucos meses.<sup>97</sup> Norma relata ainda que, além de sua chegada não avisada, ela percebeu que seu irmão portava uma carteira de identidade desconhecida em nome de “Fernando Ferreira”. Ele ainda a “advertiu no sentido de que se houvesse demora na comunicação entre ele e a família,

<sup>95</sup> Antes do Golpe de 1964, Inês e Carlos militaram juntos na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), em Minas Gerais. CHACEL, Cristina. *Op. cit.*, p. 29-32.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 32-33.

<sup>97</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Termo de depoimento de Norma Disney Soares de Freitas prestado à Comissão Externa de Desaparecidos Políticos*, fevereiro de 1991. Câmara dos Deputados 23-10, Carlos Alberto Soares de Freitas, desaparecido político. Fundo Comissão Nacional da Verdade. BR RJANRIO CNV.0, RCE.00092000122201347.V.040.

ficasse alerta, porque corria risco de ser preso ou risco de vida”.<sup>98</sup> Essa foi a última vez que ela o viu.

Será que nesse dia, nesse último encontro, além de ser um militante que vivia na clandestinidade, Carlos já não apareceu repentinamente para sua irmã como um aviso do espectro do desaparecido, antes mesmo de ser transferido para Petrópolis? Não porque ele estivesse previamente marcado para ser morto – ou melhor, ser desaparecido –, mas porque estaria, desde já, habitando uma zona de consistência/inconsistência resultante tanto da confusão do nome, codinomes e apelido quanto de um ato que ali conjugou morte e nascimento: Carlos deve ter pegado seu sobrinho recém-nascido no colo.

Diante disso, devemos compreender que a utilização de tal informação – nomeá-lo pelo seu codinome – contraria a interpretação de que essa ação se configura como um simples cuidado para evitar revelar a Inês a verdadeira identidade do amigo. Longe de ser um mero descuido, devemos compreender seu uso dentro desse contexto específico, no teatro da tortura: a preferência por “Breno” é mais um dos desdobramentos na ação de torturar Inês. Ainda que não explicitado pelo nome, o uso do codinome toma sentido naquele momento violento. A fala demonstra, em uma primeira instância, que o codinome que protegia Carlos na clandestinidade era uma informação conhecida e difundida no interior do aparato repressivo, fazendo com que até mesmo um policial de baixa patente, como Camarão, pudesse utilizar-se de tal informação. Em uma segunda instância, demonstra haver um conhecimento generalizado sobre Inês e Carlos como companheiros de militância, tanto na Polop quanto na VAR. Por fim, reforça a ideia de que o levantamento de informações por meio do aparato da tortura ultrapassa a função de somente “conhecer o inimigo” e é empregado também com a finalidade de desestabilizar, desmoralizar e insultar o sujeito torturado, além de reafirmar o poder que o torturador possuía sobre os militantes. Isto é, outra função do emprego da informação, que não a compilação de dados para entender como atuavam e quem integrava as organizações de esquerda, era seu uso indiscriminado para intimar os militantes e reforçar a ideia de onipotência dos agentes repressivos no teatro da tortura.<sup>99</sup>

Dias depois da afirmação de que “Breno” havia passado pela casa de Petrópolis, Doutor Pepe, codinome de Orlando de Souza Rangel, antigo tenente-coronel do CIE, confirmou a Inês que ele próprio havia sido o responsável pela prisão de Carlos, em fevereiro de 1971, e que seu grupo decidira executá-lo. Na casa, Inês ainda ouviu do então sargento

<sup>98</sup> *Ibid.*

<sup>99</sup> JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2012, p. 262.

Ubirajara Ribeiro de Souza, codinome Zezão, que Carlos teria permanecido preso e sob tortura naquele lugar até abril de 1971, quando foi executado, no mesmo centro clandestino, com um tiro na cabeça. Sérgio Ferreira, em entrevista concedida a Cristina Chacel, disse: “Ubirajara contou detalhes da morte de Beto a Inês. Ela, porém, decidiu-me poupar. Mas é fato que ela não testemunhou a morte dele, no sentido de ver. Ela testemunhou, no sentido de depor, o que esse sargento contou pra ela [...]”.<sup>100</sup>

Ora, tomando por base os dois exemplos acima analisados, podemos concluir que a VAR-Palmares e a VPR, enquanto organizações de esquerda, assim como seus membros, eram não apenas continuamente monitorados, mas também profundamente conhecidos pelos órgãos de repressão e informação. O acompanhamento de seus passos era algo constante e ininterrupto – Carlos Fico designa tal atividade como de funcionamento intensamente frenético, acompanhando o ritmo dos próprios acontecimentos.<sup>101</sup> No interior do sistema de informações, circulavam os comunicados das rachas nos grupos, os movimentos de seus membros e suas preferências em se alinhar com uma nova dissidência. Circulavam ainda informações sobre quem preenchia os quadros de liderança de cada grupo, quem estava preso, foragido, quem era responsável por receber militantes vindos do exterior, em treinamento em Cuba ou exilados no Chile, por exemplo. Angariar conhecimento era tarefa crucial para a repressão: a partir do “estouro de aparelhos”, da apreensão de objetos pessoais, livros, manifestos, panfletos e anotações, e dos dados arrancados pela tortura, recolhia-se informação para compilar, corrigir e atualizar fotos, endereços, descrições físicas, índices nominais e organogramas das estruturas dos grupos de esquerda. Tudo o que pudesse ser conhecido era investigado. O mote era eliminar o dito terrorista e, para atingir esse estágio, era necessário conhecer e antecipar seus próximos passos.

A analogia dos sistemas de informação e repressão com uma máquina não é apenas conveniente; serve também como uma ferramenta de inteligibilidade<sup>102</sup> para visualizarmos a forma pela qual os órgãos repressivos operavam no espaço urbano – onde atuavam com maior predominância os militantes da VAR e da VPR nos primeiros anos da década de 1970. Em seu estudo, Mariana Joffily emprega a expressão “no centro da engrenagem” para se referir tanto à

<sup>100</sup> CHACEL, Cristina. *Op. cit.*, p. 132.

<sup>101</sup> FICO, Carlos. *Op. cit.*, 2001, p. 49.

<sup>102</sup> Uma ferramenta de inteligibilidade é, segundo Ivan Jablonka, um instrumento necessário para provocar a compreensão, que nos permite decodificar e operar o real a partir de uma analogia, por exemplo. Cf. JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea: manifesto por las ciencias sociales*. Tradução de Horacio Pons. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016, p. 201-205.

produção de interrogatórios preliminares quanto aos órgãos do aparelho repressivo.<sup>103</sup> Pelo fato de remeter a uma peça integrante de uma máquina, a alusão à engrenagem torna-se, nesse sentido, proveitosa para o nosso entendimento: a tortura era uma arma para se obter informações;<sup>104</sup> as informações serviam de orientação para conhecer, vigiar e antecipar o movimento dos militantes; conhecer, vigiar e antecipar eram estágios para a sua eliminação. O procedimento não terminava com a eliminação do “terrorista”, porque havia sempre outros a serem classificados e perseguidos. A primeira etapa retornava, repetia-se incessantemente, e a engrenagem da máquina girava novamente – cada peça diferente se movimentava a partir do trucidamento dos corpos e se destinava, em última instância, à destruição e à anulação dos presos. A ordem das etapas de produção chega a se confundir: o documento produzido a partir do interrogatório é o guia para destruir os militantes, assim como o desgaste extremo de seus corpos torna-se matéria-prima para a confecção da informação.

\*\*\*

Se assim operava a máquina repressiva, devemos reconhecer que sua primeira etapa era possuir o preso à sua disposição. As operações militares e policiais para capturar os militantes eram deflagradas, fosse de dia ou de noite: em ruas, praças e salas de cinema, onde os militantes marcavam pontos de encontro uns com outros; nos quartos ou pensões alugadas, que os militantes usavam como lugar de refúgio ou de longas horas de espera. Tais espaços não eram plenamente ocupados, mas, por razões de segurança, apenas atravessados, quando eles transitavam entre os diferentes espaços da cidade. Por estarem sob permanente vigilância e suspeição, inclusive de seus vizinhos, quando ficavam em pensões e apartamentos alugados, eles evitavam maiores contatos com pessoas fora do círculo da organização, prevendo que qualquer dado vazado denunciasse suas verdadeiras identidades e revelasse suas

<sup>103</sup> JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, p. 23-24.

<sup>104</sup> Como já foi mencionado e analisado acima sobre a ideologia da guerra contrarrevolucionária, a tortura era encarada e praticada como uma arma de combate generalizada, extrapolando a finalidade de ser um recurso para conseguir informações dos militantes. Leneide Duarte-Plon assevera que a tortura era empregada para eliminar opositores, executando-os sumariamente a fim de evitar “sobrecarregar” o Poder Judiciário; era utilizada ainda como um método de guerra eficaz e insubstituível, a fim de dominar e subjugar a população na luta contra o “inimigo invisível”; além de ser justificada enquanto um “mal menor” para eliminar os ditos subversivos tanto em suas corporeidades quanto nos ideais defendidos por eles. DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 39, 42, 52.

localizações.<sup>105</sup> Assim, optaram pela clandestinidade e, ao mesmo tempo, viram-se forçados a viver à margem da sociedade, principalmente no pós-1968, isolados de uma rede de relações pessoais externas às organizações de esquerda.

Uma memória de Inês sobre aquele tempo ilustra bem essa experiência do mundo da clandestinidade, marcada pelas impermanências, e não deixa de estar marcada pela inclinação de pintar o líder da VPR em tons heroicos. Nos últimos meses de 1970, próximos ao aniversário de Lamarca, Inês e Walter decidiram organizar uma festa. No barraco, que servia de aparelho temporário para o pequeno grupo, os dois enfeitaram as paredes com bandeirolas verdes e amarelas, compraram bolos e guaranás. O capitão se recusava a comemorar a data desde a infância, mas cedeu à surpresa. Riu, assoprou as velas, brindou. Na mesma mesa da comemoração, em outro dia, os companheiros que dividiam o minúsculo aparelho se reuniram para discutir uma pauta difícil: a possibilidade de suas mortes. “[...] A parte do medo de morrer é uma coisa que venho pensando há muitos anos. Porque acontece o seguinte: nós éramos pessoas dispostas a tudo, sabíamos que podíamos morrer a qualquer momento e tínhamos menos medo de morrer do que de ser torturados”.<sup>106</sup> No fim, concordaram que, se estavam dispostos a morrer, haveriam de continuar na organização, apesar do medo. O que não significava desejá-la: “[...] A atitude suicida eu não conheci em nenhum”.<sup>107</sup>

Não por acaso, há como se desenhar uma relação possível entre a vivência na clandestinidade e o desaparecimento: viver sob outras identidades, sob outros nomes ou através do codinome; ao exaurir ou abandonar o contato com um mundo conhecido, aquele constituído pela família e pelo círculo de amigos, deixando atrás de si ausências, incertezas, medos, silêncios; ao iniciar uma vida nova numa cidade nova, por vezes totalmente desconhecida, e viver sob um estado decisivo de impermanência, na impossibilidade de ficar, de interagir com os espaços nos termos de um habitar pleno e contínuo.

Condição avulsa em relação aos lugares e às pessoas com quem se relacionava, o militante clandestino encontrava-se frequentemente com seus vínculos de pertença suspensos: os espaços percorridos por eles não possuíam estado de moradas, mas apenas de refúgios passageiros; nunca eram plenamente ocupados, mas tão somente atravessados por cada um deles. As vielas, as praças, a sala de cinema, os pequenos apartamentos alugados: eram esses lugares que eles atravessavam, nos quais se escondiam e que, na eclosão de uma ação armada,

<sup>105</sup> ACSELRAD, Henri. *Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 43-45.

<sup>106</sup> A ÚNICA prisioneira política que ficou fora da Anistia: Inês Etienne Romeu. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano 1979, edição 576, 1979, p. 5-6.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 6.

apareciam repentinamente. No que se refere a tal condição, Inês assim avaliou o que significava ser clandestino: “[...] é uma condição que pode levar a um stress, a uma quebra da pessoa, são os limites em jogo”.<sup>108</sup>

Entretanto, há de se diferenciar: tornar-se clandestino, como foi pensado e optado pelos militantes, não se traduzia automaticamente em um acordo prévio com as suas mortes. Ao contrário, como avalia Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, significava, antes, uma possibilidade de uma vida possível frente à realidade ditatorial, à possibilidade de uma não-vida e do aniquilamento dos militantes.<sup>109</sup> Se as forças de repressão lhes impunham uma clandestinidade que os colocava em perigo, a clandestinidade escolhida por eles correspondia, diferentemente, a um pacto de vida.

A cidade torna-se, desse modo, um espaço atrelado à experiência da clandestinidade: o militante deve “ser um ninguém” em meio à multidão, ao mesmo tempo em que deve cumprir as missões destinadas a ele pelo grupo a que pertence. Deve, portanto, viver no limiar entre o esconder e o aparecer. É nesse mesmo cenário urbano que os militantes serão identificados e engolidos pela máquina repressiva. Lá, serão presos e torturados; alguns sairão mortos, enquanto outros serão escolhidos para desaparecer. Será no centro da cidade, em meio aos transeuntes, que eles, pouco a pouco, se tornam seres potencialmente *desaparecíveis*, no curso do funcionamento da arma repressiva. Essa dinâmica não se dá apenas no interior do centro repressivo, mas também do lado de fora, ao longo do processo, para onde os braços da repressão se estendem e os capturam. A ameaça de desaparecer já está presente na praça pública, pois, antes mesmo de pisarem na casa, a vida dos militantes já se encontra em perigo, sendo constantemente monitorada e documentada no planejamento da ação concreta de execução de seus corpos. É uma arma que se inicia extramuros, na sistematização dos sequestros dos militantes, para serem transferidos ao interior desaparecedor da casa.

Isso me leva a imaginar que a casa de Petrópolis ultrapassa seus muros, dilatando-se para além de si mesma. Como se seu jardim se derramasse por toda a cidade, assombrando a paisagem dos trajetos da clandestinidade. E lá está a árvore que Lobo viu. Ou, talvez, o verdadeiro horror seja constatar que a imponente casa pode ser qualquer outra casa, pensão ou apartamento quando esse espaço é invadido e revirado. Da morada, esconderijo e refúgio ao interior da sala da repressão. Supõe-se estar em território familiar, quando, na verdade, algo sempre permanece à espreita, aguardando.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>109</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Editora Escuta, 1994, p. 123-127.

Nesse ponto, é relevante citar a forma pela qual o filósofo Fábio Franco comprehende o funcionamento do fenômeno dos desaparecimentos forçados.<sup>110</sup> Para ele, as tecnologias do fazer morrer, especialmente nos espaços de exceção, produzem a morte *progressivamente*: o fazer morrer não se inicia na aniquilação imediata da vida. Esse poder, assim, gerencia condições mortíferas para que as vidas das pessoas sejam previamente colocadas em situação de risco, dispondo seus corpos na incerteza entre a vida e a morte. Segundo Franco, trata-se de um poder que logra a morte mediante a “cadaverização” das pessoas em vida, executando suas mortes a conta-gotas.<sup>111</sup> Nesta investigação, observa-se que um dos meios dessa gestão dos corpos é impelir os militantes à vida clandestina: despossuídos de seus nomes, oscilando entre identidades assumidas e originais, isolados e escondidos, muitas vezes com parcós ou nenhum recurso para sobreviver, sob a constante ameaça de captura. A arma de desaparecer, assim, pode funcionar também fora dos limites do aparelho de Petrópolis, ao lançar os militantes numa vida limítrofe. Muitas vezes, a indicação de quem seria o próximo a “cair” vinha quando um companheiro não aparecia nos “pontos” marcados para aquele dia. Além disso, a circulação de seus dados na máquina repressora – por exemplo, a produção de informações que embasavam sequestros e prisões – aprofundava essa situação, lançando-os num estado decisivo de impermanência. Estavam, então, envolvidos num processo de desaparecimento antes mesmo de chegar a Petrópolis.

Retomo o paradigma que orienta esta reflexão: o desaparecido *espectraliza* o tempo. Quanto ao espectralizar, amparada ainda pelo pensamento derridiano, devo ressaltar que ele vai além da ideia de um fantasma que apenas surge após o acontecimento. Na realidade, o espectro, antes, desloca a perspectiva linear e previsível do tempo. Sua presença – a desse ser espectral – carrega uma antecipação retrospectiva.<sup>112</sup> Como assim? Imagine-se dirigindo e, no meio do caminho, ao levantar os olhos para o retrovisor, o que se vê atrás não é a estrada do passado, mas aquela que está à frente – a do futuro. O espectro é um ser deslocado. Furtivo e intempestivo, ele não pertence a este tempo, pois carrega consigo um tempo radicalmente disjunto, sem conjunção assegurada. Retorna ao passado, assombra o presente, desestabiliza a fixidez do acontecimento e persiste, oscilando no tempo. Ele convoca não apenas uma temporalidade posterior, mas também antecipada, anterior. Uma relação com o que já é ou ainda não é: um entremeio.

<sup>110</sup> FRANCO, Fábio Luís. *Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimentos e subjetividades*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 30-31.

<sup>112</sup> DERRIDA, Jacques. *Op. cit.*, 1994, p. 89.

O espectro não assume, assim, apenas uma direção temporal, vindo do passado e aparecendo diante de nós no presente. Desloca-se, também, em outra direção – aquela que se refere ao que ainda *não aconteceu*, mas já é efetivo, ainda que virtualmente.<sup>113</sup> Isso significa dizer que o retorno insistente e desestabilizador se dá em vários sentidos; sempre permanece para ir e voltar. O espectro começa por *retornar*: ele retorna do passado para o presente para minar o estado das coisas, assim como retorna em direção ao passado em seu prenúncio, no tempo do futuro pretérito. Nesse cenário, paira tal qual uma assombração sobre as cabeças dos militantes que vivem a clandestinidade.

\*\*\*

O desaparecimento, como aqui se delineia, não se limita a um ato súbito nem começa no instante final da morte. Trata-se de um processo que se inicia antes mesmo da captura, quando o militante já passa a ser vigiado, mapeado e antecipadamente separado da ordem comum da vida – antes mesmo da aniquilação e do ocultamento de um corpo. Estamos tratando de um poder que regimenta corpos ao longo de um processo e não apenas no imediato ou ao final. Inicia-se com a imposição da clandestinidade como um pacto de morte: uma ação burocrática que envolve preencher papéis, formular missões, acompanhar e listar minuciosamente os “terroristas” e dispor de informações para guiar as próximas ações; em seguida, passa-se às etapas de busca e sequestro das vítimas. Então, vendados, encapuzados, transportados em veículos não identificados – com o propósito de assegurar a ocultação dos lugares –, são retirados do mundo visível e conduzidos ao interior desaparecedor da máquina repressiva. Do lado de fora, a ausência se alastrá: multiplicam-se o silêncio, a desinformação, o desespero daqueles que não sabem se o corpo foi preso, morto ou escondido. Ao final, conclui-se o ciclo com o assassinato e a ocultação dos corpos dos sujeitos já desaparecidos. Ao longo dessas diferentes fases que compõem o desaparecimento, o sujeito vai sendo, aos poucos, arrastado para o seu interior. O processo de desaparecimento ocorre, primeiro, de fora para dentro e, depois, de dentro para um interior cada vez mais profundo. Ser transportado para esse fundo significava, assim, tornar-se uma espécie de não-ser, algo pertencente à ordem do espectral.

Essa condição, que deixa a vida em suspenso, é cruentamente exposta por Pilar Calveiro em seu estudo sobre os centros clandestinos argentinos de repressão e a operacionalização do

---

<sup>113</sup> FISHER, Mark. *Op. cit.*, 2024, p. 37-38.

dispositivo desaparecedor. A autora descreve como a dinâmica interna dos campos se baseava não apenas na compartmentalização das funções de seus agentes e na ruptura imposta entre a realidade exterior e a realidade interna ao campo – muitas vezes incompreensível –, mas também na fragmentação e nas quebras projetadas sobre os corpos dos próprios prisioneiros.<sup>114</sup> Impunha-se a eles uma realidade paralela, que se instaurava já no momento do sequestro, ocorrido em meio à multidão, sob o olhar inerte de quem assistia.<sup>115</sup> Ao vendar os olhos dos prisioneiros e levá-los a um lugar “fora das leis, do tempo e do espaço”,<sup>116</sup> mesmo quando ainda estavam vivos, a morte já se sobreponha aos seus corpos. Na expressão usada por Calveiro, os prisioneiros eram “mortos que caminha[vam]”.<sup>117</sup> Ao seguir o pensamento desenvolvido pela autora, é possível apontar que houve uma produção de mortos-vivos que caminhavam sob céu aberto, de seres fantasmagóricos.

A produção desses seres deu-se a partir de um processo de dessubjetivação<sup>118</sup> dessas pessoas capturadas – do ponto de vista da repressão, os militantes não seriam sujeitos, mas “terroristas” perigosos, passíveis de eliminação –, assim como por meio de um mecanismo que os fazia desaparecer do lado de fora, puxava-os para o interior de outra realidade e, ao mesmo tempo, “cuspia” outro modo de aterrorizar, ao negar ou dissuadir qualquer colhimento de informação consistente que indicasse onde a pessoa estava presa. Nesse contexto, a máquina do desaparecimento funcionava como uma lógica de descontinuidade, dissolvendo rastros e produzindo zonas de incerteza. Os familiares, os amigos, os companheiros de luta tornam-se, de certa forma, também habitantes de uma temporalidade interrompida, arrastados para o mesmo regime espectral de seus desaparecidos.

É dentro dessa lógica que Paulo Malhães, antigo agente do CIE e um dos mentores do centro clandestino de Petrópolis, justificou a adoção da técnica de fazer desaparecer aqueles que eram sequestrados pelas equipes do serviço secreto do Exército, em vez de matá-los.

[...] Isso foi uma grande lição que eu aprendi – o que causa maior pavor, não é você matar a pessoa. É você fazer ela desaparecer. **O destino fica incerto. O seu destino como... fica incerto.** O que aconteceu, o que irá acontecer comigo? Eu vou morrer? Não vou morrer? Entendeu? O pavor é muito maior com o desaparecimento do que com a morte. A morte, não. Você vê o cadáver do cara, o cara ali, acabou, acabou. [...] Já quando você desaparece – isso é ensinamento estrangeiro – quando você

<sup>114</sup> CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*: os campos de concentração na Argentina. Tradução de Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 79-88.

<sup>115</sup> FEITLOWITZ, Marguerite. *A lexicon of terror*: Argentina and the legacies of torture. New York: Oxford University Press, 2016, p. 173-174.

<sup>116</sup> CALVEIRO, Pilar. *Op. cit.*, p. 87.

<sup>117</sup> *Ibid.*

<sup>118</sup> BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão, Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 16-18, 23-27.

desaparece, você causa um impacto muito mais violento no grupo. Cadê o fulano? Não sei, ninguém viu, ninguém sabe. Como? O cara sumiu como?<sup>119</sup>

Conforme Jonnefer Barbosa, as técnicas de desaparecimento não se limitam ao ato de matar e sujeitar o corpo morto ao poder soberano;<sup>120</sup> elas pretendem produzir, além disso, outro tipo de vida: uma que não deixa rastros ou, nos termos benjaminianos empregados pelo autor, uma vida “sem monumento e sem lembrança, mesmo sem testemunho, [que] deveria ser inesquecível”.<sup>121</sup> Contudo, tomando por base a resposta de Malhães acerca das “vantagens” de fazer desaparecer, é imprescindível acrescentar à interpretação de Barbosa outra consequência do desaparecimento: a de transformar o sujeito em um ser instável, condenado a vagar permanentemente, sem destino ou lugar onde possa se fixar. Não se visaria, assim, apenas ao apagamento de uma vida e à eliminação dos indícios de sua morte, mas à produção de um morto-vivo que reverbera o medo, a intimidação e a incerteza – não somente sobre a família do desaparecido e os companheiros da organização, mas também sobre toda uma comunidade que o envolvia: outros militantes de esquerda, igualmente expostos à ameaça de desaparecimento e à dissolução de seus vínculos.

A reverberação dessa violência prolongada – a desrealização de uma pessoa que permanece para sempre perdida e, paradoxalmente, presente no limiar do irreal – e o alcance dessa política de terror podem ser identificados na experiência de um dos filhos de Heleny Telles Ferreira Guariba, Francisco Guariba, quando decidiu falar publicamente sobre o desaparecimento da mãe, vinte e cinco anos após tê-la visto pela última vez:

[Heleny] desapareceu logo depois que saiu da prisão. **Nunca mais ninguém soube dela. Várias buscas foram feitas na tentativa de localizá-la sem sucesso.** Na família de Francisco, o desaparecimento e a morte de Heleny sempre foram um assunto tabu. ‘Todo mundo sofreu muito, mas nunca falou sobre isso. Ninguém chegou para mim e disse: ‘sua mãe morreu’, desabafa ele. [...] Mesmo hoje, ele ainda tem dificuldade de conversar com o pai e o com o irmão a respeito de Heleny: ‘**Minha mãe ficou como um fantasma**’, desabafa. ‘**Não sei o quanto ele é pesado, mas fica sempre pairando sobre mim**’.<sup>122</sup>

Para além do corpo do sujeito desaparecido, o funcionamento dessa arma estendia-se ao conjunto social, almejando múltiplos objetivos simultâneos. O mecanismo do desaparecimento atuava como uma ampla tecnologia, abrangendo o escamoteamento das

<sup>119</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 115. [Meus grifos].

<sup>120</sup> BARBOSA, Jonnefer. *Sociedades do desaparecimento*. São Paulo: N-1 Edições, 2021, p. 21.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>122</sup> O DIREITO de dizer adeus. *Cláudia*, São Paulo, ano 26, n. 2, p. 18-19, fev. 1996. [Meus grifos].

práticas de destruição, a ocultação dos atos e a maximização da sua efetividade.<sup>123</sup> Nesse cenário, destaca-se um ponto comum entre o depoimento de Malhães, que ressalta a eficácia da arma sobre os militantes de esquerda, e o de Francisco Guariba, filho de Heleny, cuja fala evidencia a extensão desse mecanismo: a regulação dos comportamentos por meio do medo. A máquina repressiva manipulava, assim, os signos associados aos desaparecidos. Antes vistos como militantes e revolucionários, mães e filhos convertiam-se, então, em marcadores espetrais do horror<sup>124</sup> – isto é, de acordo com Santiago Arcila, em fantasmas produzidos por assassinatos sistemáticos que determinavam um estado específico de horror para um dado grupo social ou político. A própria máquina moldava a realidade sobrevivente, criando um signo carregado de angústia, dor, medo e, em última instância, paralisia. Convertia-os, outra vez, em seres espirituais. Essa arma também tinha o efeito de reorganizar a economia afetiva e emocional de cada pessoa, impondo a figura espectral como um aviso constante de morte e imobilidade, de uma memória marcada pela ausência e pela injustiça. Os fantasmas criados por tal arma agiam como sinais agonizantes que intensificavam o horror de maneira amplificada, funcionando como advertências silenciosas para dissuadir ações semelhantes às praticadas pelos sujeitos desaparecidos em vida.

O desaparecimento, como instrumento eficaz do poder autoritário, torna-se cada vez mais nítido: mais do que “neutralizar” os grupos da esquerda armada, trata-se de afirmar, hiperbolicamente, a não presença dos fantasmas produzidos pela repressão, como se as forças da repressão fizessem uma apropriação sinistra do fantasma, transformando-o em uma arma.<sup>125</sup> Operando na chave da espectralização, esse método volta-se a amedrontar e a perpetuar a violência radicalizada na figura dos desaparecidos. Essas forças criam e evocam fantasmas ao fazer, aos poucos, pessoas desaparecerem. Sua operacionalização reduz pessoas a fantasmas sob a cifra de uma lógica de terror, produzindo-as e imobilizando-as de modo a conferir-lhes visibilidade espectral e projeção inibidora – como se fosse possível ver o especre, detê-lo e dominá-lo. Em suma, buscam fazer com que o fantasma seja visto, como advertência destinada a desestabilizar quem o circunda.

<sup>123</sup> FEIERSTEIN, Daniel. Genocidio y desaparición: los distintos usos de una práctica social en el contexto de una tecnología de poder. In: GATTI, Gabriel (org.). *Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales*. Bogotá, Siglo del Hombre-Uniandes, 2017, p. 53-74.

<sup>124</sup> ARCILA, Santiago. Campos de individuación fantasmal: asesinato de líderes sociales en Colombia, marcadores espirituales del horror e intensificadores espirituales de resistencia. *La Deleuziana*, v. 1, 2020, p. 84-111. Disponível em: <https://www.ladeleuziana.org/wp-content/uploads/2020/10/11.Arcila.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

<sup>125</sup> QUINTANA, María Marta; MONTESERIN, Héctor Eduardo. Diapositivas espirituales: fragmentos para una interpretación de las desapariciones (o de lo siniestro fantasmático). *Pasado Por-venir. Revista de Historia* 5, 2011, 199-217. Acesso em: 20 mai. 2025.

Adiante, detenho-me com maior atenção nas etapas anteriormente elencadas, agora iluminadas pela experiência singular de Inês, cujo relato permite entrever as engrenagens operacionais e os métodos de atuação do centro clandestino de Petrópolis – espaço moldado para funcionar como uma arma desaparecedora. Se até aqui a análise se concentrou na construção desse dispositivo como uma estratégia de guerra, delineando seus contornos gerais, a partir deste ponto o foco se desloca para o desdobramento concreto da experiência da prisioneira que sobreviveu ao ciclo da máquina repressiva, testemunhando, de dentro, a fratura do desaparecimento. Inês é a única que pôde testemunhar plenamente não apenas a existência desse aparelho, como também o funcionamento dos métodos empregados naquele espaço. No caso em que aqui me detenho, ela não é considerada testemunha apenas porque viu ou ouviu os que por ali passaram e desapareceram, mas porque sobreviveu ao acontecimento. Ela atravessou o limiar de um evento extremo, uma zona-limite que a lançou simbolicamente à morte para, em seguida, retornar à esfera dos vivos e dar testemunho.<sup>126</sup> Sua trajetória, marcada por essa travessia, nos permite visualizar com maior nitidez as etapas de consumação do desaparecimento forçado e os modos pelos quais o aparato agia para destituir os corpos de sua condição de presença – convertendo-os, assim, em espetros.

### **1.3 A testemunha: Inês Etienne Romeu**

Já haviam se passado noventa e quatro dias desde a chegada de Inês à casa. Havia noventa e quatro dias que estava ilegalmente presa. Era noite. Faltavam apenas algumas horas para que fosse liberta daquele lugar, conforme um de seus carcereiros, Doutor Pepe,<sup>127</sup> havia assegurado. Para que a retirada ocorresse sem problemas, segundo seus torturadores, Inês deveria seguir à risca o plano imposto a ela: retornar à VPR como agente infiltrada, com o objetivo de repassar informações da organização a militares que fariam visitas periódicas. Se alguém perguntasse sobre seu “sumiço”, deveria mentir, alegando que, após um atropelamento, havia decidido se isolar em um sítio para se recuperar.

Dias antes do “acordo”, Inês foi torturada ininterruptamente, no quartinho dos fundos da casa,<sup>128</sup> durante todo o mês de julho. Choques elétricos, palmatórias, “telefones” e banhos

<sup>126</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2010, p. 5-6. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>. Acesso em: 17 jul. 2024.

<sup>127</sup> À época, codinome usado pelo tenente-coronel Orlando de Souza Rangel, agente do CIE.

<sup>128</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Anexo n. 1. *Planta da casa onde estive presa*. [18 set. 1971]. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.23.4.

gelados nas madrugadas frias de Petrópolis. “Espancaram-me no rosto, até eu ficar desfigurada”.<sup>129</sup> Em algumas noites, quando a deixavam dormir sobre uma cama de campanha, forrada com lençóis brancos marcados pelas insígnias do CIE, “Márcio”<sup>130</sup> destrancava a porta e entrava no quarto escuro. “[Ele dizia] precisar ‘examinar’ meu ânus para verificar se ‘Camarão’<sup>131</sup> havia praticado sodomia comigo”.<sup>132</sup>

Para tentar sair da casa ou ao menos interromper as sessões de tortura, ela fingiu aceitar o acordo imposto, que a obrigava a agir como infiltrada na VPR. A partir desse momento, a rotina da casa aparentemente se transformou. Doutor Carneiro<sup>133</sup> passou a fazer visitas constantes. Chegava sempre em um Opala preto, ano 1971, carregando na mala seu estetoscópio, seringas e várias pílulas. Isolada, Inês o esperava no quarto ao lado da sala de estar. Ela não parava de tossir; a suspeita era de tuberculose.

Na receita médica, indicava vitaminas A e D, remédio para abrir o apetite, Anafranil para tratar distúrbios nervosos e seu estado depressivo, “e vários outros que não me recordo”.<sup>134</sup> Seus carcereiros decidiram reforçar suas refeições e lhe entregar roupas limpas; não precisaria mais ficar nua. Recebeu também um par de óculos, que não eram os seus. Quando foi sequestrada em São Paulo, seus óculos pessoais foram arrancados do rosto pelos policiais do DOPS. “Sou bastante míope e passei quase três meses sem usá-los”.<sup>135</sup> Jogada no banco de trás do carro, Inês, conforme recordou, olhou através do vidro e percebeu um homem sentado no banco de concreto. “Você sabe quem é ele?”, pergunta um dos agentes, sentado ao volante. “Sei, é o delegado Fleury.” O homem sorri ao ser reconhecido.<sup>136</sup>

Obrigada a gravar diversos vídeos, vestida apenas com um par de calças e sutiã, ela exibia partes do próprio corpo à câmera. A função da encenação era simples e abjeta: comprovar que não estava sendo torturada – ao menos naquele momento. Em outras gravações, aparecia contando cédulas de cruzeiros com uma lentidão meticolosa; em outra, assinava uma cláusula de contrato. Forçava um sorriso, repetia as falas e os gestos ensaiados. Ao fundo, a câmera talvez captasse vestígios de domesticidade: um jogo de chá de porcelana enfileirado no aparador; almofadas repousadas sobre o sofá; diante da lareira, tapetes estendidos, como se fossem cúmplices da violência. “Eles me fizeram uma proposta de

<sup>129</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Op. cit., 18 set. 1971.

<sup>130</sup> Agente não identificado.

<sup>131</sup> Codinome de Antônio Waneir Pinheiro de Souza, antigo agente do CIE.

<sup>132</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Op. cit., 18 set. 1971.

<sup>133</sup> Codinome de Amílcar Lobo Moreira da Silva, à época segundo-tenente médico.

<sup>134</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Op. cit., 18 set. 1971.

<sup>135</sup> *Ibid.*

<sup>136</sup> A ÚNICA [...]. *Op. cit.*, p. 2.

trabalhar para eles, senão eles me matariam. Então eu disse tudo bem, que trabalharia para eles. Eu não sei exatamente o que eles achavam [...], mas na minha cabeça era: não vou trabalhar para eles”.<sup>137</sup>

A noite anterior à soltura finalmente chegou. Faltavam apenas algumas horas para sair daquele lugar. O plano, que deveria seguir à risca, fazia parte de uma verdadeira pantomima. Rodaria de carro a partir de Petrópolis durante quatro horas seguidas, com os olhos vendados. Seria então deixada em um lugar qualquer, de onde andaria vários metros até um segundo carro. De lá, seguiria para um hotel no Catete. Depois, um terceiro carro a buscária; os agentes a conduziriam até uma rodoviária, entregando-lhe passageiros apenas de ida para Belo Horizonte. No ônibus, agentes desconhecidos do Exército tomariam poltronas aleatórias e a vigiariam durante todo o percurso. Chegando finalmente a Belo Horizonte, bastava reencontrar sua família.

Esperando pelo amanhecer, trancada mais uma vez no quarto, Inês ouviu, através da porta, risadas entre “Pardal”<sup>138</sup> e “Laurindo”,<sup>139</sup> misturadas, quem sabe, ao barulho de chuviscos estáticos preto e cinza. “Logo que ela desça do carro, eu já estarei com o outro carro em alta velocidade. Ela não terá nem tempo de ver o que lhe acontecerá!”, diz um deles. “Vai cair dura quando souber o que lhe aguarda”, responde o outro.<sup>140</sup>

Na madrugada de domingo para segunda-feira, 9 de agosto, Inês decidiu, mais uma vez, pôr fim à própria vida. No quarto de despejo,<sup>141</sup> usando um fragmento enferrujado da cabeceira da cama, cortou os pulsos. “Perdi muito sangue e sentindo que já estava perdendo os sentidos, ocorreu-me a certeza que deveria lutar pela minha vida, porque tinha esperanças de denunciar tudo o que ocorreria comigo. Assim, gritei por “Pardal” que [...] providenciou os primeiros socorros”.<sup>142</sup> Foi socorrida. Doutor Carneiro chegou rápido, chamado às pressas. Não falava, comunicava-se apenas por mímicas breves.<sup>143</sup> Foi feita a transfusão de sangue. Uma sutura perfeita selou o pulso aberto; ela permaneceu desacordada o restante do dia, recebendo plasma. Anos mais tarde, Inês assim avaliou as suas tentativas de suicídio: “Na minha experiência, passei por uma fase de isolamento, fiquei isolada dos companheiros,

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>138</sup> Codinome de Jarbas Fontes, policial militar.

<sup>139</sup> Codinome de Luiz Cláudio de Azeredo Vianna, comissário da Polícia Civil da delegacia de Petrópolis.

<sup>140</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Op. cit., 18 set. 1971.

<sup>141</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Anexo nº 1. Planta da casa onde estive presa*. Op. cit., 18 set. 1971.

<sup>142</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Op. cit., 18 set. 1971.

<sup>143</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de fevereiro de 1981, edição 18.940, p. 7.

isolada do mundo. [...] Então, a partir de determinado momento [...], pensei o seguinte: se eles têm poder da vida sobre mim, quero ter o poder da morte”.<sup>144</sup>

O interior desse processo é regido por suas próprias regras. Não há, à primeira vista, coerência entre as ações de medicar, alimentar e vestir Inês e, depois, planejar o seu assassinato em via pública – se é que eles realmente planejavam concretizar esse ato. Entretanto, esse desarranjo lógico entre as duas ações, aparentemente incongruentes, é parte constitutiva da racionalidade nesse centro clandestino. Nesse espaço de exceção, nesse não-lugar, a ruptura lógica é um instrumento de exercício do poder. O preso não consegue perceber se há ou qual é a relação causal entre as ações de seus carcereiros. Não entende por que a lógica entre o planejamento imposto e a posterior contradição se rompe de forma tão abrupta. É sobre as rupturas e as sobreposições de contrários que se funda a racionalidade desse espaço de exceção.<sup>145</sup> E essa racionalidade se projeta sobre o preso: não somente cria nele uma sensação de insanidade, como também reforça, mais uma vez desde o sequestro, o descontrole que o detento possui sobre o próprio corpo. A vida, assim como a morte de Inês, esteve sob o controle dos agentes do aparelho de Petrópolis.

A iminência da morte permeava todos os momentos na casa, sem, no entanto, se concretizar. Ela paira desde a entrega dos óculos do preso (estaria morto?) desconhecido até a tentativa de Inês de escapar por meio de um ato suicida. Nesse caso, porém, ela não escolhe entre a vida e a morte, mas entre morrer ou perder o controle sobre seu próprio corpo. Ao chegar à casa, Doutor Roberto<sup>146</sup> lhe impôs uma sentença cruel: “Você já foi condenada à morte. E ela será a mais lenta e cruel possível”.<sup>147</sup> O lugar a ela destinado é lugar nenhum. No centro clandestino, a manipulação do espaço e do corpo fazia Inês vagar, ainda que momentaneamente, em uma dimensão difusa e estranha, entre a vida e a morte.<sup>148</sup>

Retornemos àquela madrugada de 9 de agosto de 1971. Talvez poucas horas de sua filha tentar escapar do que culminaria no seu assassinato, seus pais redigiam uma carta destinada a Sylvio Couto Coelho da Frota, à época comandante da 1.<sup>a</sup> Região Militar, no Rio de Janeiro:

<sup>144</sup> A ÚNICA [...]. *Op. cit.*, p. 7.

<sup>145</sup> CALVEIRO, Pilar. *Op. cit.*, p. 90-93.

<sup>146</sup> Codinome de Freddie Perdigão Pereira, à época era agente do CIE, trabalhando no gabinete do Ministro do Exército, Orlando Geisel. Serviu, também, no DOI do II Exército, em São Paulo, sob os comandos de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Maciel.

<sup>147</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. *Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>148</sup> MAHLKE, Kirsten. “All limits were exceed over there”: the chronotope of terror in modern warfare and testimony. In: COLOMBO, Pamela; SCHINDEL, Estela (org.). *Space and the memories of violence: landscapes of erasure, disappearance and exception*. London: Palgrave Macmillan Memory Studies, 2014, p. 105-106, p. 115.

Sr. General,

Na qualidade de pais de Inês Etienne Romeu, **solicitamos-lhe o especial obséquio de fornecer-nos os meios de obter o corpo de nossa filha, a qual, segundo sabemos com certeza, faleceu depois de detida pelas autoridades militares.** Fomos informados de que nossa filha fora presa em São Paulo no dia 5 de maio e transferida posteriormente para o Rio, à disposição das autoridades. **Pedimos-lhe que nos indique os caminhos que nos possibilitem trazer para junto de nós o corpo de nossa filha, pois sabemos que a família há de ter direito de dar-lhe sepultura decente e cristã, nos moldes em que fomos educados.** Certos de podermos contar com seu alto espírito de compreensão, subscrevemo-nos.

Paulo Romeu Júnior, Maria Etienne Romeu.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 1971.<sup>149</sup>

Pelo que indicam as fontes disponíveis, acompanhava, no mesmo envelope da carta dos pais de Inês, um cartão assinado pelo general Everaldo José da Silva. À época, comandante da Infantaria Divisória-4 (ID-4), da 4<sup>a</sup> Região Militar, e amigo próximo da família, ele endossava as palavras de apelo, possivelmente para que a carta, de fato, alcançasse seu destino.

Gen. Frota.

O portador deste, pai de Inês Etienne Romeu, cujo paradeiro procura, solicita do prezado chefe e amigo que o Exército possa deliberar providências no sentido de descobrir sua filha – qualquer que seja o destino que Deus lhe haja reservado. Com um abraço, o

Gen. Everaldo.<sup>150</sup>

A carta dos pais de Inês reflete a incerteza quanto ao destino de sua filha. Ainda que estivesse morta, onde estaria o corpo? Como obter certeza de sua morte? Marcada por um tom angustiante, a missiva se insere numa série de eventos que culminou em seu envio. Antes de ser transferida para Petrópolis, Inês passou por outros órgãos repressivos, além de três hospitais. Sua trajetória por esses diferentes locais foi registrada em maio de 1971. Um exemplo ocorreu quando, semiconsciente, ela chegou ao Hospital Carlos Chagas, após se atirar sob as rodas de um ônibus que cruzava o Viaduto de Cascadura, no Rio de Janeiro. Ela tentou, de alguma forma, identificar-se às enfermeiras e ao médico de plantão, negando ser prisioneira política. Afinal, seu sequestro e as transferências entre os órgãos repressivos eram ilegais. “Ao preencherem a ficha de entrada, informei meu nome e declarei minha condição de presa política. Um policial, no entanto, afirmou ser meu parente e alegou que meu nome era

<sup>149</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Cópia da carta de Paulo Romeu Júnior para Silvio [sic] Couto Coelho da Frota.* Belo Horizonte: Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal; Rio de Janeiro: Fundo Comissão Nacional da Verdade, 9 ago. 1971. BR RJANRIO CNV.0, VDH.00092000593201436. [Meus grifos].

<sup>150</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Cópia do invólucro de carta enviada por Paulo Romeu Junior e Maria Etienne Romeu ao general Silvio Frota e de cartão do general Everaldo José da Silva.* Belo Horizonte, 9 de agosto de 1971. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.2.4.

Maristela de Castro”.<sup>151</sup> Embora houvesse a intenção de ocultar sua identidade e impedir qualquer registro que denunciasse sua passagem pelo local, sua presença não passou despercebida. No início de agosto, pouco antes do envio da carta, a família recebeu a notícia de sua morte.

Lúcia, uma de suas irmãs, assim relatou tais acontecimentos:

[...] E esta informação era de um cara que era do CODI de Minas [...]. Os órgãos de segurança negavam que ela estivesse presa, mas no CODI de Minas, na ficha dela, ela era dada como morta há 40 dias. **Isso foi em julho de 1971, começamos a procurar um corpo de 40 dias, baseado na informação do CODI... [...] Nós fomos ao Sylvio Frota, que era comandante do Exército, mas aí estávamos respaldados por uma informação oficial, porque até então era a seguinte: ‘A Inês sumiu, não está presa com a gente’... Nessa última procura já foi assim: um cadáver de 40 dias e uma informação oficial.<sup>152</sup>**

Ao longo de todo o período em que Inês esteve presa em Petrópolis, sua família foi mobilizada para procurá-la em diversos locais – quartéis e delegacias, em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Procuraram o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, sem qualquer resposta concreta ou confirmação de seu paradeiro. Não havia registro oficial de sua prisão em lugar algum, segundo seus familiares. O paradeiro de Inês não se referia apenas ao local onde estava presa, mas também ao estado de seu corpo – se viva ou morta. Apenas em junho daquele ano, em mais uma manobra para dissuadir e esconder informações sobre a militante, a família foi “direcionada” a procurar por um cadáver: um suposto corpo em estado de putrefação havia quarenta dias. Em qual lugar? O comunicado oficial, dessa vez feito por um agente do DOI, não esclareceu. Desesperados, os familiares insistiram nas buscas. Dias depois, o major Marcos Boffa, subchefe da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Minas Gerais, também foi procurado pelos pais de Inês. A resposta do major foi lacônica: “Desconheço a prisão”.<sup>153</sup>

Nesse vaivém de desinformações, de “nãos” e “talvezes”, a situação de Inês tornou-se cada vez mais incerta. Sua família, então, foi arrastada para um jogo de inversões constantes: se, no início das buscas, ela fora empurrada a um estado de ausência – negava-se até mesmo a própria prisão –, no decorrer da peregrinação de porta em porta, instaurou-se um segundo estágio, em que presença e ausência se sobreponham. Agora supunha-se que um corpo sem vida estivesse em algum lugar – o cadáver existia, mas não podia ser encontrado. Sem qualquer certeza sobre onde ela estava, quando ou por que fora presa, a família vivia um

<sup>151</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Op. cit., 18 set. 1971.

<sup>152</sup> A ÚNICA [...]. Op. cit., p. 7. [Meus grifos].

<sup>153</sup> *Ibid.*, fl. 133.

estado de confusão imposto a seus membros, estado que gerava desespero e disseminava o medo. Calveiro identifica nessas ações – negar informações sobre a localização do preso e seu estado – a finalidade das forças ditatoriais de disciplinar toda uma população à sua imagem.<sup>154</sup> A ausência ou a difusão de informações contraditórias sobre o paradeiro do desaparecido visavam intimidar a família e, depois, toda a comunidade, tornando o destino do indivíduo permanentemente incerto.<sup>155</sup> Dessa forma, os atos de confundir, mentir e dissuadir estão relacionados, nesse contexto, à ação de aterrorizar os familiares da pessoa sequestrada. Inês, sobrevivente do ciclo da máquina repressiva, e sua família foram arrastados para essa teia de manipulações e testemunharam como essas estratégias operavam para reforçar a ausência, convertendo a incerteza em uma arma psicológica. É necessário que essa ausência se faça sentir, que a latente falta do preso se torne presente.

Por outro lado, é possível identificar que as contrainformações plantadas pelos agentes da repressão – pistas e hipóteses sobre a localização e o estado da pessoa sequestrada – tinham como objetivo desmobilizar os familiares. Mantidos na ignorância, poderiam desistir das buscas e, por conseguinte, jamais descobrir a real situação.<sup>156</sup> Contudo, embora os agentes respondessem evasivamente às indagações, a localização da pessoa sequestrada era conhecida por alguns. No caso do paradeiro de Inês, tanto os membros e o chefe da equipe do Centro de Informações do Exército (CIE), responsáveis pela operacionalização do aparelho de Petrópolis e presentes na casa cotidianamente, quanto a cadeia de comando desse serviço secreto tinham pleno conhecimento de sua situação e localização. Entre os integrantes dessa cadeia, destacam-se o chefe do CIE, Milton Tavares de Souza; o comandante do 1.º Exército, Sylvio Couto Coelho da Frota; e o ministro do Exército, Orlando Geisel. Precisamente por se tratar de um aparelho clandestino, destinado a cumprir uma missão encabeçada pelo serviço secreto do Exército, os dados referentes à localização e à situação dos presos transferidos para esse centro não eram amplamente difundidos no sistema de informação e repressão.

Veja: Inês foi sequestrada por uma equipe de policiais do DOPS de São Paulo, comandada pelo delegado Sérgio Fleury. O sequestro ocorreu na movimentada Avenida Santo Amaro, às 9 horas da manhã. Ela foi arremessada para o interior de um carro e levada para um local que ela não conseguiu identificar. Naquela tarde, foi conduzida de carro para o Rio de Janeiro. A ida à Guanabara aconteceria para que ela pudesse “cobrir” um “ponto”. Essa foi uma estratégia inventada enquanto Inês era torturada pelos policiais do DOPS, com o objetivo

<sup>154</sup> CALVEIRO, Pilar. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>155</sup> FRANCO, Fábio Luís. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>156</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Op. cit.*, 2007.

de proteger uma pessoa com quem dividia um “aparelho” na capital paulista. Antes de chegar ao local do suposto encontro, porém, o carro fez uma parada na movimentada Avenida Presidente Vargas, em frente ao Ministério do Exército. De lá, desceu um homem à paisana, que se juntou ao grupo. Seria esse homem um agente do CIE?

Até neste ponto, é possível observar um princípio de colaboração entre os homens do serviço secreto do Exército e os policiais civis. Nesse sentido, Joffily destaca que as formas de cooperação entre os órgãos manifestavam-se de diversas maneiras, incluindo tanto a troca frequente de informações quanto a entrega de presos para interrogatórios conduzidos por aqueles responsáveis por uma determinada investigação.<sup>157</sup> O DOPS poderia ser o responsável pela captura; contudo, na perspectiva da repressão, Inês, uma das dirigentes da VPR, “pertencia” ao CIE. Provavelmente, poucos agentes tinham conhecimento de sua real localização. Essa informação permanecia, assim, restrita aos meandros do serviço de informações da força terrestre.

No interior desse circuito fechado, os relatórios produzidos pelos chefes das diversas seções que compunham o CIE eram regularmente enviados ao ministro do Exército, como atesta o antigo coronel Paulo Malhães.<sup>158</sup> Sobre esse fluxo de informações, Adyr Fiúza de Castro, ex-chefe da Divisão de Informação do Gabinete do Ministro da Guerra (D2) até 1969 e um dos criadores do que viria a se tornar o serviço secreto do Exército, relata que, se o principal “cliente” do SNI era o presidente da República, o do CIE era o próprio ministro do Exército.

Ele recebe informações de todos os E2 [Segunda Seção de Informações das áreas militares] das áreas militares. [...] O CIE e os órgãos similares das outras Forças [...] recebem as informações e processam no seu escalão. Recebem tudo. Qualquer informação, a mais inverossímil possível, eles têm que receber e processar, porque rasgar não é possível.<sup>159</sup>

Ainda sobre a estrutura e o funcionamento do CIE, Fiúza de Castro complementa, afirmando que o serviço possuía autonomia para atuar em todo o território nacional, mesmo com a unidade central sediada no Ministério do Exército, no Rio de Janeiro. Sob a jurisdição desse órgão secreto, integravam-se aparelhos especiais, clandestinos, que operavam fora da unidade do I Exército.<sup>160</sup> Evidentemente, nesse serviço, uma equipe era responsável pelo

<sup>157</sup> JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, p. 50.

<sup>158</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. *Op. cit.*, p. 8.

<sup>159</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 46-47.

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 67-69.

centro clandestino de Petrópolis e por outros aparelhos: recebia e processava informações, além de controlar os fluxos informativos referentes aos prisioneiros sob custódia.

Um episódio exemplifica esse tipo de informação que circula de maneira setorizada. Em maio de 1970, uma ação de expropriação foi realizada em uma casa de câmbio na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro. No dia seguinte, o *Jornal do Brasil* dedicou uma coluna para relatar o ocorrido.<sup>161</sup> Segundo um dos funcionários, os assaltantes entraram armados na agência com uma calma surpreendente. Logo no início da ação, anunciaram que não machucariam ninguém e levariam apenas os dólares, deixando intocadas as joias nas vitrines. Outro funcionário, que mais tarde serviu como testemunha na investigação policial, recordou que os assaltantes disseram que “iriam tirar o dinheiro da burguesia e devolver aos pobres”.<sup>162</sup> O que começou como uma investigação comum logo ganhou novas proporções. Ao concluir que se tratava de uma “ação terrorista”, os policiais acionaram os órgãos militares.

A investigação se estendeu por mais de um ano até que, em junho de 1971, um dos supostos terroristas foi preso. Durante o interrogatório no DOPS da Guanabara, Paulo,<sup>163</sup> codinome “Ronaldo”, afirmou ter militado na VPR na época da expropriação.<sup>164</sup> Ele também forneceu os nomes dos demais envolvidos, incluindo o de uma militante chamada Inês, identificada pelos codinomes “Isabel” e “Leda”. Pouco tempo depois, em 9 de agosto de 1971 – coincidentemente no mesmo dia em que Inês tentou cometer suicídio e seus pais enviaram a carta destinada ao general Sylvio Frota –, o delegado do DOPS solicitou a diversos órgãos de segurança, caso não pudessem apresentar os militantes na delegacia, ao menos os dados relativos aos envolvidos.<sup>165</sup> Em resposta à solicitação, o general José Antônio Nogueira Belham, então comandante do DOI-Codi do I Exército, informou: “Inês Ethienne [sic] Romeu, codinome Isabel, encontrava-se foragida”.<sup>166</sup>

Se considerarmos que a base secreta de Petrópolis, de fato, operava de forma complementar ao DOI do Rio de Janeiro,<sup>167</sup> ou que, ao menos, parte da equipe desse órgão tinha acesso às informações da casa, torna-se difícil acreditar que o general Belham desconhecesse a situação de Inês. Por que, então, ocultar essa informação da polícia da Guanabara? Uma resposta plausível a essa indagação é a de que essa informação era

<sup>161</sup> JORNAL DO BRASIL, 22 de maio de 1970, edição 39, p. 16.

<sup>162</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação 39525/72, fls. 25-26.

<sup>163</sup> Pseudônimo.

<sup>164</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. *Op. cit.*, fls. 41-42.

<sup>165</sup> *Ibid.*, fl. 43.

<sup>166</sup> *Ibid.*, fl. 71.

<sup>167</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 389-390.

compartimentada à equipe responsável por Petrópolis, parte de uma operação que exigia maior discrição e sigilo. Deveria permanecer confinada ao círculo de homens especializados no aparelho de Petrópolis, cujo objetivo, como se argumenta, era a eliminação dos grupos guerrilheiros por meio do assassinato de seus dirigentes e líderes. Segundo essa linha de raciocínio, é bastante provável que o major Boffa, quando procurado pela família de Inês em junho de 1971, realmente desconhecesse, se não o fato de ela ter sido presa, pelo menos o local e a situação em que se encontrava.

Fato é que sua família persistiu nas buscas, apesar dos esforços desmobilizadores coordenados pelos órgãos de repressão. No dia 11 de agosto, o pai de Inês viajou ao Rio de Janeiro na tentativa de conversar pessoalmente com o comandante Frota, já que sua carta não havia sido respondida. A viagem ocorreu naquela mesma manhã. Ele acreditava firmemente na informação de que Inês havia sido transferida e de que seu corpo estava sob a custódia do 1.º Exército.<sup>168</sup> Pelas fontes disponíveis, não foi possível saber como se desenrolou esse encontro, se é que realmente ocorreu. Talvez seu pai tenha aguardado horas para ser atendido pelo comandante, apenas para ouvir, ao final: “O corpo de sua filha não está aqui”.

Geralda, outra irmã de Inês, esperava em sua casa, em Belo Horizonte, por notícias da viagem de seu pai. À noite, enquanto assistia à novela, ouviu um carro que mal parou na rua em frente à sua casa, arrancando logo em seguida, como se estivesse em fuga. Ao abrir a porta, lá estava Inês, na soleira. Muito magra, com a barriga inchada e os braços roxos, ela saiu do mundo da casa. “Suas mãos eram irreconhecíveis”, detalha Geralda, ao relembrar daquela noite.<sup>169</sup> Foi uma mera coincidência a viagem ao encontro de Frota e o fato de Inês aparecer na porta de sua irmã naquele mesmo dia? Era essa a ação previamente planejada desde a mudança no cotidiano da casa, quando ela passou a ser alimentada e atendida por Doutor Carneiro? Ou tomaram essa decisão quando Inês tentou cometer suicídio na casa de Petrópolis, na madrugada do dia 9? A insistência do pai em encontrar Frota na manhã do dia 11 de agosto teria alguma relação com o fato de Inês ter sido solta à noite, na mesma data, em Belo Horizonte?

São questões impossíveis de serem plenamente respondidas com a documentação que temos hoje acesso. E, apesar desse interdito, devo pontuar o seguinte: é preciso uma boa dose de desconfiança diante da afirmação de que a eventual saída de Inês da casa de Petrópolis foi resultado exclusivo de um erro da equipe responsável pelo aparelho, no período em que ela

<sup>168</sup> COMISSÃO DE ANISTIA. Inês Etienne Romeu. Recurso 2002.01.08787, volume 1, fl. 133-134.

<sup>169</sup> *Ibid.*

esteve lá ilegalmente presa. Foi o que afirmou Paulo Malhães em sua declaração à Comissão Estadual do Rio de Janeiro, em 2014: “[...] Então, a gente tinha liberdade total de ação. Por exemplo, o erro da Inês Etienne, um erro clássico. [...] Então, nunca que ela podia ser solta. O máximo que você podia fazer com ela, era fazer ela uma infiltrada amarrada”.<sup>170</sup>

Diante disso, ao final deste capítulo, apresento a avaliação de Inês sobre seu próprio sequestro e prisão ilegal na casa, sobre sua passagem por aquele lugar: um testemunho que captura a profunda e indiscernível ruptura provocada por essa experiência-limite. Em novembro de 1971, Inês foi oficialmente presa, e sua prisão preventiva foi decretada no mesmo mês. Um ano depois, teve início seu julgamento na 3.<sup>a</sup> Auditoria Militar, que resultou em uma sentença de prisão perpétua pelo seu envolvimento no sequestro do embaixador suíço, em dezembro de 1970. Enquanto cumpria sua pena no presídio de Bangu, dividindo uma cela com outras presas políticas, ela buscava compreender sua saída do “vazio” e a inadequação de retornar à vida após Petrópolis. Em uma entrevista concedida em 1979, ela assim descreveu seu estado:

Depois, pra tirar isso da cabeça é uma loucura. Eu levei anos. Eu saí de lá e durante uns dois ou três anos, eu vivi com a impressão de que eu era uma pessoa péssima. Que eu não valia nada. [...] Não sei porque resisti, isso eu não sei. Mas acho que cada indivíduo – usando um lugar comum – é um universo próprio. Eu não digo que resisti, não. Eles me quebraram. Durante esses oito anos, eu me senti num processo de colar os pedaços, os meus pedaços. Uma vez alguém me disse: ‘Inês, você é um vaso que se quebrou e você tem que juntar os pedaços’. Quer dizer, claro que a gente não vai ser nunca o mesmo vaso...<sup>171</sup>

Será que, em algum momento, ela conseguiu remontar esse vaso?

No interstício entre o ocultamento e a aparição, sumo da densidade espectral, prossigo investigando as táticas e estratégias que constituíram o centro clandestino de Petrópolis em 1971. Essa reflexão é fundamental para compreender, a seguir, o confronto entre testemunho e dissimulação dos agentes da repressão. Na próxima seção, procuro capturar algumas margens que delineiam o aspecto visível do aparelho, ao abordar sua estrutura e a finalidade de sua instalação.

<sup>170</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 168.

<sup>171</sup> A ÚNICA [...]. Op. cit., p. 7.

## CAPÍTULO 2

### A camada visível

#### 2.1 O relatório

Por erro, descuido ou, talvez, intenção deliberada de seus torturadores, Inês foi libertada da casa. Chegava, então, a hora de tentar voltar ao mundo. Contudo, mesmo fora dos muros e já após Petrópolis, a ameaça de morte ainda pairava sobre ela. Na mesma noite de 11 de agosto de 1971, ao saltar da Veraneio azul escura na porta da sua irmã, o tenente-coronel do CIE, Orlando de Souza Rangel (Doutor Pepe) lhe fez uma última recomendação: que não se esquecesse do encontro no dia seguinte, ao meio-dia, num bar, onde acertariam a forma de atuação de Inês como agente infiltrada. Ele ainda perguntou: “Por que você está com essa cara de apavorada?”. O veículo desapareceu rua abaixo. Latidos cortaram a noite. Na soleira, ela advertiu a irmã: “Eles vão atirar”. Telefonemas desesperados fizeram a rua se encher de carros e gente. Inês acreditava, em entrevista concedida em 1981, que foi essa rápida ação que fez com que o esquema para matá-la a tiros tivesse sido desmontado.<sup>172</sup>

Nem mesmo o período em que esteve internada em uma clínica particular de Belo Horizonte a livrou das contínuas ameaças. “[...] Eu tinha medo: não entendia a razão de minha vida, nem a razão de minha liberdade”.<sup>173</sup> Nos dias 16 e 17 de setembro, Orlando Rangel (Doutor Pepe) e Doutor Bruno,<sup>174</sup> ambos militares mais graduados da equipe responsável por Petrópolis àquela época, foram até a clínica. Apresentaram-se com outros nomes na recepção; diziam ser parentes distantes dela. Queriam que mantivesse o “acordo”, fosse para o Rio, para um convento de freiras, e ajudasse na infame missão de entregar os membros remanescentes da VPR à repressão. O que fazer? É na noite de 18 de setembro, diante da televisão ligada no *Repórter Esso*, que tudo, mais uma vez, vira de ponta-cabeça. A memória dessa noite é de

<sup>172</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de fevereiro de 1981, edição 18.940, p. 7.

<sup>173</sup> ARQUIVO NACIONAL. Relatório de Inês Etienne Romeu. *Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>174</sup> Ainda é desconhecida a real identidade desse agente. No decurso dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, aventou-se que o codinome “Doutor Bruno”, utilizado no aparelho de Petrópolis em 1971, pertenceria ao então tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen, chefe da divisão de contrainformações do CIE, talvez em razão da descrição física feita por Inês no mesmo ano e das declarações de Paulo Malhães à comissão, em 2014, quando afirmou que o militar teria sido o chefe do centro repressor e um dos responsáveis pela instalação do aparelho. Todavia, em uma das audiências da comissão em que esteve presente Inês, ao lhe ser mostrada uma fotografia de Etchegoyen, ela não o reconheceu.

uma de suas sobrinhas, Maria Celina Guido, então com onze anos.<sup>175</sup> Há, aqui, um detalhe digno de atenção, mesmo em meio à tensão: vislumbrar Inês para além do papel de militante.

[...] Tia Inês tinha uma necessidade grande de falar, e me contava todas as torturas e sofrimentos pelos quais havia passado, com detalhes, nomes... Ficávamos conversando à tarde. Ela me ensinou a jogar baralho, e me contava suas histórias. Como Tia Inês sempre nos contava histórias, para mim estávamos falando de alguma coisa irreal, não podia ser verdade, mas me impressionava muito. [...] A rotina da clínica era leve, as internas andavam pelo corredor, não falavam com ninguém. Dentro do quarto da Tia Inês, ela fazia a festa! Ela conseguia fazer tudo ficar tão suave! Havia uma sala de eletrochoques, todos nós sabíamos, mas eu não tinha acesso. Para mim, era a sala do pavor ou do castigo. Havia uma sala de televisão, onde se misturavam internas, acompanhantes, enfermeiras [...]. Eu ia com a Tia Inês todas as noites na hora do Repórter Eso. [...] Tia Inês usava sempre o cabelo preso, um ‘rabo de cavalo’. Ela tinha os cabelos muito lisos, na altura dos ombros. Mesmo quando havia muitos lugares na sala da televisão, eu me sentava ao lado dela [...].<sup>176</sup>

Roda a vinheta do jornal. O âncora inicia a previsão do tempo para o dia seguinte: clima ameno, céu limpo, ainda que haja possibilidade de oscilações térmicas, já perceptíveis com a chegada iminente da primavera. Em seguida, a próxima chamada, no mesmo tom tranquilo: “Está morto o terrorista Carlos Lamarca”. E prosseguiu: “Numa ofensiva conduzida pelas forças militares e policiais, com o apoio inestimável dos moradores da região, no interior da Bahia, o ex-líder subversivo foi morto ontem em confronto com tropas de segurança, ao resistir à voz de prisão dada por agentes do DOI”.<sup>177</sup> Talvez, enquanto se anunciava a notícia, tenham surgido na tela imagens dos vários rostos de Lamarca sob seus disfarces – ou ainda a fotografia de seu corpo, mãos entrelaçadas, repousando sobre o tórax – tal como estampava a capa do *Jornal do Brasil*, na edição de 21 de setembro.<sup>178</sup> Logo após a notícia, como recordava Maria Celina, sua tia foi tomada pelo susto. Levantou-se do sofá compartilhado e foi sentar-se na ponta de uma poltrona.

[...] Eu percebi que havia acontecido alguma coisa, porque ela não tinha essa postura. Passei minha mão pelo cabelo dela, ela me empurrou. Levantou-se e saiu pelo corredor, ouvi uma mistura de soluço, choro, revolta, pavor. Eu nunca havia visto nada igual. No corredor, ela foi contida por alguém, que a levou. [...] Acho que

<sup>175</sup> As entrevistas com Maria Celina Guido aqui citadas foram realizadas pela historiadora Isabel Cristina Leite, em junho de 2018. Cf. LEITE, Isabel Cristina. Duas temporalidades na vida de Inês Etienne Romeu, 1971-1981. In: FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla. *A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019, p. 444-445.

<sup>176</sup> *Ibid.*

<sup>177</sup> O episódio refere-se à execução de seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre 8 e 9 de janeiro de 1973, operação planejada e promovida pelos órgãos de repressão, que ficou conhecida como “Massacre da Granja São Bento”. Os agentes da operação mobilizaram, em parte, a colaboração e o silêncio temeroso de moradores da região; medo e propaganda produziram conformismo, espalharam desconfiança no cotidiano e criaram, ao fim e ao cabo, o ambiente necessário à execução do crime. Cf. CAMPOS, Luiz Felipe. *O massacre da Granja São Bento: A história de como um traidor e um torturador se aliaram em um dos crimes mais brutais da ditadura militar no Brasil*. Recife: Cepe, 2017.

<sup>178</sup> JORNAL DO BRASIL, 21 de setembro de 1973, edição 142, p. 1.

fiquei algum tempo sem ficar com a Tia Inês na clínica à tarde, mas não me lembro quanto tempo. Nunca mais falamos sobre isso, eu e ela. Só me lembro que ela se desculpou por ter me empurrado.<sup>179</sup>

Foi naquela noite que se divulgou um dos mais duros golpes sofridos pelos grupos da esquerda armada, sobretudo pela VPR e pelo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), grupo para o qual Lamarca havia migrado poucos meses antes. Foi também naquela noite, muito provavelmente após a desastrosa notícia, que Inês redigiu, em uma caligrafia trêmula, algumas cartas e o relatório – multiplicado em várias cópias – em que testemunhava sua passagem por Petrópolis. Nesse documento, principal fonte desta pesquisa e condição de sua exequibilidade, narrou a vida clandestina que levava antes da prisão ilegal, a passagem por diversos centros de repressão, as torturas sofridas e a posterior transferência para a casa. Acrescentou, ainda, os nomes daqueles que vira, ouvira ou soubera terem sido levados àquele lugar abjeto – e ali desaparecidos; os codinomes, as feições físicas e, em alguns casos, as identidades reais de seus torturadores, listados em ordem decrescente na hierarquia militar; o cotidiano terrível que enfrentara; e, em anexo, o relato de sua saída incerta dali e das visitas ameaçadoras dos algozes à clínica, no dia anterior,<sup>180</sup> e um desenho detalhado da planta da casa.<sup>181</sup> Indicava, ademais – se não o endereço exato, que só descobriria no final da década de 1970 –, ao menos indicava que o aparelho clandestino do Exército funcionava em uma residência situada em algum ponto recôndito de Petrópolis.

Em uma das cartas, datada de 3 de outubro e endereçada a seu advogado, Augusto Sussekind de Moraes Rego, vê-se a motivação por trás da rápida decisão de redigir o seu testemunho, então igualmente salvaguardado em fotocópias remetidas a familiares e amigos:

[...] Pelos fatos que passei durante o meu cativeiro, onde fui torturada e vi companheiros sofrendo e morrendo e pelas conversas que tenho [ilegível] com os agentes secretos que me visitam tenho motivos para acreditar que os meus carcereiros pretendem me eliminar, falseando a maneira e as razões de minha morte. [...] Meus carrascos afirmaram que “me suicidariam” na prisão, caso eu revelasse os fatos que ouvi, vi e que me contaram durante os três meses de minha prisão, pois reconhecem que “sei demais”. [...] Encaminhei a diversas pessoas um longo e circunstanciado depoimento sobre os dias do meu cativeiro, narrando os fatos ocorridos na casa onde fiquei presa (torturas e mortes de diversas pessoas) e casos que me contaram e onde identifico alguns de seus carcereiros. [...] Se eu morrer, essas pessoas divulgarão o documento ao país (se a censura deixar) e no exterior, para que um dia se esclareçam fatos obscuros e se registre na história do Brasil os nomes e as patentes dos torturadores que se esconderam sobre a proteção do governo. [...] Quero manifestar, ainda, a minha vontade de ser sepultada em

<sup>179</sup> LEITE, Isabel Cristina. *Op. cit.*, 2019, p. 445.

<sup>180</sup> ARQUIVO NACIONAL. Relatório de Inês Etienne Romeu. *Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>181</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Anexo n° 1. *Planta da casa onde estive presa*. Op. cit., 18 set. 1971.

Belo Horizonte e que seja assegurado a minha família o direito de me proporcionar o recebimento dos sacramentos religiosos.<sup>182</sup>

O trecho surpreende não apenas pela coragem, mas também pela acuidade de Inês ao antecipar os possíveis desdobramentos do funcionamento do aparato repressivo: forjariam, como não era incomum em seus métodos, uma cena fabricada para justificar a morte de um preso. As farsas variavam. Iam desde confrontos armados durante supostas fugas e atropelamentos por caminhões ou trens até suicídios encenados por afogamento ou enforcamento. Vale lembrar, aqui, a versão pantomímica e pouquíssimo verossímil imposta a Inês como relato a ser contado à família e aos companheiros de militância, caso aceitasse “virar” e infiltrar-se na VPR: depois de receber cuidados no Hospital Central do Exército, em razão de um atropelamento, teria sido levada para uma casa qualquer, onde teria conseguido embebedar e seduzir o único agente que a vigiava e, após um passeio de carro, teria fugido. Cumprido o macabro roteiro e entregues os seus companheiros da VPR, seria, por fim, libertada. Não passa despercebido que a versão imposta a Inês constitui mais um exemplo de como a repressão buscava desqualificar a militância política feminina ao acionar estereótipos de gênero: elementos como a sedução e um suposto comportamento imoral (beber, seduzir) eram mobilizados para reforçar a narrativa da fuga e, por conseguinte, a ideia de que o envolvimento feminino na política se vinculava à promiscuidade e ao desvio de conduta, não propriamente à convicção política.<sup>183</sup>

Também ronda a carta a sombra do assassinato de Lamarca, como presságio de que ela seria a próxima. Inês escreve temendo por sua própria vida – não apenas pelas ameaças diretas dos agentes, mas pela consciência de que, permanecendo viva e carregando aquilo que vira e ouvira, a transformava em alvo de eliminação. Nesse cenário, a carta-testemunho, assim como o relatório, assume contornos de urgência em razão das condições de sua produção: é, ao mesmo tempo, escudo e aviso. Opera como precaução diante da provável intenção de torná-la objeto de “queima de arquivo” e, simultaneamente, como denúncia antecipada.<sup>184</sup> Uma das cópias da carta, remetida por seu advogado à Divisão de Segurança e Informações do

<sup>182</sup> Uma cópia da carta que Inês redigiu a seu advogado foi anexada a um memorando produzido no âmbito do Serviço Nacional de Informações. ARQUIVO NACIONAL. Memorando nº 130/SI-Gab. Presidência da República, Serviço Nacional de Informações, 20 de dezembro de 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC,GNC.AAA.71041404

<sup>183</sup> COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

<sup>184</sup> TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. Inês é viva: testemunho e esquecimento durante a transição brasileira. *Outros Tempos*, v. 11, n. 17, 2014, p. 80. Acesso em: dez. 2024.

Ministério da Justiça (DSI/MJ), serviu como estratégia para a oficialização da prisão de sua cliente – o que, de fato, ocorreu em 7 de novembro daquele ano.<sup>185</sup>

É com base nesse relatório de 1971 que abro este capítulo com a seguinte questão: por que, afinal, devemos acreditar em Inês? A intenção, aqui, não é descredibilizar ou minar a veracidade contida em seus testemunhos, tal como fizeram os agentes da repressão desde, pelo menos, 1981, quando seu relato passou a circular publicamente com maior alcance na mídia. A partir daí, os esforços para desqualificar seu testemunho tomaram formas diversas: Amílcar Lobo insinuava instabilidade emocional, diagnosticando-a como uma mulher mentalmente desequilibrada, carregando “fantasias numa cabeça que muito sofreu”;<sup>186</sup> Adyr Fiúza de Castro recorria a uma estratégia mais sutil, que, embora não negasse frontalmente o que ela dizia, tratava de esvaziá-lo: “[...] a casa de Petrópolis era preparada para ‘virar’, aliciar agentes. Não era nada daquilo que andaram falando. Não era casa de torturas”;<sup>187</sup> Paulo Malhães, por sua vez, a tachava sumariamente como “mentirosa”.<sup>188</sup>

A pergunta que aqui se coloca, em sentido inverso, é a seguinte: como atribuir valor testemunhal às palavras de Inês e ao testemunho que produziu? Entre a escassez de fontes, a imprecisão de muitas delas e a presença de registros abertamente falsos, cumpre firmar um terreno estável a partir do qual se possa examinar, com a devida cautela, a lógica de funcionamento e os objetivos do aparelho clandestino de Petrópolis. Entretanto, essa difícil pergunta nasce também do próprio ofício da historiadora, para quem o testemunho, por si só, não basta, uma vez que se submete à crítica das fontes.

Essa busca em torno do testemunho se inscreve numa tradição ocidental que o vinculou à prova e, muitas vezes, ao privilégio da visão (o *istōr* grego). Do latim, segundo Giorgio Agamben, a palavra testemunho deriva de *testis* e *superstes*: o primeiro designa quem presenciou o evento e pode depor; o segundo, quem o atravessou, implicado diretamente no que narra.<sup>189</sup> A história de Homero, o herói grego, é recorrentemente trazida à tona como exemplo do primeiro *superstes*. Nessa tradição, a crítica às fontes e aos testemunhos implica

<sup>185</sup> ARQUIVO NACIONAL. Encaminhamento nº1/DSI/MJ, Divisão de Segurança e Informações, Ministério da Justiça, 04 de janeiro de 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC,GNC.AAA.72042938

<sup>186</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>187</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary; CASTRO, Celso (Orgs.). *Op. cit.*, p. 68.

<sup>188</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. Depoimento de Paulo Malhães. *Op. cit.*, p. 168-169.

<sup>189</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*: o arquivo e o testemunho (*Homo Sacer III*). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 60.

questionar a percepção, o armazenamento e a restituição da cena.<sup>190</sup> Nada há de heroico, contudo, na teoria do testemunho que aqui adoto como embasamento.

As catástrofes do século XX constituem o sumo que modifica as reflexões sobre o testemunho – delas não restaram heróis, mas tão somente sobreviventes. A busca pela verdade do passado, diante desse novo paradigma, remete mais a uma ética da ação presente do que a uma adequação científica entre “palavras” e “fatos”. Testemunhar, em realidade, entende-se agora como realizar um ato de fala, em vez de simplesmente constatar ou descrever um acontecimento. O testemunho é, em si, um acontecimento, um ato que promete dizer uma verdade – a verdade do testemunho.<sup>191</sup> Assim, a indagação sobre por que devemos acreditar em Inês ressoa a questão formulada por Mario Barenghi em relação ao testemunho de Primo Levi sobre a experiência catastrófica de Auschwitz: por que damos crédito às palavras da testemunha, por que as acreditamos verdadeiras?<sup>192</sup> Longe de oferecer uma resposta autoevidente, tais questões exploram a complexidade do testemunho como objeto de reflexão – em ambos os casos, trata-se da palavra de sobreviventes que vêm prestar contas diante do horror por que passaram e de quem vem testemunhar por aqueles que não puderam fazê-lo –, cabendo-lhes permanecer e escutar a palavra do desterro e do impossível, sustentando no relato o horror.<sup>193</sup>

Sabemos, de antemão, que o testemunho não reproduz um relato supostamente objetivo dos fatos vividos, seja pela consciência da impossibilidade de traduzir diretamente uma experiência de violência extrema em discurso, seja pelas vicissitudes próprias do trabalho da memória, o qual, com a passagem do tempo, introduz revisões, variações, enxertos e lacunas no acontecimento pretérito.<sup>194</sup> Justamente por ser fruto de um trabalho de memória – deslocamento do passado ao presente ou, inversamente, arrasto do presente ao passado –, o testemunho sofre modificações. A passagem, afinal, não se faz sem ruídos. No caso específico do testemunho, trata-se de etapa necessária na construção do relato, a fim de dar forma e garantir existência à experiência traumática.<sup>195</sup>

<sup>190</sup> *Ibid.*

<sup>191</sup> DERRIDA, Jacques. *Demorar*: Maurice Blanchot. Tradução de Flávia Trocoli e Carla Rodrigues. Florianópolis: Editora UFSC, 2015, p. 60.

<sup>192</sup> BARENGHI, Mario. *Perché crediamo a Primo Levi? / Why do we believe Primo Levi?*. Turin: Einaudi, 2013. E-book.

<sup>193</sup> GAGNEBIN, Jeanne Maria. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 57.

<sup>194</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, p. 50-51.

<sup>195</sup> *Ibid.*

Diante dessas modificações próprias do percurso do trabalho da memória, o grau de verificação possível à historiadora é limitado, se não profundamente antiético. Não surpreende que haja, no relato testemunhal, afirmações imprecisas ou diferentes versões de um mesmo acontecimento a cada vez que o testemunho é dado, na medida em que o trauma emerge violentamente e por motivos diversos, sejam conscientes ou inconscientes. Daí surge uma segunda pergunta: a que verdade pretende o testemunho, portanto? Sua pretensão não reside numa verdade única, factual ou tautológica, mas em múltiplas dimensões, incluindo o inominável e um imperativo ético.<sup>196</sup> A verdade do testemunho se relaciona com algo que está além da significação, dando voz ao indizível; sua autoridade reside em poder falar, unicamente, em nome de um não-poder-dizer.<sup>197</sup> Trata-se de trazer à tona as condições pavorosas que determinaram essa impossibilidade, lutando por uma verdade insuportável e dizimada.

É por isso que o critério de verdade que atribuímos ao testemunho não consiste numa correspondência estritamente fiel dos acontecimentos, nem numa busca desleal de conformar o relato ao evento disforme do horror. É impossível dar conta discursivamente de tudo, sobretudo no que diz respeito à experiência traumática em sua dimensão mais visceral, em que a linguagem, muitas vezes, falha diante do inominável. Mais do que uma exigência de exatidão factual, o critério de verdade repousa sobre o pacto narrativo firmado entre mim, historiadora, e o relato da testemunha, Inês: reconhecemos que a testemunha constrói, em sua fala, uma credibilidade interna (de modo que o narrado não conflite consigo mesmo), assim como uma credibilidade externa (de forma que o relato não possa ser falseado em sua relação com os fatos da realidade), ainda que haja desvios ou acréscimos que, por óbvio, não descredibilizam o núcleo de verdade.<sup>198</sup> Tal pacto, muitas vezes tácito, noutras explícito, envolve um acordo entre a escritora testemunhal e a historiadora, baseado em padrões discursivos reconhecíveis e premissas verossímeis, o que permite que até mesmo passagens de descrições particularmente gráficas da violência (como a maneira pela qual as pessoas levadas à casa de Petrópolis foram torturadas, no relatório de Inês) possam ser interpretadas como parte do dever de testemunhar: a reconstrução narrativa se ancora na necessidade de transmitir, com rigor, uma *verdade possível* da experiência atravessada.<sup>199</sup> Inês, por exemplo, em sua carta, reconhece o caráter imprescindível de dar seu testemunho e aponta a

<sup>196</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Op. cit.*, 2010.

<sup>197</sup> GAGNEBIN, Jeanne Maria. *Op. cit.*, p. 162.

<sup>198</sup> BARENGHI, Mario. *Op. cit.*, 2013. E-book.

<sup>199</sup> *Ibid.*

importância de testemunhar como sobrevivente – aquela que retorna para relatar por aqueles forçados ao desaparecimento e para descrever as últimas horas na hedionda casa: “para que um dia se esclareçam fatos obscuros e se registre na história do Brasil os nomes e as patentes dos torturadores que se esconderam sob a proteção do governo”,<sup>200</sup> como no trecho da carta citado acima.

Para além do pacto narrativo firmado entre as partes, um texto testemunhal tende a ser marcado pela elipse – traço que denota sua condição: caráter fragmentário, nunca sólido, jamais conclusivo, em permanente oscilação entre o impulso obstinado de falar e as dificuldades inerentes a esse ato. Nas margens do dizível, carrega consigo a precariedade essencial do testemunho, que se afirma justamente sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade.<sup>201</sup> Essa característica paradoxal, longe de enfraquecê-lo, confirma a confiabilidade que lhe é atribuída. Nas palavras de Agamben, o testemunho é “uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar”.<sup>202</sup> A fragilidade reconhecida e os impasses expostos ao testemunhar fortalecem, paradoxalmente, a autoridade de suas narrativas. Barenghi destaca, por exemplo, como Levi incorpora elementos de metanarrativa em sua obra, abordando os desafios da memória e admitindo a incerteza nas próprias palavras como condição para dar lugar à palavra testemunhal.<sup>203</sup> Questionar abertamente a veracidade das recordações, em vez de minar a credibilidade, convida ao engajamento crítico com o texto. Essa demonstração de consciência sobre as limitações da memória reforça, portanto, o pacto de verdade.

No caso de Inês, a subjetividade do trauma e das lacunas não fragiliza seu testemunho; pelo contrário, tais marcas estruturam a força e a legitimidade do relato, precisamente por evidenciarem os limites da linguagem diante da violência extrema. Em vez de ocultar os limites da memória, o relatório por ela redigido os reconhece conscientemente e os incorpora como parte da experiência a ser testemunhada. Ao afirmar que não se lembra de “tudo o que afirmou” sob tortura e sob os efeitos do “soro da verdade” que lhe foi aplicado,<sup>204</sup> Inês abre espaço para uma relação crítica com o próprio relato.

<sup>200</sup> ARQUIVO NACIONAL. Memorando nº 130/SI-Gab. *Op. cit.*, 20 dez. 1971.

<sup>201</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Op. cit.*, 2008, p. 60.

<sup>202</sup> *Ibid.*, p. 147.

<sup>203</sup> BARENGHI, Mario. *Op. cit.*, 2013. E-book.

<sup>204</sup> ARQUIVO NACIONAL. Relatório de Inês Etienne Romeu. *Op. cit.*, 18 set. 1971.

Essa consciência aparece também em trechos em que descreve o “profundo sentimento de frustração por não ter morrido na viagem [que a levou até a casa]”<sup>205</sup> ou quando diz que “nem a imaginação mais fértil seria capaz de compor um quadro que traduzisse o [seu] martírio”.<sup>206</sup> As ameaças de morte e a reflexão sobre a violência sofrida, descritas na passagem referente às ameaças feitas na clínica de Belo Horizonte – “[...] como se o que passei não representasse a pena mais cruel...” –<sup>207</sup> remetem ao horror vivido e evidenciam, também, o esforço de transformar a experiência-limite em palavras transmissíveis. Inês constrói seu relato a partir da consciência de que há sempre algo que escapa. Assim, reforça um pacto de verdade fundamentado precisamente na honestidade sobre o inacabado, dentro da impossibilidade constitutiva do ato de testemunhar.

Cabe destacar mais um indício do cuidado de Inês com as lacunas do próprio relatório-testemunho. Mesmo depois de ter a prisão oficialmente reconhecida e de ser condenada nos termos da Lei de Segurança Nacional por integrar um “grupo terrorista” e participar de assaltos e do sequestro do ex-embaixador suíço, ela pareceu permanecer insatisfeita com as brechas do primeiro relato. Em outubro de 1978, já no presídio de Talavera Bruce, redigiu vários adendos que pormenorizavam as trajetórias de militantes conduzidos à casa de Petrópolis e ali desaparecidos, incorporando dados revelados em livros, jornais, congressos e encontros da campanha pela Anistia.<sup>208</sup> O gesto eloquente demonstra que, apesar do confinamento, Inês continuava atenta às informações em circulação e, ao registrá-las, reiterava o traço constitutivo de todo testemunho: a consciência de sua própria incompletude, de sua impossibilidade.

## 2.2 As declarações

Se o pacto narrativo, a intrínseca característica paradoxal e as condições de produção conferem valor testemunhal – em termos de credibilidade e veracidade – ao conteúdo escrito por Inês sobre o aparelho de Petrópolis, o mesmo não se aplica às declarações<sup>209</sup> feitas pelos

<sup>205</sup> *Ibid.*

<sup>206</sup> *Ibid.*

<sup>207</sup> *Ibid.*

<sup>208</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Levantamento realizado por Inês Etienne Romeu contendo informações sobre os militantes desaparecidos [...].* Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1978. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.43.9.

<sup>209</sup> Para distinguir as falas de agentes da repressão das categorias “testemunho”, “depoimento” ou “denúncia”, sigo a opção das autoras e privilegio o termo “declaração”. A intenção é enfatizar que tais falas não se confundem com arrependimento nem com esclarecimento acerca de eventos pretéritos; tratam-se de versões

agentes da repressão sobre o mesmo tema. Diferentemente do testemunho, as falas dos perpetradores aspiram a outros horizontes, possuem motivações distintas daquelas de tentar esclarecer um fato: entre elas, a tentativa de escapar à condenação da opinião pública ou de evitar responsabilizações judiciais por seus atos, ou ainda a vontade de exaltar os feitos passados de suas carreiras na repressão, como destacam Chirio e Joffily.<sup>210</sup> Frequentemente marcadas por um tom de orgulho, de revelação ou mesmo de arrependimento, não raro suas declarações públicas contêm mentiras deliberadas ou imprecisões sobre o funcionamento da máquina repressiva e, sobretudo, sobre o destino dado aos desaparecidos políticos.

As suas falas são, a todo instante, atravessadas por uma matemática confusa, um jogo de codificações e respostas que parece indicar, na tensão entre o pouco que se expõe e o muito que se encobre, o caráter estruturante de suas declarações: o uso deliberado da mentira. Essa é, pois, a característica marcante de suas declarações; antecede o orgulho, o arrependimento ou a autopromoção. É, nas palavras de Arendt, o embuste, o falso, o redemoinho de versões cuidadosamente cobertas por camadas de mentiras. Para alcançar determinados fins políticos, a mentira opera em sua capacidade atuante e agressiva: enganar e manter o sigilo.<sup>211</sup> Em uma palavra, considerando as prescrições em que esses homens foram formados: *contrainformar*. Ora, a produção da mentira e da dissimulação, nesse caso, destoa radicalmente dos traços paradoxais e formativos do testemunho, sustentado na tensão contínua entre memória e esquecimento. Ao mentirem e dissimularem, fazem-no como estratégia para não revelar informações que poderiam comprometê-los ou, de outro modo, para afirmar que as detêm, embora escolham mantê-las ocultas.<sup>212</sup>

Numa reviravolta sinistra no uso da informação, já discutida neste trabalho, o emprego deliberado da mentira e da dissimulação configura desdobramento direto da própria arma desaparecedora: confundir, negar, manipular e esconder por meio de declarações, com o objetivo de apagar os vestígios do crime e, ao mesmo tempo, prolongar indefinidamente a gestão da incerteza e da impermanência da morte dos desaparecidos. Mesmo após o fim formal da ditadura militar, a informação é pensada como uma arma de guerra, de modo que as versões construídas pelos agentes da repressão tenham prevalência sobre outras, com a perspectiva de continuar a exercer controle verdadeiro e incessante sobre aqueles

marcadas por controvérsias e por mentiras deliberadas. Cf. CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. *Torturadores: perfis e trajetórias de agentes da repressão na ditadura militar brasileira*. São Paulo: Alameda, 2025, p. 214-215.

<sup>210</sup> *Ibid.*, p. 215-216.

<sup>211</sup> ARENDT, Hannah. A mentira na política: considerações sobre os documentos do Pentágono. In: \_\_\_\_\_. *Crises da república*. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 14-16.

<sup>212</sup> CHIRIO, Maud; JOFILLY, Mariana. *Op. cit.*, 2025, p. 215-216.

considerados inimigos. A informação, portanto, sob essa lente, não é apenas um subproduto da guerra passada, uma vez que passa a constituir a própria essência de uma estratégia militar.<sup>213</sup> Ela permanece enquanto uma arma fundamental na disputa pelos sentidos e pela representação do passado no espaço público, forjando versões para conferir status de verdade à mentira.<sup>214</sup>

Frente a tais fontes, impõe-se, portanto, um olhar analítico ainda mais atento: que tensione seus enunciados, desvele, nas medidas do possível e do plausível, suas motivações e os situe no contexto específico de sua produção, sobretudo quando tratam de Petrópolis. Não se trata de revelações ou confissões, como às vezes são muitas vezes intituladas, mas, antes, de construções discursivas atravessadas por estratégias de negação, distorção e autodefesa. Sem escapar de todo às controversas declarações, passo a mapeá-las.

Quatro agentes da repressão se destacam entre aqueles que, de alguma forma, mantiveram vínculo com o centro clandestino de Petrópolis ou ouviram falar dele, e reconheceram publicamente a existência desse aparelho, deixando declarações diretas a seu respeito.<sup>215</sup> Alguns deles já foram mencionados e brevemente apresentados: Cláudio Guerra, ex-policial civil e ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, atuante também no DOI-Codi paulista; Marival Chaves do Canto, ex-sargento do Exército, com passagens tanto pelo DOI-Codi de São Paulo quanto pelo CIE nas equipes de análise de informações; Amílcar Lobo, antigo tenente-médico da força terrestre, à época lotado no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do 1.º Batalhão da Polícia do Exército (BPE) e, segundo o testemunho de Inês, que serviu também na casa de Petrópolis; e Paulo Malhães, então tenente-coronel do Exército e agente do CIE. Um policial, três militares. Patentes distintas, trajetórias igualmente singulares nas áreas da repressão e da informação, variando conforme o órgão em que atuaram e o tempo de serviço. Todos, segundo eles próprios, com algum vínculo ou informação acerca da casa de Petrópolis e os desaparecidos para lá supostamente transferidos.

Enunciadas em momentos diversos e por meio de suportes distintos – audiências públicas das comissões da verdade, obras de teor autobiográfico ou biográfico, entrevistas concedidas à imprensa –, as declarações desses agentes compartilham um traço recorrente:

<sup>213</sup> FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. Op. cit., 2022, p. 101-102.

<sup>214</sup> TEÓFILO, João. Verdade factual, mentira organizada e ditadura militar brasileira: alguns apontamentos a partir das reflexões de Hannah Arendt. *Sæculum – Revista de História*, v. 39, n. 39, dezembro de 2018, p. 219-232. Acessado em: jul. 2025.

<sup>215</sup> Importante ressaltar que há outros agentes da repressão que também mencionaram em declarações o aparelho de Petrópolis: entre eles, Félix Dias Freire, Joaquim Artur Lopes de Sousa, Mauro Magalhães e Agenor Francisco Homem de Carvalho. Optei por não analisar suas declarações em profundidade, pois elas são bastante pontuais, marcadamente evasivas ou negam a existência do centro clandestino.

nascem de motivações específicas, que variam conforme o sujeito, mas orbitam sinteticamente em torno de três eixos centrais.<sup>216</sup> Há aquelas voltadas à tentativa de justificar a própria atuação diante da sociedade, como se nota, com maior nitidez, nas falas de Lobo e Chaves; outras que visam exaltar o passado e manifestar certo orgulho pelo trabalho realizado no auge do funcionamento da engrenagem repressiva, traço evidente nas declarações de Malhães; e há ainda quem, como Guerra, busque revestir suas palavras de um certo tom de arrependimento. Cada um, a seu modo, em contextos e com objetivos próprios, menciona e tenta explicar o funcionamento e os propósitos do aparelho de Petrópolis dentro do sistema repressivo. Como não poderia deixar de ser, as informações dadas, por vezes, convergem; noutras, abertamente se contradizem. E muitas, não raro, revelam-se inverossímeis ou manifestamente falsas.

Nos corredores desalinhados de desinformações, Guerra é o primeiro a bater à porta. Em seu livro biográfico, publicado em 2012 e elaborado a partir de entrevistas concedidas a jornalistas, ele é descrito como um policial reconhecido por ter sido sanguinário e implacável, embora visto como um agente que impunha discrição aos processos de execução conduzidos pelo DOI, em contraste com colegas de serviço, como o delegado Fleury.<sup>217</sup> O próprio Guerra afirma, na biografia, ter sido um dos responsáveis pela incineração de partes dos corpos de dez militantes torturados no centro clandestino de Petrópolis – operação supostamente realizada na Usina de Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Cita ainda que essa e outras estratégias para ocultar corpos vindos do aparelho se estenderam até 1974, no apagar das luzes do governo do ditador Médici. Para cada corpo, um destino, segundo o agente: transformados em cinzas, enterrados em valas clandestinas ou lançados de penhascos próximos à casa.<sup>218</sup>

Em declaração prestada à Comissão Nacional da Verdade, Guerra afirmou ter sido um dos agentes responsáveis pela transferência de Fernando de Santa Cruz Oliveira – militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), preso em fevereiro de 1974 e, desde então, reconhecido como desaparecido político – para o centro clandestino de Petrópolis. Ainda segundo sua versão, após ser submetido à tortura, o corpo de Fernando teria sido encaminhado à usina de Campos dos Goytacazes, onde foi incinerado.<sup>219</sup> Cabe destacar que, durante uma

<sup>216</sup> A escolha dessa trinca de motivações para interpretar as declarações dos repressores baseia-se naquelas elencadas por Chirio e Joffily, numa tentativa de delinear os sentidos possíveis que os levariam a vir a público. Não se trata de um modelo classificatório rígido ou exaustivo, mas de um ponto de partida, aberto à incorporação de outras motivações, que podem se sobrepor, coexistir ou mesmo se contradizer. Cf. CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, 2025, p. 215-217.

<sup>217</sup> GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p. 13 e p. 25.

<sup>218</sup> *Ibid.*, p. 55-57 e p. 60-65.

<sup>219</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de depoimento de Cláudio Antônio Guerra, 23 de

diligência realizada em março de 2014, uma equipe de especialistas da Comissão Nacional da Verdade (CNV) visitou os fornos desativados da usina mencionados por Guerra. Na inspeção, não se encontrou nenhuma prova indubitável de que eles tenham sido utilizados para incinerar corpos de presos políticos.<sup>220</sup> Essa ausência de evidência torna plausível a hipótese de que ele tenha mentido em sua declaração também na audiência, especialmente considerando que a Comissão não dispunha de poderes jurídicos para compelir confissões ou aprofundar investigações coercitivas.

Teria ele comparecido à Comissão julgando-a como um espaço oportuno para difundir suas opiniões e memórias sobre o passado? Acreditava que as informações prestadas poderiam pôr fim às buscas pelos corpos? Queria desencorajar as famílias dos desaparecidos em suas investigações? Certamente, as respostas são tão variadas quanto as motivações deduzidas, fugindo de qualquer certeza categórica. O que permanece como resposta, por ora, são dois traços marcantes de suas declarações: primeiro, as inconsistências e contradições que atravessam suas falas – pouquíssimo críveis se quisermos compreender o funcionamento do aparelho clandestino em causa; segundo, a surpreendente capacidade de intervir no debate público de que tais agentes, de modo geral, ainda detêm – a ideia corrente de uma guerra travada para além do “campo de batalha”, portanto.<sup>221</sup> Nessa dimensão, as declarações de Guerra operam na lógica da informação e da contrainformação, típica das ações psicológicas prescritas para guerras não convencionais: ao recusar o compartilhamento de dados privilegiados ou, ao contrário, ao divulgar dados imprecisos ou deliberadamente falsos, o agente, assim como seus colegas de farda, procura desorientar investigadores e conduzir as famílias a buscas infrutíferas. O que julgo mais surpreendente, nesse ponto, é o uso e a repetição indiscriminados dessas declarações na historiografia, sobretudo quando o assunto é o aparelho de Petrópolis e suas vítimas, sem exame crítico mais detido do porquê e do contexto em que foram enunciadas.

Pouco ou nada esclarecem as declarações de Guerra. Mas não as descartemos de imediato! Apesar desse aparente entrave, elas nos apontam, desde já, para o *modus operandi* da contrainformação e para o modo como ela está intrinsecamente ligada à disputa pela memória histórica, à manutenção de mecanismos de proteção e à formulação de versões distintas daquelas produzidas pela oposição, a fim de “neutralizá-las”, mesmo em um contexto

setembro de 2014, p. 15.

<sup>220</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. v. 1, p. 521.

<sup>221</sup> RUBENSTEIN, Jérémie. *Terreur et séduction: une histoire de la doctrine de la “guerre révolutionnaire”*. Paris: Éditions La Découverte, 2022, p. 146.

posterior aos anos ditoriais. A divulgação de dados imprecisos ou a recusa em compartilhar informações privilegiadas fazem parte da “arma psicológica” prescrita pela DSN para conquistar “mentes e corações” e neutralizar o adversário. Essa intervenção no debate público demonstra que, para esses agentes, a guerra não acabou: ela apenas se deslocou para o campo da disputa de significados no tempo presente.<sup>222</sup>

Sigamos em frente. Percorremos os corredores da casa. O ranger que atravessa os quartos ganha um timbre singular, anunciando a chegada do ex-sargento Chaves. Ainda que jamais tenha atravessado seu batente, nem sequer subido a serra de Caxambu a bordo de uma Veraneio rumo ao centro, afirmou, em declarações prestadas à Comissão Nacional da Verdade em 2012 e 2014, que cerca de cem pessoas teriam sido levadas a Petrópolis, torturadas e desaparecidas. Como se tratava de um aparelho vinculado ao CIE, com poder de atuação sobre todo o território nacional, Chaves propôs, ainda que sem convicção, que uma grande parcela dos militantes desaparecidos no Brasil teria sido transferida para lá. Mas a origem dessa estimativa não repousava na experiência direta do agente. Provinha, como ele próprio admitia, de fontes indiretas. Indagado sobre como chegou a tal número de vítimas atribuídas à casa, respondeu:

**Marival Chaves Dias do Canto** – [...] E aí quando era interrogado, não sei o que eles faziam em relação... mas possivelmente levavam para um local para interrogar. Bom, essas tinham que ter, porque, por dedução lógica, quantas pessoas morreram nessas casas? Eu acredito que em Petrópolis foram mais de 100.

**Comissão Nacional da Verdade** – Mais de 100?

**Marival Chaves Dias do Canto** – Mais de 100, eu acredito. Eu acredito que sim.

**Comissão Nacional da Verdade** – Mas com base em que?

**Marival Chaves Dias do Canto** – Com base em que... mandavam para Petrópolis várias pessoas das mais variadas partes do Brasil.

**Comissão Nacional da Verdade** – De onde? De Juiz de Fora?

**Marival Chaves Dias do Canto** – De Juiz de Fora eu não posso citar assim, mas do Nordeste foi muita gente.

[...]

**Comissão Nacional da Verdade** – Você tira esse dado de mais de 100 pessoas em Petrópolis por suposição?

**Marival Chaves Dias do Canto** – Ah sim, porque poxa, eram... Quantos desaparecidos nós temos? Cento e quarenta e quatro? Então? Eu tenho a impressão que em torno de 100 pessoas ou mais de 100 pessoas foram parar em Petrópolis [...].<sup>223</sup>

<sup>222</sup> BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.28623>. Acesso em: 20 dez. 2025.

<sup>223</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Marival Chaves Dias do Canto*, 7 de fevereiro de 2014, p. 12-19.

Transferido em 1981 para o CIE, em Brasília, Chaves passou a se dedicar à análise de dados que entravam e saíam do centro de informação do Exército. Durante essa rotina, travou contato com o cabo Félix Freire Dias – homem descrito como sádico, frio e mórbido –, que lhe teria confessado ter atuado em Petrópolis. Foi dessa convivência que Chaves conseguiu uma série de informações sobre o funcionamento do aparelho clandestino: os métodos utilizados para ocultar os corpos, os nomes de militantes supostamente transferidos para o local a partir de 1974 e, ainda, a confirmação de suas suspeitas sobre as missões envolvendo a casa.<sup>224</sup> Entre elas, destaca-se a ampla ofensiva dos órgãos de repressão voltada ao desmantelamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à execução de sua cúpula dirigente.<sup>225</sup> Em outro momento de sua fala, ao tratar dessas missões e dos militantes que teriam sido levados a Petrópolis para desaparecer, voltou a enfatizar:

**Marival Chaves Dias do Canto** – Pessoas foram presas no Nordeste e foram levadas para lá para morrer.

**Comissão Nacional da Verdade** – Da APML?

**Marival Chaves Dias do Canto** – Da APML. Cadê Paulo Stuart Wright, cadê Fernando Santa Cruz, cadê o outro... Collier Filho, Eduardo Collier Filho? Está entendendo? Todas essas pessoas... Tinha que perguntar para o seu...

**Comissão Nacional da Verdade** – Para o seu Félix?

**Marival Chaves Dias do Canto** – Para o seu Félix.<sup>226</sup>

Os números são inflados, os nomes dos desaparecidos, incertos. Na audiência, Chaves parecia empenhado em traçar a lógica de funcionamento dos centros clandestinos com as ferramentas que dominava, aquelas apreendidas ao longo dos cursos de inteligência que realizou até chegar ao CIE: compor, por inferência e pelo cruzamento de diversos dados, um quadro de quem poderiam ter sido os militantes desaparecidos na casa. Para dar lastro a esse esforço, recorreu também, na declaração prestada, a um gesto de valorização profissional, quando destacou a relevância do seu trabalho no setor de análises do DOI: “[...] nós produzíamos subsídios para a continuidade das operações. [...] Nós que eu digo é o pessoal de análises, relatórios... Quer dizer, além de subsídio operacional, nós produzíamos relatórios de informação, relatórios periódicos especiais de informação [...]”<sup>227</sup> afirmou, referindo-se ao

<sup>224</sup> *Ibid.*, p. 15-16.

<sup>225</sup> A ação, posteriormente denominada “Operação Radar”, foi coordenada por agentes do DOI-Codi de São Paulo, em articulação com CIE e o DOPS paulista. Conduzida entre 1973 e 1975, a operação visava desarticular o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A operação foi marcada por práticas sistemáticas de tortura, execuções sumárias e desaparecimentos forçados, com a utilização de chácaras clandestinas para ocultação de cadáveres. Entre os principais responsáveis estavam o tenente-coronel Audir Santos Maciel, comandante do DOI-Codi/SP, e oficiais do CIE, como os maiores Paulo Malhães e José Brant Teixeira.

<sup>226</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de depoimento de Marival Chaves [...]. *Op. cit.*, 2014, p. 20.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 11.

trabalho da equipe à qual pertencia, responsável por cruzar dados obtidos em interrogatórios de militantes torturados, conduzidos no DOI paulista. Em outro momento, ao ser indagado sobre a plausibilidade da teoria defendida por Guerra, de que os corpos eram retirados daquele lugar para a usina, florestas ou penhascos, iniciou sua resposta da seguinte forma: “Olha, vamos analisar aí, não é?”.<sup>228</sup>

Há algo bastante significativo a se destacar neste ponto do mapeamento das falas dos repressores: ao buscarem demonstrar possuir informações valiosas e esclarecedoras sobre os desaparecidos, bem como expertise sobre o conteúdo de suas declarações, esses agentes tentam sustentar a imagem de sujeitos muito bem informados. Para isso, recorrem, ainda que de forma implícita, a elementos extraídos das falas uns dos outros. Nas declarações, nota-se uma dinâmica de referências cruzadas: citavam-se, repetiam versões apresentadas em outras audiências, desmentiam-se, acusavam-se ou reforçavam dados considerados relevantes. Ou seja, liam-se mutuamente, acompanhavam audiências e notícias e, quem sabe, trocavam impressões à sombra dos holofotes.

Às vezes, numa só declaração, irrompem ecos das vozes de outros agentes. Num canto do quarto, na penumbra, os traços desses homens da violência se fundem. Os rostos sobrepõem-se, e suas identidades se diluem nas palavras partilhadas e disputadas. No caso de Chaves, houve um momento em sua declaração à Comissão Nacional da Verdade em 2014 em que recorreu a dados presentes no livro de Guerra; contudo, o fez para desmenti-lo, num movimento que, inversamente, buscava conferir coerência e autoridade à sua própria versão dos fatos:

**Comissão Nacional da Verdade** – Eles [os agentes do CIE] diziam onde os corpos eram jogados?

**Marival Chaves Dias do Canto** – Quem dera. Isso aí é uma informação que eu gostaria de obter. Então, quando eu vejo aquele delegado lá do Espírito Santo, o do livro.

**Comissão Nacional da Verdade** – Cláudio Guerra.

**Marival Chaves Dias do Canto** – Cláudio Guerra. Quando eu ouço o Cláudio Guerra, eu li o livro dele e tudo mais, dizendo que vivia se deslocando daqui para ali, dali para aqui, contando uma série de histórias contraditórias e tal...<sup>229</sup>

Seguindo o rastro das referências cruzadas, chego agora às declarações de Lobo. Não sem espanto, percebo que a verossimilhança e coerência de suas falas não se apoia somente nas palavras de outros agentes da repressão; escora-se, sobretudo, no testemunho de Inês. É como se, no labirinto de corredores, uma porta lateral se entreabrisse para revelar um aposento

<sup>228</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>229</sup> *Ibid.*, p. 16.

ainda inexplorado. Ao contrário das batidas de Guerra ou do passo vacilante de Chaves, a abertura dessa nova fresta reverbera num tom baixo e ambíguo, um sussurro de dobradiças percorre a casa.

Lobo entra em cena especificamente no dia 5 de fevereiro de 1981, quando Inês decide ir até seu consultório para reconhecê-lo como um de seus torturadores na casa, acompanhada por uma comitiva de advogados, jornalistas, amigos e familiares de desaparecidos. O fatídico encontro ganhou grande repercussão na imprensa, estampando a capa da revista *Veja*,<sup>230</sup> na edição de 11 de fevereiro de 1981, e ocupando longas colunas na *Folha de São Paulo* e na *IstoÉ* naquele mesmo mês,<sup>231</sup> temática que retomarei na discussão do próximo capítulo. Já em 1979, ainda presa no complexo de Bangu, Inês havia concedido uma entrevista ao *Pasquim*, com o objetivo de divulgar o relatório escrito naquela noite na clínica, testemunhar suas torturas e denunciar a existência e o funcionamento do centro.<sup>232</sup> Somente após o encontro com Inês e a repercussão da capa da revista *Veja* e das matérias nos jornais, e não antes disso, Lobo decidiu vir a público para, supostamente, esclarecer os eventos ocorridos no aparelho clandestino em que serviu, segundo o próprio tenente-médico, entre 1971 e 1974.

A autobiografia de Lobo, publicada em 1989, principal veículo de suas declarações, baseou-se nas entrevistas que concedeu ao longo da década de 1980. Esse conjunto de materiais deu origem ao livro. Nele, Lobo buscava não apenas detalhar o funcionamento do aparelho durante os quatro anos em que atuou, mas, sobretudo, defender-se das investidas de repórteres que permaneciam à porta de seu consultório e das circulares da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, que tratavam de sua expulsão do grupo e da eventual perda do registro médico – o que torna o livro também uma espécie de peça de defesa na ação judicial em que se via envolvido.<sup>233</sup> Tanto nas entrevistas quanto na autobiografia, Lobo parece pretender converter-se, de forma sinistra, em um verdadeiro “carneiro”, tal qual o codinome que adotou no imóvel. Suas entrevistas e sua escrita compõem uma colagem de acontecimentos esparsos; repetem fatos já divulgados na imprensa – como as circunstâncias

<sup>230</sup> REVISTA VEJA, São Paulo, n. 649, 11 fevereiro de 1981.

<sup>231</sup> Os recortes das colunas de jornais e revistas foram consultados anexados a uma informação produzida pelo Sistema Nacional de Informações. ARQUIVO NACIONAL. Informação n. 019, Serviço Nacional de Informações, Agência Central, 10 de março de 1981. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81019709.

<sup>232</sup> A ÚNICA [...]. *Op. cit.*, p. 6-7.

<sup>233</sup> MOREIRA, Luiz Eduardo de Vasconcelos; BULAMAH, Lucas Charafeddine; KUPERMANN, Daniel. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica*, São João del Rei, v. 3, n. 4, p. 173-200, jan. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: jul. 2024.

do desaparecimento de Rubens Paiva – e, sobretudo, concentram-se na defesa de si próprio, ao afirmar ter sido “enganado” e “forçado” pelo então major Paim Sampaio a servir como médico em Petrópolis.<sup>234</sup>

Mas isso, claro, não era tudo. Havia também o esforço de desautorizar a palavra de Inês. Lobo insinuava que ela participava do coro vingativo daqueles que queriam transformá-lo no depositário de todas as violências ali perpetradas, isolando-o como uma figura única. Não sem certo cinismo, para ele, o que Inês dizia era parcialmente verdadeiro, exceto quando o somava a equipe repressiva atuante em Petrópolis:

Olho-a mais atentamente e não me vem à memória nenhuma lembrança daquela imagem ou daquele nome. Sacudo negativamente a cabeça, mas algo soou dentro de mim. [...]. Atendi, realmente, em 1971, uma jovem mulher, na chamada ‘Casa da Morte’, um ‘aparelho’ do Centro de Informações do Exército, localizado na Rua Bernardes, em Petrópolis [...]. Era uma jovem bastante emagrecida, estado geral precário, extremamente deprimida emocionalmente e com profundas feridas no abdômen inferior e na coxa direita, com grande perda de tecidos. A mulher que se dirigia a mim naquele momento era uma pessoa totalmente diferente, física e emocionalmente, e poderia encontrá-la mil vezes sem ligá-la sequer a esta moça que atendi em Petrópolis.<sup>235</sup>

Os detalhes do estado físico e emocional de Inês – aliás, com as mesmíssimas palavras que ela emprega em seu relatório –, o endereço da casa e a nomeação do local como “casa da morte”, alcunha popularizada pela mídia à época da denúncia de Lobo como agente da repressão, compõem o trecho acima, bastante representativo das referências acumuladas e mobilizadas por Lobo na construção de sua declaração ao público leitor. Ao lado disso, aparece a investida da depreciação: se, no passado, Inês era uma moça debilitada, necessitada de ajuda e de atendimento urgentes, agora surge como uma mulher totalmente diferente, irreconhecível, que passa, então, a fantasiar, após tantos anos na prisão, o papel do médico na casa.

Distintamente das equipes encarregadas do aparelho de Petrópolis e do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do Rio de Janeiro, Lobo descreve a si mesmo como uma pessoa sensível, que atendia os militantes presos com “lágrimas nos olhos”,<sup>236</sup> enquanto os sádicos torturadores assistiam com um “sorriso nos lábios”.<sup>237</sup> Sua estratégia discursiva soa, por vezes, como um convulsivo jogo de posições. Na casa, conviviam e coincidiam dois lados dele, o lobo e o carneiro: não negava ter estado no aparelho, servindo sob o comando do major Paim Sampaio, mas, ainda assim, estaria fora dele – uma vez que, segundo sua declaração,

<sup>234</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 31-35.

<sup>235</sup> *Ibid.*, p. 13-16.

<sup>236</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>237</sup> *Ibid.*, p. 37.

não era participante direto daquela “selvageria toda”.<sup>238</sup> Dentro e fora, lobo e carneiro. Em síntese, a declaração de Lobo se ancora na tentativa de eximir-se de responsabilidade por sua atuação no centro, ao sugerir que sua missão ali limitava-se a “atender” os presos, à margem da lógica violenta do funcionamento da repressão.

Fato é que, para além do importante testemunho prestado por Inês acerca da atuação de Lobo, outro relato vem reforçar e complementar sua palavra. Embora não se refira diretamente à casa de Petrópolis, o novo testemunho lança luz sobre a performance de Lobo em um órgão distinto e permite entrever, conforme desenvolverei mais adiante, a continuidade das funções de um oficial dentro do bem ordenado sistema repressivo. O contraste com a autoimagem forjada pelo médico-tenente não poderia ser mais agudo:

No dia 20 de outubro de 1970, dois meses depois da minha prisão [no DOI-CODI/RJ] e já dividindo a cela com outras presas servi de cobaia para uma aula de tortura. [...] Enquanto eu levava choques elétricos, pendurada no tal do pau de arara, ouvi o professor dizer: ‘essa é a técnica mais eficaz’. Acho que o professor tinha razão. Como comecei a passar mal, a aula foi interrompida e fui levada para a cela. Alguns minutos depois, vários oficiais entraram na cela e pediram para o médico medir a minha pressão. [...] A resposta do médico Amílcar Lobo, diante dos torturadores e de todas nós, foi: ‘ela ainda aguenta’.<sup>239</sup>

Sem dúvida, suas declarações são profundamente controversas. Todavia, nelas há *valor considerável*, como caracterizam Chirio e Joffily,<sup>240</sup> quanto à lógica que sustenta o funcionamento e os múltiplos objetivos do aparelho de Petrópolis. Lobo, por exemplo, ganha relevância nesse cenário por ser a única fonte direta da repressão com presença comprovada no centro clandestino, segundo o testemunho de Inês. Longe, portanto, de aclararem dados sensíveis sobre os destinos dos desaparecidos, ou sobre quem, afinal, foi ou não transferido para lá, as declarações dos agentes, em geral, quando lidas criticamente, ajudam a delinear os propósitos atribuídos ao aparelho, sua inserção nos meandros da repressão, sobretudo no âmbito da hierarquia militar, a adaptação da casa como unidade do CIE e sua diferenciação operativa em relação aos centros de repressão formais. Mais precisamente, permitem apreender os sentidos que esses agentes propuseram e defenderam para a casa em diversas declarações posteriores à denúncia de Inês.

Nem isoladas, tampouco espontâneas, as declarações da caserna inscrevem-se em uma disputa discursiva marcada pela denúncia de Inês. Não é por mero acaso que a maior parte delas surja a reboque de sua fala, seja nas proximidades de sua publicização nos jornais, em

<sup>238</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>239</sup> Depoimento de Maria (pseudônimo). RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-RIO, 2015, p. 139-40.

<sup>240</sup> CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, 2025, p. 246-247.

1981, seja mais tarde, no contexto das audiências das comissões, entre 2012 e 2014. Esses enunciados de agentes da repressão estão, assim, atravessados pelo presente em que se formulam e resultam da interação de forças diversas; trazem tensões, contestações e projetos concorrentes de memória<sup>241</sup> e se inserem na arena pública de disputas sobre a finalidade e o funcionamento do aparelho de Petrópolis. Basta observar que muitas dessas declarações, também passíveis de serem caracterizadas como *réplicas reativas*, emergem especialmente em um momento de crise e deslegitimação da instituição armada, quando se buscava recompor um certo prestígio e defender as táticas empregadas pela repressão no passado ditatorial.<sup>242</sup>

Isso significa que essas declarações mentirosas, como qualquer fala em dado espaço de enunciação, têm textura vulnerável aos fatos e ao público a que se destinam. Nenhuma mentira, se deseja parecer crível, pode ser inteiramente falsa. Nenhum engodo cria uma realidade alternativa à margem do vivido. Caso contrário, a mentira política jamais alcançaria seu efeito e seu público pretendidos, como lembra Arendt.<sup>243</sup> Para haver mentira política – e uma mentira atuante, eficaz –, é preciso relação com os fatos, com aquilo que tenta manipular ou desfazer.<sup>244</sup> Nesse sentido, os agentes da repressão, em várias declarações sobre o aparelho de Petrópolis, interagem com a fala testemunhal de Inês: reconhecem-na para, num jogo de inversões, dar credibilidade às próprias versões. Dissimular, falsear, rechaçar: em modulações diversas da mentira, procuram, ao mesmo tempo, enganar interlocutores, na fiação da contrainformação, e fazer prevalecer as suas declarações como versões “verdadeiras” do tema. As declarações só ganham musculatura quando se ancoram em fragmentos da realidade – ou seja, na fala testemunhal de Inês – e os reordenam para sustentar o falso.

Se são declarações tão imprecisas e duvidosas, por que tomá-las como fontes? Não seria mais prudente descartá-las? A questão é que, hoje, não temos acesso à maior parte da documentação produzida pelo CIE. E nada há de disponível que tenha sido elaborado nos meandros da repressão sobre o que ocorreu ou foi produzido no centro clandestino de Petrópolis. Isso não significa, no entanto, que possamos afirmar categoricamente que tal documentação inexiste. A produção e o processamento de relatórios oriundos dos interrogatórios conduzidos na casa clandestina poderiam ter ocorrido, quem sabe, no subsolo que servia como garagem, à luz fraca de uma única lâmpada pendendo sobre uma máquina de

<sup>241</sup>VANCONCELOS, Cláudio Beserra de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, janeiro-junho 2009, p. 66-68. Acesso em: mai. 2025.

<sup>242</sup>MARTINS FILHO, João Roberto. The war of memory: the Brazilian military dictatorship according to militants and military men. *Latin American Perspectives*, v. 36, n. 5, 2009, p. 90-91. Acesso em: mai. 2025.

<sup>243</sup>ARENKT, Hannah. *Op. cit.*, 2010, p. 16 e p. 22.

<sup>244</sup>*Ibid.*, p. 35.

escrever; ou, talvez, numa salinha acoplada ao gabinete do chefe do CIE, Milton Tavares de Souza, no oitavo andar do Ministério do Exército.

Vale lembrar que o impedimento de acesso aos documentos do CIE em geral, e do aparelho de Petrópolis em particular, constitui, por si só, mais um desdobramento da arma desaparecedora. Ocultam-se os papéis, escondem-se os microfilmes que poderiam esclarecer esse passado violento. Não acredito que seria imprudente cogitar que a chamada “operação limpeza”, analisada por Lucas Figueiredo, pode ter sido mimetizada nos arquivos do serviço de informação do Exército. Após uma triagem conduzida pelo SNI em 1989, às vésperas das eleições presidenciais, os órgãos de informação e repressão das três armas optaram pela destruição ou ocultação de parte de seus acervos sigilosos, julgando que aquele material poderia, um dia, ser usado como prova contra os próprios militares.<sup>245</sup> Nesse movimento, alguns documentos foram destruídos. Outros, simplesmente, “sumiram”. Desaparece o corpo, desaparece a casa, desaparece o arquivo; se pudessem, talvez fizessem desaparecer até mesmo o ano de 1971, quando Inês redigiu seu testemunho.

No que concerne ao difícil tema dos documentos provenientes dos aparelhos clandestinos, Chaves tocou nesse assunto em sua declaração à Comissão Nacional da Verdade. Apesar dos limites que a própria fala impõe, a declaração ainda assim permite cogitar que houve uma operação de expurgo documental, conduzida de forma centralizada, com alcance nacional e mobilização direta das subseções do CIE:

**Comissão Nacional da Verdade** – [...] Você fala muito bem, no seu depoimento você menciona que em algum momento houve uma destruição grande de documentos comandada pelo... não sei que patente ele tinha na época, mas pelo hoje general José Antônio Nogueira Belham. [...] Como é que o senhor soube disso?

**Marival Chaves Dias do Canto** – Da destruição? [...]. Veja, eu soube porque eu estava no CIE na época, e estava em Recife e a chefia de Recife... Porque eu não sei se os senhores sabem – sabem, eu tenho certeza que sim –, que o CIE tinha subseções espalhadas em capitais estratégicas do país [...]. Essas subseções eram naturalmente vinculadas diretamente ou subordinadas diretamente à seção mãe, que era a seção de operações do CIE aqui [em Brasília], cujo chefe era o Belham. [...] Eu estava em Recife quando a chefia recebeu a determinação para destruir documentos.

**Comissão Nacional da Verdade** – Isso quando foi?

**Marival Chaves Dias do Canto** – Isso foi em 85 [...]. Então, nós recebemos a determinação de que deveríamos destruir praticamente toda a documentação, e isso se deu no Brasil inteiro. E aí, em relação a documentos que disseram respeito às operações clandestinas eu tenho reiteradas vezes dito que esses documentos, ou ficaram estrategicamente em mãos seguras, e vou dar exemplos práticos disso, ou então foram destruídos. E como o senhor disse: documentos que tratavam de operações clandestinas e que envolviam mortes, cárceres privados, interrogatórios com torturas em cárceres privados, ocultação de cadáver e tudo mais.... esses docu...

---

<sup>245</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 51-52.

essas operações eram quase que, assim, descaracterizadas e aquilo que era necessário manter, aí não me pergunte, que eu não sei o critério, mas aquilo que era necessário manter ficava colocado em mãos seguras.<sup>246</sup>

Se destruída, ocultada ou cifrada em outros papéis nas zonas da inteligência, pouco sabemos sobre a suposta documentação relativa às operações do centro. Resta, então, o trabalho com as difíceis declarações, marcadas por estimativas não verificadas, referências indiretas e um tom de apelo à própria inocência, que exigem uma leitura cautelosa e, sobretudo, atenta aos limites que as atravessam. Ainda que de forma oblíqua, tais declarações apontam para aspectos relevantes sobre a estrutura e a lógica de funcionamento da repressão, seus modos de adaptação e as estratégias de negação. Confirmam, em alguma medida, a existência e a utilização da casa enquanto uma arma, mesmo quando o fazem entre interditos, imprecisões ou tentativas de autopreservação. Não se trata, aqui, de sobrepor as declarações dos perpetradores ao testemunho de Inês, nem de lhes conceder igual peso; antes, funcionam como um contraponto que, por contraste, realça ainda mais o valor documental (crível e verídico) do testemunho. As palavras de Guerra, Chaves e Lobo são menos retratos fidedignos do aparelho de Petrópolis do que reflexos daquilo que se quis apagar, distorcer ou forjar como versão oficial daquela casa – e, nem por isso, deixam de ser importantes para a análise.

É por essa mesma vereda que se deve ler a declaração de Paulo Malhães. No lance derradeiro do labirinto, a casa vibra sob o estrondo do orgulho profissional e do prestígio que ele reivindica. Décadas depois da denúncia inaugural de Inês, é Malhães quem assume o papel de principal artífice do aparelho clandestino – a mente e as mãos por trás da montagem do centro repressivo. Em 2014, diante da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ), ele se apresentava como o agente com o conhecimento mais vasto sobre o aparelho de Petrópolis e sobre as casas congêneres que dela derivaram. A audiência lhe parecia uma oportunidade de ostentar sua trajetória militar, relembrando vaidosamente as violências de que participou; ao mesmo tempo, evitava cuidadosamente deixar quaisquer frestas que comprometessem antigos companheiros de farda. Na sua fala, desfilava missões, listava nomes da equipe, descrevia objetivos estratégicos do aparelho. Porém, sempre que a conversa se aproximava dos desaparecidos de Petrópolis ou de outros órgãos clandestinos da repressão, a porta se fechava.

**CEV-RJ** - Coronel, desculpa a sinceridade mas, sem desmentir o senhor e desacreditar no senhor. Pela sua conversa, então não houve tortura em Petrópolis?  
**Malhães** – A meu ver. A meu ver, não.

---

<sup>246</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Marival Chaves [...]. Op. cit.*, 2014, p. 8.

**CEV-RJ** - Então não desapareceu ninguém lá?

**Malhães** – Ah, isto eu não sei. Não sei se desapareceu, desapareceu, se desapareceu é desaparecido. Mas, não venha me perguntar isto porque eu não posso responder a você.

**CEV-RJ** - Algum dos seus desapareceu? Foi obrigado a desaparecer com ele?

**Malhães** – Também não posso te responder isto.<sup>247</sup>

Em comparação com as declarações marcadamente inverossímeis de Guerra, as hesitações táticas de Chaves ou as evasões de Lobo, é Malhães quem mais se estende sobre o aparelho de Petrópolis e, sem se desvincilar dos tons da infâmia, quem mais oferece material para analisar, discutir e enredar a instalação e o funcionamento da casa. Trata-se de uma declaração singular e, ainda assim, não tão distinta das demais. Primeiro, porque recorre a estratégias discursivas similares, entrelaçando referências cruzadas na tentativa de emprestar coerência e verossimilhança às suas afirmações, construídas a partir do acúmulo de informações então disponíveis sobre a casa. Segundo, porque evita tópicos sensíveis, contorna perguntas-chave, silencia-se onde poderia comprometer-se. Por fim, porque sua trajetória no campo de informações do Exército acende um sinal de alerta para a pesquisadora: a área em que Malhães se formou e se especializou – como ele próprio ressalta, com orgulho – era justamente aquela dedicada à atividade estratégica da repressão, incumbida não somente de coletar dados, mas também de criar informações, sobretudo falsas, com o propósito deliberado de confundir os destinatários e comprometer a inteligibilidade dos fatos. Ou seja, novamente, a face da contrainformação. Aliás, a advertência feita pelos membros da Comissão do Rio de Janeiro, na introdução que antecede as perguntas e respostas transcritas, é sintomática:

É temerário ler esse depoimento sem imaginar a possibilidade de uma armadilha, uma vez que, por mais verossimilhança que tenham, estas informações podem ter uma dimensão exagerada e, dessa forma, se prestariam para almejar um determinado resultado gerando um registro histórico que ele, o torturador, não conseguiria sozinho.<sup>248</sup>

Ao fim e ao cabo, é o que temos em mãos. É como se estivéssemos percorrendo vários corredores, tentando abrir cada uma de suas inúmeras portas, mas sem posse das chaves que as destranquem. E isso é parte essencial do funcionamento de um aparelho clandestino e, nessa senda, do poder desaparecedor<sup>249</sup> – sua operação não se limita à aniquilação de pessoas e à ocultação de seus corpos, mas também ao apagamento dos rastros do crime, à ocultação de

<sup>247</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 20.

<sup>248</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>249</sup> Pilar Calveiro defende a interpretação que o desaparecimento é poder que extrapolava a ação do sequestro, prisão, tortura e posterior ocultamento dos corpos. Segundo a autora, esse poder visava também o disciplinamento da sociedade através do medo, além da invisibilização do próprio poder, associada aos processos de desaparição burocrática e na imposição de outra lógica, de outra realidade que quebra as expectativas e certezas sobre os limiares entre a vida e a morte. Cf. CALVEIRO, Pilar. *Op. cit.*, 2013.

documentação e à negação do esclarecimento sobre as atividades clandestinas da repressão. Entre o testemunho de Inês e as declarações controversas dos algozes, não há equivalência, como pontuei; ergue-se, antes, um campo de tensão que delinea, por contraste, os contornos da casa. Não há, dessa maneira, uma forma capaz de desvelar todos os seus pormenores. Tomo de empréstimo as palavras de Jacques Derrida para antecipar o caminho: trata-se de um “crime grave cujo acontecimento e realidade, e a verdade, não podem nunca apresentar-se em carne e osso; podem apenas deixar-se presumir, reconstruir, fantasmares”.<sup>250</sup>

É sobre esse terreno instável que se podem formular as perguntas deste capítulo: por que, afinal, instalar um aparelho como aquele em Petrópolis? Onde ele se encaixa no emaranhado repressivo? De que modo se articula ao aparato formal? Quais eram seus objetivos? Antes de seguir, cabe uma última ressalva: não abarcarei na análise as supostas operações do aparelho de Petrópolis até 1974, se houver, porque a existência dessas operações é afirmada pelos próprios agentes, que assim justificam o impedimento de encontrar as pessoas desaparecidas, presumivelmente transferidas para lá. Neste recorte, examino, com o rigor necessário, as operações que envolveram o aparelho de Petrópolis em 1971, tomando por eixo a confiabilidade do relatório de Inês. Deliberadamente, deixo de lado os nomes e as operações militares que aparecem apenas nas falas dos algozes, cujos interesses e estratégias já foram discutidos.

### 2.3 O aparelho

Da janela, a vizinha do nº 668 estranhou o vaivém numa rua antes silenciosa. Noite após noite, caminhões e jipes desfilavam ladeira acima, despertando a serra.<sup>251</sup> Noutra madrugada, outra moradora viu soldados do Exército montarem um acampamento no quintal. Um único facho de luz iluminava as panelas e o grupo que repartia uma refeição.<sup>252</sup>

O caseiro Gervásio recordava que Pardal e Camarão, homens de apelidos curiosos, eram quem guardavam a casa sem descanso. Visitas chegavam o tempo todo, cinco ou seis carros alinhavam-se junto ao portão. Às vezes, mulheres entravam pela porta dos fundos.<sup>253</sup>

<sup>250</sup> DERRIDA, Jacques. *Op. cit.*, 1994, p. 38.

<sup>251</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Declarações apresentadas pela testemunha Neide Cruz Ribeiro de Miranda no processo movido por Inês contra Mário Lodders*. Petrópolis, n/d. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.61.1, fls. 1-2.

<sup>252</sup> COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade sobre os crimes e graves violações de direitos humanos cometidos na cidade de Petrópolis entre 1964 e 1985*. Petrópolis: CMV, 2018, p. 159.

<sup>253</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 4 de fevereiro de 1981, edição 7.577, p. 6-7.

Pequenos sinais levantavam suspeitas sobre o que se passava ali: caixotes entulhando o jardim, um cachorro doido latia para as visitas, a instalação de uma antena improvisada no telhado.

Sem moradores havia anos, a casa fora cedida informalmente, em 1971, pelo proprietário, Mario Loders, que vivia numa residência maior, logo acima, na mesma rua. O novo locatário era Fernando Ayres da Motta, ex-comandante da Panair, interventor de Petrópolis e amigo de longa data do dono. Embora o imóvel servisse então ao CIE, ambos apareciam com frequência para jogar cartas e conversar com Pardal e Camarão. Aos olhos dos petropolitanos, causava estranheza ver Loders passear pela cidade escoltado pela dupla, que se apresentava como seus agentes de segurança.<sup>254</sup>

O próprio dono também patrulhava suas redondezas e vigiava cada passo dentro do terreno. Uma vizinha recordou que, certa tarde, seu marido e irmão resolveram atravessar a mata que se estende nos fundos da casa. Mal avançaram alguns metros, Loders apareceu armado, revólver em punho, e ordenou que se retirassem. Surpresos, afinal, eram velhos conhecidos, ouviram-no insistir que aquela área era proibida e que não queria mais ninguém por ali.<sup>255</sup>

Isolado, calmo e despercebido, como avaliava Malhães.<sup>256</sup> Para ele, o cenário ideal para a instalação de um aparelho clandestino. Se precisassem executar alguma operação que exigisse um maior número de homens e automóveis, bastava dar uma festa: “Aí a gente tinha umas meninas, um pessoal lá em Petrópolis, que a gente convidava e iam para a festa, um churrasco, uma feijoada, quem fazia era até um menino, um sargento, que cozinha muito bem”.<sup>257</sup> Segundo o ex-militar, ninguém percebia nada. E era precisamente esse conjunto de condições que aquele corte na serra parecia oferecer. Localizada numa rua sem saída, acessível por um único trajeto asfaltado. À época, existiam ali apenas três casas: a de Loders e sua irmã, Magdalena, a de uma vizinha e a que abrigava o centro clandestino. Qualquer intruso que subisse a serra podia ser visto de imediato da varanda ou de uma das janelas frontais. Rodeada por uma mata densa e encravada no ponto alto do morro, a topografia

<sup>254</sup> COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade [...]. Op. cit.*, 2018, p. 143.

<sup>255</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. v. 1, p. 541.

<sup>256</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 17.

<sup>257</sup> *Ibid.*, p. 31.

natural garantia o isolamento necessário para operar com risco mínimo de exposição.<sup>258</sup> O lugar perfeito, na cidade escolhida pelo Imperador para descansar.

O cenário é tão desconcertante quanto ambíguo. E, aqui, cabe a questão: por que se julgou necessário recobrir um centro de repressão com verniz doméstico, disfarçando-o como uma residência? Em que fundamentos se amparou tal decisão?

Segundo a declaração de Malhães, a concepção remontava a uma reunião restrita que o pôs à mesa com Freddie Perdigão (Doutor Roberto), José Brant Teixeira<sup>259</sup> e Rubens Paim Sampaio (Doutor Teixeira).<sup>260</sup> Não se tratava, como ele reconhecia, de uma ideia nascida ali, na acalorada discussão entre agentes; provinha, antes de tudo, da experiência operativa que cada um acumulava em grupos anticomunistas de extermínio.<sup>261</sup> Amparados nessas vivências pretéritas, decidiram instalar, fora de qualquer quartel ou delegacia, um centro descaracterizado, apto a abrigar sequestro, interrogatório e desaparecimento de presos políticos. Firmado o acordo sobre o imóvel, restava ocupar a casa. Disfarçá-la, dizia ele, mediante uma fachada doméstica plausível e rearranjar seus cômodos,<sup>262</sup> convertendo o quarto da empregada numa câmara de tortura e os outros quartos em celas de detenção,<sup>263</sup> acrescentando apenas os elementos domésticos essenciais à aparência de normalidade da nova residência do CIE. Entre as feições do estranho e do familiar, entre a lógica do aparelho repressivo e o conforto do lar, formou-se seu arranjo.

Como bem pontuam Chirio e Joffily, em sua declaração, Malhães não escondeu a participação no grupo paramilitar denominado Movimento Anticomunista (MAC), ao qual aderiu quando ainda era jovem tenente.<sup>264</sup> Surgido no esteio do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, em 1961, o grupo terrorista fez suas primeiras aparições pichando ameaças em muros, infiltrando reuniões estudantis e queimando cartazes e livros.<sup>265</sup> Em seguida, passou a recorrer a ações de maior poder de fogo: detonou bombas e petardos em redações de jornais e abriu fogo contra alvos que, a seu ver, simbolizavam os

<sup>258</sup> LEMOS, Caroline Murta. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019, p. 276-277. Acesso em: 7 jul. 2025.

<sup>259</sup> Vale uma ressalva quanto ao codinome supostamente atribuído a José Brant Teixeira no aparelho de Petrópolis, “doutor César”. Segundo Paulo Malhães, o oficial identificado por esse codinome seria, de fato, o então tenente-coronel Brant. A correspondência, contudo, permanece controversa, pois, na audiência da CNV de 2014, Inês Etienne Romeu não reconheceu a fotografia que lhe foi exibida.

<sup>260</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 29-30.

<sup>261</sup> Ibid., p. 134-136.

<sup>262</sup> Ibid., p. 130 e p. 190-191.

<sup>263</sup> LEMOS, Caroline Murta. Op. cit., 2019, p. 288.

<sup>264</sup> CHIRIO, Maud; JOFILLY, Mariana. Op. cit., 2025, p. 227.

<sup>265</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 155-157.

inimigos, inclusive contra a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, em 1962.

Entre 1968 e 1969, porém, as ações cessaram, refreadas pela cobertura jornalística cada vez mais incisiva, embora nenhum integrante tenha sido punido, segundo defende Rodrigo Patto Sá Motta.<sup>266</sup> Como contraponto a essa interpretação, importa registrar um dado de ritmo: os atentados de grupos paramilitares atingiram o pico em 1968, declinaram bruscamente em 1969 e sumiram entre 1971 e 1975 – movimento que coincide com a consolidação do regime ditatorial e com o auge do funcionamento da máquina repressiva. Nessa senda, Flávio Deckes sustenta a oficialização do terrorismo de extrema-direita e sua transformação em terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais. Daí o eclipse momentâneo dos atentados, uma vez que o Estado teria tomado para si essa função.<sup>267</sup>

A despeito da pausa, mantinha-se ativa a rede de contatos e lealdades, a ligar os antigos membros. Aparentemente, essa cumplicidade, selada nos grupos anticomunistas, podia ser reativada sempre que necessário, como ocorreu quando Malhães recorreu a um velho colega para auxiliá-lo na transferência de militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) capturados em uma operação por ele próprio comandada. Por tratar-se de detentos “quentes”, era preciso interrogá-los com urgência, a fim de localizar a liderança da organização. Além disso, o oficial alegava não haver espaço no DOI do Rio; razão pela qual se fazia necessário outro lugar, com espaço suficiente para as sessões de interrogatório e capaz de preservar a confidencialidade da operação.

**Malhães** – [...] Não tinha mais espaço e nós íamos perder muitas informações. ‘Eu tenho que levar eles para algum lugar’. ‘Se vira’. ‘Eu vou me virar como? Eu vou levar eles para o campo, amarrar cada um atrás de uma árvore e vou interrogando..’ Aí eu me lembrei desse meu amigo que, por acaso, se chama Paulo, também. Aí liguei para ele e ‘disse Paulo, tô com um problema’. ‘Qual o problema que você está?’ ‘Eu tenho alguns presos [...] e não tenho para aonde levar. Não quero levar para o DOI, nem dar de presente para ninguém, porque vai atrapalhar o restante do trabalho...’

**CEV-RJ** – E eram quentes, assim...eram...?

**Malhães** – Quentes. Aí, ele disse ‘Por que você não leva lá para o meu sítio?’. ‘Porra, não é que você se lembrou... eu me lembrei desse seu sítio, mas não quis te falar e tal...’ Eu fui lá, muitas vezes, comer churrasco. ‘Leva para lá. Eu aviso à família para ninguém ir lá e você fica lá o tempo que você precisar, não tenho pressa não’. ‘Tá bem’. Foi quando surgiu...

**CEV-RJ** – Era aonde, aqui no Rio?

<sup>266</sup> *Ibid.*

<sup>267</sup> DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966-1980*. São Paulo: Ícone, 1985.

**Malhães** – Era no Rio, Jacarepaguá. Aí eu levei pra lá. E lá nós tivemos que fazer uma adaptação [...].<sup>268</sup>

Ao rememorar o episódio, Malhães sustenta que aquela primeira incursão em um espaço clandestino representou, para ele, um êxito e um aprendizado decisivo: “Peguei os presos, interrogei... os mais importantes nós sacamos fora; os outros levei ao DOI e entreguei ao DOI”.<sup>269</sup> Considerava, então, chegado o momento de converter esse expediente em ferramenta tático-operacional a ser aplicada, já nos primeiros meses de 1971, contra as organizações da esquerda armada.<sup>270</sup> Para o oficial, como analiso adiante, Petrópolis era um aparelho que conjugava três objetivos: servia para interrogar prisioneiros sem registros nem testemunhas, resguardando o sigilo da operação; inocular pavor no detento, transferindo-o para um espaço desconhecido, longe de delegacias ou quartéis; e “forjar cachorros”, termo do jargão castrense que designava a transformação de prisioneiros em agentes infiltrados a serviço da repressão, neste caso, do próprio CIE.

Há, contudo, outro argumento, recorrente nas falas dos algozes, de que se valem para fundamentar a criação do aparelho disfarçado de residência. Dessa vez, não é apenas Malhães quem o defende; um colega de farda repete a mesma tese – e o faz antes mesmo do próprio Malhães. Alegava-se que, além da experiência acumulada no uso de casas, sítios e outros espaços descaracterizados pelos grupos da extrema-direita, pesou também a “inspiração” colhida no modo de operar das organizações da esquerda armada. Por exemplo, ao explicar sua atuação como agente do CIE, ele afirmou:

**Malhães** – Quando eu voltava de viagem, porque eu viajava ... conheci o Brasil todo, Graças a Deus... quando eu viajava, marcava um ponto, igualzinho... Funcionava igualzinho funciona uma organização subversiva.

**CEV-RJ** – Os senhores copiaram o modelo ou eles que copiaram dos senhores?

**Malhães** – Não, é uma tendência normal. Para poder fazer o trabalho. Nós tínhamos aparelhos, eles tinham aparelhos.<sup>271</sup>

**Malhães** – [...] É um aparelho. Os subversivos mataram quanta gente dentro de aparelhos? Eles também tinham aparelhos.<sup>272</sup>

A formulação desse raciocínio de “inspiração”, no caso do aparelho de Petrópolis, surge, primeiramente, na autobiografia de Lobo. Ele recordava que, durante a viagem de regresso à capital carioca, depois de atender Inês, ouviu do major Rubens Sampaio:

<sup>268</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 125-126.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p. 126.

<sup>270</sup> *Ibid.*

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>272</sup> *Ibid.*, p. 182.

Na volta é o próprio major Sampaio quem dirige o Opala preto e, ao longo do percurso, vou me inteirando das atividades desenvolvidas naquela casa em Petrópolis. [...] O CIE, copiando um modelo montado pelos próprios indivíduos da esquerda atuante, montou aquele “aparelho” em Petrópolis, onde os presos eram interrogados e, posteriormente, mortos. [...]<sup>273</sup>

Não atribuo a Lobo a autoria dessa justificativa; penso que sua voz funciona como ressonância representativa de um argumento que já circulava nos bastidores do aparato de informações. Segundo essa ideia, se as organizações da esquerda mantinham aparelhos próprios, os órgãos da repressão deveriam possuir os seus para travar, em condições de paridade, a guerra atípica contra o inimigo interno, como se ambos fossem indistintos, como se houvesse correspondência estrita entre os espaços do terrorismo estatal e aqueles dos militantes em clandestinidade. Trata-se de tese que guarda relações próximas com a doutrina francesa de guerra revolucionária, importada, adaptada e reconstruída em solo brasileiro, segundo a qual seria necessário usar os métodos do inimigo para combatê-lo de maneira “equilibrada”, numa espécie de jogo de espelhos que legitima a violência estatal ao mimetizar os métodos do oponente.<sup>274</sup>

Nesse jogo de falsa paridade, opera-se um artifício retórico de espelhamento que apresenta a violência do Estado como arma num combate entre polos simétricos, tida como proporcional às ações dos insurgentes, considerados “terroristas” e, por isso, legítima. Infere-se, pelas palavras dos próprios agentes, que a experiência prévia com sítios e residências descharacterizadas e, sobretudo, a “inspiração” colhida nos métodos da oposição armada teriam conduzido à criação do aparelho de Petrópolis. Um argumento que, aliás, reverbera a tese consagrada nos círculos das Forças Armadas brasileiras de que haveria equivalência entre ambas as forças, o que implicaria uma correlação óbvia e direta entre a violência terrorista estatal e a violência revolucionária das esquerdas,<sup>275</sup> além de dupla responsabilidade pelos

<sup>273</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 35.

<sup>274</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. *Varia História*, v. 28, n. 48, 2012, p. 526 e p. 535. Acesso em: 14 jul. 2025.

<sup>275</sup> Na tradição liberal, reconhece-se o direito de resistência ao tirano; daí provém a legitimidade política da violência dirigida contra o aparato repressivo de uma ditadura. Um governo só é legítimo quando ancorado na vontade soberana de um povo livre; por isso, a violência estatal—planejada, institucional, conservadora—é incomensurável à violência revolucionária de quem o enfrenta. Nessa chave, crimes contra a humanidade ocorrem quando o Estado mobiliza seu monopólio da força contra a própria população, jamais quando cidadãos se insurgem contra um regime ilegítimo, como o implantado em 1964. Cf. SAFATLE, Vladimir. Sobre o uso da violência contra o estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 245-278. Se quisermos pensar para além dos princípios do liberalismo, essa assimetria encontra respaldo na distinção benjaminiana entre violência mítica, que funda e conserva o direito, e violência destitutiva, capaz de demolir a ordem jurídica sem instaurar outro poder. Ao suspender a legalidade tirânica e criar espaço para uma justiça ainda não codificada, tal força legitima a insurgência popular, deslocando a política da autoridade da lei para o primado ético da liberação. Cf. BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da

atos.<sup>276</sup> Veja que tal versão dos fatos, de um lado, reforça o caráter de impunidade garantido aos agentes repressivos após a anistia; de outro, alimenta o sentimento de orgulho entre os militares por terem vencido a guerra contra a subversão,<sup>277</sup> como se depreende com maior nitidez das declarações de Malhães e de Guerra, por exemplo.

Parecemos avançar por um corredor sem saída, esbarrando numa parede depois de percorrermos várias passagens de natureza vertiginosa, labiríntica. Ao adentrarmos os corredores, habitados por discrepâncias, confusões e falsas comparações, a fisionomia familiar das coisas transforma-se em aposentos inóspitos, imprecisos e declaradamente hostis. É difícil atravessá-los. Por todos os lados, proliferam armadilhas. Um labirinto, afinal, ergue-se de modo que tudo, em seu interior, obedeça ao desígnio da perplexidade e do aprisionamento. Quando percebemos o caráter artifioso dessas passagens, concebidas para que o visitante perca a capacidade de mover-se de forma coesa, entendemos que nada há de improvisado no labirinto em que nos encontramos.

Pois é precisamente no ato de se justificarem que suas falas se convertem em estratégia de ocultação. Em audiências públicas ou em autobiografias de autodefesa, ambos semeiam, nos interstícios do discurso, um significante – a suposta “inspiração” nos aparelhos da esquerda – cuja função é velar as diretrizes efetivas que sustentaram a criação do centro clandestino. Diz-se algo, em determinada cena enunciativa, para, deliberadamente, não dizer outra coisa, apagando possibilidades de sentido. Explica-se para ocultar.<sup>278</sup> A falta que preside essa operação – a ocultação da genealogia que levou à instalação da casa de Petrópolis – impõe o enunciado: diz-se para não dizer, uma palavra que interdita ou desvia outras. Daí resulta uma das figuras do silêncio, que recobre a multiplicidade de significados sob uma versão única.<sup>279</sup>

Ao recorrer a essa equiparação retórica para inverter o relato, os agentes desviam o olhar da verdadeira inspiração: os manuais de contrainsurgência que, no Brasil, embasaram o emprego de meios ilegais, sobretudo tortura e desaparecimento, em locais clandestinos, isto é, fora de quartéis ou delegacias, onde podiam agir com maior sigilo. É crucial notar que tal linha de argumentação não pretende negar nem a existência nem o funcionamento do centro

violência. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. Tradução de Susana Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 121-156.

<sup>276</sup> BAUER, Caroline Silveira. Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. 2<sup>a</sup> edição. Porto Alegre: Medianiz, 2014, p. 146-148.

<sup>277</sup> *Ibid*, p. 147

<sup>278</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2<sup>a</sup> reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 47 e p. 53.

<sup>279</sup> *Ibid*, p. 73-74

clandestino – afinal, a repercussão do testemunho de Inês inviabiliza qualquer negação absoluta do aparelho repressivo. Busca, antes, legitimá-lo por aproximação, insinuando paralelos com a prática de guerrilha das esquerdas. Desse modo, a postura de Malhães e Lobo configura um exercício de autolegitimação retrospectiva que enquadraria a criação da casa de Petrópolis na lógica de uma “guerra suja” travada “em terrenos iguais”, com o emprego das “mesmas armas do inimigo”.

Por trás desse espelho no final do corredor, dessa aproximação discursiva entre os métodos da repressão e os dos militantes revolucionários, ocultam-se os manuais estrangeiros de técnicas contrainsurgentes. Ao rastrear sua genealogia, percebe-se um fio que remonta à doutrina da guerra revolucionária francesa – referência obrigatória nas escolas militares latino-americanas –,<sup>280</sup> cujo repertório traz instruções sobre a eficácia dos usos tático e estratégico de imóveis e de outros espaços clandestinos.<sup>281</sup> Não se trata de algo surgido ao acaso nem de improviso; seja dito, de passagem, que, repetidas vezes, Malhães se refere ao aparelho de Petrópolis como um “ponto de conveniência”, no sentido daquilo que era oportuno<sup>282</sup> – tampouco de reação posterior à escalada de um conflito supostamente simétrico. Aponto, neste quesito, que a instalação decorreu de planejamento doutrinário inspirado nos centros descaracterizados de triagem e detenção da guerra revolucionária, também descritos pela dupla Trinquier-Aussaresses, derivados da experiência na Argélia, polo de difusão da doutrina francesa.<sup>283</sup> Se algum elemento de conveniência existiu na concepção do centro de Petrópolis, talvez se tenha restringido à escolha da casa na rua Arthur Barbosa e não, por exemplo, a outra casa, situada mais abaixo naquela serra.

Observando-se mais de perto essa questão, percebe-se que o uso de instalações clandestinas constituía um dos elementos da doutrina. Sequestros e torturas, convertidos em instrumentos de extração de informação pela violência extrema, articulavam-se a uma infraestrutura clandestina que, ao mesmo tempo, abastecia a economia repressiva, difundia o terror e mantinha o sigilo do curso das operações militares. Um exemplo: em 1957, o comandante Aussaresses transformou a remota Villa des Tourelles, nos arredores de Argel, no epicentro dos interrogatórios e execuções – quem nela entrava não saía com vida.<sup>284</sup> Durante a Guerra da Argélia, a doutrina irradia-se e toma corpo por vilas isoladas, apartamentos

<sup>280</sup> DUARTE-PLON, Leneide. *Op. cit.*, 2016, p. 104.

<sup>281</sup> RUBENSTEIN, Jérémie. *Op. cit.*, 2022, p. 250-268.

<sup>282</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. Depoimento de Paulo Malhães. *Op. cit.*, p. 182.

<sup>283</sup> RUBENSTEIN, Jérémie. *Op. cit.*, 2022, p. 182-184.

<sup>284</sup> SANTOS, Luciano Felipe. *Paul Aussaresses: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 101-102.

anônimos e até fazendas privadas, todos convertidos em “locais de triagem” onde prisioneiros eram submetidos a torturas. Não se tratava apenas de escapar ao escrutínio público, que já existia no interior de quartéis e delegacias, mas de instaurar uma clandestinidade dentro da clandestinidade, um estrato mais profundo: centros subtraídos à visão de outros detentos políticos e, por vezes, até de agentes não diretamente envolvidos na operação. Na capital argentina, mais de uma centena de “salas de tortura” ocultava-se nos fundos de pensões, cafés e lojas, convertendo-se em pontos de detenção.<sup>285</sup> No Cone Sul, durante a ditadura argentina, a doutrina foi adaptada a uma cartografia de casas e prédios comuns: escolas, emissoras de rádio, motéis, clubes, usinas de açúcar ou fábricas eram apropriados; mansões e repartições públicas, ocupadas; depósitos de bondes, transformados em centros de detenção, como El Olimpo.<sup>286</sup> Esses lugares, disfarçados sob suas fachadas, eram fundamentais no interior do circuito clandestino de sequestro, tortura e desaparecimento forçado de opositores.

Não é descabido afirmar que, para além das técnicas de interrogatório, a doutrina francesa também exportou um conjunto completo de métodos de contrainsurgência, o qual pressupunha, ademais, a necessidade de instalar bases clandestinas, desassociadas das dependências militares: fossem apartamentos em Argel ou casarões portenhos, esses espaços constituíam peças-chave de um dispositivo que combinava o sigilo operacional com a produção de informações obtidas sob torturas. Ali se erguia um dos vértices operacionais da guerra contrarrevolucionária, então travada, explorada e desenvolvida em escala transnacional. Havia, portanto, um lastro de experiência pretérita, e não vejo razão para supor que Petrópolis tenha escapado a tal modelo. Seu verdadeiro enquadramento se dá, nesse sentido, entre as experiências locais dos grupos de extrema-direita, as diretrizes dos manuais estrangeiros e as adaptações necessárias ao seu planejamento e à sua aplicação no cenário brasileiro, nos primeiros meses de 1971. Ou seja, a casa emerge no âmago da engrenagem repressiva.

O próprio Malhães, em suas declarações, alude aos ensinamentos colhidos nos manuais, produto de leituras e análises realizadas em contextos diversos, durante cursos de aperfeiçoamento de agentes, embora não chegue a fornecer detalhes, mesmo quando os entrevistadores insistem nas perguntas:

<sup>285</sup> RUBENSTEIN, Jérémie. *Op. cit.*, 2022, p. 148.

<sup>286</sup> FEITLOWITZ, Marguerite. *Op. cit.*, 2016, p. 192-195 e p. 221.

**Malhães** – É, eu digo idealizador pelo que eu tinha lido, eu tinha aprendido lendo documentos do serviço secreto inglês, do serviço secreto americano, do serviço secreto israelense, deve ter mais alguns que eu li. Eu me dedicava. [...]<sup>287</sup>

**Malhães** – [...] Quando o troço virou guerra, guerra mesmo, é que as coisas mudaram. Porque a gente também foi aprender fora, alguma coisa. Aí os perfis das prisões daqui mudaram; a forma de contato com os presos mudaram; surgiu a necessidade de aparelhos. [...]<sup>288</sup>

**CEV-RJ** – [...] Quando o senhor se deu conta, da estratégia essa do sítio, o senhor convenceu os superiores disso. E o senhor teve aval para isso aí?

**Malhães** – Tive. E não foi só eu que briguei por essa ideia, não. O que eu disse para você, nós éramos cinco, sete [na captura dos militantes do PCBR]. Sete contando com o coronel e um outro major. Nós éramos sete. Esse coronel também era um cara muito inteligente. E este coronel argumentou, junto comigo, da necessidade de ter uma operação dado certo e isso tinha sido ensinado no exterior, a problema do aparelho. O americano usa muito, embora perca... eu achei, aqui no Brasil, uns cinco infiltrados americanos desertores. E o americano que era meu contato... [...].<sup>289</sup>

É nesses termos que ele reivindica a alcunha de idealizador do aparelho, ao remontar, de um lado, às circunstâncias em que assimilou o arcabouço técnico – cursos de aperfeiçoamento e o contato com os manuais doutrinários – e, de outro, à experiência operacional ensaiada naquela operação de desmantelamento do PCBR, bem como aos debates internos travados entre os oficiais, que, por fim, lograram legitimar a proposta do aparelho perante seus superiores hierárquicos. Sem deixar de recorrer à autoridade de sua própria figura e de reforçá-la, ele relata o prosseguimento dos debates daquela fatídica reunião em que arquitetaram a casa de Petrópolis. Voltemos a ela, seguindo o relato de Malhães – e, adiante, examinando a estrutura do centro repressivo e sua articulação entre o formal e o clandestino.

\*\*\*

Um dos presentes à reunião levantou a proposta de que a futura equipe de Petrópolis operasse em sigilo absoluto. “Altamente clandestino”, disseram, sem que a chefia sequer suspeitasse de sua existência.<sup>290</sup> Malhães, porém, afirma ter repelido a ideia que considerou absurda; para ele, era imperativo preservar a autonomia tática da equipe, mas sob a cobertura institucional do CIE. Aqui, é preciso relembrar da forte imagem de Inês ao deparar-se com as insígnias do serviço de informações estampadas nos lençóis das camas: as metálicas estrelas

<sup>287</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Paulo Malhães*, 25 de março de 2014, p. 8.

<sup>288</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães. Op. cit.*, p. 115.

<sup>289</sup> *Ibid.*, p. 128.

<sup>290</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães. Op. cit.*, p. 29.

do Cruzeiro do Sul sobre o fundo branco.<sup>291</sup> Acordada a questão em debate, prevaleceu o argumento de Malhães.<sup>292</sup> Desse ponto em diante, as estrelas atravessam os lençóis e chegam às fardas verde-oliva: o coronel Cyro Guedes Etchegoyen, então chefe da Divisão de Contrainformações do CIE, concedeu o aval. Em seguida, o general José Luiz Coelho Neto, subchefe do órgão, mobilizou o antigo aliado e ex-interventor petropolitano, Ayres da Motta, encarregado de intermediar a cessão de uma casa vazia pertencente a Lodders.

Muitíssimo interessante, nesse ponto, é a observação do agente de que o aparelho, com o passar dos anos, se tornara um “orgulho dos comandantes”.<sup>293</sup> Visto como livre da interferência de outros comandos, fornecia diretamente aos chefes militares informações decisivas para orientar as próximas ações do serviço do Exército e lhes assegurava controle absoluto sobre os presos. Poderiam, então, agir de forma sigilosa e mais isolada. Com autonomia operacional em relação aos comandantes de cada área – responsáveis pelas sedes dos DOI –, os serviços do CIE, do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) eram subordinados diretamente aos gabinetes dos ministros das respectivas Forças.<sup>294</sup> Internamente, cada órgão estruturava-se em áreas de informações, operações e contrainformação, mantendo vínculos com serviços militares estrangeiros e recorrendo ao SNI para as relações com órgãos civis. Ao fim, contudo, todo o serviço convergia para suprir o gabinete ministerial.<sup>295</sup>

As frequentes “faíscas” entre CIE e DOI, por vezes citadas por Malhães, cada qual invadindo o terreno operacional do outro,<sup>296</sup> dão sentido estratégico a esse aparelho clandestino. Desse ponto de vista, ele funciona como resposta dos comandantes ligados ao CIE na disputa por detidos e dados valiosos. Embora houvesse intensa circulação de informações entre os muitos órgãos da rede informação-repressão, por meio da difusão de cópias, a disputa entre eles era expressiva; por vezes, informações consideradas importantes não chegavam nem mesmo ao SNI.<sup>297</sup> Não custa lembrar que rivalidades e divergências

<sup>291</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Op. cit., 18 set. 1971.

<sup>292</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 29-30.

<sup>293</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>294</sup> O Centro de Informações do Exército (CIE) era então dirigido pelo general de brigada Milton Tavares de Souza, que respondia diretamente ao ministro do Exército, Orlando Geisel, e ao Presidente da República. Por sua vez, os DOI-Codi, unidades de ação subordinadas operacionalmente à 2ª Seção do Estado-Maior, ficavam sob a chefia dos chefes do Estado-Maior nas respectivas Zonas de Defesa Interna. No Rio de Janeiro, por exemplo, o DOI-Codi do I Exército foi comandado, em 1971, pelo coronel José Pinto Pacca, sob a supervisão do general de brigada José Bandeira de Mello, chefe do Estado-Maior do I Exército.

<sup>295</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso (Orgs.). Op. cit., 1994, p. 49.

<sup>296</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 37.

<sup>297</sup> QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan./jun. 2012, p. 30.

operacionais eram assumidas, dentro do sistema repressivo, como parte integrante de seu funcionamento: cada órgão buscava “prestígio”, seja pela precedência na captura de militantes de maior notoriedade, seja na obtenção de informações inéditas.<sup>298</sup> O sistema, afinal, fora concebido para garantir autonomia aos núcleos tático-operacionais e, ao mesmo tempo, manter controle hierárquico sobre eles. Nesse desenho, o atrito entre forças e unidades não apenas era favorável, mas fomentado como *modus operandi*. O objetivo era acelerar a obtenção de informações e suprir rapidamente a chamada “comunidade de informações”, sem que isso excluísse a colaboração operacional existente entre os órgãos.<sup>299</sup>

Planejada, gerida e comandada pela força terrestre, a casa foi reconhecida por Chaves da mesma forma. Além disso, como os agentes de maior patente respondiam ao chefe do CIE, o general Milton Tavares de Souza, a hierarquia militar impunha-se integralmente naquele aparelho clandestino.<sup>300</sup> Enquanto esteve presa, Inês percebeu esse aspecto e conseguiu identificar os agentes mais graduados no centro. Havia os “doutores”, alcunha que acompanhava o codinome dos oficiais ligados ao serviço do Exército; e havia agentes policiais e militares de patentes baixas, que utilizavam apenas codinomes, sem qualquer “titulação” que os antecedessem. Além de esconder a verdadeira identidade dos agentes – mantendo-os, também, sob segredo –, o uso dos codinomes serve para marcar diferenças hierárquicas e funcionais no interior do aparelho. Trata-se de tática crucial para garantir o anonimato e a segurança operacional: o anonimato, visto como essencial para a segurança do agente, reduz o risco de serem posteriormente descobertos, ou mesmo o impede. Esse anonimato, ademais, proporciona um procedimento de desindividualização do agente da repressão. Se o agente não é identificável, mesmo enquanto indivíduo, as restrições comportamentais podem ser facilmente suspensas, e a responsabilidade por ações violentas, de forma rotineira, dilui-se no grupo ou na organização à qual pertence.<sup>301</sup>

Enquanto os “doutores” respondiam pelos interrogatórios e pela execução dos prisioneiros e visitavam o lugar apenas esporadicamente, os demais agentes, como “Camarão” e “Laecato”, cuidavam da manutenção do imóvel e permaneciam ali dia e noite.<sup>302</sup> Lobo, por sua vez, caracterizava-os como “caseiros” do lugar: cabiam-lhes tarefas como conduzir carros descharacterizados, levando prisioneiros encapuzados e integrantes da equipe até o local, além

<sup>298</sup> JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, 2013, p. 64-65.

<sup>299</sup> *Ibid.*, p. 62.

<sup>300</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Marival Chaves [...]*. *Op. cit.*, 2014 p. 27-28.

<sup>301</sup> HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip. *Violence workers: Police torturers and murderers reconstruct Brazilian atrocities*. Berkeley: University of California Press, 2002, p. 89-90.

<sup>302</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. *Op. cit.*, 18 set. 1971.

de vigiar permanentemente os militantes mantidos nos quartos ou mesmo na despensa,<sup>303</sup> em espaços familiares modulados para servir à tecnologia do terror. “Ficavam no quarto? Ficavam trancadas em quartos? Não andavam livremente pela casa?”, indagou um dos integrantes da comissão a Malhães. “Não. Ninguém andava livremente, Deus me livre...”, respondeu ele.<sup>304</sup>

À semelhança dos centros formais de repressão, o aparelho era visitado com frequência por pelo menos um médico que prestava assistência clínica durante os interrogatórios, a fim de evitar que os prisioneiros morressem nas sessões de tortura ou antes do momento planejado. Já o conhecemos bem. O papel desempenhado pelo médico-tenente Lobo, nas modalidades formal e clandestina, apoia-se não apenas nos testemunhos de suas vítimas, mas também em sua própria admissão de ter atendido prisioneiros na casa e em outros órgãos da repressão – ele circulava entre ambas as esferas repressivas, transitando pelo DOI-Codi do Rio, pelo PIC do mesmo Estado e pelo aparelho do CIE.

A mobilidade operacional de agentes militares, que se deslocavam entre diferentes órgãos, produzindo e compartilhando informações capazes de orientar investigações, planejamentos, embasar operações e demais diligências, expõe-se, de modo exemplar, no percurso de Freddie Perdigão, torturador que Inês descreveu como um dos mais brutais.<sup>305</sup> Além do apontamento de sua possível presença na reunião que idealizou o aparelho de Petrópolis, Chaves reforça, mais de uma vez, a sórdida e famosa atuação do então capitão em diversas unidades da malha repressiva. Em sua declaração, o oficial apresenta Perdigão como elo logístico entre o DOI do II Exército e o centro clandestino, pelo menos entre os anos 1973 e 1975, encarregado de escolher e transportar prisioneiros capturados na capital paulista para a casa, graças à confiança mantida junto ao núcleo gestor do CIE.<sup>306</sup> Uma espécie de intermediário logístico e articulador entre ambas modalidades, portanto. Algo que Chaves deixa de mencionar (não sabia? esqueceu-se? recusou-se?) é que, entre 1968 e 1972, Perdigão serviu no CIE e estava vinculado aos gabinetes dos ministros do Exército que chefiam o serviço<sup>307</sup> – é bastante plausível supor que a relativa autonomia operacional de que desfrutou nos anos seguintes decorra da função antes exercida no serviço de informações. Isso não implica dizer, todavia, que os canais de contato nem os laços de companheirismo e confiança

<sup>303</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 34-35.

<sup>304</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>305</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. *Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>306</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Marival Chaves [...]*. *Op. cit.*, 2014, p. 24-26.

<sup>307</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. *Op. cit.*, 2014. v. 1, p. 894.

selados entre agentes se rompam com eventuais trocas de unidades. Afinal, a expectativa de cooperação e seu convite para compor uma unidade ou integrar uma equipe especializada acompanhava o oficial onde quer que estivesse.<sup>308</sup>

O que parece estar em questão aqui, portanto, é a posição da casa no aparato repressivo: ela se constitui por meio da articulação tanto da presença de homens que também atuam nas unidades formais quanto da coordenação de um grupo compartimentado, relativamente autônomo, responsável pelo encaminhamento de presos e pela operação à qual o centro clandestino se destina. Assim, no interior da estrutura repressiva, a casa ergue-se sobre uma estratégia operacional bem definida, com funções compartimentadas e elevado grau de organização interna, em obediência à tão prezada cadeia de comando e sob o respaldo de uma doutrina que prevê e realça a importância desses aparelhos. Embora não conste no organograma do aparato de repressão do Exército – diferentemente dos DOI-Codi, por exemplo, que foram institucionalizados, a partir de 1970, em plano federal formulado após a bem-sucedida experiência da Oban –,<sup>309</sup> funciona com suportes provenientes dessa mesma estrutura. A casa é alimentada por essa mesma estrutura: por seus agentes, informações, recursos, coordenação e preceitos.

Quanto à infraestrutura do centro, Malhães afirmou dispor de recursos institucionais abundantes e de uma equipe selecionada por ele mesmo. Indagado sobre quem compunha o aparelho, respondeu:

**Malhães** – [...] Até a gente conseguir equilibrar... porque o aparelho é uma coisa muito complicada. Primeiro você tem que ter um guarda, um caseiro, de absoluta confiança. Esse que a Inês Etienne diz que estu... deflorou ela.

**CEV-RJ** - O Camarão? O Camarão era o caseiro?

**Malhães** – Era. Então, tinha que ter isso. Tinha que ter uma estrutura para apoiar aquilo. Dinheiro, não é? Em disfarçar o aparelho. O de Petrópolis, como era a minha paixão, primeiro assim que eu fui ocupar... [...]

[...]

**CEV-RJ** - Aí tá, monta a ideia dos aparelhos, vingou.

**Malhães** – Vingou. E daí em diante foi sempre a mesma coisa.

**CEV-RJ** - E essa estrutura. Porque, precisa do guarda, precisa de dinheiro, precisa ser um lugar discreto...

**Malhães** – Tudo isso a gente estudava.

**CEV-RJ** - Mas, vocês tinham dinheiro para isso. Estrutura do Exército para bancar isso. Isso não era um problema?

**Malhães** – Não era problema. Embora reclamassem até um pouco, mas não era problema. Eu tinha um cartão de crédito que eu podia tirar quanto eu quisesse. Um cartão de crédito sem limite. Então, não era problema.

<sup>308</sup> CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 113-114.

<sup>309</sup> JOFFILY, Mariana. Pra Frente Brasil: a utopia autoritária em ação. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Mariana (Orgs.). *Ditaduras no Cone Sul da América Latina: um balanço historiográfico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. p. 575.

**CEV-RJ** - E eram pessoas que o senhor preparava para isso, não?

**Malhães** – Para ocupar os aparelhos?

**CEV-RJ** - É, para estar lá, tipo o guarda?

**Malhães** – É, preparava ... a gente aproveitava a mão de obra que a gente tinha, em primeiro lugar. Em segundo lugar, a gente, pela própria mão de obra que a gente tinha, a gente sabia de outras pessoas que poderiam exercer esta função. Às vezes com acerto e às vezes com erros, nós escolhemos. Eu não posso dizer para você, ‘Ah, foi uma maravilha, acertamos todas que nós ...’. Não, com acertos e com erros, nós... não tem jeito. Você lidar com o ser humano é a pior coisa do mundo.<sup>310</sup>

Sem perder a oportunidade de desacreditar o testemunho de Inês sobre a tortura sofrida por ela, o agente assinala que o aparelho funcionava com uma equipe compartmentada, escolhida a dedo pelo oficial no comando, regida por uma divisão de tarefas bem delimitada e sob o signo do sigilo necessário. Para exercer a função, não poderia ser selecionado qualquer homem: havia um perfil e habilidades desejadas para integrar a equipe. A casa foi instalada por uma rede interna de oficiais que, valendo-se de recursos institucionais, autorizaram, localizaram e financiaram o imóvel, além de custear o pessoal e o mobiliário necessários para lhe conferir aparência de normalidade. Não se deve, contudo, descartar por inteiro a hipótese da existência de uma fonte privada de recursos para custear o funcionamento do centro clandestino, como ocorreu nas circunstâncias da concepção da OBAN, em 1969.

Em virtude dessa seleção previamente realizada pelos responsáveis, atuava ali um grupo misto, formado por militares de diversas patentes, policiais civis e federais e até um delegado da cidade,<sup>311</sup> todos escolhidos pela confiança que inspiravam e pela adequação às exigências do centro clandestino. Se algum eventual erro de funcionamento, como se julgou no caso de Inês, ocorresse, ele decorreria, segundo Malhães, da má decisão de subalternos,<sup>312</sup> jamais da capacidade operacional demonstrada pelos centros clandestinos, cujo emprego fora estudado e comprovado mundo afora. Essa tentativa de isolar atuações e responsabilidades, porém, não elide um dado central: a própria dinâmica de sequestro, prisão e transferência de presos pressupunha articulação estreita com estruturas formais de repressão. É justamente aí que se torna possível vislumbrar, com maior nitidez, a inserção do aparelho na engrenagem institucional.

Um indício adicional, e creio bastante pertinente, de que o aparelho operava em estreita relação com o aparato formal e, por conseguinte, se inseria na estrutura repressiva do Exército pode ser observado nas circunstâncias dos sequestros e prisões de dois militantes ali transferidos em 1971: Mariano Joaquim da Silva, integrante do comando nacional da VAR-

<sup>310</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães. Op. cit.*, p. 129-130.

<sup>311</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu. Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>312</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães. Op. cit.*, p. 26.

Palmares, e Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, parte do comando da VPR. Por tabela, é possível perceber a complementaridade operativa entre o centro clandestino e as unidades do DOI, especialmente a de São Paulo.

Como consta numa informação confeccionada a respeito das atividades da VAR, Mariano estava em Pernambuco desde novembro de 1970.<sup>313</sup> Ele e outros dirigentes buscavam rearticular, dentro de sua organização, uma nova linha de aposta das ações armadas, levando-as para as zonas rurais. A decisão não era simples. Muitos desconfiavam da proposta, outros eram abertamente contrários à ela.<sup>314</sup> Até abril de 1971, Mariano ainda estava no estado; buscava solucionar o racha em formação ou, na clandestinidade, cumprir missões para o grupo.<sup>315</sup> Em primeiro de maio, ele foi sequestrado em uma rodoviária de Recife – a operação militar era liderada por agentes do DOI-Codi do II Exército, vindos de São Paulo. Da rodoviária, conduziram-no à sede do DOPS/PE. Ali, os agentes do DOI iniciaram a primeira sessão de interrogatório.<sup>316</sup>

Numa rápida sucessão de lugares, em menos de vinte e quatro horas, o dirigente foi levado ao Rio de Janeiro, a São Paulo e, novamente, ao Rio – dessa vez, a Petrópolis. “Sem dormir, sem comer e sem beber”, disse a Inês.<sup>317</sup> “Quando fui levada para Petrópolis, lá já se encontrava um camponês nordestino. [...] Mariano foi preso no dia primeiro ou dois de maio, em Pernambuco, onde foi barbaramente torturado. Seu corpo estava em chagas”.<sup>318</sup> Os dois não se conheciam antes de chegarem à casa. Raras foram as ocasiões em que trocaram algumas palavras. Como ele era obrigado a retirar as comadres debaixo da cama de Inês, surgia ali a oportunidade de partilhar, a sós, uma ou outra informação.<sup>319</sup>

Aluízio, ela não o viu. Mas reconheceu sua voz<sup>320</sup> – vinda da sala de estar, através da parede ao lado do quarto onde estava.<sup>321</sup> Na militância da VPR, encontraram-se muitas vezes em “pontos” nas esquinas e nos cruzamentos, em carros ou nas tensas reuniões para prever os

<sup>313</sup> ARQUIVO NACIONAL. Informação n. 597, Serviço Nacional de Informações, Agência de Salvador, 26 de novembro de 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70032904.

<sup>314</sup> COMISSÃO DE ANISTIA. *Ministério da Justiça, requerimento de anistia de Arlindo Felipe da Silva*. Processo n. 2002.01.12420, 20 nov. 2002., fl. 57.

<sup>315</sup> PERNAMBUCO. *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara*. Recife: Secretaria da Casa Civil, 2017. v. 1, p. 247.

<sup>316</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. v. 3, p. 622-623.

<sup>317</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu. Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>318</sup> *Ibid.*

<sup>319</sup> A ÚNICA [...]. *Op. cit.*, p. 6-7.

<sup>320</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>321</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Anexo nº 1. Planta da casa onde estive presa. Op. cit.*, 18 set. 1971.

passos seguintes das ações do grupo.<sup>322</sup> Sequestrado no dia nove daquele mesmo mês, ele foi primeiramente transferido ao DOI-Codi paulista, antes de chegar a Petrópolis. Havia regressado clandestinamente de Cuba poucos meses antes para, então, assumir o comando nacional de sua organização. Esse detalhe não parecia irrelevante ao aparato de informações: nos relatórios sobre suas principais atividades políticas, as várias passagens por Havana ganhavam destaque, ao estarem, por exemplo, sublinhadas.<sup>323</sup> À circunstância, um parêntese: o episódio toca na importância conferida pelo aparato repressor àqueles que haviam realizado algum treinamento especializado em Cuba – ponto frequentemente destacado e alimentado pela produção e disseminação de informações.<sup>324</sup> No interior de tal sistema, fomentava-se a ideia de que os chamados “terroristas cubanos” não seriam apenas perigosos ou ameaçadores à ordem posta, mas, acima de tudo, considerados “irrecuperáveis” e “indesejáveis” – daí uma explicação possível para a brutal força repressiva direcionada aos militantes que participaram dos cursos de guerrilha na ilha.<sup>325</sup>

A casa, contudo, não foi o último lugar por onde Aluízio passou. Ele retornou ao DOI-Codi paulista. Uma testemunha anônima ouvida pela Comissão Nacional afirmou que Aluízio era concunhado de Ayres da Motta, o homem responsável por intermediar a cessão do imóvel.<sup>326</sup> A partir daí nasceu a hipótese de que ele reconheceu, ou foi reconhecido por, um dos carcereiros – motivo provável de sua transferência – o que reforça a tese de que os agentes da casa não poderiam ser identificados, sob pena de comprometer o sigilo das missões às quais o aparelho respondia. Preso no DOI-Codi, Aluízio conseguiu confidenciar a um companheiro de cela que permanecera, por alguns dias, num lugar desconhecido, numa residência em uma cidade do interior do Rio de Janeiro.<sup>327</sup> Depois disso, nada mais se soube. Quando Inês questionou a um dos carcereiros o que havia acontecido com o companheiro, a resposta foi apenas: “Ele sumiu”.<sup>328</sup> Diferentemente das outras pessoas que passaram por Petrópolis – excetuando-se Inês –, cujos paradeiros permanecem ocultos, o de Aluízio só viria a ser parcialmente esclarecido muitos anos depois, quando investigações e exames periciais identificaram sua ossada na vala clandestina do Cemitério de Perus, em São Paulo,

<sup>322</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu. Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>323</sup> ARQUIVO NACIONAL. Informação n. 0571, Ministério do Exército, CIE, 09 de abril de 1975. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75109623.

<sup>324</sup> ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 39-41.

<sup>325</sup> *Ibid.*, p. 14-16.

<sup>326</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. v. 1, p. 540.

<sup>327</sup> *Ibid.*, p. 539.

<sup>328</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu. Op. cit.*, 18 set. 1971.

amplamente reconhecido como local de ocultação sistemática de corpos de opositores da ditadura.<sup>329</sup>

Mais uma vez, percebe-se a dinâmica de interdependência entre o aparelho clandestino e o aparato formal. Além da infraestrutura compartilhada, havia uma ligação funcional, manifesta nas operações militares. No exato momento em que militantes eram sequestrados por equipes de unidades formais e conduzidos a dependências de caráter militar ou policial, esses espaços passavam a integrar a história da casa e revelavam, ainda que de modo tênu, sua função no sistema repressivo. Trata-se de instrumento paralelo e, ainda assim, coordenado ao aparato formal. Com base nos casos anteriormente descritos, nota-se uma relação estreita com o DOI-Codi paulista, ponto de apoio logístico: ora servia de base para a “triagem” dos militantes, antes do trânsito ao dispositivo clandestino; ora funcionava como destino final de determinadas operações; ora, ainda, como “ponto seguro”, destinado a assegurar, a todo custo, a confidencialidade da missão à qual se respondia.

Tal articulação, aliás, alcançava âmbito nacional, uma vez que os agentes conseguiam entregar os militantes requisitados em menos de vinte e quatro horas, como demonstram as circunstâncias do sequestro de Mariano. Mais do que colaboração tácita entre órgãos, depreende-se a existência de integração logística: um fluxo articulado entre segmentos formais e centros clandestinos do sistema. Apesar das rivalidades e discrepâncias, os agentes do CIE operavam em conexão e colaboração com as demais dependências de informação e repressão. O veloz e assustador trânsito de militantes sequestrados entre diferentes unidades, assim como o intenso intercâmbio de agentes e dados operacionais, constituem mais um vislumbre, a permitir compreender a lógica de cooperação entre o CIE, materializado na casa, e órgãos como o DOPS e o DOI-Codi.

Dito de tal forma, há de se considerar, ainda, que o centro de Petrópolis serve para responder ao plano tático de combate contra os grupos da esquerda armada, buscando tomar a iniciativa das ações no curso do conflito e efetivar o princípio estratégico de desestruturá-los. Assim, pode-se dizer que, para além do que Malhães estabelece em suas declarações, o aparelho tem por objetivo funcionar como mais um “ponto de aceleração” no interior da complexa malha repressiva. Trata-se, em suma, de um centro operacional, concebido também como uma tecnologia de tempo, empregada para implantar um ritmo social próprio aos alvos a que se dirige, com ações rápidas, diurnas e automatizadas, por meio da produção e

<sup>329</sup> DAL PIVA, Juliana; COUTINHO, Mateus. *Comissão de Mortos e Desaparecidos identifica nova ossada de opositor no cemitério de Perus*. Op. cit., 03 dez. 2018.

disseminação incessante e intensa de informações.<sup>330</sup> Em razão do imperativo da rapidez, próprio dos preceitos da guerra contrarrevolucionária, julga-se necessário subdividir as forças de repressão em pequenas frações – como se dá nesse centro clandestino –, equipes relativamente autônomas, escolhidas a dedo por um operador, prontas para entrar em ação a qualquer momento e em qualquer lugar. Atuam, portanto, com certa independência da hierarquia tradicional.<sup>331</sup> Projetada para agir de forma rápida e flexível sobre os alvos escolhidos, a unidade segue ainda o imperativo de obter informações “quentes” e “inéditas”, restritas a um pequeno grupo compartmentado de oficiais, selecionados em decorrência de suas habilidades e da confiança que ensejavam.

Em paralelo às estruturas formais, mas sempre sob o controle unificado do comando militar, conduziam-se operações clandestinas. Esse instrumento paralelo, de caráter secreto, permeava globalmente o aparato repressivo, criando um “estado clandestino” que operava à margem da legalidade de exceção, fora do alcance do Judiciário e dos próprios mecanismos legais, inclusive os excepcionais.<sup>332</sup> Tal dinâmica caracterizava-se pela duplicidade da ação estatal, evidenciada pelo uso simultâneo de duas esferas normativas, uma pública, legal, embora de exceção, e outra secreta, clandestina. Havia, portanto, dois planos que guiavam a repressão: ambos operavam em uma lógica de interações não excludentes – complementavam-se. Esse arranjo, denominado pela literatura argentina como doutrina do *paralelismo global*, instituía um “segundo plano” secreto que combinava métodos legais e clandestinos.<sup>333</sup> Tanto no Brasil quanto na Argentina, a repressão articulou duas camadas normativas; todavia, há de se marcar a diferença entre os países: se, no Brasil, prevaleceu a face do arbítrio legalizado, na Argentina a clandestinidade converteu-se em regra, reflexo de um desígnio de extermínio da dissidência política.<sup>334</sup>

Coordenado, integrado e anexado. Avaliado, planejado e adaptado. Dentro. E, ainda assim, fora. O aparelho de Petrópolis continua sendo uma casa. Ergue-se no alto do morro, depois de vencer ladeiras flanqueadas por outras tantas residências, chega-se a ela, a casa “de fino acabamento”, nas palavras de Inês.<sup>335</sup> Em consonância com os insetos, a tranquilidade do jardim. Ali, a morada da face mais insondável, invisível e desconhecida da repressão, como

<sup>330</sup> FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. *Op. cit.*, 2022.

<sup>331</sup> *Ibid.*

<sup>332</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Op. cit.*, 2008, p. 161-162.

<sup>333</sup> *Ibid.*

<sup>334</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Op. cit.*, 2014, 2<sup>a</sup> edição, p. 37-38.

<sup>335</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu. Op. cit.*, 18 set. 1971.

caracteriza Janaína Teles.<sup>336</sup> Um local que tornava a posição do preso mais frágil e com sensação maior de impotência, já que ele não sabia onde estava nem jamais ouvira falar daquele lugar.<sup>337</sup> Uma zona ainda mais profunda da exceção, poderíamos dizer.

Ao fim da reunião da concepção do aparelho clandestino, bastava assegurar o imóvel e adaptá-lo rapidamente aos propósitos traçados. Teriam trocado as fechaduras? Haveria novas cortinas para impedir que a luz entrasse nos cômodos? Seria a metragem do quarto suficiente para a montagem do pau-de-arara? Foi assim que, nos primeiros meses de 1971, surgiu o protótipo daquilo que Malhães depois chamaria de “ponto de conveniência”, ou ainda “ponto de passagem”. Chegamos, por essa via, à última questão deste capítulo: qual seria a finalidade daquela casa?

\*\*\*

**Malhães** – [...] Fulano foi preso e sumiu. Ele quando é preso... Não é preso em uma unidade militar, ele vai para um lugar completamente estranho, civil, vamos dizer assim, uma casa...

**CEV-RJ** – Ele sabe que não tem registro, é isso?

**Malhães** – É. Ninguém sabe que ele está lá. Tudo isto é coação psicológica.<sup>338</sup>

Muitas eram as vantagens avaliadas por Malhães, a começar pela fachada do imóvel, capaz de causar no preso o pavor de um destino incerto, desconhecido. O aparelho foi preparado e utilizado pelas forças de repressão imitando uma casa para que houvesse o efeito proposital do terror, do sinistro. Ao chegar ao local, o detido perdia, mais uma vez desde a captura, quaisquer referências espaciais ou temporais, intensificando os efeitos de um interrogatório já iniciado em outra unidade, às vezes até em outra cidade, como ocorreu com Mariano. Não que diferisse essencialmente das transferências para as dependências formais, o trajeto até lá era cumprido com o militante capturado encapuzado ou vendado, como testemunhou Inês: “[...] Retiraram-me à força do hospital e jogaram-me numa caminhonete C-14 estacionada no pátio [...]. Deitada e com os olhos vendados, fui conduzida a uma casa [...]”<sup>339</sup> Nesses termos, pode-se sustentar que uma das funções da casa, ainda que colateral, era fazer com que a própria fachada produzisse um efeito de choque e de desorientação,

<sup>336</sup> TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 142. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/publico/2011\\_JanainadeAlmeidaTeles\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/publico/2011_JanainadeAlmeidaTeles_VCorr.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024.

<sup>337</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. v. 1, p. 792.

<sup>338</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 19.

<sup>339</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Op. cit., 18 set. 1971.

colocando o preso em posição isolada e defensiva e minando, ao fim, sua própria capacidade de iniciativa e reação diante da sessão de interrogatório,<sup>340</sup> que se reiniciaria imediatamente após sua chegada ao local.

As equipes encarregadas de cada missão deviam comprometer-se com o sigilo das ações e das informações. Contudo, aparentemente, na casa não havia um efetivo fixo ou único sob o comando de Malhães. De acordo com o próprio agente, a casa poderia ser usada como um espaço compartilhado. É nesse sentido que a expressão “ponto de conveniência” ganha outra camada de sentido em suas declarações: o aparelho de Petrópolis, em realidade, era um local passível de compartilhamento, caso a avaliação tática assim indicasse, entre pequenos grupos de oficiais a serviço do CIE. O centro operava como espaço flexível, descentralizado. As equipes revezavam-se com agilidade – entravam e saíam conforme a operação em curso e a conveniência requerida. Tudo se decidia pelo oficial responsável pelas equipes, diante da avaliação das ações imprevisíveis dos “terroristas”. Havia, portanto, certa mobilidade entre os oficiais empenhados no combate à esquerda armada, o que Malhães articulou, ainda que não explicitamente, como uma das vantagens do aparelho clandestino:

**CEV-RJ** - Coronel. Eram quatro equipes, né?

**Malhães** – Aonde?

**CEV-RJ** - Em Petrópolis. Eram quatro ou tinham mais equipes?

**Malhães** – São sete equipes.

**CEV-RJ** - Mas, em todas as casas as sete ou dependendo da casa as sete atuavam?

**Malhães** – Dependendo de qual você fosse utilizar, poderia ser até você sozinha.

**CEV-RJ** - Mas, nesse caso lá da Casa de Petrópolis, e não sei quantas mais tinham na região...

**Malhães** – Tinham sete equipes.

**CEV-RJ** - Mas, lá em Petrópolis, na... O senhor exercia uma função de chefia, assim, nessa de Petrópolis, essa que era, que foi o início de tudo, assim?

**Malhães** – Não, ninguém se julgava chefe. É o que eu te digo, entre nós não havia hierarquia.

**CEV-RJ** - Entre os sete?

**Malhães** – É. Embora existisse até um coronel. A gente discutia o assunto e a maioria prevalecia no seu parecer.<sup>341</sup>

Por fim, havia a autonomia operacional idealizada para o grupo que geria o aparelho. A ação tornava-se mais livre entre os homens de confiança de Malhães, desde que a ordem hierárquica se mantivesse, com reporte ao coronel responsável. Essa tese da autonomia dá contornos mais nítidos a um episódio narrado por Inês: na ausência dos oficiais mais graduados, a casa convertia-se em espaço de festas – prostitutas entravam pela porta dos fundos, saíam ao amanhecer e latas de cerveja espalhavam-se pelo chão. À luz da análise de

<sup>340</sup> FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. *Op. cit.*, 2022, p. 101-102.

<sup>341</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães. Op. cit.*, p. 179.

Huggins, podemos pensar que tais festas funcionavam como momentos de descontração e símbolos de recompensa pelo trabalho realizado, soldando, ao mesmo tempo, lealdades e produzindo coesão no grupo.<sup>342</sup> Essa autonomia relativa permitia que os agentes subalternos agissem sem supervisão estreita, mas sempre com a aprovação tácita de autoridades militares mais elevadas. Isso reforça a ideia de que a autonomia era concedida e tolerada, desde que o comando final fosse respeitado e os objetivos do escalão superior fossem atingidos.

Vale aqui um apontamento breve sobre um anexo ao relatório: ao final do documento, além da enumeração dos militantes ali transferidos, há referência a essas festas.<sup>343</sup> Pela posição dessa menção, é plausível supor que Inês também enxergasse aquelas mulheres como vítimas do lugar. Embora não seja o foco deste argumento, avento a hipótese de que essa denúncia indireta sugira presenças não voluntárias, possivelmente marcadas por episódios de violência sexual.

Seria devido à autonomia operacional sedimentada e ao sigilo defendido que conseguiria explorar a real função do aparelho, como Malhães veementemente defende em suas declarações: transformar militantes em agentes infiltrados, longe de outros detentos nos órgãos formais, assim garantindo a confidencialidade da operação. A dita *passagem*: entraria o militante de esquerda e sairia o infiltrado, o ser “virado”. Idealmente, de acordo com o oficial, a transformação deveria acontecer em poucas horas ou dias, pois o intervalo precisava ser curto para não levantar suspeitas na organização de origem do guerrilheiro. “Às vezes podia levar um mês, porque você tinha que ter confiança”,<sup>344</sup> continua. Nas palavras de Malhães, e não sem boa dose de ironia, a própria ambientação da casa contribuía para que os prisioneiros ficassem apavorados e aceitassem colaborar com a repressão:

[...] Quando o cara entra no quartel ele sabe que está seguro. Ele acha que está seguro, que ninguém vai matar ele dentro do quartel. Quando você prende ele em uma casa, ‘por que me trouxeram para cá e não me levaram para o quartel?’ [...] E a gente ameaçava com isto, né? ‘Você já viu que você está preso, mas não está preso no quartel. Você está preso em uma casa. Daqui você pode ir para qualquer lugar. Aqui você não está inscrito em nada. Que tal, vamos conversar, entrar em um acordo?’ [...]. A casa é para isso.<sup>345</sup>

Para trocar de lado, o convencimento com a promessa de liberdade ou de dinheiro, ou, se isso não funcionasse, as ameaças – “pressão psicológica” ou uma dose de “rigidez” logo no início do interrogatório. Esses recursos, segundo ele, bastavam para quebrar a resistência dos

<sup>342</sup> HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip. *Op. cit.*, 2002, p. 12-13.

<sup>343</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu. Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>344</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães. Op. cit.*, p. 175.

<sup>345</sup> *Ibid.*, p. 73.

presos. Um dos membros da comissão o interrompe, e questiona: “[...] pela sua conversa, então não houve tortura em Petrópolis?”, ao que ele responde: “[...] A meu ver, não”.<sup>346</sup> Em campo, mantidos sob vigilância, reintegrar-se-iam à organização e passariam, periodicamente, informações sensíveis sobre os guerrilheiros que interessavam à repressão. Quem não se adaptasse, aí sim, tornava-se descartável, poderia ser morto para resguardar a operação a que foi inicialmente cooptado. “Guerra é guerra”,<sup>347</sup> ele repete.

A resposta de Malhães se dá em diferentes níveis. Primeiro, porque, para ele, a casa é uma “casa de conveniência” e um “ponto de passagem”, e não a “casa da morte”, como ficou conhecida na imprensa. Essa última formulação, sob certo ângulo, empresta à questão um tom particularmente sinistro, pois a expressão “passou desta para melhor” é um dos muitos eufemismos que remetem à morte. É justamente ao destacar essa função de conversão em infiltrados que ele justifica, por um lado, por que a maioria dos que passaram por Petrópolis não teria sido ali executada – ao contrário do que testemunhou Inês –, mas convertida em “cachorros”, no jargão castrense. “Ninguém morreu lá. Lá dentro da casa, ninguém. Lá não era lugar de matar ninguém”, disse.<sup>348</sup> Por outro lado, como assinalam Chirio e Joffily, ele aproveita o espaço da comissão para lançar seu descrédito sobre os guerrilheiros em geral, qualificando-os de “frouxos”, “medrosos”, inclinados a mudar de lado para se salvarem ou em troca de dinheiro.<sup>349</sup> “[...] Como se o que passei não representasse a pena mais cruel...”, volta a dizer Inês.<sup>350</sup>

Ao afirmar e negar, avançando e recuando em suas declarações, entre muitas contradições, mentiras e ocultações, Malhães modela, no seu discurso, a casa como um espaço de experimentação, de conversão e de testagem de militantes, a fim de transformá-los em agentes infiltrados. Neste momento da investigação, saímos dos meandros do labirinto para adentrar o laboratório. Segundo ele, o experimento laboratorial teria sido bem-sucedido: centenas dos que ali foram transferidos teriam se “convertido”. Graças a esse suposto êxito, a casa tornar-se-ia uma experiência-modelo, um protótipo copiado em outros imóveis. Qualquer casa ou apartamento poderia ser corrompido, “virado”. Os aparelhos clandestinos, assim, multiplicam-se ao infinito. A imagem remete ao espectral: as casas, construídas discursivamente, não constituem um objeto fixo. Brotam nos jardins, fragmentam-se e

<sup>346</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>347</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>348</sup> *Ibid.*, p. 197.

<sup>349</sup> CHIRIO, Maud; JOFILLY, Mariana. *Op. cit.*, 2025, p. 237.

<sup>350</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu. Op. cit.*, 18 set. 1971.

disseminam-se como uma matriz replicável – não uma coisa única ou estável, mas alguma coisa feita da matéria do assombro.

**Malhães** – [...] Então a importância dela cresce por ele ter sido o primeiro passo. Do teste, se a gente conseguia... se a gente podia, tem que dar certo. Então, era um teste. Daí Petrópolis tem importância muito grande nessa história, porque ele foi o laboratório inicial.

**CEV-RJ** – Provar a qualidade e a competência do trabalho?

**Malhães** – Do trabalho. Para mostrar que era possível se fazer isso. E não ter essa experiência do coitado do americano que perde mais infiltrado do que outra coisa.<sup>351</sup>

Tal alegação do oficial, todavia, vai de encontro ao que hoje se sabe sobre a existência de outros centros clandestinos integrantes da malha repressiva, a exemplo da casa de São Conrado, também no Rio de Janeiro, na Zona Sul, aparelho de uso conjunto do Cenimar e da equipe do delegado Fleury, em funcionamento pelo menos desde agosto de 1970. Em determinado momento da declaração, Malhães é questionado sobre a existência de outros centros que não o de Petrópolis. Para ir direto ao ponto, os entrevistadores trazem à tona a casa de São Conrado.

**CEV-RJ** – O senhor esteve lá em São Conrado?

**Malhães** – Não. Nunca tive lá. Eu tinha muito trabalho só com Petrópolis.

**CEV-RJ** – Petrópolis durou muitos anos?

**Malhães** – Durou. E nós não tínhamos só um em Petrópolis. Nós tínhamos outros mais desviados. [...]<sup>352</sup>

O interessante da resposta reside no desvio que realiza: evita São Conrado, apesar da insistência dos entrevistadores, sem negar sua existência. Em vez disso, volta a Petrópolis e faz questão de marcar sua importância e o diferencial em relação a outros aparelhos. Isto é, não apenas desvia de São Conrado, mas também reforça a singularidade e exalta o fruto do próprio trabalho. Ao sugerir a escala e a longevidade assumidas por Petrópolis à época, cria a ideia de estabilidade para a casa e, por isso também, de eficácia na obtenção de infiltrados. Esse seria, supostamente, o seu grande sucesso.

Ao contrário do que uma primeira impressão possa sugerir, nem todos os agentes da repressão partilham da estratégia discursiva de Malhães ao atribuir ao aparelho a função primordial de converter militantes em infiltrados. Chaves, por exemplo, rejeita quase categoricamente essa tese do antigo colega de armas. Para ele, o local era, antes de tudo, um espaço de extermínio, destinado à execução de presos políticos, não apenas à detenção ou ao interrogatório, muito menos à obtenção de infiltrados. Com base nos dados que compilou e

<sup>351</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães. Op. cit.*, p. 174.

<sup>352</sup> *Ibid.*, p. 27.

confrontou ao longo dos anos, concluiu que as pessoas eram levadas àquele endereço “especificamente para serem mortas”.<sup>353</sup> A dificuldade de ocultar cadáveres e de envolver unidades formais da repressão nesse processo levou à criação de aparelhos descaracterizados, nos quais se pudesse “matar, interrogar”<sup>354</sup> e enterrar as vítimas sem deixar vestígios do crime. Assim, a eventual conversão de um militante em agente infiltrado figura apenas como função secundária, jamais como objetivo central do centro clandestino.

A história à qual Chaves recorre quando é questionado sobre os motivos da instalação do centro de Petrópolis é a das circunstâncias do desaparecimento de Rubens Paiva. Segundo suas deduções, após as dificuldades enfrentadas pelo DOI do Rio no caso do ex-deputado, ao tentar encobrir a morte, tornou-se evidente, a seu ver, que “era muito complicado”<sup>355</sup> justificar um óbito dentro do DOI. No episódio da morte sob tortura de Paiva, no início de 1971, recorreu-se à encenação de metralhar e incendiar um carro para “legalizar” o óbito, ainda segundo Chaves.<sup>356</sup> Diante dos impasses vividos no âmbito do DOI, julgou-se necessária a revisão das práticas de ocultamento. Daí nasceu a opção por casas descaracterizadas, montadas para receber o preso, interrogá-lo sob tortura, matá-lo e ocultar o cadáver. Poucos meses depois do episódio Paiva, de acordo com o agente Chaves, foi que se abriu a casa em Petrópolis.<sup>357</sup>

Em sua autobiografia, Lobo também retoma o episódio da prisão de Paiva no DOI do Rio – não para esclarecer as circunstâncias do desaparecimento, mas para oferecer aos leitores uma linha explicativa sobre por que o aparelho no alto da serra fora instalado. Na versão que apresenta, teria sido chamado à casa recém-aberta para atender Inês, poucos meses após o desaparecimento de Paiva no DOI. À época, o antigo médico já havia atendido o ex-deputado, agonizante, em seu leito, e tentara salvá-lo, mesmo sem sucesso.<sup>358</sup> Aqui, acredito que não se deva descartar por inteiro a hipótese de que Chaves se tenha inspirado também no livro de Lobo para compor a própria versão dos fatos, emprestando-lhe verossimilhança.

Em suma, a ideia subjacente é a de que o aparelho clandestino foi concebido e instalado para corrigir “disfuncionalidades” do DOI no tocante ao ocultamento dos corpos de opositores sequestrados e mortos. Nessa concepção, a casa teria sido criada para resolver um

<sup>353</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Marival Chaves Dias do Canto*, 21 de novembro de 2012, p. 67-68.

<sup>354</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Marival Chaves [...]*. Op. cit., 2014, p. 28.

<sup>355</sup> *Ibid.*, 2014, p. 13.

<sup>356</sup> *Ibid.*

<sup>357</sup> *Ibid.*, 2014, p. 14.

<sup>358</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 27 e p. 33-34.

“obstáculo” procedural das operações. Para Chaves, a serra petropolitana oferecia ao aparato repressivo um grau de clandestinidade e de eficiência que as dependências do DOI não asseguravam: “[...] o comandante do DOI possivelmente sabia da existência [da casa], mas não conhecia o cárcere. O cárcere era uma coisa, assim, extremamente compartmentado, fechado, não é? Cercado de toda a cautela, de todos os cuidados”.<sup>359</sup>

Quando confrontado pelos membros da comissão com as declarações de Chaves, Malhães procurava desqualificá-lo: ressaltava que ele não integrara o grupo do CIE durante o funcionamento do aparelho e que não haviam mantido qualquer contato direto. Afirmava, ainda, que não se conheciam e que, portanto, seria impossível a Chaves deter informações concretas sobre Petrópolis.<sup>360</sup> Para Malhães, apenas ele detinha a palavra final sobre o centro. Os demais limitavam-se a buscar indícios de uma verdade que lhe pertenceria exclusiva e integralmente. Observe-se que essa discordância vai além de uma disputa factual. Ela traduz, sobretudo, o esforço contínuo do algoz em reivindicar a autoria plena de qualquer discurso sobre o aparelho, monopolizando a memória do centro e subordinando-a à lógica do agente autoproclamado idealizador e operador.

Torna-se muitíssimo difícil, contudo, acreditar que o propósito do aparelho clandestino fosse unicamente “formar” informantes para infiltrá-los nas organizações das esquerdas, quando nos deparamos, com base no testemunho de Inês, com casos de militantes ali transferidos e desaparecidos. Tomemos como exemplo a madrugada de 12 de julho de 1971, quando Inês registrou a chegada de Paulo de Tarso Celestino à casa. Ele não estava sozinho: naquela noite deram entrada, no centro de Petrópolis, Walter Ribeiro Novaes e Heleny Telles Ferreira Guariba. Em informação produzida pelo Cenimar em setembro de 1970, e amplamente disseminada no interior dos sistemas de repressão e informação, o nome de Paulo constava na lista de “elementos subversivos” que haviam realizado treinamentos e cursos de guerrilha urbana e rural em Cuba, o que sublinhava no interior da “comunidade de informações” sua importância dentro da organização a que pertencia.<sup>361</sup> Assim foi que Inês escreveu, em seu relatório, a passagem dos três pela casa:

“[...] O primeiro é Walter Ribeiro Novais, ex-salva-vidas de Copacabana. Márcio me afirmou que o mataram. O segundo, é uma moça que acredito ser Heleny [sic] Guariba. Foi barbaramente torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina. O terceiro é Paulo de Tarso Celestino da Silva, que foi torturado

<sup>359</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Marival Chaves [...]*. Op. cit., 2014, p. 28.

<sup>360</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães*. Op. cit., p. 39-40.

<sup>361</sup> ARQUIVO NACIONAL. Informação n. 0632, Ministério da Marinha, Cenimar, 29 de setembro de 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70030217.

durante quarenta e oito horas por Dr. Roberto, Laecato, Dr. Guilherme, Dr. Teixeira, Zé Gomes e Camarão. Colocaram-no no pau de arara, deram-lhe choques elétricos, obrigaram-no a ingerir uma grande quantidade de sal. Durante muitas horas eu o ouvi suplicando por um pouco d'água [...]<sup>362</sup>

Todos eles foram mortos. Foram desaparecidos. Em rara ocasião, numa de suas declarações – em choque com as suas demais falas sobre a função primordial do centro –, Malhães resumiu, nos seguintes termos, o êxito de sua atuação como operador do aparelho clandestino: “[...] Nós destruímos todas as organizações subversivas porque nós acabamos com a cabeça delas. [...] Quando você corta a cabeça de uma cobra, você acaba com a cobra. Então, este foi o nosso trabalho”<sup>363</sup>

Diante de nossos olhos, a casa parece erigir-se a partir de uma ausência permanente – ocultada, deliberadamente negada. Sempre adiada. Converte-se na exposição do que lhe falta, carece de alguma coisa, qualquer coisa. É como se sua construção ocorresse em outro lugar, e cada uma de suas aparições lacônicas, nas muitas e longas declarações dos algozes, não tivesse outro propósito senão reafirmar que, na realidade, ela não está ali. O que fazer diante disso? Ceder a uma espécie de trabalho hermenêutico sem limites, onde qualquer detalhe se torna indício na tentativa de decifrar a verdadeira finalidade do aparelho repressivo? Qualquer esforço para traçar um contorno nítido da casa de Petrópolis, baseando-se indiscriminadamente nas declarações dos próprios agentes da repressão, pareceria, a meu ver, tanto impreciso quanto descabido.

Neste momento, ao encerrar este capítulo, lembro-me de uma das cenas narradas por Lobo em seu livro, a qual circunscreve melhor do que qualquer declaração de agente da repressão o que era aquele lugar, já transformado em centro repressivo, e como funcionava. Ali se insinua outra realidade, conjugada à casa erigida, engendrada pela loucura desencadeada pela tortura. Uma realidade que toca o desconhecido, a incerteza que ronda aquele endereço em Caxambu.

Dias após atender Inês pela última vez, Lobo recebeu nova chamada de Paim Sampaio. Dessa vez, tratava-se de outro preso, Victor Papandreu.

[...] Era um rapaz jovem, de estatura alta, magro, de cabelos claros, com sardas pelo rosto e peito. Ouço-o, observo-o e conversamos longamente. Constatou que ele realmente apresenta idéias [sic] delirantes, alucinações visuais e auditivas e está bastante agressivo. Concluo que este rapaz, provavelmente, desenvolveu um quadro de esquizofrenia, uma doença mental séria. Prescrevo uma medicação indicada ao caso, numa folha do meu receituário. [...] Sampaio me diz que dentro de pouco tempo este rapaz deveria ir a Goiás conhecer outros subversivos de uma outra

<sup>362</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu. Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>363</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Depoimento de Paulo Malhães. Op. cit.*, p. 10.

organização comunista, num encontro que se realizaria numa praça, um chamado “ponto de encontro” na linguagem subversiva. [...] Cinco dias depois, voltei a Petrópolis para examinar “Papaleo” e o encontrei praticamente no mesmo estado mental anterior. Afirmava que fazia o sol e a lua nascerem, as chuvas eram desencadeadas por ele, bem como o vento, o calor e o frio, mas precisava liquidar um tigre que o espreitava no jardim da casa, em cima de um parapeito lá existente. [...]<sup>364</sup>

Tão distante e, de certo modo, insólita, existente nesse vazio, que, sob certo ângulo, vemos o tigre descansando no telhado.

De volta aos caminhos de Inês, no próximo capítulo, narro a trama da descoberta do endereço e do alcance midiático da denúncia do centro clandestino, nos primeiros meses de 1981. Procuro, ademais, mostrar como o aparato de informações e, sobretudo, o serviço de informações do Exército enfrentaram essa denúncia e buscaram, com os meios de que dispunham, ocultar novamente a casa, fazê-la desaparecer. Por fim (ou retornando ao início), examino, adiante, o resultado desses atos de ocultação e negação do centro: a sua camada invisível, a casa assombrada.

---

<sup>364</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 36.

## CAPÍTULO 3

### A camada invisível

#### 3.1 O retorno

“Você se lembrava de mim?” Diante de microfones, câmeras e flashes, ela encara os óculos escuros de Lodders e insiste: “Você está me reconhecendo? Ele reconhece...”. Muito incomodado e nervoso, ele bate com o carro no portão da própria garagem. A comitiva – repórteres, advogados, amigos e familiares de desaparecidos – acompanha Inês.

Num atropelo de perguntas, os repórteres tentam arrancar do proprietário uma confissão sobre seu envolvimento com Pardal ou Camarão, ou se ele reconhecia Inês. Com a voz trêmula, entre gaguejos, ele nega conhecê-la e nega ainda que sua casa tenha servido de centro repressivo. Pressionado, admite ter cedido o imóvel a um grupo estranho, de aparência militar. Diziam-se meros cientistas, pesquisadores da Transamazônica... Inês o interrompe:

Eu quero falar. Eu não tenho a menor dúvida de que se trata do senhor Mário, que ia à casa para visitar, conversar com os torturadores, mantinha relações cordiais. Falou comigo algumas vezes, me deu chocolate uma vez, me ofereceu um pacotinho de chocolate. Me ofereceu em mãos. Eu não tenho a menor dúvida quanto a você.<sup>365</sup>

Há um corte no vídeo. Começa uma briga, talvez envolvendo alguém de uma das famílias. Outro corte. A última imagem, em preto e branco e chuviscada, é a da casa.<sup>366</sup>

Sabendo que jornal nenhum dá conta de uma vida nem de um acontecimento em toda a sua espessura, e tampouco funciona como simples representação da realidade que o cerca,<sup>367</sup> acredo valer a pena contar o caminho que levou à localização precisa do centro clandestino de Petrópolis. Para tecer essa narrativa, apoio-me em um conjunto variado de fontes: entrevistas, depoimentos publicados, correspondências e, principalmente, reportagens de jornais e revistas que, edição após edição, apuraram esse retorno de Inês à casa. Este movimento narrativo busca marcar, desde já, a extensão da publicização da denúncia de Inês e a centralidade da imprensa como elemento constitutivo dessa denúncia, iniciada nas manchetes em fevereiro de 1981. Duas frentes se delineiam. De um lado, é necessário ter em mente o papel da imprensa para compreender como o aparato de informações acompanhou, analisou e respondeu às graves denúncias de Inês e como, de súbito, a cobertura midiática se

<sup>365</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Gravação de 8 minutos sobre Inês em Petrópolis*. Petrópolis, 03 de fevereiro de 1981. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.14.14.

<sup>366</sup> *Ibid.*

<sup>367</sup> ARFUCH, Leonor. *La entrevista, una invención dialógica*. Buenos Aires: Paidós, Papeles de Comunicación, 1995, p. 136-139.

interrompeu. De outro, importa observar como a imprensa atuou enquanto elemento constitutivo do próprio relato de Inês, uma vez que tamanha difusão o “canonizou” ao reproduzir, quase na íntegra, o conteúdo do relatório de 1971 a cada nova publicação sobre o tema – isto é, penso que a imprensa emoldurou os contornos do centro de Petrópolis, o que era e como operou, em registro ainda hoje acionado, e manteve de lado elementos passíveis de acréscimo ao relato de Inês quando o assunto é o aparelho clandestino. A repercussão do relatório e das entrevistas de fevereiro e março de 1981 fixou o testemunho de Inês como referência para a compreensão do centro de Petrópolis. Ainda que sem consenso diante das versões dos agentes da repressão, o depoimento tornou-se incontornável e impôs-lhes o contínuo confronto com seu conteúdo, que buscaram deturpar, quando não simplesmente negar. Por ora, passemos à história da descoberta da casa.

\*\*\*

De início, ficaram na memória os nomes e os codinomes e as feições e os episódios da casa; só depois passaram ao papel. Havia ainda mais um detalhe: Inês reteve um número, 4090. Eram os quatro últimos dígitos de um telefone, ouvidos quando um dos agentes atendeu ao aparelho. “Esse foi o meu quebra-cabeça na prisão”, afirmou Inês: compreender a natureza daquele cativeiro privado, como ela o denominava, inclusive nas entrevistas de 1981, e descobrir sua localização.<sup>368</sup>

Dividindo a cela com outras presas políticas no presídio Talavera Bruce, a partir de 1972, Inês viveu em ambiente de acolhimento e afeto com companheiras de cela, mas também em ambiente bastante conflitivo com algumas das presas políticas ali encarceradas. As divergências e os embates cotidianos se davam em razão da organização interna, que incluía desde cobranças para que se fizesse um “balanço ideológico” da atuação como militante até a participação nos coletivos de presas, com suas hierarquias e seus códigos próprios no interior das celas. Os conflitos vinham também de algo mais áspero: algumas das companheiras de prisão acusavam Inês, baseadas numa suposta dedução lógica por ela estar viva, de ser uma delatora.<sup>369</sup>

<sup>368</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de fevereiro de 1981, edição 18.940, p. 7

<sup>369</sup> LEITE, Isabel Cristina. Fragmentos da vida de Inês Etienne Romeu: o encarceramento no presídio Talavera Bruce (1972-1979). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 16, 2019, p. 277-300.

Ao que tudo indica, na primeira metade dos anos 1970, os advogados e familiares de Inês acionaram a Anistia Internacional, então engajada na libertação de presos políticos e na redação de relatórios de denúncia a partir de testemunhos reunidos à época, a fim de dar lastro documental e visibilidade ao caso fora do Brasil. A organização cumpria o papel de divulgar no exterior as denúncias de tortura e tinha, como parte central de sua estratégia, a divulgação ampla à imprensa do conteúdo desses relatórios. Baseada em extensas investigações, assim como em questionários enviados a ex-presos políticos e depoimentos assinados, a Anistia Internacional, diante da recusa do governo brasileiro em autorizar missões de investigação, decidiu elaborar seu principal documento sobre o tema, o Relatório sobre as Acusações de Tortura no Brasil, publicado em setembro de 1972.<sup>370</sup> Tal documento, a mais extensa publicação da organização sobre o país, concluiu que a tortura era uma “prática padrão” e a “manifestação e o resultado necessário de um modelo político”, e não apenas fruto de “excessos individuais” de agentes repressivos.<sup>371</sup> Entre outros objetivos, a organização concentrava esforços em exigir libertações e em cobrar o esclarecimento, por meio de campanhas de visibilidade internacional, das circunstâncias de mortes e desaparecimentos de opositores políticos do regime ditatorial.<sup>372</sup> E, de fato, no fluxo de pedidos<sup>373</sup> e de cartas de protesto<sup>374</sup> remetidos a embaixadas e consulados brasileiros, lá estava o nome de Inês, alinhado às listas.

Em 1974, na sede londrina da organização, Sérgio Soares Xavier Ferreira deparou-se com o nome do primo numa dessas listas:

A primeira vez que ouvi falar no nome da Inês Etienne Romeu foi na Inglaterra, em 1974. Foi quando comecei a procurar ter notícias do meu primo, Carlos Alberto Soares de Freitas, preso em 15 de fevereiro de 1971. Entramos com *habeas corpus* e, como os *habeas corpus* daquela época, foi negado [...]. Nenhuma unidade militar reconheceu o *habeas corpus*, dizendo que ele não se encontrava preso em nenhuma dependência de quartéis. Bem, essa era a única notícia, uma não notícia para a família, até 1974. Para minha surpresa, quando o regime militar completava dez anos, a Anistia Internacional lançou um relatório sobre tortura no Brasil. Foi a primeira vez, para o meu choque, que vi algo escrito sobre o meu primo, e dizia que

<sup>370</sup> MEIRELLES, Renata. *Acender as velas já é profissão: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 116.

<sup>371</sup> *Ibid.*, p. 146.

<sup>372</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1964-1979)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 154-155.

<sup>373</sup> ARQUIVO NACIONAL. Encaminhamento n. DS/620, Divisão de Segurança e Informações, Ministério das Relações Exteriores, 1º de março de 1975. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, BR DFANBSB Z4.DHU, 0\_0043.

<sup>374</sup> ARQUIVO NACIONAL. Encaminhamento n. DS/1930, Divisão de Segurança e Informações, Ministério das Relações Exteriores, 16 de junho de 1976. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, BR DFANBSB Z4.DHU, 0\_0034.

ele foi morto, junto com uma lista de 100 pessoas mortas sob tortura. Na parte do Carlos Alberto, o relatório terminava com a frase “Inês Etienne Romeu testemunhou a sua morte”. Eu fiquei espantadíssimo [...].<sup>375</sup>

Inês e Sérgio se conheceram apenas em setembro de 1978 e, daí em diante, estreitaram laços de uma amizade duradoura, enquanto ela ainda cumpria sua pena. Os dois trocaram informações sobre a vida e sobre as circunstâncias do desaparecimento de Carlos. E, ao longo dos anos, trocaram cartas, diga-se de passagem, na maior parte das vezes bem-humoradas, a julgar pelas respostas de Sérgio; mas também marcadas por desabafos e pedidos de desculpas em eventuais brigas entre os dois. A Sérgio, ela ainda revelou outros detalhes, com o propósito de identificar o endereço do imóvel em Petrópolis.

De acordo com Sérgio, a investigação partiu de pistas que a própria Inês lhe deu na prisão. Com o sobrenome Lidders e os dígitos do telefone, ele foi a campo e solicitou o auxílio do repórter Antônio Henrique Lago, da *Folha de S. Paulo*, que, em janeiro de 1979, havia realizado uma reportagem em conjunto com a jornalista Ana Mascia Lagôa sobre a montagem e o uso de aparelhos clandestinos pela repressão.<sup>376</sup> Com a pista em mãos, Sérgio e Lago vasculharam as listas telefônicas e, do cotejo entre número e assinante, surgiu o nome Mário Lidders.<sup>377</sup>

Para eliminar homônimos, Sérgio pediu ao irmão, então servidor do Ministério da Fazenda, que verificasse, no recém-criado CPF, se havia outro igual no país. Não havia. De posse disso, voltou à prisão com a notícia de que a casa ficava em Petrópolis e o titular da linha era Mário Lidders. Restava confirmar o lugar.<sup>378</sup> Com aval editorial, Lago subiu a serra com a equipe, como quem preparava uma matéria de turismo e aluguel de casas. Na Rua Arthur Barbosa, o carro “enguiçou” de propósito, tempo suficiente para colher imagens da fachada e do entorno. De volta ao Talavera Bruce, Inês confirmou a localização com base nos indícios reunidos.<sup>379</sup> Era o momento de preparar a denúncia.

<sup>375</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Depoimentos dos familiares e amigos de Inês Etienne Romeu. Rio de Janeiro, 25 de março de 2014, vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MCxW3W0Qu9w&list=PL9n0M0Ix12jeKLaSbfZSrE-594O6Ey5iL&index=5&t=81s>. Acesso em: 9 mar. 2024.

<sup>376</sup> Informação colhida a partir de uma entrevista de Sérgio Ferreira, concedida primeiramente ao repórter Chico Otávio, d’O Globo, em 2011, portanto muitos anos após os acontecimentos que culminaram na descoberta da casa, e posteriormente corroborada no livro biográfico sobre Carlos Alberto Soares de Freitas. CHACEL, Cristina. *Op. cit.*, p. 132-134.

<sup>377</sup> LEITE, Isabel Cristina. *Op. cit.*, 2019, p. 452.

<sup>378</sup> CHACEL, Cristina. *Op. cit.*, p. 86-87.

<sup>379</sup> COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS. Depoimento de Antônio Henrique Lago. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018, áudio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ailHrNVddsU&list=WL&index=20>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Antes de seguir, faço um desvio para me demorar sobre a dita reportagem de 1979. Valem, aqui, algumas linhas para analisá-la, pois ela parece descortinar como a grande imprensa operou, àquela altura das discussões sobre a anistia, como meio preferencial de disputa e, por extensão, de construção discursiva sobre o que eram os centros clandestinos, como se constituíram e para que finalidades serviam.

Baseada numa entrevista concedida sob anonimato pelo então coronel Adyr Fiúza de Castro,<sup>380</sup> a reportagem propunha-se a avaliar o saldo e o futuro incerto das “forças de segurança” após a revogação do Ato Institucional n.º 5, em outubro de 1978. O tom empregado pelo militar, por trás do requinte de uma avaliação autocrítica, era de louvor à atuação das Forças Armadas no combate aos “terroristas”, embora reconhecesse “excessos” pontuais e individuais em alguns setores, a serem firmemente rechaçados. A entrevista, entretanto, representava mais do que a posição isolada de um único militar, era sinal de ânimos inquietos da caserna: resultado de um esforço de recomposição de legitimidade do Exército, em meio às críticas ainda elencadas pela mídia, fortalecidas após os assassinatos sob tortura de Herzog e de Fiel Filho<sup>381</sup> e, destacadamente, de uma tomada de posição em meio às disputas em torno da construção dos projetos de anistia. Àquela altura, tratava-se de uma linha de argumentação sedimentada no debate público, apta a defender, ao mesmo tempo, os motivos que levaram os militares a intervir na vida política nacional e os meios empregados, em ambiente conflitivo, para impedir que grupos de esquerda tomassem o poder. Produzia-se, assim, uma confusão entre a independência operacional das equipes de repressão e a autonomia relativa das suas ações em relação à cadeia de comando.<sup>382</sup> Em sintonia com os quartéis, o discurso de Fiúza buscava esvaziar o caráter sistemático e organizado da repressão política e delegava aos operadores das pontas, ou seja, aos subalternos, os eventuais desvios de percurso.

Além da justificativa de realizar um “necessário balanço dessa história” de maneira pública, mesmo sob o signo do anonimato, com as discussões sobre projetos políticos de anistia às voltas na sociedade, havia outra motivação, a de aclarar em que circunstâncias e de que forma as Forças Armadas foram mobilizadas para enfrentar inimigos que, como ele

<sup>380</sup> Conforme Lago, em 1978 o coronel Adyr Fiúza procurou-o e a Ana Lagôa, disposto a conceder entrevista acerca do funcionamento pretérito do aparelho repressivo. Interessante notar, mais uma vez, como tais agentes fazem da imprensa a via preferencial privilegiada para dar declarações e sustentar versões, sob a aparência de esclarecimento num tema sensível e pela falta de alternativas informativas. *Ibid.*, 2018, áudio.

<sup>381</sup> CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012, p. 196-204.

<sup>382</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História, vol. 24, n. 47, 2004, p. 35-36. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>. Acesso em: 5 mai. 2024.

próprio colocou na entrevista, ameaçavam a ordem imposta.<sup>383</sup> Para Fiúza, assim como para o restante da caserna, garantia ele, a guerra continuava, embora agora assumisse novas formas. Não pelas armas, naquele momento, mas através da propaganda, voltada à opinião pública, contra as instituições militares.

[...] Pelo lado dos vencedores restou uma gama de reações “que [vão] desde o alheamento total ao processo político até a raiva contida em juramentos de morte, como o de um militar ferido seriamente em combate que espera dia após dia a volta daquele que lhe deu o tiro na virilha”, conforme afirmou uma fonte militar. “É cedo para o acerto de contas – dizem alguns – pois a batalha final ainda não foi ganha pela esquerda, que ainda não está no poder de onde poderia cobrar o que [lhe] foi feito”. **Mas não negam que o acerto virá e para ele se preparam, vazando desde já detalhes de como as Forças Armadas atuaram nessa guerra.** “Este acerto, inclusive, tende a vir não em função de um confronto ideológico, mas sim pela própria consciência de justiça da sociedade, respaldada pela possibilidade aberta no projeto de reformas do presidente Geisel de uma ação mais independente do Judiciário”, dizem as fontes militares.<sup>384</sup>

Daí, a entrevista serve também como resposta mais ampla às denúncias de torturas, mortes e desaparecimentos formuladas por familiares das vítimas, por movimentos pela anistia e por organizações de direitos humanos no exterior. Mas há de se sublinhar que essas denúncias foram formuladas bem antes do conturbado ano de 1979. O exílio, por exemplo, era concebido pelos militantes como tempo e lugar propícios para promover denúncias contra a ditadura, como propõe Denise Rolleberg, porque lhes garantia a sobrevivência física e a liberdade de atuação política.<sup>385</sup> As campanhas de denúncia ganharam maior repercussão na imprensa internacional em função de diversos episódios, desde a chegada ao exterior de presos políticos, trocados nas ações de sequestro de embaixadores, até a realização do Tribunal Bertrand Russell II, em novembro de 1973, ocasião em que se julgaram os crimes da ditadura militar no Brasil e em outros países latino-americanos, a fim de chamar a atenção da opinião pública internacional.<sup>386</sup> Frente às contundentes denúncias, uma das prioridades centrais dos militares era conter a divulgação de informações negativas sobre o Brasil no cenário internacional, pois entendiam que as atividades dos exilados visavam “constranger” e “prejudicar a imagem” do governo. A vigilância sobre o tema era intensa e incluía a

<sup>383</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 28 de janeiro de 1979, edição 18.197, p. 6-7.

<sup>384</sup> *Ibid.* [Meus grifos].

<sup>385</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre radares e raízes*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 229-230.

<sup>386</sup> *Ibid.*, p. 233-236.

interceptação, violação e reprodução de correspondências, assim como a produção e disseminação de uma propaganda doméstica a favor do governo.<sup>387</sup>

Em 1979, tais denúncias ocupavam e se intensificavam nos discursos de parlamentares, panfletos e manifestos, livros e jornais, e compunham o repertório de reivindicações voltadas à construção de um projeto de anistia.<sup>388</sup> À medida que a mobilização pela anistia se adensava, firmou-se a insígnia “ampla, geral e irrestrita”, e a ênfase deslocou-se para a pauta dos direitos humanos, inclusive o esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos políticos.<sup>389</sup> Assim, em face da intensificação das mobilizações pela anistia, uma das prioridades do governo era impedir a difusão de denúncias de tortura, morte e desaparecimentos de opositores. Se as esquerdas estavam dispostas a servir-se da imprensa enquanto instrumento para denunciar a violência ditatorial e “acertar as contas”, para se “vingarem”, como propunha Fiúza, os quartéis não poderiam ficar à mercê da situação – e o confrontamento e a disputa pela opinião pública também se articulariam nas páginas dos jornais, com a finalidade de neutralizar o “revanchismo”, como o chamavam, e de evitar a reescrita do passado recente tão somente sob a ótica dos “derrotados”, mantendo a versão dos “vencedores” como salvaguarda da instituição militar no conturbado processo de transição.

No trecho acima, na entrevista de Fiúza, chamo a atenção para o emprego do verbo “vazar”, cuja escolha parece tocar na tensão entre o diagnóstico do problema e a motivação subjacente na fala do coronel. “Vazar”, nesse sentido, sugere que eles cometiam uma indiscrição ao transpor para o espaço público aquilo que se desejava manter sob sigilo e nas sombras, ou que deveria manter-se silenciado para que o processo de transição política, iniciado sob as supostas benesses do governo Geisel, transcorresse sem sobressaltos ou impedimentos. Ou ainda, o que me parece mais condizente com o propósito da entrevista, procurava-se qualificar como enganoso o próprio ato de denunciar – em outras palavras, “vazar” seria oferecer ao público informações mentirosas sobre o funcionamento das unidades das “forças de segurança”. Nesse quadro, aos olhos de Fiúza, impunha-se, portanto, como atitude inadiável repor à memória pública o cenário e as formas pelas quais os militares conduziram o combate aos chamados “terroristas”.

<sup>387</sup> FAGUNDES, Pedro Ernesto. Repressão sem fronteiras. Os Movimentos pela Anistia: Brasil e Europa (1960-1970). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 38, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180315382023e0101>. Acesso em: 20 out. 2025.

<sup>388</sup> RODEGHERO, Carla. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 175.

<sup>389</sup> RODEGHERO, Carla; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana (Orgs.). *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011, p. 145-146.

Entre tantos exemplos, explicações e pormenores elencados por Fiúza sobre o funcionamento da repressão, interessa-nos sobretudo aquilo para o que, muito provavelmente, Inês e Sérgio voltaram a atenção. No trecho a seguir, contudo, surpreende que já tenhamos passado pelas justificativas construídas, sobretudo quando o militar explica por que, naquele momento, se considerou necessária a instalação de aparelhos clandestinos:

[...] “Depois de 1969, o CIE acabou por extrapolar sua destinação inicial e passou a agir diretamente em todo o País. Seus agentes, assim como os do Cisa e do Cenimar, eram mobilizados para qualquer tipo de ação, quer fosse coleta de informações, quer fosse atividade de combate.” [...] **A partir de casas onde funcionaram aparelhos de esquerda “estourados”, essas agências (Cisa, Cenimar e CIE) começaram a instalar seus próprios aparelhos, secretos, clandestinos, espalhados e organizados nos mesmos moldes daqueles aos quais combatiam – acrescentam as fontes.** Nesses aparelhos da repressão se passavam as fases mais duras dos interrogatórios. Muitos depoimentos de ex-prisioneiros dão conta de que as pessoas presas eram levadas para esses aparelhos encapuzadas [sic] e podiam passar até meses, transferidas de um aparelho para outro, sem saber se estavam nas mãos do CIE, do Cenimar ou do Cisa. [...] Mais que seus colegas de outras agências, os agentes do Cenimar atuam em rígido sigilo, sabendo-se ainda que em cada navio brasileiro há um agente desconhecido do próprio comandante. Também são atribuídos ao Cenimar casos em que pessoas foram sequestradas e levadas para interrogatório em locais secretos – também chamados aparelhos – e depois soltas sem maiores esclarecimentos.<sup>390</sup>

Assiste-se, outra vez, à retórica do “espelhamento” no termo “aparelho”, que desloca sua referência própria para longe da doutrina contrarrevolucionária, como argumentei no capítulo anterior. Aqui, porém, a justificativa para a forma de instalar os centros clandestinos ganha novo delineamento. Para além da confusão, em nível lexical, envolvendo a palavra “aparelho”, o militar lança mão da ideia de que os mesmos espaços utilizados por grupos de esquerda eram “estourados” e, a partir disso, apropriados para servir de armas contra os próprios “terroristas”, como se se tratasse de lugares reconquistados ou reabilitados, trocando-se apenas o sinal de quem ali seria preso. A ideia, forjada nos vieses da atuação da desinformação, sustenta que o aparato repressivo teria atuado de modo *reativo*, tão somente se adaptando ao modo de operar das organizações das esquerdas armadas. As guerrilhas seriam a causa e a repressão, a consequência. Para sustentar tal construção causal, o militar recorre a um achatamento semântico e a imprecisões vocabulares, de modo a fabricar a aparência de simetria entre grupos e forças distintas,<sup>391</sup> recurso central na construção desinformativa do “efeito espelho”.

<sup>390</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 28 de janeiro de 1979, edição 18.197, p. 6-7. [Meus grifos].

<sup>391</sup> CONFINO, Hermán; GONZÁLEZ TIZÓN, Rodrigo. *Anatomía de una mentira: quiénes y por qué justifican la represión de los setenta*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2024, p. 170-171.

Penso que evocar os centros clandestinos, como elemento retórico para explicar e disputar essa memória da fase mais violenta da atuação repressiva, não seja mero acaso. Justamente por se tratar de um dos pontos mais complexos e sombreados que compõem a malha repressiva, pretendia-se construir uma versão dos acontecimentos conveniente àquilo que, ali, num jornal de grande circulação, Fiúza queria fixar como a “história da repressão”, expressão que dava título à reportagem. A ideia que orienta essa operação discursiva é montar uma versão segundo a qual as casas clandestinas “imitariam” a esquerda, para não admitir que a repressão, como sistema, operava para além da própria legalidade de exceção. Na visão do militar, se, de fato, houve torturas, mortes e desaparecimentos – “as fases mais duras do interrogatório” –, eles teriam se passado nesses lugares isolados e desconhecidos, e não em unidades capazes de evidenciar o caráter sistemático e abrangente que amparava o funcionamento da repressão, o que contrasta intensamente com a proposição de que o centro de Petrópolis funcionava como um ponto tático no interior da malha repressiva. É como se os “momentos mais duros” dos interrogatórios estivessem apenas pontilhados aqui e ali nas cidades, proliferados ao ritmo dos “estouros”, da reconquista das pensões e dos apartamentos.

Outro ponto de evidência está no fato de Fiúza responder, ainda que indiretamente, às denúncias de pessoas transferidas para essas unidades clandestinas, que, naquele contexto, as levavam ao público. É importante sublinhar que a denúncia a que ele potencialmente se refere, assim como a dos repórteres que o entrevistam, não é a de Inês, formulada alguns anos depois, mas outra. Qual seria essa denúncia? Quem a formulou? A qual centro ele se referia? Teria apenas mencionado, de modo genérico, os aparelhos clandestinos? Nesse quadro, o livro redigido por Antônio Carlos Fon, com seu subtítulo *A história da repressão no Brasil*, resulta de uma articulação entre reportagens investigativas e relato testemunhal e se deixa ler como uma resposta possível às minhas questões, ainda que incerta.<sup>392</sup> Publicado no calor dos debates de 1979, quando o governo Geisel iniciava o desmantelamento do aparato repressivo, o volume consagra um breve capítulo à análise de um aparelho clandestino da repressão – o único momento em que tais unidades aparecem nomeadas no livro. Não se trata da casa de Petrópolis, mas da Fazenda 31 de Março, então sob o comando do delegado Fleury, que o autor descreve como “um campo de concentração clandestino”, qualificado como “illegal” e que “servia para [o DOPS] sonegar informações sobre presos aos militares do CODI-DOI”.<sup>393</sup>

<sup>392</sup> FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

<sup>393</sup> *Ibid.*, p. 40-42.

Para além desse livro, confesso que, apesar de ter buscado com afinco essas outras denúncias na grande imprensa, não encontrei registros que remetessem às respostas do militar. Penso que tais denúncias talvez tenham ficado restritas a encontros e manifestações do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) – como o livro de Fon, que fora publicado sob o selo da entidade –, ou de organizações internacionais, ou ainda a periódicos de menor circulação e, a partir daí, tenham sido citadas na reportagem com Fiúza.<sup>394</sup> Isso me leva a crer que não alcançaram a amplitude da denúncia de Inês sobre o centro de Petrópolis. Aí se delineia a diferença substantiva entre as denúncias que presumo e as de Inês. Ora, para que esse alcance se produzisse, para que se precisasse o que era aquele lugar e se o identificasse com segurança, seria necessário traçar uma cuidadosa estratégia.

Inês saiu da prisão em 30 de agosto de 1979. Não por ter sido anistiada, mas em decorrência da readequação da sua pena. Última presa política a deixar o cárcere naquele ano, saiu sob liberdade condicional – o perdão da lei não lhe foi concedido, uma vez que, no enquadramento da Lei de Segurança Nacional (LSN), havia sido condenada por assalto a uma loja de câmbio e por sequestro, no caso do ex-embaixador suíço, crime excluído da Lei da Anistia.<sup>395</sup> Em seguida, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, protocolou o relatório de 1971, que daria sustentação jurídica à denúncia pública. Ainda assim, não era o momento de efetivá-la, levá-la ao público, talvez devido a tamanho clima de suspeição e ânimos tão incertos. Ou, ainda, poderíamos imaginar, por cansaço, por causa dos esforços contínuos e sem tréguas, depois de tantos anos de passagens por prisões, sessões e mais sessões de julgamentos e experiências de perda. Talvez também avaliasse que era hora da tomada de novos rumos. Ela decide-se por se afastar do Rio e de São Paulo e vai para Fortaleza, morar com uma de suas irmãs. Lá, dá continuidade ao curso de História,

<sup>394</sup> Em 2018, diante da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, Antônio Lago relatou que Adyr Fiúza de Castro, ao longo de centenas de encontros com repórteres, mencionou a participação do CIE, na figura de seus agentes, no centro de Petrópolis e em outros aparelhos clandestinos. Segundo Lago, houve outra denúncia sobre o uso desses aparelhos, publicada no *Jornal da Tarde* antes de janeiro de 1979, relativa a Nilson Amorim de Miranda, dirigente do PCB, ex-prisioneiro transferido e mantido numa casa clandestina, sequestrado pelo DOI-Codi de São Paulo em 1975. Não localizei, nesse jornal nem em outros que tive acesso, menção que confirmasse essa afirmação. O pouco que hoje se sabe sobre o caso de Nilson Miranda, envolvendo as casas clandestinas de Itapevi e do Ipiranga, foi apresentado por Marival Chaves em entrevista à revista *IstoÉ* no início dos anos 2000 e reiterado em declarações à CNV em 2014. Cf. COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS. Depoimento de Antônio Henrique Lago [...]. *Op. cit.*, 2018, áudio.

<sup>395</sup> GRECO, Heloísa Amelia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005, p. 319-320.

interrompido em 1967.<sup>396</sup> “Era como se estivesse chegando em outro planeta. Tinha dificuldade até para atravessar a rua”,<sup>397</sup> recordaria mais tarde, numa entrevista.

Passou o restante de 1979. Os primeiros meses da nova década também se escoaram – e ainda não. Sabemos que Inês nunca esteve sozinha nessa jornada. Do maço de cartas trocadas entre Inês e Sérgio interessa, sobretudo, uma que registra a estratégia em construção, com seus impasses, dificuldades e riscos, até a denúncia tornar-se pública. Em Fortaleza, Sérgio mantinha Inês atualizada dos caminhos então aventados.

Rio, 19/9/80

Querida! Paixão da minha vida!!

Começo tentando disfarçar minha tristeza...

Estamos (você principalmente!) tentando pendurar o cabide mas tá difícil... Vou fazer o relato mais fiel possível: cheguei por volta da 17:00 na OAB e naquela famosa sala encontro Nilo [Batista] despachando uma pá de documentos junto com a “mocinha”. Primeiro fico em pé e em vez de quando o Nilo se dirige a mim [...]. “Você já tá sabendo o quadro... não tá...”. [...] Saímos da OAB e no caminho o Nilo começou a fazer uma análise da conjuntura pela ótica da Ordem. Segundo ele a Ordem sendo uma entidade conservadora jamais poderia ser atingida da maneira que ela foi com o atentado. [...] Então com a bomba, segundo Nilo, Eduardo [Seabra Fagundes] deu uma “recuada”. [...] A Leonor disse que o problema não era a credibilidade da Inês que estava em jogo. [...] Ela diz que ninguém duvida de você, mas o problema é o “como fazer” a coisa. Ela acha que precisa-se amadurecer a coisa de “como” fazer resguardando a entidade, as implicações que isto acarreta + as repercussões etc... [...]”<sup>398</sup>

Nada estava dado. As saídas eram incertas, quando não arriscadas. Após enumerar e detalhar as muitas estratégias que poderiam tomar, ele fecha a carta com uma despedida demorada e, diante do quadro incerto, presumia e solicitava uma resposta da amiga:

[...] Inês, aqui vai minha humilde opinião: eu acho que tentamos tudo, você passou no “teste” com os liberais, conseguiu que a Ordem te ouvisse e assumisse seu caso [...]. Mas a conjuntura política mudou, o atentado terrorista causou medo (que é natural) e impôs seus limites. [...] Temos que pensar outras formas que possam resultar na melhor repercussão possível dentro dos limites da conjuntura. [...] Aguardo tua decisão, e não esmoreça nem desanime, se a coisa no ano passado era 100% agora pode ser que seja 80%, mas mesmo assim é muito importante, tantas mortes e sofrimentos não podem ficar encobertos, creio que a morte da D. Lyda [Monteiro] e de todos os companheiros será resgatada em parte com a tua denúncia.

[...]

Beijos e mil abraços.

Sérgio.<sup>399</sup>

A referência de Sérgio incidia sobre a morte de Lyda Monteiro, secretária da OAB fluminense e, coincidentemente, também responsável pela datilografia do relatório de Inês. O

<sup>396</sup> COMISSÃO DE ANISTIA. Inês Etienne Romeu. Recurso 2002.01.08787, volume 1, fl. 3-4.

<sup>397</sup> A ÚNICA [...], *Op. cit.*, p. 7.

<sup>398</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Carta assinada por Sérgio em papel timbrado [...].* Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1980. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.33.78.

<sup>399</sup> *Ibid.*

episódio dá tanto o vislumbre da articulação entre vidas, entre o acontecimento singular e o coletivo, compartilhado, quanto a medida do clima de tensão vivido pelos envolvidos no caso de Inês e dos riscos ostensivos do pós-Anistia, período em que se acirraram os atentados terroristas organizados por agentes dos órgãos de repressão. Das bombas lançadas em bancas que vendiam periódicos da imprensa alternativa em todo o país a ataques a entidades como a OAB, naquele ano ocorreram vários atentados, cujos autores integravam um grupo de extrema-direita composto por oficiais do Exército, agentes do CIE, do DOI-Codi paulista e do SNI, além de policiais e civis, descontentes com o projeto de abertura política da ditadura. O objetivo das ações terroristas era criar um clima de instabilidade política e produzir pânico e insegurança na população – muitas pessoas passavam a temer os rumos que a distensão política tomaria.<sup>400</sup> E, sobre a participação de militares nos grupos da direita explosiva em ação à época, um parêntese interessante: segundo as apurações levadas a cabo pelos pesquisadores da CEV-Rio, Freddie Perdigão, que havia servido no CIE e também no aparelho de Petrópolis, teria sido o comandante responsável pela ação da carta-bomba que vitimou Lyda Monteiro.<sup>401</sup> Além dele, José Luiz Coelho Neto, então subchefe no gabinete do CIE na ocasião em que a casa estava em pleno funcionamento, também foi elencado no relatório como um dos integrantes da chamada Operação Cristal, responsável pelos atentados terroristas ocorridos no início de 1979, numa tentativa de sabotar a política de transição em curso.<sup>402</sup> Isso aponta, se não para uma confirmação categórica quanto à participação desses agentes, em decorrência da escassez de dados, ao menos para a possibilidade de ter havido uma ligação entre membros do CIE e os atentados a bomba no Rio.

E, mais uma vez, chegava-se à mesma conclusão, agora por motivos diferentes: ainda não era tempo da denúncia. Seguiram-se meses de uma espera laboriosa.

Só em 1981, quando decidiram acionar as famílias dos desaparecidos em Petrópolis e retomar a articulação com novas entidades, concluiu-se que o quadro mudara. Pareceu mais seguro refazer o trajeto até a casa. Àquela altura, mesmo sem o devido respaldo, Inês e Sérgio comunicaram à Ordem que a ida aconteceria e se daria exclusivamente com os familiares, se assim fosse necessário. A estratégia funcionou, e a entidade decidiu enviar um representante para compor o comboio, a fim de reconhecer o lugar. Estavam ali, além de Inês, Sérgio e Lago, advogados e repórteres, os familiares de Mariano, Aluizio, Heleny e Ivan Mota Dias. E ela, Inês, perguntou, com o rosto momentaneamente projetado nas lentes escuras de Lodders:

<sup>400</sup> CHIRIO, Maud. *Op. cit.*, p. 172-174.

<sup>401</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-RIO, 2015, p. 231.

<sup>402</sup> *Ibid.*, p. 395.

“Você está me reconhecendo?”. Aqui, também somos nós que retornamos ao mesmo ponto. A repetição, contudo, implica diferença – não se duplica sem outro tom ou contorno. Em torno desse novo itinerário à serra gravitam as imagens dos militantes encapuzados, a subida de Lobo com sua maleta, as palavras intimidadoras de Fiúza, as cartas trocadas, as bombas, os impasses interpostos pela Anistia. E os próprios desaparecidos.

Frente à presença massiva da comitiva, Lodders logo acionou as autoridades e foi escoltado à delegacia da cidade. Após a abertura de uma ação cível declaratória contra o antigo proprietário, os dois advogados de Inês seguiram para o local. Ali, presenciaram uma conversa telefônica entre o delegado de plantão e um segundo delegado, Luiz Cláudio de Azeredo Vianna, lotado em outra unidade. A preocupação dele era saber o que ocorreu mais cedo, em Caxambu.<sup>403</sup> Na casa, Vianna era conhecido pelo codinome Laurindo e responsável por atender às ligações provenientes da delegacia à qual prestava serviço.<sup>404</sup> Já o ex-comandante Ayres da Motta negava ter firmado qualquer contrato de aluguel com o dono e dizia que “as informações do senhor Mário Lodders são loucas”. Em sua escusa, disse ter chegado ao imóvel apenas em 1973, quando o comprou para o filho recém-casado. Tinha como prova, inclusive, uma fotografia da neta, brincando com uma casa de bonecas diante da lareira.<sup>405</sup>

Esse episódio de negativas ocorreu em 3 de fevereiro de 1981. Dois dias depois, no dia 5, a comitiva seguiu para Copacabana. “Dr. Lobo, acho que conheço o senhor [...]”<sup>406</sup> Ao contrário do proprietário, Lobo não negava conhecer Inês, tampouco ter ido a Petrópolis para atendê-la e a outros presos. Recusava-se, isso sim, a ser reconhecido como torturador. Segundo ele, apenas cumpría ordens de seu superior hierárquico, o coronel Agenor Francisco Homem de Carvalho, responsável pelo comando do 1º BPE, no Rio de Janeiro, de março de 1971 a abril de 1974.<sup>407</sup> Caso alguma culpa por sua atuação em Petrópolis devesse recair em alguém, deveria dirigir-se à estrutura que sustentava o aparelho clandestino, e não a um de seus executores, obediente às regras da farda. Homem de Carvalho, por sua vez, negou, diante

<sup>403</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de fevereiro de 1981, edição 18.940, p. 7.

<sup>404</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu. Op. cit.*, 18 set. 1971.

<sup>405</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Relatório da viagem à cidade de Petrópolis*, 13 de março de 2014. Fundo da Comissão Nacional da Verdade, BR RJANRIO CNV.0.VDH, 00092002173201494.

<sup>406</sup> REVISTA ISTÓÉ. 11 de fevereiro de 1981, n. 216, p. 12-13.

<sup>407</sup> Acredito que a associação entre o DOI do Rio e o aparelho de Petrópolis tenha sido construída, em várias reportagens, a partir da posição funcional de Lobo, que transitava entre ambas as unidades. Fruto dessas apurações, a partir de fevereiro de 1981, parcela da imprensa passou a apelidar o centro clandestino de “Códão”. Interessa notar como a historiografia recente repete a expressão sem maior exame crítico. Não descarto a possibilidade de vínculos operacionais táticos entre os dois órgãos; o problema do uso indiscriminado desse rótulo, a meu ver, é que ele acaba por eclipsar um dado central: o aparelho de Petrópolis pertencia ao CIE e por ele era operado. Cf. GASPARI, Elio. *Op. cit.*, 2002, p. 389-390.

dos microfones e gravadores, a existência dessa ordem e afirmou: “Se existiu, a ordem só poderia ser dada pelo comandante do DOI-Codi”.<sup>408</sup> Questionado sobre quem era, naquela época, o outro comandante, disse não se recordar: “[...] Não posso particularizar, corro o risco de estar cometendo uma grande injustiça”.<sup>409</sup>

Aquela foi, pelo menos, a segunda denúncia enfrentada por Lobo. A primeira ocorreu em 1973, quando a revista argentina *Cuestionamos* publicou uma tradução, transcrita do jornal clandestino do PCB, *Voz Operária*, relatando a atuação do tenente-médico como auxiliar nas torturas ocorridas no DOI-Codi do Rio.<sup>410</sup> O fac-símile do jornal argentino permite ver que o artigo denunciava a atuação e as orientações do tenente-médico Lobo nas sessões de tortura, assim como a do coronel Adyr Fiúza, então comandante do mesmo centro entre 1972 e 1974.<sup>411</sup> Essa primeira denúncia, à época, resultou em representação encaminhada à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, da qual ele participava. Mesmo sob graves suspeitas, seus pares barraram a investigação e ele continuou a clinicar em um consultório à beira-mar.<sup>412</sup> Se a primeira denúncia se restringiu a poucos jornais clandestinos da esquerda e ao círculo da Sociedade, a conduzida por Inês, em 1981, tomou grandes proporções.

Diante do retorno de Inês à casa, parte da imprensa tentava traduzir o episódio em chamadas um tanto quanto alegóricas: “mansão das torturas”,<sup>413</sup> “antro dos torturadores”,<sup>414</sup> “casa da morte”. A despeito dos tons sensacionalistas, foi sobretudo nas páginas dos jornais que se constituiu o espaço privilegiado de articulação da denúncia – campo em que se disputavam versões e sentidos políticos daquele acontecimento. Manchetes e capas, da grande imprensa aos folhetos de Petrópolis, ressaltaram as declarações de Inês; não raro, as colunas sobre os encontros com Lodders e Lobo saíam lado a lado. Repórter por repórter, abriram-se frentes de apuração para reconstituir a trajetória da antiga integrante da VPR, localizar os agentes por ela denunciados e identificar o novo inquilino do imóvel. A cada página surgiam

<sup>408</sup> JORNAL DO BRASIL. 7 de fevereiro de 1981, edição 303, p. 4.

<sup>409</sup> *Ibid.*

<sup>410</sup> O serviço de informações da Aeronáutica foi o órgão responsável por confeccionar a informação e difundi-la ao SNI, a pedido deste, em fevereiro de 1981, sobre a primeira denúncia de Lobo na imprensa estrangeira. O acesso ao exemplar do jornal *Voz Operária*, correspondente à denúncia, e a consequente anexação de sua página à informação, devem-se ao estouro de um aparelho e prisão de um membro do MR-8, em março de 1979. ARQUIVO NACIONAL. Informação n. 0041, Centro de Informações da Aeronáutica, Ministério da Aeronáutica, 18 de fevereiro de 1981. Fundo Centro de Informações da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0, 0.33290.

<sup>411</sup> *Ibid.*

<sup>412</sup> *Ibid.*

<sup>413</sup> TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, 4 de fevereiro de 1981, n. 90, p. 9.

<sup>414</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Jornal Hora do Povo*, 13 a 20 de fevereiro de 1981, s/n. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.58.1/83.

novos personagens, alternavam-se acusações e negativas, multiplicavam-se versões sobre a descoberta do endereço, sempre variáveis conforme o interlocutor.

Entre as muitas reportagens, merecem destaque alguns dos editoriais que as acompanharam. Mais que simples comentários às notícias, tais peças funcionavam como elementos do projeto editorial do periódico, peças de articulação que ofereciam uma costura interpretativa da denúncia. Em alguns casos, falaram com a voz institucional do jornal; em outros, pela caneta de seus colunistas e colaboradores. Longe de intencionar uma leitura totalizante dos jornais, alguns exemplos dessa investida semântica podem ser observados nos editoriais da *Folha*, uma das representantes da grande imprensa brasileira à época.<sup>415</sup>

O primeiro editorial, datado de 7 de fevereiro, reclamava uma resposta:

A descoberta de um aparelho de tortura de presos políticos, no Rio, reaviva o pesadelo dos tempos ominosos da ditadura dos atos institucionais, em nosso País. **Os torturadores estão soltos e possivelmente cruzamos com eles, a cada instante, nas ruas, nos supermercados, nos cinemas e campos de futebol, sem sofrerem qualquer sanção, em respeito ao princípio da anistia recíproca. Ainda hoje se discute se esta solução foi politicamente acertada.** Os que a defendem, alegam que a organização das torturas era tão poderosa que foi preciso evitar o revolvimento do passado, para que o processo de abertura pudesse chegar a bom termo. **Graças a isso, os torturadores circulam impunemente, protegidos pelo mimetismo social, enquanto diversos inocentes talvez figurem entre suspeitos de envolvimento com a tortura.** [...] Não se exclui a possibilidade de que Figueiredo haja pensado, também, na indispensável revisão de leis herdadas de governos anteriores, como a legislação de imprensa e da segurança nacional. **A manutenção desses diplomas, num governo que se propõe a efetivar a democracia no País, constitui injustificável paradoxo. Um e outro, comparados com os resultados da anistia, criam situações anômalas e francamente antidemocráticas.**<sup>416</sup>

Um segundo editorial, em 10 de fevereiro, criticava a ausência de providências no esclarecimento do aparelho:

Nenhum inquérito oficial foi aberto, ao que se saiba, para dar sequência às comprovadas denúncias feitas por Inês Etienne [...]. **Em poucos dias, assim, as autoridades receberam a ponta de uma fileira que lhes seria fácil puxar, se o quisessem. Nada indica estarem interessados nisso e, com muita probabilidade, alguns altos chefes de agora participaram diretamente da trama quando dirigiam o Doi-Codi, pois é mais do que claro que homens do segundo escalão não poderiam ter autoridade tamanha, para alugar e utilizar peças fora do sistema regular.** [...] A dificuldade de identificar culpados e de apurar toda a extensão dos crimes está, exatamente, na autoproteção do aparelho. Os membros da confraria não são colegas, mas cúmplices. [...] **E essa solidariedade é tão grande**

<sup>415</sup> Entendo por grande imprensa aqueles periódicos dotados de estrutura empresarial consolidada, ampla tiragem e visibilidade pública, que se constituem como veículos de grande penetração social e comercial. A categoria remete, desse modo, à posição que tais jornais e revistas ocupam no campo de disputas, assumindo-se como porta-vozes autorizados e articuladores de uma agenda nacional, sobretudo no que diz respeito ao campo político. Cf. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto His-tória*, São Paulo, n. 35. dez. 2007, p. 261-264.

<sup>416</sup> “Imprensa e anistia”. Assinado por R.A.L. [Romildo Alves Lima]. FOLHA DE SÃO PAULO, 7 de fevereiro de 1981, edição 18.938. [Meus grifos].

**que as investigações sobre os atentados terroristas de inspiração direitista pararam, todas, quando se aproximaram do alvo.** Do ponto de vista jurídico, a extensão da anistia, tanto aos réus como às vítimas [...], poderá tornar sem maiores efeitos a identificação dos culpados, pois os cadáveres das vítimas foram quase sempre sumidos. [...] **Finalmente, a revelação de Petrópolis justifica duas perguntas inquietantes. Quantas dessas casas da morte existiram em todo o País e quantas ainda são ilegalmente mantidas, enquanto certos grupos se esforçam para criar o momento em que possam ativá-las de novo?**<sup>417</sup>

Enquanto o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo* e *O Globo* preferiram manter-se à margem do caso, tão somente dedicando-lhe algumas colunas às apurações de seus repórteres – aliás, ainda que não tenham redigido editoriais sobre o assunto, parece-me interessante notar que, por vezes, tais jornais utilizavam o eufemismo “maus-tratos”, em vez de “torturas”, para caracterizar aquilo que Inês havia sofrido na casa, ou mesmo a qualificavam como “ex-terrorista” em suas reportagens –<sup>418</sup> a *Folha*, por sua vez, dedicou algumas linhas editoriais a analisar em quais balizas se dava o debate da denúncia.

De saída, percebe-se que os dois editoriais projetam a denúncia de Inês no espaço público, e não no registro privado de litígio ou caso pontual. Em jogo, na verdade, estão os efeitos da fórmula legal recém-promulgada da Anistia, sobretudo no ponto da reciprocidade dos crimes. Em tom de urgência, buscaram situar a denúncia no plano político: embora o episódio se desse numa região serrana do Rio, a discussão tinha alcance nacional e servia para interrogar incongruências do longo processo de abertura, visíveis também em outras leis discricionárias.

Naquele momento, o horizonte era tenso, imprevisível. Não que os editoriais estivessem alheios ou acima da realidade ao falarem dela, tampouco representassem a posição do jornal em sua totalidade; eram, antes, participantes de um jogo político de pressões e insatisfações, presentes tanto na atuação dos setores oposicionistas liberais quanto na dos movimentos de familiares, atores que sofreram profundo influxo quando o anteprojeto de anistia apresentado pelo governo se tornou vitorioso. Integrava-se, aí, uma operação política pela qual o regime ditatorial tomou das oposições a bandeira da anistia e a redefiniu segundo seus objetivos estratégicos. A lei aprovada tornou-se ponto alto da vitória da linha conciliatória e da contrarrevolução preventiva – isto é, de tradições políticas brasileiras que servem como forma de preservação dos interesses das classes dominantes das sociedades e que são reivindicadas em situações de forte mobilização dos setores populares ou de crise que tão somente sinalize para um processo reformador, com a finalidade de evitar que uma crise política evolua no

<sup>417</sup> “Duas perguntas”. Assinado por N.R.. FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de fevereiro de 1981, edição 18.941. [Meus grifos].

<sup>418</sup> O GLOBO, 7 de fevereiro de 1981, edição 17.272, p. 5.

sentido da contestação revolucionária.<sup>419</sup> Nesse quadro, a Anistia aprovada pode ser entendida como instrumento que integrava a estratégia dessas tradições naquele contexto.

De acordo com Renato Lemos, a Lei de Anistia, ao estender benefícios aos delitos conexos aos crimes políticos, concedeu perdão a agentes da máquina repressiva, afastou a responsabilização criminal por torturas e assassinatos e reproduziu condições de impunidade que resguardam uma reserva estratégica de violência para o caso de novas ameaças, reais ou imaginárias, à ordem imposta.<sup>420</sup> Nessa senda, as feições de instabilidade e imprevisibilidade eram inerentes ao processo político controlado pelo Executivo militarizado, pois se julgava que os rumos de transição para um regime democrático – restrito e conservador, diga-se de passagem – exigiriam controle rigoroso de suas etapas, valendo-se do corpo discricionário como salvaguarda embutida no pacto de transição, de modo a garantir a ordem pretendida e a manter vivo o projeto encarnado pela ditadura.<sup>421</sup>

Vistos sobre esse ângulo, os dois editoriais operam como suplemento às entrevistas e às reportagens, comentam criticamente os acontecimentos e, nesse movimento, tensionam normas discricionárias e os caminhos então esboçados da Abertura. Soma-se a isso a maneira como a denúncia da casa comparece nos textos, sobretudo no segundo, que evoca o medo de outras casas – em algum lugar, em qualquer lugar – somente à espera de serem reativadas. Nas entrelinhas, sugere-se a busca por membros de escalão superior do I Exército, capazes de aclarar o envolvimento de seus homens no aparelho clandestino. Se as autoridades responsáveis o quisessem, estava à mão a descoberta da real composição daquele grupo – afinal, havia até a especificação de alguns nomes de agentes no relatório de Inês. Aparentemente, as Forças Armadas preferiam ignorar tanto a denúncia quanto as investigações jornalísticas em curso, como faziam em relação aos atentados a bomba da extrema-direita. Os editoriais sugerem que, por negligência ou temor, deslocava-se a culpa para um escalão inferior: subalternos tidos por inocentes eram acusados, embora apenas cumprissem ordens e desconhecessem quem, de fato, decidira pela instalação do centro. No segundo editorial, há sugestão de que o aparelho de Petrópolis pertencia a uma estrutura repressiva maior: puxar o fio e descobrir sua extensão seria tarefa fácil, se a ela se detivessem as autoridades militares, se a eles realmente interessasse.

Era nesse último ponto que o autor do editorial estava enganado.

<sup>419</sup> LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X003006012>. Acesso em: 01 nov. 2024.

<sup>420</sup> LEMOS, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 261.

<sup>421</sup> *Ibid.*, p. 293-294.

### 3.2 A ocultação

05 fev. 1981, 17:05.

AC/SNI [Agência Central do Serviço Nacional de Informações].

Chegou ao conhecimento desta AI [Agência de Informação] o seguinte fato: [...] A propósito da reportagem publicada na Tribuna da Imprensa de 04 de fevereiro, disse que o fato mais importante do momento é o estouro do aparelho de Petrópolis/RJ; e que o Jornal Hora do Povo tem que botar manchete muito firme em cima disso. A imprensa cobriu muito mal, embora tenha levantado um material muito bom. Disse que o “cara” confessou mil coisas e que agora está com uma pista muito boa, e que seria bom mandar para São Paulo. Temos que dar uma manchete nessa notícia; [...]. A chamada seria tipo “casa da morte”. Agora, eu quero dar um dado para você mandar para São Paulo: uma das garotas da lista de desaparecidos chama-se Eleni [sic] Guariba, e o sogro dela chama-se General Guariba [...]; que a prisão de Romeu encontrou as roupas de cama da Casa de Petrópolis, quando foi torturada, com as iniciais “CIE”; quer dizer, aquela casa era cercada pelo CIE. Uma maneira de você dar uma chamada é meter o Major Tavares no meio e o Coelho Neto. Acaba sendo interessante uma declaração do General Guariba, e ele faria, pois a garota era nora dele. Essa informação, na minha opinião, teria que ter uma chamada grande na capa, talvez até a principal, na base de “Casa da Morte”; ou, por exemplo: “Nora de General Torturada na Casa da Morte”. Avisa para São Paulo hoje (04 fev. 81) que tem que ter uma chamada para esse final de semana. Para semana que vem, a gente vai ter o dossiê completo, pois o “cara” já me prometeu isso. Depois, eu mando o dossiê completo.

Para o Gen. Braga – Chefe do CIE.<sup>422</sup>

Acima, um excerto do telegrama destinado diretamente ao chefe do serviço de informações do Exército, o general Geraldo de Araújo Ferreira Braga. Portando o carimbo de urgenteíssimo, a mensagem, redigida por agente do SNI, não apenas dava notícia de uma publicação sobre a identificação do paradeiro ocorrida dias antes, como também registrava um diálogo de redação entre jornalistas, empenhados em apurar novos pormenores do caso e em preparar colunas para os dias seguintes. Teria uma correspondência entre repórteres da *Hora do Povo* sido interceptada? A menção às insígnias do CIE nos lençóis parece peça central para que o agente de informações decidisse, de pronto, enviar ao chefe do serviço do Exército o telegrama. O curto texto transformava-se, então, em alerta do que estava acontecendo e demandava prioridade para tratar do assunto, como indica o carimbo;<sup>423</sup> é sintomático que se tenha julgado necessário o uso do telegrama, e não a confecção de um informe, como via mais célere para a adoção das medidas então tidas por necessárias.

Imiscuiu-se ali também a intenção de represar a torrente informativa, antes que dominasse as manchetes e alcançasse, no corpo das reportagens, quadros do próprio Exército.

<sup>422</sup> ARQUIVO NACIONAL. Memorando n. 395/02/CH/GAB/SNI, Serviço Nacional de Informações, Gabinete do Ministro, 8 de março de 1983. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.83031645.

<sup>423</sup> FICO, Carlos. *Op. cit.*, 2001, p. 98-99.

A indicação feita pelos jornalistas – procurar os generais Milton Tavares de Souza, chefe do CIE em 1971, e José Luiz Coelho Neto, então subchefe do órgão – parecia sinal de que a investigação jornalística já tangenciava os altos escalões da Força terrestre. Muitas perguntas ficam sem resposta satisfatória com base apenas nesse telegrama (os repórteres chegaram a contatar o general Guariba para entender o caso de Heleny, ou foram impedidos?). Não obstante, o telegrama pode ser lido como representativo do funcionamento da comunidade de informações, que monitorava a situação desde os primeiros movimentos para gerar dados e nortear os passos seguintes. Buscar, produzir informações, agir para impedir o avanço das notícias.

Após o recebimento do telegrama e, certamente, de outros informes e informações relativos ao assunto no CIE e nos demais órgãos, o passo seguinte do serviço consistiu em providenciar as medidas julgadas necessárias para conter a repercussão pública do episódio. Ainda nos primeiros dias de fevereiro, elaborou-se agilmente um relatório no âmbito do gabinete da chefia do SNI, destinado a apurar e avaliar as providências já adotadas e os integrantes da “comunidade de informações” mobilizados para tratar do caso:

[...] PROVIDÊNCIAS TOMADAS: A ARJ/SNI [Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações] foi acionada para acompanhar o assunto, em particular, o caso da ação de interpelação na 3<sup>a</sup> Vara Cível de Petrópolis. O CIE está acompanhando o assunto, fazendo os necessários contatos. A ARJ informou que foi confirmada a existência de uma ação na 3<sup>a</sup> Vara Cível de Petrópolis contra o proprietário da casa, o qual, espontaneamente, procurou o Batalhão de Petrópolis para prestar declarações. O I Exército, a Brigada e o Batalhão de Petrópolis estão acompanhando o problema de perto. O DOPS informou que o jornal Hora do Povo, que saiu hoje, não publicou nada sobre o problema. O Cel. Homem de Carvalho procurou o Chefe da ARJ, informando que está sendo assediado pela revista ISTO É, VEJA e o jornal Folha de São Paulo, que desejam entrevistá-lo. O referido oficial informou, ainda, que pretende “sumir por uns tempos” até que o problema seja resolvido e foi alertado, pela ARJ, que deveria procurar o I Exército.<sup>424</sup>

Diferentemente do retraimento de que se cogitava para a estrutura do SNI, por uma parcela da facção militar, uma vez que o combate à luta armada havia terminado, o governo do ditador Figueiredo fez o contrário do esperado. Viu-se, então, uma expansão considerável das atividades do órgão. Todos os recursos necessários, tanto financeiros quanto humanos, receberam total apoio da Presidência, e o SNI transformou-se, àquela altura do processo de abertura política, num órgão de poderes extraordinários, como avaliavam diferentes militares.<sup>425</sup> Mesmo durante o processo de abertura – ou, talvez, em decorrência dele – havia a preocupação com uma possível perda de controle no contexto da distensão, o que resultava,

<sup>424</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Memorando n. 395/02/CH/GAB/SNI, Op. cit.*, 8 mar. 1983.

<sup>425</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Op. cit.*, 2000, p. 61-62.

dessa forma, na necessidade de acompanhar sistematicamente os movimentos dos grupos de oposição naquele momento.<sup>426</sup> Daí também uma explicação para a continuidade da eficiência do órgão: no caso da denúncia, trabalhava em cooperação próxima com o Exército e acionava sua ampla rede de agentes nos níveis nacional e regional. Estavam em campo tais agentes – e o relatório, um dos produtos dessa atividade de monitoramento, nos permite entrever o funcionamento da rede naquele intervalo.

O aspecto mais interessante do documento é constatar que as investigações dos órgãos não se limitaram aos jornais; ainda que pudessem ter sido iniciadas pelas publicações, passaram rapidamente a cobrir outros campos em que a denúncia poderia desdobrar-se. A ação coordenada de vigilância recaía, portanto, sobre múltiplas frentes, com o objetivo de preveni-la e contê-la, desde a esfera judicial, acompanhando o trâmite da ação cível proposta por Inês contra Lidders, até o contato com os militares citados pela imprensa. Chega a soar intimidatória a orientação de um agente da Agência do SNI no Rio de Janeiro, dirigida ao coronel Homem de Carvalho, para que se apresentasse também ao I Exército e prestasse esclarecimentos sobre a própria situação – não apenas perante o SNI.

As entrevistas concedidas pelos militares despertaram grande interesse e não passaram despercebidas à apreciação minuciosa dos analistas do SNI. Como era de se esperar, dado o volume de declarações prestadas aos repórteres na porta de seu consultório, as de Lobo ganharam destaque nas linhas dedicadas à análise da situação:

O médico psicanalista AMILCAR LOBO MOREIRA DA SILVA, ex-médico do Exército, que teria sido identificado pela nominada como o “Dr. Carneiro”, declarou à imprensa que esteve três vezes na casa em questão, para atender INÊS, num período de quinze dias [...]. Durante a entrevista, ante a pergunta “Alguma vez o senhor, durante o atendimento, viu sinais que pudesse interpretar como consequência de tortura?”, preferiu responder “**Não vou responder a essa pergunta**”, dando a entender que teria sido praticada a tortura. Dr. Amilcar Lobo revelou, ainda, que à época servia no Batalhão de Polícia do Exército e atendia a todos os prisioneiros.<sup>427</sup>

O problema situado pelo analista, numa avaliação tão sucinta, porém decisiva para a apreciação da posição tomada por Lobo, é o fato de ele evitar afirmar a inexistência de episódios de tortura no centro de Petrópolis e, por extensão, no BPE. Sua recusa em responder, em prestar detalhes ou mesmo em confirmar aquilo de que era acusado é precisamente o que, aos suspeitos olhos do analista encarregado de elaborar a informação, funciona como confirmação indireta da existência de sessões de tortura – se assim foi lida no

<sup>426</sup> RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015, p. 68.

<sup>427</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Memorando n. 395/02/CH/GAB/SNI, Op. cit.*, 8 mar. 1983. [Meus grifos].

ciclo informacional, bastaria pouco para que os jornalistas chegassem à mesma conclusão. Ele responde não respondendo. De acordo com esse ponto de vista, teria sido mais prudente que se calasse diante dos microfones ou negasse tudo e “sumisse por um tempo”, como se propôs a fazer Homem de Carvalho.

A questão não se limitava à curiosidade jornalística; pesava, também, a disposição dos próprios agentes em conceder entrevistas, ainda que pouco dissessem. As muitas entrevistas de Lobo, anexas a outra informação produzida pelo órgão no mesmo mês, evidenciavam a relação que o médico buscava compor: apresentava-se como vítima da “engrenagem”, como nomeava a estrutura repressora à qual servira.<sup>428</sup> Nelas, entretanto, ele não distinguia “os dois lados”. Do ponto de vista psicológico, dizia não ver grande diferença entre os “terroristas de esquerda” e seus “torturadores”. Nesse estratégia de autoinocência, via-se também como vítima – ou melhor, em duplo papel de vítima, acossado por dois diferentes carrascos: os “terroristas de esquerda” e os agentes da repressão.<sup>429</sup> Dessas avaliações, decorreria a posterior convocação para que Lobo esclarecesse as falas controversas, dirigidas também ao Exército a que uma vez servira.

Em algum momento, no intervalo entre a ida de Inês ao consultório para denunciá-lo e a produção das primeiras apreciações do SNI, Lobo apresentou-se à 2<sup>a</sup> Seção do I Exército, à qual era vinculado na década de 1970. Em seu livro autobiográfico, publicado alguns anos depois dos acontecimentos, ele escreve ter sido convocado a se apresentar ao Quartel-General do I Exército. Ao chegar, como ele próprio narra, encontrou um homem de trajes civis, que logo identificou, para sua grande surpresa, como o Ministro do Exército, general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, e que lhe pediu, em tom reservado, colaboração no caso: “Seu silêncio neste momento, sobre suas atividades no Exército, é extremamente importante para o país, pois estamos atravessando um período de abertura política tão necessária e imperiosa que será muito prejudicada por qualquer declaração pública que o senhor fizer”<sup>430</sup>.

Em 30 de abril, o CIE registrava que, dias antes, Lobo procurara *novamente* o Exército em busca de apoio contra as “pressões” de que se dizia vítima direta.<sup>431</sup> Na nova visita, relatou ter sido obrigado a fechar o consultório após as muitas publicações de fevereiro. A única

<sup>428</sup> ARQUIVO NACIONAL. Informação n. 019/16/AC/81, Serviço Nacional de Informações, Agência Central, 10 de março de 1981. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81019709.

<sup>429</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 5 de fevereiro de 1981, edição 7.578, p. 13; JORNAL DO BRASIL, 6 de fevereiro de 1981, edição 302, p. 5.

<sup>430</sup> LOBO, Amilcar. *Op. cit.*, p. 17-19.

<sup>431</sup> ARQUIVO NACIONAL. Informação n. 222S/102-A11/CIE, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército, 30 de abril de 1981. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81015430.

saída, afirmou, foi deixar o Rio com a família. Teria sido instado a agir assim? Havia, contudo, uma saída para o contratempo, segundo o próprio Lobo. Provavelmente numa tentativa de se defender frente às investigações realizadas pelos órgãos de informação, o novo contato com o Exército ocorria porque dizia possuir pistas para identificar os autores da primeira denúncia contra si, ainda em 1973. Em sua versão, ali começaram todos os problemas; o caso de Inês apenas lhes deu novo fôlego. Os verdadeiros culpados seriam Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, velhos correligionários de Lobo na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, que reivindicavam sua expulsão do grupo há anos.

Como suposto material de prova, juntou notas escritas à mão e uma pilha de recortes de jornal, marcados por grifos e comentários de seu punho, além de um bilhete curto, todos remetidos ao comando do I Exército. Redigido no jargão anticomunista, próprio da “comunidade de informações”, o bilhete contrasta, de imediato, com as declarações que Lobo concedia aos repórteres. Aqui, possivelmente como forma de se defender, ele parece disposto a associar-se à “engrenagem” que anteriormente acusava de ser um de seus algozes, e volta a vestir a pele do carneiro:

[...] Penso que os Drs. Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas estão tentando reacender a polêmica, enviando este “relatório” a várias entidades médicas e médicos. Há todo um sentido de provocação neste sentido. Além disso, parece-me que esta campanha [inelegível] muito bem organizada e executada, possivelmente por orientação do PC [Partido Comunista], ao qual Pellegrino está filiado. Por outro lado, ele tenta tomar o poder da Sociedade Psicanalítica e ali infiltrar um foco de subversão. [...] Volto a lembrar que é urgente o meu afastamento do meio. Desde 73 venho solicitando providências quanto a este feito, mas parece que nunca foi devidamente entendida a gravidade da situação. Como médico da PE, CODI e CIEX [Centro de Informações do Exterior] [sic], durante vários anos (70, 71, 72, 73 e 74) sou depositário de inúmeros fatos que ocorreram neste época e eles sabem disto e procurarão sempre me colocar em situações difíceis e frágeis. Esta campanha [inelegível] contra o Sr., por exemplo, não lhe afetaria tanto, mas contra um médico militar é catastrófica. Parece que isto, ainda, não foi bem entendido. Profissionalmente estou numa situação bastante difícil e penosa, em decorrência de todos estes fatos. Não posso arcar com todo peso desta responsabilidade, sem nenhuma ajuda realmente eficaz.

Solicito, mais uma vez, providências urgentes das autoridades competentes no sentido de resolver este impasse. [...].

Rio, 18/03/81. Amílcar Lobo.<sup>432</sup>

Se, por um lado, buscava associação ao Exército pelo uso compartilhado do vocabulário anticomunista, expediente para ser visto como participante da comunidade; por outro, ao longo do bilhete, essa mesma associação assume feição de chantagem, ainda que velada. Além do pedido de ajuda e da indicação de quem seriam os verdadeiros “inimigos” que, na imprensa, difamavam a instituição militar e seus membros, o texto lembra que estivera

---

<sup>432</sup> *Ibid.* [Grifos no original].

lotado em unidades de destaque justamente nos anos em que o aparato repressivo operou com maior violência contra os opositores políticos. Lobo fazia questão de declarar-se “depositário de inúmeros fatos”, daqueles ocorridos no prédio da Polícia do Exército (PE) – nos corredores e nas salas de tortura, onde também funcionava o DOI do Rio – e dos que atribuía ao fato de haver servido ao próprio CIE. Decerto, não explicita o centro clandestino, mas indica o órgão ao qual estava vinculado – aí parece residir um dos elementos da “gravidade da situação” a que alude. Se nada fosse feito, se não houvesse auxílio, de qualquer natureza, insinua poder render-se às tantas pressões.

Se todos os pedidos de Lobo foram ou não atendidos nos seus termos, é impossível saber pelas fontes provenientes dos órgãos de informação – a única alusão um tanto quanto oblíqua ao caso está no livro auto-exculpatório de Lobo, em que relatava ter percebido a presença de quantia estranha no seu saldo bancário, depositada numa agência em Brasília.<sup>433</sup> E, embora não se possa saber que trâmites seguiram as medidas adotadas, a indicação feita por Lobo ao papel do CIE no caso – seja para elencar o órgão no rol de responsáveis pelas suas ações pretéritas nas unidades repressivas, seja ainda para pedir alguma ajuda contra as investigações dos jornalistas – faz-me retornar a uma fonte na qual um detalhe me escapara à primeira leitura. Semelhante à atuação dos detetives, em posse de novos indícios, volto uma e outra vez ao mesmo local, fazendo detalhes antes despercebidos virem à luz: “O CIE está acompanhando o assunto, fazendo os necessários contatos”,<sup>434</sup> como consta no relatório do SNI da relação de providências levadas a cabo. Passagem de difícil apreensão, quase enigmática, porque, diferentemente da atuação do SNI, não é possível rastrear o desenrolar das atividades do órgão de informações do Exército pelas tão escassas fontes disponíveis à consulta.

Constatar isso não é, propriamente, novidade, tendo-se em conta que uma boa parcela dos arquivos das Forças Armadas, notadamente aqueles pertencentes aos seus respectivos centros de informações, continuam inacessíveis, e a instituição continua a negar que exista qualquer acervo do período da ditadura sob sua custódia, excetuando-se os já apresentados. Por mais óbvia e saturada que possa parecer, essa marca do impedimento, da irresolução, é bastante importante a ser destacada, uma vez que tal constatação, em torno daquilo que falta, aponta precisamente para a própria forma de atuação do órgão, ou mesmo para a avaliação que seus agentes posteriormente fizeram acerca da importância e da sensibilidade do assunto

<sup>433</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 54-55.

<sup>434</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Memorando n. 395/02/CH/GAB/SNI, Op. cit.*, 8 mar. 1983.

tratado e do que ele poderia revelar sobre a maneira pela qual e com quais métodos a atuação do serviço de informações se desenrolou para impedir que a divulgação da denúncia sobre a casa de Petrópolis continuasse. Mas não apenas isso: os serviços de informações buscaram, ainda nessa senda, impedir a continuidade da denúncia dos desaparecidos políticos em Petrópolis e as reivindicações para que seus casos fossem minimamente esclarecidos perante as famílias, que também concediam entrevistas à grande imprensa, ou as organizações internacionais, que há anos reclamavam por esclarecimentos acerca daqueles casos. Surge, aqui, a recorrente ideia de que a falta no arquivo funciona como um indício. Decerto, há um inegável comprometimento do avanço de uma análise mais detida – essa análise fracassa diante da ausência do arquivo; mas, paradoxalmente, são essas mesmas lacunas que “mostram” o contorno daquilo que se tentou ocultar.

A essa constatação da falta há uma exceção, algo lhe escapa. Trata-se de uma cópia, anexada a uma informação, versando sobre o contrato firmado entre Lidders e seu advogado, após a abertura da ação movida por Inês contra o antigo proprietário da casa, na 3<sup>a</sup> Vara Cível de Petrópolis.<sup>435</sup> Junto à cópia havia uma breve indicação: nela, se registrava que Lidders enfrentava sérias dificuldades financeiras para efetuar o pagamento dos precatórios de seu advogado e viu-se obrigado a colocar alguns de seus bens à venda. Muito provavelmente, esse era um dos campos cujo acompanhamento cabia ao CIE. Insinua-se aí também a forte probabilidade de contato direto entre algum agente do serviço de informações e Lidders, uma vez que documentos de foro privado, tais quais cópias de contratos, cheques e a correspondência entre advogado e cliente, estavam ali reproduzidos e anexados. A soma desse material, assinalava o analista-redator, bem como o contato travado com as partes e a avaliação da dificuldade financeira de Lidders, poderia servir a futuro aproveitamento pela “comunidade de informações”. Quanto à atividade do CIE no âmbito jurídico, Lobo descreveu, em seu apologético e contestável livro, um estranho episódio ocorrido em audiência do caso à qual foi posteriormente convocado a depor: o juiz mostrava-se nitidamente favorável às respostas evasivas por ele prestadas e, ao mesmo tempo, arrolava dificuldades ao testemunho de Inês – faltavam-lhe provas concretas, para além daquelas embasadas somente em sua palavra. Daí, a desconfiança de Lobo, concluída por ele anos mais tarde, quanto à atuação conivente do órgão do Exército no caso.<sup>436</sup>

<sup>435</sup> ARQUIVO NACIONAL. Informe n. 120S.102-A2/CIE, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército, 23 de março de 1981. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.83032480.

<sup>436</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 54-55.

Diante desse vaivém de agentes, monitorando ações e redigindo apreciações, dessa ópera de informações interceptadas, produzidas e compartilhadas entre diferentes órgãos, podemos concluir o seguinte: tão logo saiu a primeira grande publicação, nos primeiros dias de fevereiro de 1981, foi colocada em funcionamento uma ação abrangente e muito bem coordenada para impedir o avanço da denúncia de Inês. O acompanhamento espalhou-se pelas esferas em que se identificava risco de difusão e deu suporte à desmobilização do que se tomava por ameaça à ordem, além de prevenir novos abalos, num ambiente político em que prevalecia a ideia de um país “apaziguado” sob o signo da Anistia. Ao vasculhar a atuação de militares e alinhar elementos de inculpação a partir de suas entrevistas, o aparato de informações visou acumular conhecimento e, por essa via, subsidiar e acionar medidas de proteção para evitar o esclarecimento do funcionamento pretérito do centro repressivo de Petrópolis e resguardar a identidade de quem seriam seus agentes. O objetivo seria, então, ocultar a casa e os corpos, mais uma vez e de novo, quantas vezes fossem necessárias.

Um dos momentos mais dramáticos desse contínuo esforço de impedir e desmobilizar a denúncia deu-se quando o general Milton Tavares de Souza foi convocado a Brasília, em 9 de fevereiro, pelo ministro do Exército. Aos repórteres, na porta do Quartel-General do II Exército, um porta-voz negou a viagem do comandante, a despeito de possuírem a informação de que o general estava hospedado na capital federal naquela mesma noite.<sup>437</sup> Coincidência ou não, na manhã seguinte, e nas demais, as capas dos principais jornais do país mudaram de forma repentina e absoluta, com chamadas como “Forças Armadas repelem revanchismo”,<sup>438</sup> “Ministro do Exército condena versões do combate à subversão”<sup>439</sup> e “Campanha contra militares”.<sup>440</sup> Se havia reportagens investigativas sobre a casa de Petrópolis previstas para aqueles dias, cederam lugar a três notas militares, assinadas pelos comandantes de cada arma. Eram as mesmas advertências, reiteradas de jornal a jornal. Assinado pelo ministro da força terrestre, a nota versava:

Alguns periódicos vêm divulgando, nestes últimos dias, com certo sensacionalismo, versões deturpadas de fatos ocorridos no início da década passada [...]. A campanha, que tem a evidente intenção de denegrir a imagem da instituição militar e tumultuar o processo de abertura política do Governo, é, paradoxalmente, apoiada por entidades, antes tão obstinadas em propugnar pela anistia, e promovida por notórios agitadores, condenados em passado recente pela Egrégia Justiça Militar a severas penas [...]. O Exército repele energicamente, portanto, as malévolas insinuações suscitadas por contumazes sublevadores da ordem, que procuram agora lançar à

<sup>437</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de fevereiro de 1981, edição 18.941, p. 3.

<sup>438</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 11 de fevereiro de 1981, edição 18.941, p. 2.

<sup>439</sup> O GLOBO, 12 de fevereiro de 1981, edição 17.277, p. 1.

<sup>440</sup> O ESTADO DE S. PAULO, 11 de fevereiro de 1981, edição 34.024, p. 2.

execração pública aqueles que se bateram, em verdadeiras operações de guerra, pela preservação da paz e da tranquilidade da família brasileira.<sup>441</sup>

Acompanhava o mesmo ritmo a nota assinada por Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, ministro da Marinha:

A Marinha não aceita, em hipótese alguma, as insinuações maldosas e as deturpações intencionais, com o claro propósito de desacreditar as Forças Armadas perante a opinião pública [...]. Embora o povo brasileiro possa perfeitamente perceber a campanha insidiosa com que certos procuram solapar e denegrir, com ataques às instituições nacionais, em particular às Forças Armadas, o trabalho patriótico e permanente que se tem desenvolvido em nosso país, este Ministério não poderia manter-se em silêncio diante do vulto da injustiça que tal campanha procura difundir [...]. Saibam os contumazes detratores que nada arredará nem de leve prejudicará os rumos traçados para que nosso país, dentro de um processo de abertura política, atinjam, num clima de justiça e paz social, os seus mais lídimos anseios de desenvolvimento.<sup>442</sup>

Por fim, fechando o ato, a nota assinada por Délia Jardim de Mattos, ministro da Aeronáutica, apresentava um acento marcadamente mais virulento que o das anteriores:

Se terroristas anistiados podem, hoje, com a tranquilidade de homens livres, reescrever a história dos vencidos é porque aos vencedores mais importava o reencontro histórico que hoje vivemos, que a vingança estéril e sem futuro. Fomos violentos, injustiças existiram e erros não negamos, tudo como só um tempo de dor e sofrimento sabem ser. Mas a quem pode interessar o julgamento de um fase ultrapassada? [...] Em verdade, o que se pretende agora, exumando supostas vítimas do passado, é tumultuar um presente de paz e tranquilidade que não interessava e continua não interessando aos que se venderam ao credo do “quanto pior, melhor”. O Ministério da Aeronáutica, como instituição nacional, não está preocupado com a repetitiva desta minoria comprometida, porque confia em que a sociedade brasileira saberá negar o espaço cênico para que esta troupe [sic] de fanáticos monte mais uma tragédia para o Brasil.<sup>443</sup>

Bastante longe de serem meros comunicados ao público leitor, as notas militares operavam como advertências públicas e dispositivos de enquadramento do conflito, à medida que as denúncias de Inês, assim como aquelas ligadas ao envolvimento de agentes da repressão nos atentados a bomba, ganhavam ampla difusão nas notícias daquele mês. O tom intimidatório perpassa todas elas, embora as ameaças assumam formas distintas. As assinadas pelo Exército e pela Marinha oscilam entre um admonitório velado e um paternal-patriótico; já a nota do ministro da Aeronáutica admite, de modo oblíquo, a existência pretérita de violências – entre elas, depreende-se, a instalação do aparelho de Petrópolis –, apresentadas como irremediavelmente necessárias para conter a ideologia da “troupe [sic] de fanáticos”. Nesse registro, a década passada, momento do ápice da ação repressiva, é reclassificada como

<sup>441</sup> JORNAL DO BRASIL, 11 de fevereiro de 1981, edição 307, p. 4.

<sup>442</sup> *Ibid.*

<sup>443</sup> JORNAL DO BRASIL, 12 de fevereiro de 1981, edição 308, p. 5.

“ultrapassado”, encerrado pelos rumos da abertura política e, portanto, fora de julgamento em nome da paz.

Ao mesmo tempo, insinua-se que esse passado poderia ser reativado caso a cobertura midiática prosseguisse com a suposta difamação das Forças Armadas. Essa ameaça, parece-me, dirigia-se tanto à grande imprensa e a seus leitores, que acompanhavam o desenrolar das muitas denúncias, quanto à própria Inês, à comitiva de familiares de desaparecidos e a todos os demais “sublevadores da ordem”, isto é, todos os opositores que, segundo as notas, manteriam “malévolas intenções” de desacreditar e dividir as Forças Armadas. Isso também deve ser lido levando em consideração a crise enfrentada na caserna, no caso da demissão dramática de Sylvio Frota do Ministério do Exército, em 1977, quando alguns veículos de imprensa começaram e continuaram, com o passar do tempo, a pautar as disputas e cisões internas nas Forças Armadas de maneira depreciativa nas manchetes dos jornais, do ponto de vista das notas. Há, assim, na redação das notas, uma reinstalação de lógica de guerra, com a recomposição da divisão entre o “nós” – o país, as instituições militares – e o “eles” – os “revanchistas”, a “minoria” comprometida em atrapalhar os rumos premeditados da nação. Reativa-se, nessa chave, a figura do “inimigo interno”, que de tudo faria para impedir o futuro pacificado prometido pela Anistia.

Não é para menos que o tema da Anistia tenha sido trazido à tona na redação das notas: a projeção de que a sociedade brasileira encontrava-se no decurso de ser plenamente pacificada e reconciliada com seu passado recente passa pela configuração discursiva de encarar a letra da lei como um marco indiscutível para alcançar a compromissada abertura do regime. Essa ideologia pressupunha a equiparação das culpas e uma política de esquecimento do passado violento – ou, melhor, uma “lembraça correta” do porquê as instituições recorreram a meios tão abomináveis, como converter uma casa comum em aparelho repressivo. Dessa forma, a ideia de reabrir o passado de “modo incorreto” – criticá-lo, denunciá-lo, como fez Inês – passava a ser considerada uma espécie de revanche. A historiadora Heloísa Greco apontou, numa análise perspicaz, que a formulação do discurso da anistia, de fundo amnésico, pautado pela ditadura, tem como matriz a palavra “revanchismo”.<sup>444</sup> Nessa gramática, os “terroristas anistiados” agiam: estavam atrelados ao sentimento de vingança, ao ódio pessoal contra certos agentes da repressão – os pontualmente mais agressivos, aqueles fora de controle da disciplina militar –, confinando o conflito ao foro

<sup>444</sup> GRECO, Heloisa. “Anistia anamnese” vs. “Anistia amnésia”: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008, p. 524-540.

íntimo. Esse enquadramento sustenta a tese de que os inimigos não aceitaram sua derrota, e era isso que alimentava a vontade pela revanche, de criar dissensos onde, supostamente, não haveria nenhum. E era com base nessa noção que se apontava que a imprensa não deveria mais endossar as palavras de Inês, que davam lastro para a produção de notícias “sensacionalistas” e demais “versões deturpadas”, como foi explicitado logo na abertura da nota do Exército.

Numa noite de terça-feira, a voz rouca do apresentador do *Jornal Nacional* leu, por longos minutos, as notas.<sup>445</sup> O primeiro efeito foi dissuasório – e, por conseguinte, exemplar –,<sup>446</sup> espalhando-se pelos meios de comunicação, sobretudo sobre reportagens e editoriais. Dali em diante, ao menos na grande imprensa, nenhuma matéria nova saiu; a cobertura e as apurações cessaram repentinamente. No mesmo compasso, os editoriais mudaram seus títulos. Passou a prevalecer a leitura de que, apesar da gravidade da denúncia, o clima político pedia uma mobilização em torno da “reconciliação” com o passado. Se fosse julgado necessário, haveria de silenciar sentimentos, de se esquecer o que se passou para “inaugurar um novo capítulo da história”, como versava um editorial do *Correio Braziliense*,<sup>447</sup> reproduzido por diversos jornais de menor circulação. Ainda que houvesse diferenças entre um e outro jornal e seus articulistas, chama atenção o grande volume de textos que, a reboque das notas, endossou os projetos políticos ali delineados, funcionando como peças interpretativas de uma operação discursiva que mobilizou o sentido da Anistia em chave amnésica.

A título de exemplo, alguns trechos: “Uma iniciativa desse tipo impõe o eterno esquecimento dos fatos ocorridos. [...] Embora isto nem sempre seja fácil, no plano pessoal, é o único procedimento admissível, em termos coletivos”,<sup>448</sup> publicou a *Folha de S. Paulo*; “O governo partiu para a reação, para ficar bem caracterizado que não pretende recuar. As notas dos ministros exprimem uma reação de todo o governo, maduramente pensada e que percorreu todos os escalões de aprovação [...]”,<sup>449</sup> registrou o *Jornal do Brasil*; e, em *O Globo*, leu-se a acusação de que “os agentes do revanchismo e seus acólitos pretendem, nesta altura do processo de normalização da política brasileira, assumir a posição de juízes das responsabilidades militares [...]”.<sup>450</sup> Difícil não perceber aqui as ressonâncias presentes em

<sup>445</sup> REVISTA ISTOÉ. 18 de fevereiro de 1981, n. 217, p. 74.

<sup>446</sup> BAUER, Caroline. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. *Diálogos*, San José, v. 18, n. 1, 2017, p. 137.

<sup>447</sup> CORREIO BRAZILIENSE, 10 de fevereiro de 1981, edição 6.593, p. 14.

<sup>448</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 11 de fevereiro de 1981, edição 18.942, p. 4.

<sup>449</sup> JORNAL DO BRASIL, 11 de fevereiro de 1981, edição 307, p. 3.

<sup>450</sup> O GLOBO, 12 de fevereiro de 1981, edição 17.277, p. 5.

tais linhas editoriais: elas alinhavam-se à ideia de que a Anistia deveria equivaler a esquecimento e impunidade, ora sustentando, ora articulando, em sintonia com o governo, esses sentidos políticos.<sup>451</sup> É o que Beatriz Kushnir denomina colaboracionismo da imprensa, em que proprietários e direções dos grandes jornais aderiam ou se identificavam com o projeto autoritário, de modo que a interdição de certos temas não dependia apenas da censura estatal, bastava a autorregulação das pautas pelos próprios veículos.<sup>452</sup>

Não nos deixemos enganar, pois essa relação colaboracionista do grupo *Folha* com a ditadura militar vem de longa data, tendo começado antes mesmo da tomada de poder pelos militares, nas veias conspiracionistas pela derrubada de Goulart. Além de celebrar e propagandear o movimento militar como restaurador da legalidade contra a “ameaça comunista”, a empresa jornalística também emprestou veículos de entrega de jornais para que agentes da Oban realizassem campanhas e capturas de militantes políticos, por exemplo.<sup>453</sup> É apenas na década de 1980, no desenrolar do processo de transição política, que a *Folha* passa por uma profunda reformulação de sua identidade, ao realizar um esforço sistemático para silenciar ou relativizar sua colaboração material com a ditadura: o projeto buscou implementar um jornalismo “crítico, plural e apartidário”; naquele contexto, o jornal tornou-se um dos principais entusiastas da campanha pela Abertura política e, com isso, buscou construir sua imagem como um veículo de resistência e porta-voz da sociedade civil no processo de redemocratização.<sup>454</sup>

Recorro, ainda, a um último episódio desse movimento de ocultação da casa, desenrolado em tantos espaços, que consegui rastrear pelas fontes. Em 31 de março daquele ano, em mais um aniversário da pretensa “Revolução”, circulou internamente no II Exército um relatório de avaliação da situação política. Em um de seus itens, registrava-se o êxito alcançado pelas notas oficiais: “Do ponto de vista do público externo, as notas marcaram ‘um basta’, deixando claro a todos, especialmente aos agentes da subversão, que o Governo, apesar

<sup>451</sup> TEÓFILO, João. Lembrar ou esquecer? Punir ou perdoar? As disputas por anistia no Brasil durante a ditadura militar e a atuação da grande imprensa. In: GALLO, Carlos (Org.). *Anistia: quarenta anos, uma luta, múltiplos significados*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, p. 86 e 91.

<sup>452</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 73 e 97.

<sup>453</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart; ROMANELLI, Amanda; BONSANTO, André; DAEMON, Flora; ROUCHOU, Joëlle; PEDRETTI, Lucas. *A serviço da repressão: grupo Folha e violações de direitos na ditadura*. Rio de Janeiro: Mórula, 2024. E-book.

<sup>454</sup> *Ibid.*

da conjuntura mais flexível, mantém-se coeso e atento [...]"<sup>455</sup> O relatório vinha assinado por seu comandante, o general Milton Tavares de Souza – o mesmo homem que fora convocado a apresentar-se em Brasília poucas horas antes da publicação das notas – e fixava, ali, um ponto final na denúncia, ou, ao menos, na sua repercussão. Voltada à caserna, a mensagem era clara: a questão sobre o centro de Petrópolis estava resolvida.

Um ano após a propositura da ação cível contra Lodders, os jornais noticiaram sua improcedência, pois o juízo considerou insuficientes as provas que ligavam o antigo proprietário ao uso daquele lugar abjeto como aparelho repressivo.<sup>456</sup> É interessante notar que a demanda tramitava na esfera cível e mirava o empréstimo do imóvel – então convertido em “cárcere privado” –, via escolhida para contornar os efeitos penais da Lei da Anistia, a qual, segundo a interpretação dominante, incluía as práticas de tortura perpetradas por agentes estatais no rol dos “crimes conexos”; ainda assim, o resultado do julgamento foi decepcionante. Naquela seara, não haveria qualquer possibilidade de justiça; talvez fosse esse o limite a que sua denúncia poderia chegar.

O que terá pensado Inês diante desse cenário? É ali que ela começa a se afastar da história da casa de Petrópolis. Seja pelo cansaço, resignação, decepção, ou pela simples obstinação de seguir vivendo. Um detalhe, bastante melancólico, por sinal, que não me passou despercebido foi a descontinuidade com que Inês respondia às cartas de Sérgio nos anos seguintes: as cartas, por vezes, vinham portando demandas impacientes por respostas; noutras vezes, pedidos mais carinhosos, de poucas linhas, repondo a conversa de uma amizade nascida ao acaso e das coisas que antes haviam ficado de fora. Numa delas, Sérgio lhe comenta o recém-lançado livro de Frei Betto: ao que tudo indica, foi a última carta entre os dois – ou, ao menos, a última datada no arquivo pessoal de Inês.

[...] A viagem no tempo pelo “batismo de sangue” me deu uma vontade enorme de vê-la, conversar contigo, rememorar e viver... Me faz lembrar a pessoa querida, “doce e forte”, “incrível força viva”, e principalmente minha amiga!! [...] Sei que muitas águas vão correr, sei que muitas coisas acontecerão, mas não importa o que acontecer, jamais esquecerei o que foi nosso encontro mágico em 1978!! E depois tudo que aprendi e vivenciei com você foi/é algo indiscutível, fantástico, incrível e bombástico...

Mil e um beijos.

Com saudade, Sérgio.<sup>457</sup>

<sup>455</sup> ARQUIVO NACIONAL. Relatório periódico de informações n. 02/81, Ministério do Exército, Comando do II Exército, Quartel General, 31 de março de 1981. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81006920.

<sup>456</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 17 de fevereiro de 1982, edição 19.313, p. 4.

<sup>457</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Carta assinada por Sérgio [Ferreira] em papel timbrado do Bradesco [...]*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1983. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.45.1.

### 3.3 A casa assombrada

O não saber é constitutivo da casa; entranha-se nas vigas e a mantém de pé. Uma e outra vez, somos lançados de volta ao desconhecido, ao difícil território entre o esconder e o revelar. Ficamos na zona fronteiriça, entre o espaço habitável e a imagem tumular por ela encarnada. Posição de passagem. E, para adentrar nesse terreno, ou tentar entendê-lo, não basta acessá-lo por entradas tão definidas, por portas com chaves acessíveis. Talvez uma forma de acesso seja admitir sua estranheza, admitir a minha incompreensão diante desses muitos movimentos de ocultar, de enganar, de negar que confluem nessa perturbadora imagem do vazio – ou a minha surpresa diante de seus sucessivos retornos. Ou, ainda, resistir à vontade da transparência totalizante.

Penso que, de algum modo, se assim seguirmos – admitindo nosso risco permanente de nos perdermos, de falharmos –, há uma chance de vê-la, com algum grau de nitidez, em sua ambivalência. Lembro-me, neste momento final, de uma passagem de Raduan Nassar, em certa altura de *Lavoura Arcaica*, em que seu narrador diz: “quero a casa velha, seu silêncio de morcegos, os seus fantasmas, trazê-los todos, como aliados, para o meu lado”.<sup>458</sup> Sem querer aplacar as ausências daquilo e dos “quens” que nos faltam nesta história, acredito ser esse um caminho possível para circundá-la neste último momento da investigação.

Por esse caminho meio atravancado, Kucinski trilhou até a soleira de Petrópolis. Valem as muitas linhas de citação, para ver a casa reaparecer – dessa vez, numa melancólica tentativa de reconstruí-la diante da contínua política da ocultação, da negação:

[...] A terapeuta confere uma ficha e a convida a se sentar.

“Jesuína Gonzaga, vinte e dois anos, aqui diz que você não consegue dormir, sofre alucinações, e precisa de uma licença médica para tratamento, é isso? Você veio por causa das alucinações?”

“Eu vim porque a chefia mandou. Deve estar aí no papel da firma que eu fico muito perturbada e não consigo trabalhar.”

“Sim, o médico da Ultragás diz isso. Você trabalha em quê, Jesuína?”

“Faço faxina; antes, ajudava na cozinha, mas lá gritavam muito; eu pedi transferência, nem que fosse para a faxina. Mas na faxina também qualquer coisa me deixa nervosa e aí eu tremo, fico fraca e tenho que me encostar; muita sujeira também me deixa nervosa.” [...]

A terapeuta pergunta de modo casual, enquanto finge que lê a ficha:

“Jesuína, quem é essa gente lá de cima, quem te pôs no serviço?” [...]

Finalmente a jovem fala, mas sua voz é tênue, mal se fazendo ouvir, e seu ritmo lento.

“Quem me arranjou o emprego foi um delegado, o delegado Fleury.”

“O Fleury do esquadrão da morte? É dele que você está falando, Jesuína? Do Sérgio Paranhos Fleury?”

---

<sup>458</sup> NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 63.

“É complicado, tenho que começar do começo: o Fleury me tirou da penitenciária feminina de Taubaté e me levou para aquela casa. Conseguiu uma condicional, e me levou para ajudar. Eu ficava lá em cima, coava café, preparava sanduíches, varria, levava água pros presos, limpava alguma cela...” [...]

“Casa, que casa é essa Jesuína, do jeito que você fala parece um puteiro... desculpe a palavra.”

“Não, nada disso, a senhora não entendeu, era uma cadeia, só que disfarçada de casa. Às vezes ele me mandava escutar o que um preso ou uma presa falavam; eu fazia a faxina ou levava água, e era para me fazer de boazinha, ver se elas passavam algum bilhete, algum número de telefone, tinha que fingir pena, me oferecer para avisar a família, essas coisas. [...]”<sup>459</sup>

Ainda durante a sessão de terapia, no diagnóstico de um mal-estar, Jesuína confirmou tratar-se de uma casa como tantas outras. Numa rua de mansões, gente rica, quintais fundos. Imponente, no alto da serra, em Petrópolis. Nesse fragmento, o núcleo da narrativa se concentra numa situação não resolvida. Sem dúvida, podemos ler o texto elaborado pelo autor – irmão de Rosa Kucinski e cunhado de Wilson Silva, ambos desaparecidos políticos, supostamente transferidos ao centro de Petrópolis em 1974, segundo as declarações tardias e contraditórias de Cláudio Guerra e Marival Chaves – como insumo de um trabalho sobre a dor, a perda e a precariedade; ou, ainda, como a edificação de um obstáculo contra o esquecimento, em oposição à sua imposição pela força.<sup>460</sup> Na impossibilidade de atribuir uma localização a um corpo ausente, há a tentativa, ficcionalmente elaborada, de narrar um ponto cego da experiência, que, de outra forma, não se conseguiria ou poderia transmitir.<sup>461</sup>

Interessa-me, sobretudo, a aparição da casa: retorno que se dá em razão dessa negação, dessa imaterialidade, desse signo do desconhecido a ela relegado. Isto é, uma manifestação de entidade espectral, ela mesma, insistindo em infinitas recorrências que impedem sua conversão em totalidade fechada, seja pelo esquecimento imposto pela força, seja por uma solução simplista voltada a dissipar por completo sua opacidade.<sup>462</sup> Para sempre incompleta, destinada aos indecidíveis. Para sempre suscetível a infinitas adições de medos, esperanças, silêncios, reivindicações, promessas de terror dirigidas às suas paredes. Suscetível a escavações, a descobertas. É como se a casa fosse um organismo vivo; o ocorrido ali lhe tivesse dado uma alma. Ela é o entre-lugar que materializa o vínculo entre mortos e vivos – e acolhe os que tremem no intervalo.<sup>463</sup> A casa seria, ela mesma, um sujeito dessa história,

<sup>459</sup> KUCINSKI, Bernardo. *K*: relato de uma busca. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 87-91.

<sup>460</sup> SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias*: intelectuais, arte e meios de comunicação. Tradução de Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Edusp, 2005, p. 32-33.

<sup>461</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicol. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 65-82, 2008. Acesso em: 06 jan. 2025.

<sup>462</sup> BENSUSAN, Hilan. *Op. cit.*, 2024, p. 157-160.

<sup>463</sup> HARRISON, Robert Pogue. *The dominion of the dead*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003, p. 54.

portadora do que naquele lugar se passou. Um túmulo possível, na ausência dos corpos. E, como todo túmulo, tem também um solo a ser revolvido.

Narro, adiante, uma última história sobre a casa – uma história de escavação, de procura pelas ossadas dos desaparecidos políticos no seu jardim. Antes de adentrar essa última história, vale lembrar, ainda que rapidamente, que a imagem da escavação é uma metáfora recorrente para aproximar-se de um passado a descobrir, a desenterrar do esquecimento. Fazer ressurgir na superfície as pequenas coisas silenciosas; recuperar as chamadas memórias subterrâneas nessa viagem às profundezas.<sup>464</sup> No seu diário-ensaio sobre a viagem a Auschwitz, Didi-Huberman diz que olhava para o chão como um arqueólogo, a fim de escavar com os olhos o horror das câmaras de gás – no chão onde repousam as cinzas do genocídio.<sup>465</sup> Há ali uma superfície a ser escavada, descascada. Para além do terreno físico, a escavação expande-se para a ideia de desocultação e para o confronto com a ausência persistente. Eis a tarefa: escavar, abrir o buraco, recolher o que foi esquecido ou ocultado e trazê-lo à luz. Daí porque, nesse quadro, encontrar o passado passa pela travessia do solo, por suas muitas camadas geológicas.

O trabalho de escavação remete, sobretudo no contexto do terrorismo de Estado e de suas formas violentas de ausentar pessoas, à busca por remanescentes humanos, num diálogo contra a retórica do desaparecimento e em nome da justiça. Nas atividades de extração e exame de corpos ou vestígios encontrados, a arqueologia forense, por exemplo, torna-se ferramenta para atestar o que o Estado e seus agentes buscaram negar: que a pessoa existiu, que foi assassinada e que seus corpos foram ocultados. Seja como evidência de crime, seja ainda como ponto de referência para o trabalho de luto, a escavação, em busca dos restos, procura preencher o vazio da ausência que, sem o corpo, seria inassimilável ou se tornaria inexistência.<sup>466</sup> Essa escolha também enfrenta seus dilemas: para alguns familiares de desaparecidos, embora ajude o trabalho de luto, pode ser vista como risco de “esquecimento” e de “reconciliação prematura”, por encerrar o ciclo da luta por justiça, segundo tal ponto de vista. A ritualística funerária teria, assim, o efeito de “refazer o mundo”, situando o morto no passado – e não mais no presente.<sup>467</sup>

<sup>464</sup> ASSMANN, Aleida. *Op. cit.*, 2011, p. 185.

<sup>465</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. Tradução de André Telles. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 109 e p. 114.

<sup>466</sup> TELES, Janaína de Almeida. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, v. 5, n. 10, p. 265-297, 2020. Acesso em: 03 abr. 2023.

<sup>467</sup> BEVERNAGE, Berber. *Op. cit.*, 2011, p. 32-42.

Entretanto, o ato de escavar, o exercício de recuperação, não é a simples restituição neutra do que foi guardado ou escondido. Nele está implicado o risco inerente da perda. É uma atividade falha, claudicante. Em concordância com o pensamento derridiano, trata-se de perceber que a recuperação do objeto desenterrado se dá através da exposição de sua incompletude e de uma “não-presença”, fundo de qualquer presença.<sup>468</sup> Importa notar, ainda, que a tentativa de apagar, negar ou exorcizar uma marca, um passado ou um fantasma nunca resulta em um desaparecimento simples e completo, mas, sim, na inscrição de um novo rastro, o do próprio ato de anulação. Esse rastro indelével da anulação muitas vezes intensifica a obsessão, o retorno, transformando a tentativa de eliminação em um paradoxal acréscimo hiperbólico da espectralidade.<sup>469</sup> A tentativa de anulação produz novos fantasmas, portanto. Trata-se de uma dimensão anacronizante e agonizante, cuja face fantasmal parece surgir dos vestígios de tempos disjuntos em tensão, com frequente apelo à repetição compulsiva, à memória. É aquilo que resta sem restar – talvez a fórmula mais condizente para dizer o que é o ser desaparecido. Algo que resiste à oposição binária entre vida e morte, vestígio de uma sobrevida.

Os buracos no jardim da casa de Petrópolis são, assim, o monumento quase silencioso de algo que já não está aí, mas insiste em retornar.<sup>470</sup> Também é a constatação paradoxal de uma persistência do passado que depende crucialmente da recuperação, do gesto de escavar, embora sua natureza se ligue à vulnerabilidade, à exposição incessante de sua insuficiência, àquilo que não está lá. Por isso, ao escavar, assumimos esse risco e, ao mesmo tempo, nos vemos compelidos a dar sentido ao que resta. Como se o olhar voltado ao chão reabrisse camadas e fizesse emergir memórias e segredos reprimidos, reconhecendo, nas estruturas subterrâneas onde a dor se alojou, mais um arquivo da repressão.<sup>471</sup>

\*\*\*

No paraíso dos surfistas, os banhistas bebiam Coca-Cola enquanto assistiam às manobras das retroescavadeiras. Vasculhavam a areia, escavavam buracos. Escavaram e

<sup>468</sup> DERRIDA, Jacques. *Cinders*. Tradução de Ned Lukacher. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014, p. 21-22.

<sup>469</sup> DERRIDA, Jacques. *Op. cit.*, 1994, p. 173.

<sup>470</sup> DERRIDA, Jacques. *Op. cit.*, 2014, p. 34.

<sup>471</sup> FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. *Assombrações de Brasília: contos de horror gótico na capital modernista*. [Texto original]. Brasília, 2025.

escavaram, como alguém à procura de ouro num garimpo, ou de um fantasma à flor da pele. Estavam à procura de ossos – daqueles, pertencentes a Rubens Paiva.

Tudo começou com uma indicação vacilante de Lobo, convocado a depor no Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado em 1987, na 1<sup>a</sup> Auditoria do Exército, para apurar o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva. Àquela altura, Lobo reiterou às autoridades o que já declarara à imprensa: havia atendido, por duas vezes, um Paiva agonizante numa cela do DOI-Codi do Rio, contrariando a versão, sustentada até então, da morte do ex-deputado em uma emboscada.<sup>472</sup> Ainda naquele ano, Lobo via-se, como desdobramento de suas falas, envolvido em processo movido, com o apoio do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, no âmbito do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, para cassar seu registro profissional por ter prestado assistência durante sessões de tortura.<sup>473</sup>

Foi nesse contexto que apresentou uma primeira hipótese: os restos mortais de Paiva poderiam estar sob as areias da praia do Recreio dos Bandeirantes, onde, certa vez, nos corredores do prédio da Rua Barão de Mesquita, ouvira dizer tratar-se de lugar de “desova” de corpos de presos transferidos para o DOI-Codi.<sup>474</sup>

No gigantesco buraco aberto, nada encontraram, a não ser um punhado de pedras e uma colher de sobremesa, feita de aço inoxidável. Os frequentadores da praia, uns irritados, outros assustados, chamavam de mal-assombrada aquela área revirada.<sup>475</sup> “Que horror”, disse uma moça, sobre a morte; trazia nas mãos dois sorvetes. Foi quando, um mês após o início truculento das escavações, encontraram um osso – escurecido pela passagem do tempo, de aspecto poroso, lacerado nas bordas. Era uma tíbia, garantia o especialista. O caso de Rubens Paiva estava perto do fim; bastava agora encontrar o conjunto que completasse seu corpo.<sup>476</sup>

Mais e mais semanas de escavações se passaram; encontraram apenas lixo. Sem novos achados, decidiram ir a outro lugar, também por indicação de Lobo. Os ossos, não apenas de Rubens Paiva, mas de todos os que passaram por Petrópolis, estariam enterrados no terreno baldio, ao fundo da casa.<sup>477</sup> Os presos nunca haviam saído de lá.

O secretário da Polícia Civil do Rio de Janeiro só esperava a autorização do Procurador-Geral do Estado para começar os trabalhos. O governador Moreira Franco estava disposto a emprestar força braçal e ceder a maquinaria necessária, desde que as escavações

<sup>472</sup> LOBO, Amílcar. *Op. cit.*, p. 20-21.

<sup>473</sup> RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. *Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-RIO, 2015, p. 218-219.

<sup>474</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 07 de abril de 1987, edição 21.188, p. 4.

<sup>475</sup> JORNAL DO BRASIL, 10 de fevereiro de 1987, edição 306, p. 6.

<sup>476</sup> JORNAL DO BRASIL, 12 de março de 1987, edição 336, p. 19.

<sup>477</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 07 de abril de 1987, edição 21.188, p. 4.

fossem feitas com a rapidez necessária para desvendar tal mistério. Os repórteres acompanhariam de perto as novas buscas e divulgariam todas as impressionantes descobertas desse caso para seus leitores. Lobo também estaria lá para apontar, no jardim e no verde matagal, os lugares mais prováveis para esconder um corpo, segundo seu julgamento.<sup>478</sup>

Inês foi convidada. Ela se recusou a ir, não disse por quê.<sup>479</sup>

No dia 13 de maio, as máquinas subiram a serra, atrapalhando a nobre tranquilidade da cidade e dos seus bonecos de cera. Lília e Renato de Noronha, os novos moradores, estavam no portão, à espera do secretário. Ele entrou, subiu rapidamente uma antiga trilha coberta de mato, na encosta e, pouco depois, desceu ofegante: “A parte mais plana da encosta foi a que me pareceu capaz de suportar um destino tão trágico”, disse aos repórteres. “Vamos começar a cavar, mesmo que seja com as mãos.” Logo cedo, na manhã seguinte, começariam os trabalhos.<sup>480</sup>

Para evitar falar com os jornalistas ou policiais, Lília passou o próximo dia inteiro dentro de casa, sem nem mesmo aparecer na janela. Chegou a se aborrecer quando um de seus filhos foi ao jardim. O menino ia brincar e aproveitou para olhar o fundo dos buracos. Todos vazios. “Transformaram esse paraíso perdido no inferno encontrado”, disse, entre risadinhas, uma das vizinhas. Sua maior preocupação era que as escavações rompessem o encanamento de água, que abastecia as quatro casas da rua.<sup>481</sup>

Nos primeiros dias de escavação, a dureza do solo os impediu de avançar. O terreno era muito acidentado e, na primeira camada remexida, encontraram uma laje de pedra em aparente estado natural; jamais alguém a havia tocado. Moradores afirmavam que aquela área, no passado imperial, fora uma pedreira, integrada tanto ao cotidiano da escravidão quanto à antiga rota de escoamento de minérios pela Estrada Real, que atravessava a cidade. A serra de Caxambu, de topônima africana preservada, era um dos exemplos de localidades onde se formaram comunidades negras após o ato público de libertação em 1888.<sup>482</sup> Em outros buracos, em novas camadas de terra revirada, onde o chão cedeu às pás, surgiram barras de ferro, latas de cerveja e vidros de remédio.<sup>483</sup>

No jardim, não encontraram ossos. Nada servia naquele palco de artigos putrefatos.

<sup>478</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 14 de abril de 1987, edição 21.195, p. 7.

<sup>479</sup> *Ibid.*

<sup>480</sup> JORNAL DO BRASIL, 13 de maio de 1987, edição 398, p. 7.

<sup>481</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de maio de 1987, edição 399, p. 11.

<sup>482</sup> DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. *Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016, p. 99.

<sup>483</sup> JORNAL DO BRASIL, 15 de maio de 1987, edição 400, p. 29.

Talvez, se cavassem um pouco mais fundo, encontrassem ainda brincos de prata e pedaços quebrados de um aparelho de rádio transmissor – objetos que alguns moradores da região, nas agitações patrióticas e antigermânicas, teriam lançado ao jardim. Os ataques a estabelecimentos alemães começaram em 1942, em decorrência da ofensiva alemã contra o Brasil. A casa recém-construída na antiga Rua Montevidéu, pertencente a Ricardo Loders, também ficou no trajeto da horda; acusavam-no de espião nazista. Após a depredação, policiais ainda acharam, entre as flores, um papel rasgado cuja estranha grafia suscitou suspeitas de se tratar de um código entre espiões.<sup>484</sup>

Quatrocentos, quinhentos e mais centenas de metros cúbicos foram escavados. Nada. Nenhum buraco era uma cova.

Quando Lobo chegou à casa, sugeriu à equipe de escavação aventurar-se pelo matagal e até pelo alto dos morros. Ali estariam, muito provavelmente, os pontos de enterro. Para surpresa de muitos, inclusive os Noronhas, descobriram uma gruta artificial. Na úmida e solitária cela, escavada na rocha, havia a imagem de um santo, com as mãos em gesto de súplica. Pelo tamanho do nicho, a polícia e demais especialistas avaliaram ser impossível esconder ali um corpo.<sup>485</sup>

O cansaço e a frustração logo abateram-se sobre os escavadores. Nem mesmo a tíbia encontrada na areia parecia, agora, promissora. Os exames laboratoriais revelaram que, na verdade, o osso pertencia a um quadrúpede de grande porte ou a um mamífero aquático. Era hora de seguir novas pistas e ir embora dali.<sup>486</sup>

À casa, restou ver crianças curiosas em busca de algo perdido nos buracos do jardim.

<sup>484</sup> COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade sobre os crimes e graves violações de direitos humanos cometidos na cidade de Petrópolis entre 1964 e 1985*. Petrópolis: CMV, 2018, p. 295-297.

<sup>485</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 16 de maio de 1987, edição 21.227, p. 14.

<sup>486</sup> JORNAL DO BRASIL, 15 de maio de 1987, edição 400, p. 29.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguma coisa atravessa a história dessa casa.

Diante dessa presença difícil, que não pode ser ignorada, esta dissertação possui um tema duplo: a casa de Petrópolis e também seu hóspede, o desaparecido. As motivações para seguir por esse caminho duplo de exploração são, em primeiro lugar, teóricas, devido à consideração de que a figura do desaparecido político coloca em pauta uma série de questões sobre as difíceis distinções entre presente e passado. O desaparecido encarna a ideia de um passado que não passa, por causa de sua natureza paradoxal e ambígua – daí ele se tornar um estorvo temporal e espacial, que nos remete a enxergar a natureza disjuntiva das coisas do mundo. Ou seja, trata-se da natureza da vida e da morte e dos mecanismos discursivos e temporais que a sociedade utiliza para organizar a realidade e o passado.

Em segundo lugar, por uma questão profundamente ética, porque a voz do outro, essa voz sempre espectral – por ser destinada eternamente aos indecidíveis – me atravessa e me obriga a representá-lo, como propõe Derrida.<sup>487</sup> Acredito que narrar a história dos outros, antes de mais nada, é narrar os espectros. Mas é também uma forma de narrar aos outros, de lhes contar sua própria história. Isso porque a figura do desaparecido remete à crítica da posseidade historicista, segundo a qual o reconhecimento da espectralidade do passado (o fato de o passado assombrar o presente) é condição para um sentido de justiça.<sup>488</sup> O passado dos desaparecidos não deve ser tratado meramente como significante de um tempo passado, mas deve ser dotado de uma certa contemporaneidade.<sup>489</sup> Assim, nesta investigação, as ausências se tornam e retornam como uma presença que ronda a forma como busco enxergar a casa de Petrópolis.

Como passo inicial, busco traçar um caminho analítico fundamental para a investigação, que consiste em desvincular a equiparação automática entre desaparecimento e morte, tratando o desaparecimento forçado como uma categoria específica e uma arma de guerra operada pelo Estado ditatorial brasileiro – a camada clandestina que estruturava o funcionamento do centro clandestino de Petrópolis como uma máquina de fazer desaparecer. Adentramos, a partir daí, um território em que o desaparecimento não apenas configurou um ato de violência estatal, mas também operou como mecanismo de conversão de vidas em

<sup>487</sup> DERRIDA, Jacques. *Op. cit.*, 1994, p. 23.

<sup>488</sup> BEVERNAGE, Berber. A posseidade do passado: reflexões sobre a política da historicização e a crise da posseidade historicista. *RTH*, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 21-39, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/rth.v24i1.69673>. Acesso em: 13 abr. 2024.

<sup>489</sup> *Ibid.*, p. 26-27.

espectros, de corpos em traços incertos e evanescentes. Trata-se de um ato planejado, deliberado, perpetrado por agentes que ocultam, eliminam e fazem desaparecer corpos de modo sistemático, seguindo uma lógica de guerra contrainsurgente. A arma de fazer desaparecer projeta sua sombra sobre os espaços urbanos e clandestinos, ultrapassando os limites da casa de Petrópolis e instaurando um regime de incerteza que contamina espaço e tempo. A arma de desaparecer atua de forma a espectralizar o tempo, carregando em si uma antecipação retrospectiva. A vida dos militantes já está, assim, em perigo antes de entrarem na casa clandestina, sendo monitorada e documentada para a futura execução. Entre o movimento deliberado dos algozes e o processo de desaparecimento dos militantes, a máquina repressiva engendra um paradoxo: apaga os corpos e os faz retornar, espectralizados, como presenças perturbadoras que insistem em assombrar os lugares por onde passaram, ao transpor os limites temporais e espaciais da casa.

Como não poderia deixar de ser, para conseguir ao menos traçar os contornos da casa de Petrópolis, sigo os caminhos de Inês Etienne Romeu, desde sua vida clandestina como militante na VPR, sua passagem pelo centro de repressão, a saída das prisões e o retorno à serra petropolitana, em 1981, com a finalidade de denunciar o aparelho repressivo e seus algozes. Nesta pesquisa, Inês é uma figura de importância singular, por ter sido a única prisioneira que sobreviveu ao ciclo da máquina desaparecedora e pôde, assim, testemunhar plenamente a existência desse aparelho clandestino. Sua sobrevivência, sua travessia pelo limiar do acontecimento extremo e o posterior relato a tornam a única pessoa capaz de visualizar com maior nitidez as etapas de consumação do desaparecimento e o modo como o aparato repressor agiu para destituir os corpos de sua condição de presença, convertendo-os em espectros. Mas sua vida e importância nesta pesquisa não se restringem a isso. Através do arquivo, consegui, durante muitos dias de pesquisa, ver a militante, detentora de grande respeito entre seus companheiros, a tia amada pelos sobrinhos, a prisioneira política que fez muitas amizades e inimizades nas prisões pelas quais passou, a amiga amável e briguenta, cabeça-dura. E, para minha grande surpresa, também a historiadora dos óculos gigantes. A mineirinha que não parava quieta.

Inês buscou, em seu retorno ao mundo, em setembro de 1971, dar sentido à experiência de profunda e indiscernível ruptura. Desse percurso, o resultado foi o seu relatório, escrito ainda na clínica em Belo Horizonte, na qual estava internada. Frente a ele, questiono-o enquanto uma fonte histórica, emprestando-lhe, nessa senda, autoridade e credibilidade, uma vez que é um ponto imprescindível para compreender a lógica de funcionamento e os objetivos do centro clandestino de Petrópolis. Em contraste ao seu

testemunho, encontro também as declarações dos repressores, embasadas nos vieses da contrainformação e caracterizadas por mentiras deliberadas, imprecisões e contradições, enunciadas em diferentes contextos e por meio de distintos suportes. Aliás, tais declarações são vistas como mais uma estratégia de ocultação do centro, frente a tantas discrepâncias, confusões e falsas comparações nas construções discursivas dos agentes – ou seja, a maneira pela qual a mentira e a dissimulação continuam sendo utilizadas pelos perpetradores como uma arma fundamental na disputa pelos sentidos e pela representação do centro de Petrópolis no espaço público.

A tensão estabelecida entre o testemunho de Inês e as declarações dos algozes erige a camada visível da casa, permitindo perceber, entre outros pormenores, que o centro clandestino era uma unidade repressiva altamente planejada e organizada, dotada de cobertura institucional pelo Exército (CIE) e integrada, funcional e logicamente, à estrutura formal repressiva, em estreita relação com o DOI-Codi paulista, se considerarmos as operações do ano de 1971. Operava, então, em estreita articulação com as unidades formais, em uma interação não excludente, na qual se complementavam. Longe de ser uma unidade improvisada, a instalação desse centro clandestino respondia aos manuais de instrução de guerra contrarrevolucionária e funcionava como ponto tático repressivo, sob a responsabilidade de uma equipe relativamente autônoma – ou seja, com certa independência da hierarquia tradicional e, ainda assim, sob controle do comando militar. Ora servia como ponto de apoio logístico, ora como destino final de determinadas operações, ou mesmo como base de sigilo operacional para assegurar, a todo custo, a confidencialidade e a compartimentação da missão à qual se vinculava a operação, ou ainda como “ponto de conveniência”, um espaço usado com o intuito de tornar mais ágil e intensa a atuação da repressão no decurso do processo de desestruturação das organizações da esquerda armada. Nesse cenário, a casa transforma-se em pura indistinção entre a feição do estranho e do familiar, entre a lógica persecutória e a hospitalidade, do abrigo e do túmulo, de modo a responder aos propósitos tático-operacionais traçados pela equipe do CIE, que fez dos pequenos quartos de dormir uma cela.

É certo afirmar, ainda, que a operação de ocultação desse aparelho clandestino não se restringiu às declarações posteriores dos agentes repressores. Um dos grandes destaques deu-se em 1981, quando se desencadeou uma operação de ocultação abrangente, coordenada e bem-sucedida por parte dos órgãos de informação, incluindo, nessa senda, o serviço secreto do Exército. O retorno de Inês à casa e a exposição do paradeiro do centro clandestino de Petrópolis, em fevereiro daquele ano, geraram uma resposta imediata e articulada da

comunidade de informações. Mesmo com as limitações expressas pelo não alcance de fontes, foi possível evidenciar que se colocou em funcionamento uma ação abrangente, com o acionamento da ampla rede de agentes do SNI e do Exército, nos níveis nacional e regional, para conter a repercussão midiática do caso, bem como intervir na esfera judicial, mediante o monitoramento do trâmite da ação cível proposta por Inês contra o proprietário da casa. Uma vez que a imprensa serviu, nesse caso, como espaço privilegiado de articulação da denúncia e campo em que se disputavam versões e sentidos políticos do acontecimento, alguns editoriais da grande imprensa, que inicialmente criticavam a ausência de providências, adotaram, muito provavelmente por uma filiação colaboracionista, uma leitura de “reconciliação”, de fundo amnésico referente aos crimes dos agentes repressores, no contexto do vitorioso projeto de Anistia pautado pelo governo militar.

E, nesse ponto, retornamos nós mesmos ao início, se é que ele existe. A persistência do que foi ocultado e negado assombra a casa, está intrinsecamente ligada a ela e a mantém alicerçada nesse buraco que esconde e revela, na camada invisível. A casa é, ela mesma, um espectro nesta história.

Freud sentenciou que o infamiliar era tudo aquilo que deveria permanecer em segredo, silenciado – e, ainda assim, veio à tona.<sup>490</sup> Isso parece ainda mais latente enquanto escrevo estas últimas linhas e vou acompanhando, nas notícias diárias, a implementação do memorial naquela casa, depois que a prefeitura da cidade conseguiu, finalmente, tomar posse do imóvel.<sup>491</sup> E mais: veio a público a notícia da condenação, na 1<sup>a</sup> Vara Federal de Petrópolis, do ex-sargento Rubens Gomes Carneiro (Laecato e Boamorte, como codinomes) e do ex-soldado Antônio Wainer Pinheiro Lima (codinome Camarão), por terem sido considerados responsáveis por sequestro, tortura e desaparecimento forçado de Paulo de Tarso Celestino da Silva naquele lugar, devendo indenizar sua família. Ambos os réus ainda podem recorrer à sentença, vale ressaltar.<sup>492</sup>

Parece-me haver esperança, apesar de tudo. A presença persistente e espectral se recusa a ser encerrada, a ser esquecida. Por trás de cada porta, eles esperam.

<sup>490</sup> FREUD, Sigmund. *Op. cit.*, 2019, p. 45.

<sup>491</sup> CARDOSO, Rafael. Justiça transfere a posse da Casa da Morte para a prefeitura de Petrópolis. Agência Brasil, 23 mai. 2025. Disponível em: <https://agenciaabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-05/justica-transfere-posse-da-casa-da-morte-para-prefeitura-de-petropolis>. Acesso em: 04 nov. 2025.

<sup>492</sup> ASSAD, Paulo. Justiça Federal condena dois agentes da ditadura militar por tortura e desaparecimento na 'Casa da Morte' em Petrópolis. O Globo, 09 set. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/09/09/justica-federal-condena-dois-agentes-da-ditadura-militar-por-tortura-e-desaparecimento-na-casa-da-morte-em-petropolis.ghml>. Acesso em: 04 nov. 2025.

## REFERÊNCIAS

### **Fontes**

#### Arquivo Nacional

ARQUIVO NACIONAL. *Cópia da carta de Paulo Romeu ao Ministro da Justiça, [1971]*. BR RJANRIO CNV.0, VDH.00092000593201436.

ARQUIVO NACIONAL. *Encaminhamento n. DSI/1930, Divisão de Segurança e Informações, Ministério das Relações Exteriores, 16 de junho de 1976*. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, BR DFANBSB Z4.DHU, 0\_0034.

ARQUIVO NACIONAL. *Encaminhamento n. DSI/620, Divisão de Segurança e Informações, Ministério das Relações Exteriores, 1º de março de 1975*. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, BR DFANBSB Z4.DHU, 0\_0043.

ARQUIVO NACIONAL. *Encaminhamento nº1/DSI/MJ, Divisão de Segurança e Informações, Ministério da Justiça, 04 de janeiro de 1971*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC.GNC.AAA.72042938.

ARQUIVO NACIONAL. *Informação n. 019/16/AC/81, Serviço Nacional de Informações, Agência Central, 10de março de 1981*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81019709.

ARQUIVO NACIONAL. *Informação n. 0571, Ministério do Exército, CIE, 09 de abril de 1975*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75109623.

ARQUIVO NACIONAL. *Informação n. 0632, Ministério da Marinha, Cenimar, 29 de setembro de 1970*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70030217.

ARQUIVO NACIONAL. *Informação n. 222S/102-A11/CIE, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército, 30 de abril de 1981*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSBV8.MIC, GNC.AAA.81015430.

ARQUIVO NACIONAL. *Informação n. 597, Serviço Nacional de Informações, Agência de Salvador, 26 de novembro de 1970*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70032904.

ARQUIVO NACIONAL. *Informe n. 120S.102-A2/CIE, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército, 23 de março de 1981*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSBV8.MIC, GNC.AAA.83032480.

ARQUIVO NACIONAL. *Interrogatório de “João” (pseudônimo), Operação Bandeirantes. Serviço Nacional de Informações*. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70030207.

ARQUIVO NACIONAL. *Memorando n. 395/02/CH/GAB/SNI, Serviço Nacional de Informações, Gabinete do Ministro, 8 de março de 1983*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC,GNC.AAA.83031645.

ARQUIVO NACIONAL. *Memorando nº 130/SI-Gab. Presidência da República, Serviço Nacional de Informações, 20 de dezembro de 1971*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC,GNC.AAA.71041404.

ARQUIVO NACIONAL. *Relatório da viagem à cidade de Petrópolis, 13 de março de 2014*. Fundo da Comissão Nacional da Verdade, BR RJANRIO CNV.0.VDH, 00092002173201494.

ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Inês Etienne Romeu*. Belo Horizonte: Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal. Rio de Janeiro: Fundo Comissão Nacional da Verdade, 18 set. 1971. BR RJANRIO CNV.0, VDH.00092000593201436.

ARQUIVO NACIONAL. *Relatório periódico de informações n. 02/81, Ministério do Exército, Comando do II Exército, Quartel General, 31 de março de 1981*. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSBV8.MIC, GNC.EEE.81006920.

ARQUIVO NACIONAL. *Termo de depoimento de Norma Disney Soares de Freitas*. Comissão Nacional da Verdade. BR RJANRIO CNV.0, RCE.00092000122201347.V.040.

ARQUIVONACIONAL. *Informação n. 0041, Centro de Informações da Aeronáutica, Ministério da Aeronáutica, 18 de fevereiro de 1981*. Fundo Centro de Informações da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0, 0.33290.

#### Arquivo Público do Estado de São Paulo

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Anexo n. 1. Planta da casa onde estive presa. [18 set. 1971]*. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.23.4.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Carta assinada por Sérgio em papel timbrado [...]. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1980*. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.33.78.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Carta assinada por Sérgio [Ferreira] em papel timbrado do Bradesco [...]. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1983*. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.45.1.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Cópia da carta de Inês Etienne Romeu ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Belo Horizonte, 9 ago. 1971*. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.2.4.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Declarações apresentadas pela testemunha Neide Cruz Ribeiro de Miranda no processo movido por Inês contra Mário Lodders. Petrópolis, n/d.* Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.61.1.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Gravação de 8 minutos sobre Inês em Petrópolis. Petrópolis, 03 de fevereiro de 1981*. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.14.14.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Jornal Hora do Povo, 13 a 20 de fevereiro de 1981, s/n*. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.58.1/83.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Levantamento realizado por Inês Etienne Romeu contendo informações sobre os militantes desaparecidos [...] . Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1978*. Fundo Inês Etienne Romeu, 141.1.43.9.

#### Comissão de Anistia

COMISSÃO DE ANISTIA. *Inês Etienne Romeu. Recurso n. 2002.01.08787, v. 1*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

COMISSÃO DE ANISTIA. *Ministério da Justiça, requerimento de anistia de Arlindo Felipe da Silva*.

Processo n. 2002.01.12420, 20 nov. 2002.

Superior Tribunal Militar

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação 39525/72, São Paulo, 1 volume, 1972.

Revistas e jornais

A ÚNICA prisioneira política que ficou fora da Anistia: Inês Etienne Romeu. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 576, 1979, p. 5–6.

CASA DA MORTE, o mais brutal centro de terror da ditadura. *Jornal da ABI*, Rio de Janeiro, n. 382, p. 3-10, set. 2012.

*CORREIO BRAZILIENSE*, 10 de fevereiro de 1981, edição 6.593, p. 14.

*Folha de São Paulo*,

28 de janeiro de 1979, edição 18.197, p. 6-7;  
 4 de fevereiro de 1981, edição 7.577, p. 6-7;  
 5 de fevereiro de 1981, edição 7.578, p. 13;  
 7 de fevereiro de 1981, edição 18.938, p. 3;  
 9 de fevereiro de 1981, edição 18.940, p. 7;  
 10 de fevereiro de 1981, edição 18.941, p. 3;  
 11 de fevereiro de 1981, edição 18.941, p. 2;  
 12 de fevereiro de 1981, edição 18.942, p. 4;  
 10 de fevereiro de 1981, edição 18.941, p. 3;  
 17 de fevereiro de 1982, edição 19.313, p. 4;  
 07 de abril de 1987, edição 21.188, p. 4;  
 14 de abril de 1987, edição 21.195, p. 7;  
 16 de maio de 1987, edição 21.227, p. 14.

*Jornal do Brasil*,

22 maio 1970, edição 39, p. 16;  
 21 de setembro de 1973, edição 142, p. 1;  
 6 de fevereiro de 1981, edição 302, p. 5;  
 7 de fevereiro de 1981, edição 303, p. 4;  
 11 de fevereiro de 1981, edição 307, p. 3 e 4;  
 12 de fevereiro de 1981, edição 308, p. 5;  
 10 de fevereiro de 1987, edição 306, p. 6;  
 12 de março de 1987, edição 336, p. 19;  
 13 de maio de 1987, edição 398, p. 7;  
 14 de maio de 1987, edição 399, p. 11;  
 15 de maio de 1987, edição 400, p. 29.

O DIREITO de dizer adeus. *Cláudia*, São Paulo, ano 26, n. 2, p. 18–19, fev. 1996.

*O ESTADO DE S. PAULO*, 11 de fevereiro de 1981, edição 34.024, p. 2.

*O Globo*,

7 de fevereiro de 1981, edição 17.272, p. 5;  
 12 de fevereiro de 1981, edição 17.277, p. 1 e 5.

*Revista IstoÉ*,

n. 92, 27 de setembro de 1978, p. 31-32;

n. 216, 11 de fevereiro de 1981, p. 12-13;  
 n. 223, 18 de fevereiro de 1981, p. 74.

*REVISTA VEJA*, São Paulo, n. 649, 11 fevereiro de 1981.

*TRIBUNA DE PETRÓPOLIS*, 4 de fevereiro de 1981, n. 90, p. 9.

#### Publicações periódicas em meio eletrônico

ASSAD, Paulo. *Justiça Federal condena dois agentes da ditadura militar por tortura e desaparecimento na 'Casa da Morte' em Petrópolis*. O Globo, 09 set. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/09/09/justica-federal-condena-dois-agentes-da-ditadura-militar-por-tortura-e-desaparecimento-na-casa-da-morte-em-petropolis.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2025.

CARDOSO, Rafael. *Justiça transfere a posse da Casa da Morte para a prefeitura de Petrópolis*. Agência Brasil, 23 mai. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-05/justica-transfere-posse-da-casa-da-morte-para-prefeitura-de-petropolis>. Acesso em: 04 nov. 2025.

DAL PIVA, Juliana; COUTINHO, Mateus. *Comissão de Mortos e Desaparecidos identifica nova ossada de deposito no cemitério de Perus*. O Globo, Rio de Janeiro, 03 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/comissao-de-mortos-desaparecidos-identifica-nova-ossada-de-deposito-nocemiterio-de-perus-23276899>. Acesso em: 15 out. 2025.

REMÍGIO, Marcelo. *Sem verba, desapropriação da Casa da Morte não saiu do papel*. O Globo, Rio de Janeiro, 03 jul. 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tYTK>. Acesso em: 20 dez. 2024.

#### Entrevistas, declarações, depoimentos e biografias

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.). *Desaparecidos políticos: mortos e desaparecidos sob a ditadura militar (1964-?)* Rio de Janeiro: CBA RJ/Edições Opção, 1979.

CHACEL, Cristina. *Seu amigo esteve aqui: a história do desaparecido Beto e a Casa da Morte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS. *Depoimento de Antônio Henrique Lago*. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018, áudio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ailHrNVddsU&list=WL&index=20>. Acesso em: 14 jan. 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Depoimentos dos familiares e amigos de Inês Etienne Romeu*. Rio de Janeiro, 25 de março de 2014, vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MCxW3W0Qu9w&list=PL9n0M0IxI2jeKLaSbfZSrE-594O6Ey5iL&index=5&t=81s>. Acesso em: 9 mar. 2024.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Cláudio Antônio Guerra*, 23 de setembro de 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Marival Chaves Dias do Canto*, 7 de fevereiro de 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Marival Chaves Dias do Canto*, 21 de novembro de 2012.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Tomada de depoimento de Paulo Malhães*, 25 de março

de 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

LOBO, Amílcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

RIO DE JANEIRO. *Comissão da Verdade do Rio. Depoimento de Paulo Malhães*. Rio de Janeiro: CEV-RIO, 2014.

#### Relatórios de Comissão da Verdade

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. v. 1.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. v. 3.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade sobre os crimes e graves violações de direitos humanos cometidos na cidade de Petrópolis entre 1964 e 1985*. Petrópolis: CMV, 2018.

PERNAMBUCO. *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara*. Recife: Secretaria da Casa Civil, 2017. v. 1.

RIO DE JANEIRO. *Comissão da Verdade do Rio. Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-RIO, 2015.

#### **Bibliografia**

ACSELRAD, Henri. *Sinais de fumaça na cidade*: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & Abin*: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros aolongo do século XX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto re-velado*: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

ARCILA RODRÍGUEZ, Santiago. Campos de individuación fantasmal: asesinato de líderes sociales en Colombia, marcadores espirituales del horror e intensificadores espirituales de resistencia. *La Deleuziana – Revista online de filosofía*, n. esp., 2020. Disponível em: <<https://www.ladeleuziana.org/>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ARENDT, Hannah. A mentira na política: considerações sobre os documentos do Pentágono. In: \_\_\_\_\_. *Crises da república*. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ARFUCH, Leonor. *La entrevista, una invención dialógica*. Buenos Aires: Paidós, Papeles de Comunicación, 1995.

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1972.
- BARENGHI, Mario. *Perché crediamo a Primo Levi? / Why do we believe Primo Levi?*. Turin: Einaudi, 2013. E-book.
- BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina*: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. 2<sup>a</sup> edição. Porto Alegre: Medianiz, 2014.
- \_\_\_\_\_, Caroline. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. *Diálogos*, San José, v. 18, n. 1, 2017.
- BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. Tradução de Susana Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BENSUSAN, Hilan. *Memory assemblages*: spectral realism and the logic of addition. London: Bloomsbury Academic, 2024.
- BEVERNAGE, Berber. A posseidade do passado: reflexões sobre a política da historicização e a crise da posseidade historicista. *RTH*, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 21-39, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/rth.v24i1.69673>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_, Berber. *History, memory and state-sponsored violence*. New York / London: Routledge, 2011.
- BLANCO, María del Pilar; PEEREN, Esther. Introduction: conceptualizing spectralities. In: BLANCO, María del Pilar; PEEREN, Esther (orgs.). *The Spectralities Reader*: Ghosts and Haunting in Contemporary Cultural Theory. New York: Bloomsbury Academic, 2013.
- BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, 2012. DOI: doi.org/10.22456/1983-201X.28623. Acesso em: 20 dez. 2025.
- BRITO, Maíra de Deus. *Não, ele não está*. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*: os campos de concentração na Argentina. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CAMPOS, Luiz Felipe. *O massacre da granja São Bento*: a história de como um traidor e um torturador se aliaram em um dos crimes mais brutais da ditadura militar no Brasil. 2. ed. Recife: Cepe, 2017.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar*: um antropólogo na caserna. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. A tortura como impossibilidade da política. In: ELOYSA, Branca (org.). I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: depoimentos e debates. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.
- CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. *Torturadores*: perfis e trajetórias de agentes da repressão na

ditadura militar brasileira. São Paulo: Alameda, 2025.

\_\_\_\_\_, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COLOMBO, Pamela; SCHINDEL, Estela. Introduction: the multi-layered memories of space. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Space and the memories of violence: landscapes of erasure, disappearance and exception*. London: Palgrave Macmillan Memory Studies, 2014.

\_\_\_\_\_, Pamela. “La desaparición en vertical: imaginarios geográficos y violencia de Estado”. In: GATTI, Gabriel (org.). *Desapariciones: usos locales, circulaciones globales*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad de los Andes, 2017.

CONFINO, Hermán; GONZÁLEZ TIZÓN, Rodrigo. *Anatomía de una mentira: quiénes y por qué justifican la represión de los setenta*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2024.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto His-tória*, São Paulo, n. 35. dez. 2007.

DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966-1980*. São Paulo: Ícone, 1985.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

\_\_\_\_\_, Jacques. *Cinders*. Tradução de Ned Lukacher. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

\_\_\_\_\_, Jacques. *Demorar*: Maurice Blanchot. Tradução de Flavia Trocoli; Carla Rodrigues. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

\_\_\_\_\_, Jacques. *Espectros de Marx*: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Tradução de Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DESPRET, Vinciane. *Our grateful dead: stories of those left behind*. Tradução de Stephen Muecke. Minneapolis: Minnesota University Press, 2021.

\_\_\_\_\_, Vinciane. Pesquisar junto aos mortos. *Campos*. Revista de Antropologia, v. 22, n. 1, 2021, p. 294-295. DOI: <https://doi.org/10.5380/cra.v22i1.80501>. Acesso em: 20 mai. 2025.

DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. *Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

*DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. Tradução de André Telles. São Paulo: Editora 34, 2017.

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra*. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

- DURAS, Marguerite. *Escrever*. Tradução de Rubens Figueiredo. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Repressão sem fronteiras. Os Movimentos pela Anistia: Brasil e Europa (1960-1970). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 38, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180315382023e0101>. Acesso em: 20 out. 2025.
- FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. *Assombrações de Brasília*: contos de horror gótico na capital modernista. [Texto original]. Brasília, 2025.
- \_\_\_\_\_, Daniel Barbosa Andrade de. Baderneiros, arruaceiros, guerrilheiros: um acontecimento na transição democrática. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 49-70, janeiro-abril 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942018000100004>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- \_\_\_\_\_, Daniel Barbosa Andrade de. DOI-CODI atualista: o tempo como tecnologia de controle social. *Revista de Teoria da História (UFG)*, v. 25, n. 2, 2022, p. 89–113. Disponível em: [revistas.ufg.br/teoria/article/view/73946](http://revistas.ufg.br/teoria/article/view/73946). Acesso em: 8 ago. 2025.
- FEIERSTEIN, Daniel. Genocidio y desaparición: los distintos usos de una práctica social en el contexto de una tecnología de poder. In: GATTI, Gabriel (org.). *Desapariciones: usos locales, circulaciones globales*. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad de los Andes, 2017.
- FEITLOWITZ, Marguerite. *A Lexicon of Terror: Argentina and the Legacies of Torture*. New York: Oxford University Press, 2016.
- FELMAN, Shoshana. *O inconsciente jurídico*: julgamentos e traumas no século XX. Tradução de Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- FERREIRA, Maicon Maurício Vasconcelos. “*Sinistros vermelhos*”: atuação das organizações de luta armada em Pernambuco durante a ditadura (1968–1974). Tese (Doutorado em História) – UFRRJ, 2021. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/10094>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n.47, 2004, p. 35-36. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>. Acesso em: 5 mai. 2024.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum*: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- FISHER, Mark. *Fantomas da minha vida*: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos. Tradução de Guilherme Ziggy. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.
- FON, Antônio Carlos. *Tortura*: a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1979.
- FRANCO, Fábio Luís. *Governar os mortos*: necropolíticas, desaparecimentos e subjetividades. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- FRANCO, Paula. *A verdade pública se constrói no caminho*: as comissões da verdade brasileiras como projeto originado da interação entre Estado e a sociedade civil. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.
- FREUD, Sigmund. *O infamiliar [Das Unheimliche]*. Edição bilíngue. Tradução de Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. São Paulo: Editora Autêntica, 2019.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- \_\_\_\_\_, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada. As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GATTI, Gabriel. El desaparecido vivo. In: BUSCHMANN, Albrecht; SOUTO, Luz. (orgs.). *Decir desaparecido(s): formas e ideologías de la narración de la ausencia forzada*. Berlim: Lit Verlag, 2019.
- \_\_\_\_\_, Gabriel. *Identidades desaparecidas: peleas por el sentido de la desaparición forzada*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.
- GRECO, Heloísa Amelia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.
- \_\_\_\_\_, Heloisa. “Anistia anamnese” vs. “Anistia amnésia”: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil. Volume II*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008.
- HARRISON, Robert Pogue. *The dominion of the dead*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip. *Violence workers: Police torturers and murderers reconstruct Brazilian atrocities*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.
- JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-Codi de São Paulo (1969–1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2012.
- \_\_\_\_\_, Mariana. Pra Frente Brasil: a utopia autoritária em ação. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Mariana (Orgs.). *Ditaduras no Cone Sul da América Latina: um balanço historiográfico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021, p. 479-506. E-book.
- KUCINSKI, Bernardo. *K: relato de uma busca*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- LEITE, Isabel Cristina. Duas temporalidades na vida de Inês Etienne Romeu, 1971-1981. In: FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla. *A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.
- \_\_\_\_\_, Isabel Cristina. Fragmentos da vida de Inês Etienne Romeu: o encarceramento no presídio Talavera Bruce (1972-1979). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 16, 2019.
- LEMOS, Caroline Murta. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais*

e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985). 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) –Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019, p. 276-277. Acesso em: 7 jul. 2025.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X003006012>. Acesso em: 01 nov. 2025.

\_\_\_\_\_, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LOPES, Denilson. *Nós, os mortos*: melancolia e neo-barroco. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1999.

MAHLKE, Kirsten. “All Limits Were Exceeded Over There”: The Chronotope of Terror in Modern Warfare and Testimony. In: GATTI, Gabriel (ed.). *Space and the Memories of Violence*. London: Palgrave Macmillan, 2014.

MANDOLESSI, Silvana. Anacronismos históricos, potenciales políticos: la memoria transnacional de la desaparición en Latinoamérica. *Memoria Y Narración. Revista De Estudios Sobre El Pasado Conflictivo De Sociedades Y Culturas contemporáneas*, n. 1, 2018, p. 20-21. DOI: <https://doi.org/10.5617/myn.6020>. Acesso em: 19 out. 2024.

\_\_\_\_\_, Silvana. Haunted Houses, Horror Literature and Ghostly Spaces of Disappearance in Argentina. In: COLOMBO, Pamela; SCHINDEL, Estela (orgs.). *Space and the Memories of Violence: Landscapes of Erasure, Disappearance and Exception*. London: Palgrave Macmillan Memory Studies, 2014.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais*: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1964-1979). Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARTÍNEZ, Juliana. *Haunting without ghosts*: spectral realism in Colombian literature, film, and art. Austin: University of Texas Press, 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. *Varia História*, v. 28, n. 48, 2012, p. 526 e p. 535. Acesso em: 14 jul. 2025.

\_\_\_\_\_, João Roberto. The war of memory: the Brazilian military dictatorship according to militants and military men. *Latin American Perspectives*, v. 36, n. 5, 2009, p. 90-91. Acesso em: mai. 2025.

MEIRELLES, Renata. *Acender as velas já é profissão*: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOREIRA, Luiz Eduardo de Vasconcelos; BULAMAH, Lucas Charafeddine; KUPERMANN, Daniel. Entrebarões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica*, São João del Rei, v. 3, n. 4, p. 173-200, jan. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: jul. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. *Esboços: História em contextos globais*, Florianópolis, v. 30, n. 55, dezembro-setembro 2023, p. 318-320. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2023.e93507>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2<sup>a</sup> reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas.” In: FICO, Carlos et al. (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

\_\_\_\_\_, Enrique Serra. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, PR, v. 10, p. 7-8, 1º semestre 2007. DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v0i0.1229>. Acesso em: 18 jul. 2024.

PILE, Steve. *Real cities: modernity, space and the phantasmagorias of city life*. London: Sage, 2005.

PRENDERGAST, Christopher. Derrida's Hamlet. *SubStance*, v. 34, n. 1, issue 106, 2005.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan./jun. 2012.

QUINTANA, María Marta; MONTESERIN, Héctor Eduardo. Diapositivas espirituales: fragmentos para una interpretación de las desapariciones (o de lo siniestro fantasmático). *Pasado Por-venir*. Revista de Historia 5, 2011, 199-217. Acesso em: 20 mai. 2025.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; ROMANELLI, Amanda; BONSANTO, André; DAEMON, Flora; ROUCHOU, Joëlle; PEDRETTI, Lucas. *A serviço da repressão: grupo Folha e violações de direitos na ditadura*. Rio de Janeiro: Mórula, 2024. E-book.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

RODEGHERO, Carla; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana (orgs.). *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

\_\_\_\_\_, Carla. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_, Denise. *Exílio: entre radares e raízes*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

RUBENSTEIN, Jérémie. *Terreur et séduction: une histoire de la doctrine de la “guerre*

révolutionnaire". Paris: Éditions La Découverte, 2022.

SAFATLE, Vladimir. Sobre o uso da violência contra o estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo 2005.

SANTOS, Luciano Felipe. *Paul Aussaresses*: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias*: intelectuais, arte e meios de comunicação. Tradução de Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

\_\_\_\_\_, Márcio. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicol. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 65-82, 2008. Acesso em: 06 jan. 2025.

\_\_\_\_\_, Márcio. O local do testemunho. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2010, p. 5-6. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SHAKESPEARE, William. Hamlet. In: \_\_\_\_\_. *Grandes obras de Shakespeare*. Tradução de Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

SILVA, Carla Luciana. *A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Viagem pitoresca a Petropolis, para servir de roteiro aos viajantes e recordação deste ameno torrão brasileiro*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1862.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. Inês é viva: testemunho e esquecimento durante a transição brasileira. *Outros Tempos – Revista de História*, São Luís, v. 11, n. 17, p. 80–99, 2014. Acesso em: 13 dez. 2024.

TELES, Janaína de Almeida. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, v. 5, n. 10, p. 265-297, 2020. Acesso em: 03abr. 2023.

\_\_\_\_\_, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura*: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. Tese (Doutorado em História) – USP, 2011. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/publico/2011\\_JanainadeAlmeidaTeles\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/publico/2011_JanainadeAlmeidaTeles_VCorr.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024.

TEÓFILO, João. Lembrar ou esquecer? Punir ou perdoar? As disputas por anistia no Brasil durante a ditadura militar e a atuação da grande imprensa. In: GALLO, Carlos (Org.). *Anistia: quarenta anos, uma luta, múltiplos significados*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

\_\_\_\_\_, João. Verdade factual, mentira organizada e ditadura militar brasileira: alguns apontamentos

a partidas reflexões de Hannah Arendt. *Sæculum – Revista de História*, v. 39, n. 39, dezembro de 2018, p. 219-232. Acessado em: jul. 2025.

VANCONCELOS, Cláudio Beserra de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, janeiro-junho 2009, p. 66-68. Acesso em: mai. 2025.

VICENTE OVALLE, Camilo. Desapariciones: concepto, historia y experiencia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 17, p. 1-27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v17.2178>. Acesso em: 14 fev. 2025.